

HISTÓRIA DO BRASIL

João Ribeiro



HISTÓRIA DO BRASIL

João Ribeiro

Prefácio: Antonio Edmilson Martins Rodrigues





Os Correios, reconhecidos por prestar serviços postais com qualidade e excelência aos brasileiros, também investem em ações que tenham a cultura como instrumento de inclusão social, por meio da concessão de patrocínios. A atuação da empresa visa, cada vez mais, contribuir para a valorização da memória cultural brasileira, a democratização do acesso à cultura e o fortalecimento da cidadania.

É nesse sentido que os Correios, presentes em todo o território nacional, apoiam, com grande satisfação, projetos da natureza desta Biblioteca Básica Brasileira e ratificam seu compromisso em aproximar os brasileiros das diversas linguagens artísticas e experiências culturais que nascem nas mais diferentes regiões do país.

A empresa incentiva o hábito de ler, que é de fundamental importância para a formação do ser humano. A leitura possibilita enriquecer o vocabulário, obter conhecimento, dinamizar o raciocínio e a interpretação. Assim, os Correios se orgulham em disponibilizar à sociedade o acesso a livros indispensáveis para o conhecimento do Brasil.

Correios



O livro, essa tecnologia conquistada, já demonstrou ter a maior longevidade entre os produtos culturais. No entanto, mais que os suportes físicos, as ideias já demonstraram sobreviver ainda melhor aos anos. Esse é o caso da Biblioteca Básica Brasileira.

Esse projeto cultural e pedagógico idealizado por Darcy Ribeiro teve suas sementes lançadas em 1963, quando foram publicados os primeiros dez volumes de uma coleção essencial para o conhecimento do país. São títulos como *Raízes do Brasil*, *Casa-grande & senzala*, *A formação econômica do Brasil*, *Os sertões* e *Memórias de um sargento de milícias*.

Esse ideal foi retomado com a viabilização da primeira fase da coleção com 50 títulos. Ao todo, 360 mil exemplares serão distribuídos entre as unidades do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, contribuindo para a formação de acervo e para o acesso público e gratuito em cerca de 6.000 bibliotecas. Trata-se de uma iniciativa ousada à qual a Petrobras vem juntar suas forças, colaborando para a compreensão da formação do país, de seu imaginário e de seus ideais, especialmente num momento de grande otimismo e projeção internacional.

Petrobras - Petróleo Brasileiro S. A.



SUMÁRIO

Apresentação	xiii
Prefácio – Antonio Edmilson Martins Rodrigues	xv
Prefácio da 2ª edição – Araripe Júnior	3
Prefácio do autor	14
I. O DESCOBRIMENTO	18
1 Os dois ciclos dos grandes navegadores	19
2 O descobrimento do Brasil pelo ciclo dos navegadores de Oeste (Janez Pinzon e Diego de Lepe)	22
3 Descobrimto do Brasil pelo ciclo dos navegadores do Sul (Pedro Álvares Cabral)	25
4 Questões e dúvidas	28
5 As primeiras explorações	36
6 O Brasil esquecido. Lendas primitivas	38
7 A terra e os habitantes	42
8 A etnologia brasileira	45
9 A colonização. Capitâneas hereditárias	54
10 O drama e a tragédia das capitâneas	60
11 Síntese final – O humanismo e o Renascimento	67
Sinopse geral – O descobrimento e a colonização	71

II. TENTATIVA DE UNIDADE E ORGANIZAÇÃO DA DEFESA	74
1 A América triunfante	75
2 O governo geral – Tomé de Souza e Duarte da Costa	79
3 A fundação da cidade	84
4 As três raças. A sociedade	87
5 O elemento moral. Os jesuítas. Anchieta	93
6 A reabilitação e a defesa	97
Sinopse geral – Os primeiros governadores	99
III. LUTA PELO COMÉRCIO LIVRE CONTRA O MONOPÓLIO – FRANCESES E HOLANDESES	100
1 “Militaria”	101
2 A França Antártica	106
3 Caráter de Vilegagnon	109
4 Mem de Sá – Expulsão dos franceses do Rio de Janeiro	111
5 Guerra de religião	114
6 Pretensões dos franceses – A França Equinocial e Estado do Maranhão	117
7 Expansão geográfica do Brasil	124
8 O verdadeiro antecedente da invasão holandesa	128
9 Invasão. Perda e restauração da Bahia (1624-1625)	132
10 Invasão de Pernambuco. Guerra da libertação (1630-1649)	137
11 Verzuimd Braziel	144
Sinopse	148

IV. A FORMAÇÃO DO BRASIL – A) HISTÓRIA COMUM	150
1 A administração	151
2 A zona da criação	159
3 Entradas e bandeiras	163
4 A escravidão vermelha	184
5 A escravidão negra	190
6 O colono e o jesuíta no Sul	199
7 O jesuíta e o colono do Norte	204
8 A política oceânica	209
9 Rebelião contra o monopólio. Bekman	214
10 A rebelião da Bahia. Os juízes do povo	218
11 As minas	221
12 Revolução nativista pernambucana	231
13 Revolução nativista em Minas	238
14 Franceses no Rio de Janeiro. Du Clerc e Du Gay Trouin	241
V. A FORMAÇÃO DO BRASIL – B) HISTÓRIA LOCAL	246
1 História local	247
VI. DEFINIÇÃO TERRITORIAL DA PAZ (1750 E 1777)	272
1 As fronteiras	273
2 As guerras do Sul – A colônia do sacramento e as missões do Uruguai	281
3 Pombal e o Brasil	284

VII. O ESPÍRITO DE AUTONOMIA	288
1 Os antecedentes	289
2 Os conspiradores	296
3 Pormenores da conspiração	301
4 A execução do Tiradentes	305
VIII. O ABSOLUTISMO E A REVOLUÇÃO – REPÚBLICA E CONSTITUIÇÃO 1808-1817-1820	308
1 Refúgio de D. João VI no Brasil	309
2 Reação do absolutismo	316
3 Reação nativista. Revolução de 1817	321
4 O constitucionalismo	330
IX. O IMPÉRIO – PROGRESSOS DA DEMOCRACIA 1822-1831-1888-1889	336
1 A independência	337
2 A constituinte	344
3 A abdicação	352
4 O Sete de Abril e Evaristo da Veiga	357
5 A regência	363
6 O Segundo Reinado	372
7 Guerra do Paraguai	378
8 A abolição e a República	388
APÊNDICE	392

A Fundação Darcy Ribeiro realiza, depois de 50 anos, o sonho sonhado pelo professor Darcy Ribeiro, de publicar a Coleção Biblioteca Básica Brasileira – a **BBB**.

A **BBB** foi formulada em 1962, quando Darcy tornou-se o primeiro reitor da Universidade de Brasília – UnB. Foi concebida com o objetivo de proporcionar aos brasileiros um conhecimento mais profundo de sua história e cultura.

Darcy reuniu um brilhante grupo de intelectuais e professores para, juntos, criarem o que seria a universidade do futuro. Era o sonho de uma geração que confiava em si, que reivindicava – como Darcy fez ao longo da vida – o direito de tomar o destino em suas mãos. Dessa entrega generosa nasceu a Universidade de Brasília e, com ela, muitos outros sonhos e projetos, como a **BBB**.

Em 1963, quando ministro da Educação, Darcy Ribeiro viabilizou a publicação dos primeiros 10 volumes da **BBB**, com tiragem de 15.000 coleções, ou seja, 150 mil livros.

A proposta previa a publicação de 9 outras edições com 10 volumes cada, pois a Biblioteca Básica Brasileira seria composta por 100 títulos. A continuidade do programa de edições pela UnB foi inviabilizada devido à truculência política do regime militar.

Com a missão de manter vivos o pensamento e a obra de seu instituidor e, sobretudo, comprometida em dar prosseguimento às suas lutas, a Fundação Darcy Ribeiro retomou a proposta e a atualizou, configurando, assim, uma nova **BBB**.

Aliada aos parceiros Fundação Biblioteca Nacional e Editora UnB, a Fundação Darcy Ribeiro constituiu um comitê editorial que redesenhou o projeto. Com a inclusão de 50 novos títulos,

a Coleção atualmente apresenta 150 obras, totalizando 18 mil coleções, o que perfaz um total de 2.700.000 exemplares, cuja distribuição será gratuita para todas as bibliotecas que integram o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, e ocorrerá ao longo de três anos.

A **BBB** tem como base os temas gerais definidos por Darcy Ribeiro: O Brasil e os brasileiros; Os cronistas da edificação; Cultura popular e cultura erudita; Estudos brasileiros e Criação literária.

Impulsionados pelas utopias do professor Darcy, apresentamos ao Brasil e aos brasileiros, com o apoio dos Correios e da Petrobras, no âmbito da Lei Rouanet, um valioso trabalho de pesquisa, com o desejo de que nos reconheçamos como a Nova Roma, porém melhor, porque lavada em sangue negro, sangue índio, tropical. A Nação Mestiça que se revela ao mundo como uma civilização vocacionada para a alegria, a tolerância e a solidariedade.

Paulo de F. Ribeiro
Presidente
Fundação Darcy Ribeiro

A vontade eclética e independente de um intelectual da Belle Époque

João Ribeiro era do Norte, nascido em Laranjeiras no Estado do Sergipe, em 1860, e desde criança tomou gosto pela leitura, podia ser um livro ou qualquer papel impresso. Esse gosto eclético foi adquirido nas leituras realizadas na biblioteca de seu avô, que cuidou dele desde criança com a morte dos pais:

Meu avô (...) tinha uma biblioteca de cousas portuguesas; meu avô era da geração dos cartistas e franco-maçons, embirrava com padres e frades e como neocatólico adorava Herculano e o Saldanha Marinho. Nem então, nem depois, participei daquelas iras ou entusiasmos; da sua biblioteca o que me atraía era a magnífica coleção do Panorama e a do Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro; se a estes ajuntar o Manual Enciclopédico de Emílio Aquiles Monteverde, que eu lia na escola, terá você o gênesis de todas as minhas letras, ciências e artes daquela quadra.

Foi nessa biblioteca que nasceram, em João Ribeiro, o gosto pela pesquisa e a curiosidade pela cultura popular, além de um sentido estético, tanto pela pintura como pela poesia.

Fez seus primeiros estudos em Aracaju e os terminou em Salvador, sempre com o brilho de primeiro aluno. Em Salvador resolveu continuar os estudos, ingressando na Faculdade de Medicina. Mas a medicina não era a sua vocação. Seu gosto estava

voltado para as matemáticas, com os dados precisos, com as linhas e os números.

Essa escolha o trouxe para a Escola Politécnica no Rio de Janeiro. O contato com a capital e a visão de uma cidade grande e cosmopolita fazem-no esquecer a engenharia. O jornalismo age como uma seta divina na sua consciência, quer trabalhar com Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio, Alcindo Guanabara.

Mesmo optando pelo jornalismo, a curiosidade intelectual levou-o a filologia e a história. Mas a pintura ainda era sua maior paixão. No Rio de Janeiro, Batista da Costa é seu grande mestre e a pintura de paisagens lhe parece o melhor modo de ver como as coisas se transformam.

Entretanto, a curiosidade combinada com a inquietude intelectual fizeram com que ele, em 1887, prestasse concurso para o Colégio Pedro II e se transformasse num professor de História da Civilização e História do Brasil, nesta na companhia de Capistrano de Abreu. Envolvido em tantas atividades, nunca deixou de lado os seus estudos, tornando-se com o tempo um intelectual capaz de associar filologia e história e encontrar nessa combinação a chave para a interpretação da cultura brasileira.

Em 1895, João Ribeiro aventura-se naquilo que, na época, ampliava o conhecimento intelectual e concretizava as experiências de viver: a viagem. Essa primeira viagem o levou à Alemanha e fez com que entrasse em contato com as novas propostas de uma história cultural alemã e com as obras de Jacob Burckhardt, com o intuito de reescrever a história do Brasil:

Quando me propus escrever este pequeno livro pensei em retornar à antiga tradição dos nossos cronistas e primeiros historiadores, que às suas histórias chamavam de Notícia ou Tratado do Brasil. Com isso queriam significar o modo como supriam a escassez de fatos políticos com o estudo da terra e das gentes que a habitavam.

Este belo costume se perdeu, porque, adquirindo o Brasil os foros de nacionalidade, a sua história começou a ser escrita com a pompa e o grande estilo da história europeia; perdeu-se um pouco de vista o Brasil interno por só se considerar os movimentos da administração e os da represália e da ambição estrangeira, esses e outros agentes da sua vida externa.

Por outro lado, era também a oportunidade de ver as novidades nas artes. A atração pela pintura levou-o a investir no gênero e abre caminho para seu gosto pela música. Tudo isso combinado lhe permitiu assumir as funções de crítico e propor que no Brasil houvesse, no campo da história, um embate maior com a natureza:

A nossa natureza é o compêndio. Aqui, há muitos anos, um alemão, o pintor Grimm, fez uma espécie de revolução estética na nossa Escola de Belas Artes onde os alunos faziam paisagens copiando ilustrações.

Não, senhor. Vamos ao campo. Ao ar livre é que havemos de ser paisagistas.

Essa inquietude de João Ribeiro revelava o seu desejo e a sua vontade, na verdade, o seu amor pelas renovações na busca de um pensamento moderno, autônomo, independente e desejoso de propor interpretações, distinguindo-se, assim, das marcas da época, onde a classificação, a tipologia e a comparação pelas semelhanças marcavam a cena brasileira e as viagens faziam parte do incômodo que sentia quanto às interpretações do Brasil.

As viagens também eram caminhos de volta às raízes, a fonte primeira e através do contato com ela dar conta do resultado; é um ajuste de contas que produz melancolia e tristeza, porque identifica o drama do homem americano: Europa ou América.

Os impulsos psicológicos, a observação que apura os sentidos fazem de João Ribeiro, um homem que vive o drama do homem psicológico da modernidade, enfrentando a tensão entre a vida aristocrática do artista e a vida burguesa do escritor, transformando-o num espectador do mundo. A vontade de tomar contato com aquilo que considerava a essência da humanidade e a vontade de transferir esse sentimento para a sua vida brasileira e procurar entender como o brasileiro vive a modernidade pelos sentidos.

Espírito rico e insatisfeito, depois de percorrer as escolas de Medicina, Engenharia e Direito, fixa-se no magistério. Será nosso mais apreciável filólogo, no sentido mais alto do termo: servido por sólida erudição clássica e moderna, parte da observação linguística para as ciências humanas, especialmente a história. Informa sua variadíssima produção uma atitude cética, mas tolerante: graças a ela, pode simpatizar com o modernismo e formular um conceito bastante compreensivo de língua nacional.

A menção da trajetória intelectual do filólogo ao historiador não é rara no período, mas determina diferenças, especialmente quando esse movimento não é excludente, ou seja, não se larga a filologia para entrar na história, ao contrário, acrescenta-se o estudo da cultura e constata-se como para João Ribeiro essas relações tomam a forma do território a ser varrido pelo seu discernimento, a “nação brasileira”.

Para esse homem, a atividade intelectual ultrapassava o modismo da época. Para ele, era fundamental a construção de um novo parâmetro para o Brasil “moderno”, pela revelação dos traços primários constituintes da nação e do espaço territorial, traços estes só compreendidos se ao espaço associarmos o tempo e, a estes, o homem.

E este é o ponto que nos interessa, pois o livro que lerão a seguir é um dos exemplos desse erudito que tinha uma missão: tirar o Brasil da desmoralização. Na “História do Brasil”, publicada em 1900, percebe-se a novidade que representa sua interpretação

sobre o Brasil ao estabelecer um novo caminho para compreensão do passado e com ela atuar sobre o presente para construir o futuro. Sua intenção era mostrar que havia a condição de pensar a história associada àquilo que são os modos de vida social e o meio onde eles se realizam, o que permite pensar que João Ribeiro está interessado em refletir sobre aquilo que por influências várias desde Dilthey até Burckhardt, passando por Reidl e Freytag, mas também alcançando Lamprecht e outros, funda-se em oposição ao historicismo rankeano como “Kulturgeschichte”.

Essa opção pela história cultural, embora realizada apenas pela interpolação de referências culturais aos modos tradicionais de narrativa, revela-se promissora na avaliação da unidade da trajetória intelectual e na afirmação de um projeto de reestruturação cultural do Brasil que estabeleceria novas referências para produção de um conteúdo cultural, básico para João Ribeiro, como essência de uma nova nação e do moderno. A história do Brasil deixaria de ser a dos governantes para ser a do povo brasileiro.

O objetivo de João Ribeiro com História do Brasil ia além da redação de um manual para o curso superior. Em função disso, o texto original foi dividido para atender também às outras classes de ensino. Para ele, o livro criaria as condições de superação das dificuldades enfrentadas pelo povo brasileiro em sua trajetória em direção ao futuro por intermédio do aprimoramento cultural que daria como resultado a consciência da unidade e revelaria o verdadeiro caráter nacional.

Isso é feito através da inserção de novos conteúdos, antes inexistentes nos livros sobre a história do Brasil, que apresentariam uma nova face da nacionalidade brasileira, despertando os cidadãos e dando a eles instrumentos de formação.

Nesse sentido, o que se observa na leitura deste livro é a presença de um projeto para o Brasil fundamentado na construção de uma nação realizada por uma nova forma de educação na qual o passado não deve ser negado, mas superado. Esse otimismo

fazia sentido, uma vez que para João Ribeiro a Proclamação da República era um sinal da evolução da sociedade brasileira e que daria as condições para criação de uma nacionalidade mais consistente na ótica cultural e social, garantindo a autonomia e a independência frente às forças internacionais.

Para João Ribeiro, o Brasil é uma construção que foi obra do colono, do jesuíta, do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros. Essa percepção das contribuições levou o autor a superar as teorias racistas que envolviam as interpretações que limitavam a contribuição ao europeu branco. Além disso, João Ribeiro era muito cioso com o livro e certo momento afirma a sua condição de renovador dos estudos sobre a história do Brasil:

Fui o primeiro a escrever integralmente a nossa história. Ninguém antes de mim delineou os focos de irradiação da cultura e civilização do país; nenhum dos nossos historiadores ou cronistas seguiu outro caminho que o da cronologia e da sucessão dos governantes, caminho seguro mas falso em um país cuja história se fazia ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos. (1900, p. IX)

Porém, deixarei que os leitores possam apreciar por eles mesmos as novidades presentes neste grande livro, selecionado por Darcy Ribeiro para ser mais um dos que formariam a coleção de conhecimentos básicos e necessários para a compreensão da história da nossa terra.

ANTONIO EDMILSON MARTINS RODRIGUES É PROFESSOR DA PUC-RIO – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA E DA UERJ – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. LIVRE DOCENTE EM HISTÓRIA DO BRASIL PELA UERJ.

HISTÓRIA DO BRASIL

João Ribeiro



João Ribeiro, filólogo e historiador

Em 1880 aparecia no Rio de Janeiro um moço nortista escrevendo gramáticas e ao qual se atribuía grande aptidão para os estudos de linguística. Esse nortista, que então se soube ser de Sergipe como Silvio Romero, limitava as suas aspirações às glórias do mundo pedagógico.

Quem escreve estas linhas, por ocasião de dar notícia, na *Semana* (1887) de um dicionário gramatical, editado pela casa Nicolau Alves, disse que o autor desse trabalho, bem como dos *Estudos filológicos*, publicados em 1894, distinguia-se dos outros seus colegas por uma singular vocação para aquilo a que os ingleses chamam, em sentido particularíssimo, discernimento.

Nem todo o homem de ciência ou que se apresenta como tal, exprimia-me eu, dispõe dessa força inimiga de discernir. Muitos indivíduos há que a adquirem pela diuturnidade do exercício, ou que nascem com a bossa da generalização, mas que por conformação especial do intelecto nunca chegam a ter um sentimento definido da função do discernimento. São estes seguramente os que mais exercem as suas aptidões em coordenar fatos confusos, fugitivos, e que, por último, na impossibilidade de tornar a verdade, por assim dizer, tangível, acabam, concentrados em analogias arbitrárias, recorrendo à dedução de tipos preestabelecidos.

João Ribeiro não perdeu tais qualidades, antes as apurou; e o livro *História do Brasil*, que acaba de sair dos prelos, prova-o sobrejamente. A clareza do seu espírito, e portanto dos seus escritos, avulta dia a dia, tomando cada vez mais extensão científica e brilho literário; o que se explica pela variedade de cultura do professor desdobrado num artista. Pintor, músico, poeta, formado em direito, o autor da *História do Brasil*, que já manejava com vantagem os métodos de ensino ingleses, agora, depois de uma estada de dois anos na Alemanha, comissionado pelo Governo para estudar os processos de ensino superior de história, surpreende-nos com uma feição nova e carregada desse gênio paradoxal que, na pátria de João Paulo Richter, tem produzido, senão arrebatado ao professorado, os mais cintilantes e originais dos seus escritores. Assim sucedeu, entre outros, a Schopenhauer, a Max Stirner, e mais recentemente a Frederico Nietzsche, sendo que este é o que se pode dizer verdadeiramente a transfiguração de um gramático e filólogo num poeta de largo remígio. Pois bem, João Ribeiro assimilou esse espírito característico da literatura alemã; e não o fez em balde, porque hoje não hesita em o pôr ao serviço do ensino de história geral da civilização e do Brasil, dando aos seus novos trabalhos o encanto que só o homem de letras, dedicado ao magistério, ou o *privat-dozent*, educado à moderna, na filologia clássica, consegue imprimir nesses manuais insígnies, que são a glória da pedagogia do século. De fato, e o mestre com facilidade se convenceu disso, há presentemente livros dessa natureza na Alemanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos, que fazem pensar no que será o ensino em meados do século XX: – uma inoculação elétrica dos conhecimentos necessários à vida pelos processos simplificados da economia do esforço intelectual e pelo desenvolvimento do gosto artístico latente em todo homem que não seja um cretino. Já se encontram, por exemplo, os *Álbuns históricos* de Lavisse, que ensinam pela retina; e professores há que preconizam a aplicação

à história de uma espécie de método Berlitz; isto é, a criação de estados de consciência no aluno em virtude de contínuos mergulhos num meio de ressurreição histórica. Compreende-se, porém, que sacrifícios de paciência e de dinheiro não são precisos para promover esses passeios históricos maravilhosos e constituir gabinetes de trabalho de modo a utilizarem-se todos os esforços do professor. Na falta de tais recursos restam o manual e a *verve* do mestre. Na Alemanha e nos Estados Unidos a confecção de semelhantes manuais supletórios tem-se tornado uma questão vital. O método é a maravilha da escola e a delícia do professor; e no que entende com a pedagogia histórica, completamente abolidos os processos de exposição, ainda infelizmente usados em nossas escolas, e que apenas servem para criar no aluno antipatias profundas por essa casta de estudos, o manual é a carta de navegação pela qual o pior piloto pode levar o discípulo ao porto do destino. O autor da *História do Brasil* procura justamente fazer entrar a corrente pedagógica, que tem produzido esses trabalhos, nos seus hábitos de ensino.

Não se exigem mais, da história, dizem Langlois e Seignobos na sua *Introdução aos estudos históricos*, lições de moral, nem exemplos cavalheirescos, nem também cenas dramáticas ou pitorescas, sendo certo que, quanto a tais objetos, a legenda seria preferível à história, porque ela apresenta um encadeamento das causas e dos efeitos mais conforme aos nossos sentimentos de justiça, descreve personagens mais perfeitos e heroicos, cenas mais belas e emocionantes.

Os competentes, portanto, há muito tempo condenaram a mania de empregar a história como instrumento de exaltação patriótica ou do lealismo, isto por uma razão óbvia, e é que do

método assim entendido resultava que illogicamente cada país tendia a fazer aplicações da ciência na conformidade dos seus interesses particulares, mutilando a vida dos povos no sentido dos seus ódios ou dos seus entusiasmos. É assim que vimos, para não ir muito longe, Oliveira Martins, aliás o maior escritor de história da língua portuguesa, deformar o tipo de D. João VI, simplesmente porque este príncipe causou a Portugal o enorme prejuízo de arrebatá-lo ou dar motivo a que lhe arrebatassem o Brasil. Não cabe aqui verificar até onde é lícito utilizar a doutrina a países como o nosso, semicoloniais. É difícil dizer se o mundo já pode dispensar esse, embora velho, conhecido instrumento de civilização, e se esse aparelho de defesa nacional está no caso de ser abandonado tão cedo para dar lugar a um cosmopolitismo duvidoso, inorgânico, que, não podendo ainda ser o que Augusto Comte imaginava, não passa na realidade do campo de ação em que tripudia o egoísmo feroz de alguns governos e se avantajam os grandes especuladores pertencentes à escola místico-industrial preconizada por Cecil Rhodes.

Não sei também por outro lado se Fouillée terá razão quando se pronuncia pela educação no ponto de vista nacional, quebrando um tanto os excessos do ensino naturalista e pondo nos programas mais *humanidades* do que ciências práticas, o que até certo ponto não deixa de ser uma incoerência à vista do edificante exemplo e muito recente dos intelectuais de França. É bem possível que não tarde a chegar a época em que se encontrem meios de fazer em minutos o que em outros tempos se obtinha em longas horas extenuantes, e que uma cuidadosa reforma dos estudos clássicos indique o caminho de ganhar a vida em sociedade com grandes ideais, sem desprezo da poesia e da arte, e realizando nas fábricas os mesmos prazeres que gozam os artistas nos seus *ateliers*. Não duvido que se aproxima o dia do triunfo anunciado por Forneli na *Educação moderna*; e será então um gosto ver aplicar, em benefício

de todos os que têm figura humana, “o método da mente científica e artística à mente prática.” Ora é certo que nenhum caminho há mais comezinho para essa tentativa do que a aprendizagem de história. João Ribeiro o está aplainando e oferece já um tanto desbravado à nossa mocidade. Talvez seja o seu compêndio o primeiro que encontro sobre o Brasil, com a vibração do verdadeiro manual de história moderna; e maior seria o seu valor, se, a par desse manual, eu visse o professor funcionando em colégio aparelhado, já não digo como o de Haward, nos Estados Unidos, mas como o de um país *soi disant* latino, refiro-me à *École des Roches* em França, onde se não ensina a história separada da geografia, e, segundo informa Edmundo Demolins no livro *L'éducation nouvelle*, essa disciplina começa a ser professada desde os primeiros passos do aluno concretamente nos exercícios e diversões, fora d'aula, antes de qualquer esforço de ordem puramente intelectual, e depois, quando já preparado o espírito infantil com um bom cabedal de fatos pitorescos, de figuras humanas salientadas pelo relevo da escultura, da pintura, da gravura, da anedota, passa a ser incutida ou antes coordenada quase intuitivamente sob o prestígio dos métodos superiores criados pela teoria evolutiva.

É pena que os programas fatalmente adotados entre nós não tenham permitido ao autor da *História do Brasil* distribuir as matérias do manual de acordo rigorosamente com essa concepção do ensino histórico geográfico. Todavia, do exame do livro vê-se o empenho utilizado nesta direção; e é manifesto o partido que o professor inteligente pode tirar dos capítulos não destinados à leitura do aluno. Neste ponto João Ribeiro abriu, se não estou enganado, uma fase nova para o ensino de história no país; e oxalá que o seu exemplo não fique esterilizado diante da indiferença dos que estudam essas questões.

Não vou analisar a obra cujo valor se impõe à simples leitura do índice. O autor, conforme declara em uma nota final do livro,



segiu à letra as indicações de Martins, que incontestavelmente foi o iniciador da filosofia da história da civilização do Brasil no admirável trabalho *Como se deve escrever a história do Brasil*. O compêndio, além disso, condensa e coordena as ideias dos espíritos mais esclarecidos que se têm ocupado com o assunto.

A alma da história do nosso país como a de toda a América do Sul, o historiador a vai encontrar no espírito de navegação e na expansão econômica europeia, que, outrora benéfica para a humanidade, hoje constitui talvez a causa das infâmias em via de ser postas em prática na Ásia e na África pelas mesmas nações que ilustravam essas regiões. Acaso essa ideia geral, como também as ideias adjetas e que no seu complexo são a ossatura da nossa história, achar-se-ão mal colocadas num manual para meninos? *Hic jacet lepus*. Ao professor do tipo régio com certeza isto se afiguraria o maior despautério dos tempos que correm. Certo lente de latim, por exemplo, que eu muito conheço e considero um acérrimo apologista do *menor esforço*, diz, para quem quiser ouvir, que tais processos não passam de tendências levianas para inovações impraticáveis. Ora, isto só indica que, por desventura da nossa instrução, ainda não se fechou o ciclo do magistério-indústria; nem se formou no país a corrente de sentimentos que julgo indispensável à difusão do ensino pelo modo e intensidade por que o exige a República. Todavia vejo que há professores como Said Ali e o autor da *História do Brasil*, cujos horizontes não são limitados pelo interesse e pelo medo de progredir, e que felizmente vão aos poucos rompendo a espécie de nevoeiro eslavo que oprime as nossas escolas. Estes, pelo menos, acreditam que as ideias, por mais alevantadas que sejam, podem penetrar perfeitamente no intelecto do menino, contanto que o mestre saiba aproximar-se deles, despindo-se do espírito de pura burocracia pedagógica, e tenha o preciso talento de dar corpo às coisas abstratas, ou melhor possa transformar as ideias gerais em sentimentos, vestindo-as



com as cores dos objetos da vida diária e familiarizando o espírito infantil com a ciência, que, em última análise, só é difícil enquanto reside na nomenclatura técnica.

O manual de João Ribeiro é um excelente guia naquele sentido. O aluno só terá que ler do seu livro as narrações e fatos capitais da história nacional, o que se pode chamar a parte dramática dos acontecimentos; o mais fica a cargo do professor. O compêndio fornece todas as indicações que o devem induzir a estudar não somente a filosofia dos fatos, a sua filiação, e as interdependências geográficas, mas também a oportunidade de exibi-las e o modo consentâneo a cada aluno de despertar o interesse sobre eles, servindo-se das analogias que no ambiente próximo se oferecem como veículo de iniciação. Essa direção no compêndio é dada ao mestre inteligente com o critério desejável, o que não o priva de modificá-la, de acordo com a crítica que cada professor tenha conseguido fazer sobre documentos originais.

Ora, por exemplo, temos a lição de introdução do curso. Presumo que o mestre esteja numa sala, onde se encontram alguns mapas murais do Brasil e da Europa. Não custará a esse professor fazer a sua primeira lição chamando a atenção do aluno para os dois pontos geográficos – Portugal e Brasil – para sua situação continental e para a interposição do oceano, materializando, por assim dizer, a ideia longínqua e obscura que a leitura daria da viagem de descoberta da América do Sul. Se aí existirem os quadros da primeira missa de Victor Meireles e de outros artistas que se têm ocupado com o primeiro movimento da nossa história, tanto melhor; poderá o dito professor reunir à primeira impressão produzida pelos mares e pelas terras distantes as figuras dos homens que tomaram parte saliente no descobrimento do Brasil e os atos mais importantes em sua ordem cronológica.

Até este ponto o discípulo não terá ouvido nenhum famoso discurso revelador da grande *sabença* do pedagogo, nem tampouco

terá sido torturado com preleções sobre sistemas de história ou questões de exegese como por exemplo: – *seria João Ramalho o bacharel de Cananea?* – *Brasil se deve escrever com s ou com z?* – e outras bizantinices, que são o prazer predileto de certos nefelibatas. Nada disso; mas agora será oportuno explicar, terminando a primeira lição, o índice do livro. Essa explicação converter-se-á facilmente – e tudo depende do gênio sugestivo de quem a emprender, – num quadro sintético e pitoresco da formação do país, e assim por diante. É preciso que o menino, ao retirar-se da aula, saia com o sentimento de que o seu espírito cresceu, ampliando-se num raptó de alegria, como se porventura ele tivesse assistido à descoberta do Brasil e houvesse acompanhado o seu desenvolvimento em poucas horas. Semelhante estado de consciência é a coisa mais fácil de produzir na alma das crianças, que eu conheço, havendo mestres. E pode calcular-se a curiosidade com que no dia seguinte, à segunda lição, o aluno se apresentará pedindo os detalhes relativos ao esboço que lhe foi mostrado e que tanto o encantou. É intuitivo o que se deverá propor à atenção escolar nas lições subsequentes.

O livro IV do manual, exemplifiquemos ainda, trata em globo da formação do Brasil; o nº III inscreve-se com o título *Uma entrada*. Haverá capítulo de história mais fatigante para o aluno chucro que a descrição do que era uma bandeira naqueles tempos? Por certo que não. Mas pense qualquer um de nós o que há de interessante nesse fenômeno social, e o relevo que ele pode ter na boca de um professor, de talento, que seja homem de letras e possua cultura geral. Se este se propusesse a falar à imaginação infantil, bastaria lembrar o drama no deserto, a luta com a natureza, a guerra do selvagem, a surpresa das feras, o aparelho da defesa, e o herói de uma entrada como, por exemplo, Anhanguera. Depois as analogias para tornar compreensível a organização da bandeira;



não são elas acaso uma região fértil onde o explicador iria buscar elementos fertilizantes do espírito dos alunos?

Creio que não é necessário dizer mais relativamente ao livro de João Ribeiro, encarado como chave de ensino e de iniciação dos professores.

Resta referir-me um pouco à crítica histórica que se contém na obra, que, segundo sou informado, nesta segunda edição, sairá ampliada e expurgada dos defeitos que o próprio autor notou e que se devem à rapidez da composição.

João Ribeiro enfeixa os dois primeiros séculos da nossa história em volta do espírito de navegação ou de descobertas e da causa do comércio livre. Suponho que o historiador simplificou demais o que de si se acha envolvido em complicações inextricáveis. Se foi a causa do comércio livre que nos trouxe o jugo holandês, o que não me parece ser uma causa absoluta, não foi com certeza a esquadra espanhola que fundamentalmente nos defendeu dos *rouliers de la mer*.

Sabe-se o que era o litoral do Brasil nesse período: sabe-se, também, a importância que podia resultar das vitórias dos piratas, cujas tendências eram de todo opostas à permanência, e, portanto, à colonização árdua, trabalhosa e mesquinha, para a qual só o português então se mostrava apto. Esse fator, portanto, perde a sua gravidade e valor dinâmico, desde que se atenda a que a força residente em terra sobrelevava, graças à intensidade dos interesses e da expansibilidade vernácula do caráter de alguns homens, a tudo quanto no mar surgia em oposição a esse desenvolvimento; porquanto o holandês, se andara com brilho, em compensação a sua ação era flutuante e aleatória como tudo que repousava nos destinos da Companhia das Índias Ocidentais. No *Papel Forte* do Pe. Antônio Vieira encontra-se, já se sabe que nas entrelinhas, o segredo de todo o precário fulgor da aventura de Maurício de Nassau. Todavia, a narração de João Ribeiro não exclui que se



chegue a estas conclusões, uma vez que o espírito se apoie nos pontos marcantes da mesma narração.

Há no livro uma corrente de ideias subterrâneas que se prendem à federação. Porque, francamente, o autor não derivou dos núcleos, que ele tão bem descreveu, no livro 5º, com as suas idiossincrasias e caracteres étnicos e de educação, a nossa transformação atual? Julgo haver percebido nisso uma tendência, que, mais de uma vez, tenho profligado em conversa com o autor. João Ribeiro deixou-se por algum tempo fascinar pelo Imperialismo da *english-speaking-race*; se com razão ou sem ela, não sei; mas o que afirmo é que o seu espírito não comporta esse aspecto da atualidade política do mundo, não só por contrário à sua índole e às molas da sua inteligência, mas também porque será um obstáculo ao embelezamento da obra, que em boa hora empreendeu, de ensinar a história de seu país às crianças e aos homens que a não conhecem.

Mais duas palavras, e vou fechar este prefácio, escrito com o amor e prazer que me inspiram todos os assuntos nacionais.

As duas palavras importam uma retificação, em que sou pessoalmente interessado.

Tenho ou não tenho o direito de impedir que a propósito de um ascendente meu corram ideias pouco exatas? Parece que ninguém o negará.

Diz João Ribeiro na 1ª edição da *História do Brasil*, referindo-se ao malogro da Confederação do Equador (1824): “As adesões foram mais palavrosas que efetivas desde Alagoas ao Ceará.” Há nestes termos grave injustiça aos patriotas do Ceará. Se é verdade que Paes de Andrade, em Pernambuco, se retirou da luta, apenas sentiu o movimento das forças monárquicas, outro tanto não se deu no Ceará, que chegou a constituir-se em estado federado, pondo o presidente constitucional, organizando junta, arvorando bandeira, e depois elegendo o seu presidente, que foi Tristão

Gonçalves de Alencar Araripe, homem moço, de alma varonil e incapaz de recuar uma linha do seu propósito. Com efeito naquela ex-província as coisas não se passaram precisamente como diz o historiador. Correu muito sangue; houve luta; e no patíbulo padeceram *morte paternal*, na conformidade do decreto de D. Pedro I, o Padre Mororó e outros cearenses valorosos. Quanto a meu avô, em Santa Rosa, perto de Russas, a 31 de outubro de 1824 e depois de repelir a anistia oferecida por Cochrane, cercado de 1.200 imperialistas, sucumbiu, morto covardemente por traidores, que se bandearam para o inimigo. É o que acho escrito nas páginas insuspeitas dos livros de Theberge, João Brígido e Studart. O Ceará, porém, tem sido infeliz com os historiadores gerais. Raras referências se fazem aos seus sacrifícios; e quando se fala na própria abolição, se diz que os jangadeiros impediram o tráfico e se coloca esse fato como incidente histórico de importância secundária, quando é certo que a libertação súbita de 18.000 escravos, pois tantos eram os ali existentes em 1878, foi uma surpresa e ao mesmo tempo um golpe de morte no ânimo dos abolicionistas dos processos lentos, evolutivos ou racionais.

Rio, 15/VI/900.

T. A. Araripe Junior

PREFÁCIO DO AUTOR

Quando me propus escrever este pequeno livro pensei em retornar à antiga tradição dos nossos cronistas e primeiros historiadores, que às suas histórias chamavam de *Notícia* ou *Tratado do Brasil*. Com isso queriam significar o modo como supriam a escassez de fatos políticos com o estudo da terra e das gentes que a habitavam.

Esse belo costume logo se perdeu, porque, adquirindo o Brasil os foros de nacionalidade, a sua história começou a ser escrita com a pompa e o grande estilo da história europeia; perdeu-se um pouco de vista o Brasil interno por só se considerarem os movimentos da administração e os da represália e da ambição estrangeira, uns e outros agentes da sua vida externa. Era da natureza desses agentes transformarem-se em equivalências novas, tão distintas das primitivas, que seria difícil reconhecê-las. Que restou entre nós dos holandeses? Nada, senão os efeitos do monopólio, e uns começos de sensibilidade pessoal e autônoma que nos produziu a irritação da luta. Qual o vestígio dos espanhóis em 60 anos de domínio? A possibilidade de formar sem contestação o Brasil maior e romper o estreito óbice do meridiano da demarcação. Nenhum dos dois grandes resultados é caracteristicamente holandês ou espanhol e a eles podíamos chegar por outros instrumentos do nosso destino.

Ao contrário, nas suas feições e fisionomia própria, o Brasil, o que ele é, deriva do *colono*, do *jesuíta* e do *mameluco*, da ação dos

índios e dos *escravos negros*. Esses foram os que descobriram as minas, instituíram a criação do gado e a agricultura, catequizaram longínquas tribos, levando assim a circulação da vida por toda a parte até os últimos confins. Esta história a que não faltam episódios sublimes ou terríveis, é ainda hoje a mesma presente, na sua vida interior, nas suas raças e nos seus sistemas de trabalho que podemos a todo o instante verificar. Dei-lhe por isso uma grande parte e uma consideração que não é costume haver por ela, neste meu livro.

Em geral, os nossos livros didáticos da história pátria dão excessiva importância à ação dos governadores e à administração, puros agentes (e sempre deficientíssimos) da nossa defesa externa.

É certo e é difícilimo atender a todos os elementos que entraram na composição do Brasil, marcar-lhes o grau de colaboração em que agiram. Seria preciso atender num só tempo ao trabalho de toda a cultura coletiva, na vida oficial e na do povo.

A inteligência que pudesse abranger todo esse sistema de equações diferenciais simultâneas, só essa teria o exato e perfeito sentimento da nossa história, como disse Du Bois Reymond, a propósito da história do mundo.

Pelo exclusivo conhecimento das guerras nunca poderemos conhecer os povos, como nunca lograremos conhecer a vítima pelas informações do algoz.

Neste livrinho, onde aliás não caberiam dissertações filosóficas, creio que há uma ou outra dessas ideias gerais que já agora andam aí repetidas.

Liguei o descobrimento do Brasil aos ciclos dos navegadores que dilataram o ocidente europeu, através do Atlântico. Liguei a história das primeiras lutas internacionais à grande causa econômica da expansão europeia, à causa do comércio livre, do internacionalismo, do *mare clausum* ou *mare liberum* que é uma das feições do século XVII.



Foi a causa do comércio livre que nos trouxe o jugo holandês; só uma esquadra poderia defender-nos dos *rouliers de la mer*, e essa foi a espanhola, e depois foi ainda, indiretamente, a inglesa. Nem nós, nem Portugal conosco, conseguiríamos tamanho resultado.

Do sentido em que se deve tratar a história interna, von Martius deu apenas indicações vagas e inexatas, mas caracterizou a multiplicidade de origens e de pontos de iniciação no vasto território; sem embargo da contestação de alguma crítica menos bem informada, fui o primeiro a escrever integralmente a nossa história segundo nova síntese. Ninguém, antes de mim, delineou os focos de irradiação da cultura e civilizamento do país, nenhum dos nossos historiadores ou cronistas seguiu outro caminho que o da cronologia e da sucessão dos governadores, caminho seguro mas falso em um país cuja história se fazia ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos.

Indiquei, se me é permitida a expressão que acredito clara, as quatro células fundamentais que por multiplicação formaram todo o tecido do Brasil antigo: a de Pernambuco que gera os núcleos secundários da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas e a cujo influxo maternal sempre obedecem (na guerra dos mascates, 1710-12, na revolução de 1817, na confederação do Equador); a da Bahia que absorve Ilhéus e Porto Seguro e gera Sergipe; a de São Paulo donde evolve todo o oeste, com os bandeirantes, Goiás, Minas, Mato Grosso; a do Rio que pelo elemento oficial em luta com os espanhóis faz nascer, e já tarde, as capitânicas do extremo sul; a do Maranhão ou Pará que gera as unidades administrativas do extremo norte, e sempre viveu separado do Brasil e até pelos portugueses lhe foi lembrado no tempo da independência que poderia manter, como um novo Canadá, o lealismo à Coroa.

Esses são os núcleos primitivos do organismo nacional. Todos os demais são secundários e recentes. Se a ideia da federação na República fosse menos política e filosófica do que histórica, atender-se-ia a essa importante consideração.

Notei que cada um desses focos tem o seu sentimento característico; o da *Bahia* é o da religião e tradição; o de *Pernambuco* é o radicalismo republicano e extremo de todas as revoluções; o de *São Paulo* (Minas e Rio) é o liberalismo moderado (aclamação monárquica de Bueno, as “províncias coligadas” que sustentaram a independência com a monarquia etc.); o da *Amazônia*, demasiado indiano, é talvez o da separação como o é no extremo sul o Rio Grande (a formação recentíssima), demasiadamente platino.

Expus que sempre houve nos nossos movimentos de emancipação política duas correntes liberais separadas: uma dos *mamelucos* que desde o século XVII almeja em suas revoluções a república, o federalismo e mesmo o abolicionismo; outra, da sociedade colonial, latina e portuguesa, que faz o constitucionalismo, o Império e com ele a centralização e a unidade.

Esta última corrente tende a desaparecer da política, pela progressão das raças nacionais; a independência foi para ela como que a supressão de suas fontes e daqui a pouco o que resta do seu *abstractum*, da sua base física, terá desaparecido.

A monarquia é o último vestígio da sociedade e do liberalismo colonial, é ao mesmo tempo o mais delicado e o mais tênue; era da sua natureza extrema e frágil dissipar-se como espírito. Daqui por diante, como os europeus depois dos árabes, perdendo os seus últimos preceptores, o Brasil terá que andar sozinho, e desabitado do trabalho, ganhar o pão amargo da vida chamada independente.

Não passei além da proclamação da república (1889); os sucesos são ainda do dia de hoje e seria prematuro julgá-los em livro destinado ao esquecimento das paixões do presente e à glorificação da nossa história.

22 de Abril de 1900 – Janeiro, 1908.



I O DESCOBRIMENTO

*Esta terra, Senhor... é em toda praia praina,
chan e mui formosa... Em tal maneira é graciosa,
que querendo-a aproveitar dar-se-á nela tudo.*

Pero Vaz de Caminha
Carta, no 1º de maio de 1500.



OS DOIS CICLOS DOS GRANDES NAVEGADORES

O primeiro impulso que arrastou os portugueses às terras incógnitas da África foi a escravidão. Não haviam ainda os turcos fechado o caminho do Oriente, no fundo do mediterrâneo, e já os portugueses eram os grandes navegadores ocidentais. A caça do homem negro levou-os a arrostar o *mar tenebroso* e desfazer a lenda medieval que considerava inacessível ao homem a zona tropical africana. Mais tarde o ouro da Costa foi mais um incentivo, além da escravidão. É certo que a esta ambição de Império se ajuntava à Fé cristã em luta contra os sarracenos. Desde 1415 é tomada Ceuta aos mouros; logo depois os navegantes portugueses Zarco e Tristão Vaz descobrem a Madeira (1420); Gil Eanes dobra o Cabo Bojador (1433) e sucessivamente vão revelando as terras africanas em percurso de trezentas e cinquenta léguas. Ainda o próprio Bartolomeu Dias que descobriu o Cabo das *Tormentas* (depois da *Boa Esperança*), não sabia sequer que havia atingido o extremo meridional do continente negro e foi muito além dele pelos mares, supondo que tinha à esquerda a costa africana; pouco a pouco, porém, foi velejando e subindo para o norte e teve a revelação jocunda de que havia contornado a África.

Desde esse momento firmou-se a ideia de atingir a Índia, pelo meio dia; corria então pela Europa o mito do Preste João, e ao tempo que as caravelas de Bartolomeu Dias levavam o rumo do sul,



seguiam por terra à Abissínia (reino do legendário rei) Peres da Covilhã e Afonso de Paiva, desta arte D. João II, o *príncipe perfeito*, abraçava a África, por mar e terra, pelo sul e pelo norte.

Pouco depois em 1497 partia de Lisboa Vasco da Gama que, com grande glória, achou o caminho da Índia.

Seria a América fatalmente descoberta pelos portugueses dentro de pouco tempo, ainda que Colombo não existira; porque eles, por experiência dos mares africanos, afastavam-se sempre para oeste com fim de evitar as calmarias da Costa de Guiné; o próprio Vasco da Gama na sua célebre viagem bem perto passou das terras brasileiras e talvez só por acaso não percebeu qualquer indício delas. Cabral, enfim, que seria o Colombo português, primeiro dos navegadores da Índia, avistou a terra americana a 22 de Abril de 1500. É que eles seguiam a *corrente oceânica* que corre no Atlântico do lado das nossas praias.

O descobrimento do Brasil, pois, foi o que seria igualmente o da América, *um episódio do périplo africano*.

Por outra parte e de modo diferente, desde os trabalhos de Marco Polo e dos cosmógrafos mais hábeis, os espíritos livres haviam retomado a tradição antiga da Atlântida. A ideia predominante era mesmo que entre *Cathai* (China) e a Europa, o atlântico se estenderia apenas por 90 graus.

Por isso mais tarde a *Antilha* foi considerada um trecho de *Zipangu* (Japão), imbuído dessas ideias, escreve entretanto algures que o seu descobrimento nada dependera da geografia, astronomia, ou de qualquer indicação da ciência; fora obra divina e providencial. Era esse grande gênio, porém, como todos os místicos, tenaz nas suas empresas. Sua intenção era a de catequizar a gentiidade e extrair ouro bastante para reconstruir o Santo Sepulcro. Não deixou todavia de ter informações mais ou menos precisas do pensamento de seus contemporâneos quanto à possibilidade da circum-navegação; conheceu e foi amigo de muitos dos navegantes portugueses, de cuja arte e convivência tirou todo o proveito.



E por isso, a glória de realizar o grande cometimento é toda inteira dele e incomparável.

Com a viagem de Colombo abre-se um novo *ciclo de navegações que tendem a atingir o oriente*, não pelo périplo da África, *mas diretamente pelo poente*.

“El levante por el poniente”, é a expressão própria desse grande pensamento.

O resultado foi a descoberta da América. Mas tal era a atração da Índia que ainda depois foi tentado o périplo da América pelo extremo sul, para chegar-se ao oriente-asiático, tentativa louca e dispendiosa, atenta a vastidão da viagem, que equivalia a uma circum-navegação do globo. Esse momento, vê-lo-emos, tem importância na nossa história.

O Brasil também necessariamente teria de ser descoberto numa dessas viagens do *ciclo ocidental*, e de fato o foi. Ojeda e Vespúcio tocaram a terra brasileira no extremo norte em 1499; Vicente Janez Pinzon e Diego de Leppe atingiram o Brasil em janeiro, fevereiro e talvez março de 1500, precedendo a Pedro Álvares Cabral, o descobridor português.

A descoberta da nossa terra foi, pois, feita quase ao mesmo tempo por espanhóis e portugueses, por isso que o Brasil se achava na interferência dos dois ciclos dos navegadores, o *ciclo atlântico ocidental* e o *ciclo atlântico sul*, o dos descobridores do Novo Mundo e o dos do caminho da Índia que se cruzavam uns e outros na linha equatorial.

Os primeiros procediam *a priori*, seguindo o ousado exemplo de Colombo, pretendendo a circum-navegação segundo um paralelo intertropical; os segundos, *a posteriori*, acompanhando a costa africana, e só depois de terem verificado que era possível contorná-la. A uns, guiava-os a teoria da esfericidade da terra; a outros, a experiência e a prática da navegação que eles próprios iam criando ao redor da África.

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL
PELO CICLO DOS NAVEGADORES DE OESTE
(JANEZ PINZON E DIEGO DE LEPE)

Alonso, Francisco e Vicente *Pinzon* eram três irmãos ricos, de importante família andaluza, que colocaram os seus haveres em empresas marítimas de grande ousadia. Foram sempre dedicados a Colombo e com ele descobriram a América; Alonso comandava a *Pinta* e Vicente a *Nina*. Mais tarde, sete anos depois, sem romper os laços de afeição com o descobridor do Novo Mundo, Vicente Janez Pinzon equipou uma frota de 4 caravelas e veio em procura de terras ainda não descobertas. Descendo ao sul da linha, atingiu a costa do Brasil, reconhecendo um cabo que denominou de *Santa Maria de la Consolacion* a 20 de janeiro de 1500. Esse ponto extremo (ou outro próximo) do continente americano foi logo depois chamado o Cabo do *Rostro hermoso* e pelos portugueses Cabo de Santa Cruz (nome do Brasil) e afinal Cabo de *Santo Agostinho* (Pernambuco). Pinzon partira de Palos em princípios de dezembro. Atingindo a terra americana, seguiu a costa pelo norte, por onde foi deixando sinais de ocupação, inscrições nas árvores e nas rochas e, segundo a narração dos cronistas espanhóis, sucedeu-lhe e aos seus sanguinolenta aventura com os selvagens que se lhes antolharam grandes e fortes como germanos. No Rio Meary observou, e foi o primeiro, a *pororoca*, e navegou o *mar d'água doce* do Amazonas.

Perdendo de vista o Brasil, viajou Pinzon por outras terras americanas, e só chegou a Palos em setembro de 1500, sendo logo



depois criado – governador das novas terras descobertas. É fato, porém, que delas nunca tomou posse, nem em tempo algum fez valer os seus direitos. Daí por diante a sua vida é obscura; é companheiro de Solis na viagem ao longo da América do Sul em 1508; porém de 1523 em diante não se sabem mais notícias suas...

Varnhagen entende que o Cabo de *Santa Maria de la Consolacion* é a ponta de Moçuripe (Ceará), e o *Rostro hermoso* será a ponta de Jererécua.

A viagem de Pinzon precede a de Alonso de Hojeda que, em companhia de Vespúcio e Juan de la Cosa, em junho de 1499, encontra uma terra alagada a 5° de latitude sul e parece ser a do Rio Grande do Norte, no delta do Assú.

Poucas semanas depois de Pinzon, entre fevereiro e março de 1500, aportou ao Brasil outro navegador espanhol de Palos, Diego de Leppe, que, reconhecendo o Cabo de Santo Agostinho, navegou algum tanto para o sul, verificando então que a linha da costa corria na direção do sudoeste. Voltou depois para o norte e seguiu rumo igual ao de Pinzon. Depois dessas viagens de Pinzon e Leppe, ficou verificada a configuração piramidiforme do Brasil, pelo conhecimento da linha da costa ao norte e a curva dela para sudoeste.

Pelo que acabamos de relatar, não há dúvida alguma que os espanhóis tiveram a prioridade histórica ou cronológica no descobrimento do Brasil. Outras razões, porém, haviam de prevalecer, sobretudo entre essas o prévio acordo diplomático entre Espanha e Portugal, sob o arbítrio da Santa Sé.

Quando se descobriu a América, então suposta Índia, houve um estremecimento entre as cortes católicas da Espanha e Portugal. Este, a quem o papa havia doado a Índia oriental (tal se doavam a príncipes defensores da fé as nações de gentios), se julgou lesado

em seus direitos. Tornou-se preciso regulamentar a conquista do ocidente; nesse sentido imaginou-se a *linha de marcação* (1493) de polo a polo, que limitava a esfera da ação portuguesa até 100 léguas além de Cabo Verde; esse limite coibia demasiado a expansão portuguesa; era a obra de um papa espanhol (Alexandre VI), e o rei de Portugal esteve a ponto de pegar em armas e de com uma esquadra tomar à viva força as descobertas de Colombo. Ainda a intervenção do papa, ajudada pela sagacidade de Fernando de Castela, conseguiu conjurar o conflito, e, depois de muitas negociações, celebrou-se o *Tratado de Tordesilhas* de 1494, pelo qual a linha definitiva da demarcação deveria correr a 370 léguas a oeste de Cabo Verde. Como os papas não aceitavam a teoria da redondeza da terra, julgavam que assim de modo nenhum seria lesado o interesse da Espanha.

Em vista desse tratado, as terras descobertas por Pinzon e Leppe, do Cabo de Santa Maria de la Consolacion até o *mar d'água dulce* (Amazonas) caíam sob a esfera da posse portuguesa. E é por isso que a prioridade desse descobrimento pelos espanhóis, feito cinco anos depois do tratado, não poderia prevalecer. A verdade contudo é que a Espanha nunca ocupou o norte do Brasil; nem espanhóis nem portugueses conseguiram colonizar essas terras no século XVI; ao findar esse século, o domínio português no Brasil ia pouco além de Itamaracá, e todo o litoral do norte até o Oiapoque era vago e entregue aos piratas e ao gentio. E demais, toda a reclamação se foi tornando obsoleta e impossível desde que já em 1581 Portugal e o Brasil caíam sob o domínio de Espanha.

O Brasil foi para os portugueses uma dádiva da sua diplomacia.

DESCOBRIMENTO DO BRASIL
PELO CICLO DOS NAVEGADORES DO SUL
(PEDRO ÁLVARES CABRAL)

No dia 9 de março de 1500, saía do Tejo em demanda da Índia, para prosseguir na conquista encetada por Vasco da Gama, uma grande armada de treze caravelas e mais de mil homens de guarnição. Um dia antes e que era domingo, estive surta em frente à praia do Restelo; toda a marinhagem ouviu missa e o sermão do bispo de Ceuta na ermida de Belém, onde foi abençoada a bandeira com a cruz de Cristo. Foi esta levada em procissão até o embarcadouro e então entregue a Pedro Álvares Cabral pelas mãos de El-Rei D. Manoel. Fizeram-se então as despedidas entre os adeuses do povo que acorrera à praia; e, enfunadas as velas onde se viam pintadas as cruzes de Cristo, entre charangas e tambores, desdobrando as bandeiras brancas de Portugal, partiu garbosamente a esquadra.

A frota era majestosa e de maior lote que as anteriores. A de Vasco da Gama, três vezes menor, fora de quatro navios. Já não eram os pequenos *barineis* do tempo do Infante D. Henrique, mas naus providas de artilharia, arvoradas de três mastros e com os seus astrolábios e rosas-do-vento.

No dia 14 passava a frota entre as Canárias.

Propositadamente se desviou do rumo habitual, diz-se que para evitar as calmarias africanas, e é possível também crer que pelo instinto de novos descobrimentos a oeste, que já os havia e eram sabidos de todos. Comandava a frota Pedro Álvares Cabral,



fidalgo e amigo de Vasco da Gama e por este recomendado a El-Rei D. Manoel para continuar a conquista do oriente.

Também fora experiência e conselho de Gama esse novo rumo, para oeste das terras africanas; parecia-lhe melhor descer todo o atlântico, sempre ao largo, até a latitude do Cabo da Boa Esperança, para só então dobrá-lo e demandar os mares orientais. Em geral, achada a latitude pelo astrolábio, os navegadores tomavam o rumo de um paralelo. Assim o fez Cabral; mas de tal modo se afastou da costa africana que aos 21 de abril teve indícios de terra próxima, pela presença de sargaços e plantas marítimas, e no dia 22 avistou um monte de forma redonda, a que deu o nome de Monte Pascoal. “No dia seguinte velejou, com os navios menores à frente, até que a sondagem acusou pouco fundo junto ao Rio do Frade; procurou entretanto melhor abrigo, e, seguindo sempre para o norte, pôde achar um porto e muito bom e mui seguro” que foi provavelmente a enseada hoje de Santa Cruz. Num ilhéu que havia dentro do porto foi celebrada pelo guardião Frei Henrique a primeira missa a 26 de abril, domingo da pascoela. Outra missa foi celebrada no dia 1º de maio, em terra firme e na presença dos índios que, em grande número, espantados, assistiam às cerimônias do culto, examinando as vestes insólitas dos portugueses e a grande cruz toscamente feita de troncos da floresta brasileira, e que ajudaram a erguer ao pé do altar. A terra, suposta ilha, foi chamada da “Vera Cruz”, ao depois “Ilha da Cruz” e da “Santa Cruz”.

Prevaleceu, porém, o nome de Brasil, pois que a terra da Santa Cruz, desdenhada quase pelos seus descobridores, só chamou a atenção do mundo e deles próprios quando os atraiu o comércio do “pau brasil” de que era a região muito abundante.

Dez dias estiveram em águas e terras do Brasil, tomando provisões e entretendo-se com os naturais da terra, que lhes pareceu formosa e rica de vegetação de clima ameno “como o dentre Douro e Minho” mas “sem ouro nem prata nem nenhuma coisa

de metal” como disse o escrivão da armada. Em terra, tomaram a altura e acharam 17° graus ao sul da linha, medida muito exata. A 2 de maio aprestaram-se para a partida, e, deixando em terra dois degredados, na esperança de mais tarde utilizá-los como intérpretes, velejaram para a Índia, sendo mandada uma nau a Portugal para levar a notícia do descobrimento. Esta, não se sabe bem, foi a de André Gonçalves ou a de Gaspar de Lemos, e levou a relação da descoberta, escrita pelo escrivão da armada Pero Vaz de Caminha.

Na frota de Pedro Álvares Cabral e na guarnição das naus iam homens que já tinham grande reputação e fama, Bartolomeu Dias, o descobridor do Cabo das Tormentas, Nicolau Coelho, o companheiro de Vasco da Gama, Pero Dias, irmão e companheiro de Bartolomeu, o físico mor João, o astrônomo, Duarte Pacheco, fidalgo e hábil marítimo, que, a seguir as conjecturas de escritores modernos, inspirara a derrota que conduziu ao novo descobrimento, e Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada que relatou em carta a notícia do descobrimento.

A frota de Cabral prosseguia em sua derrota para a Índia, chegando em Setembro do mesmo ano a Calecut, tendo perdido já seis navios, entre eles o de Bartolomeu Dias, que naufragou e pereceu junto ao Cabo das Tormentas que havia descoberto.

Ao partir deixou dois degredados em terra e mais dois grumes que, segundo Caminha, haviam desertado.

Bahia Cabralia—O nosso historiador Varnhagem, talvez um pouco vaidosamente, para justificar o seu título (já então o possuía) de Visconde de Porto Seguro, procurou demonstrar que o primeiro desembarque de Cabral não foi na *Coroa Vermelha*, ilhéu da Bahia de Santa Cruz, mas no atual Porto Seguro. As suas razões são, porém, mal deduzidas da carta de Vaz de Caminha, que é o único documento do tempo e de autor presencial dos sucessos e cuidadoso, pois era a sua profissão, em narrá-los. Gabriel Soares diz que foi o desembarque no *Rio de Santa Cruz*; e a enseada deste nome está para o Rio do Frade na distância de “obra de dez léguas” assinaladas por Vaz de Caminha. Além disso, o Ilhéu da Coroa Vermelha daquela baía não deixa a menor dúvida que é o mesmo descrito pelo escrivão da armada “ilhéu grande que de baixa-mar fica mui vazio” sendo o carão da praia fechado por um recife. Essa é a opinião de Mouchez, Rohan, sem falar em antigas autoridades da geografia pátria como Ayres do Casal, entre todas. A enseada de Santa Cruz também modernamente se denominou “Bahia Cabralia”.

Santa Cruz e Brasil – Os nomes “Vera Cruz e Santa Cruz” desapareceram logo ao tempo da primeira colonização do país. Os escritores, sobretudo os de condição eclesiástica, conservaram-no contra a opinião do tempo e por motivos de sentimento religioso; era essa, entretanto, mas sem rigor, a denominação oficial. O

nome “Brazil” era já conhecido na Europa talvez desde o século IX, senão mesmo em épocas anteriores, “Bresill, Brasilly, Bracil. Braxilis, Bresilium, Presil, Pressili” etc., encontram-se em vários documentos medievais. Um pau de tinturaria assim conhecido vinha do oriente e foi decerto introduzido pelos árabes que o chamavam “bakkam”, que traduziram no latim “bresilium”, procurando a analogia da raiz semítica “bak-kam” (ardente) com a ariana “bradsch” (port. “braza”, it. “brace”, fr. “braise”). Dele fala o geógrafo viajante Abuzeid El Hacen (IX século) e Edrisi (1153). A geografia mítica da idade média admitia uma ilha oceânica *Brazir, Bersil*, ao ocidente, criada e devorada por um vulcão, sem que a respeito dela mais nada se soubesse; por supô-la existir entre os paralelos da Irlanda e dos Açores, dois nomes depois se fixaram na geografia moderna que o indicavam, a rocha do Brasil, (*Brasil Rock*, na Irlanda) e a ponta do Brasil, na Ilha Terceira. No dizer de Humboldt, o nome Brasil emigrou de Sumatra, gastando nesse percurso quase mil anos.

Acaso, tempestades, na viagem de Cabral – Havia propósito (e era recomendação de Vasco da Gama), de afastar-se da costa africana; havia ciência de que os mares a oeste, na largura de 18 graus (tratado de Tordesilhas, 1494) eram de puro domínio português; havia desejo de obstar aos progressos da expansão espanhola no Atlântico e isso ia sendo causa de guerra dois anos antes do tratado; era, pois, natural que, no interesse de explorar os seus próprios mares, os portugueses não hesitassem em varrê-los com as suas esquadras; e em época de tantos e sucessivos descobrimentos, a esperança de se haver com outros era naturalíssima. Na viagem de Cabral, que tinha rota certa para a Índia, não reinava o mesmo espírito divinatório, único que podia alentar a frota de Colombo. Não havia propósito de descobrir o Brasil, mas menos havia ainda o acaso ou a surpresa no descobri-lo; o extremo oeste do Atlântico já havia revelado um mundo incógnito desde 1492; e, sem dúvida

alguma, se as expedições marítimas portuguesas desde D. Manoel não fossem capitaneadas por fidalgos e homens de guerra (em vez de marítimos e cosmógrafos como anteriormente o eram), a terra de Santa Cruz já haveria sido descoberta, antes de 1500, pelos próprios portugueses. Quanto à versão de que Álvares Cabral foi arrojado para o ocidente por *tempestades*, é inverossímil. Não se encontra essa notícia nos primeiros documentos do tempo na relação da *Coll. Ramusio*, nem na carta de Vaz de Caminha (que se abstém de relatar, é verdade, os sucessos da travessia) e nem em todos escritores portugueses do século XVI, que trataram do assunto. Aquela afirmativa está em alguns, em Rocha Pita, História da América portuguesa, escrita no século XVIII, e em verdade não merece grande crédito.

Questão cronológica – A data de 3 de maio para o descobrimento do Brasil é inteiramente arbitrária; não a justifica a correção gregoriana, que se tem alegado em falso para legitimá-la. A data verdadeira é a de 22 de abril, em que se avistou a terra, e sobre esse dia nunca houve dúvida que merecesse consideração. A correção gregoriana, se fosse aceitável tratando-se de fato anterior a ela, daria a data de 2 de maio.

Ignorada nos primeiros tempos a data verdadeira, o sentimento religioso imaginou-a a 3 de maio, dia da Invenção da Santa Cruz.

Examinando a questão a respeito das duas datas do descobrimento (22 de abril) e da tradição (3 de maio), escreve Miguel Lemos:

Diante dessa divergência não tardaram os eruditos modernos em procurar uma solução e lembraram-se então da correção do calendário operada pelo Papa Gregório XIII, em 1582. Cremos que o primeiro que recorreu a esta explicação foi o nosso ilustrado patricio, hoje falecido, o General Beaurepaire Rohan. No seu pequeno escrito já citado,

depois de assinalar a concorrência das duas datas, ele prossegue nestes termos: “Há, portanto, sensível confusão; *mas eu creio que é possível conciliá-los* (os autores divergentes), comparando entre si o calendário, que regulava no tempo de Caminha, e a correção gregoriana, de que nos servimos agora”. O escritor passa em seguida a expor a origem da reforma gregoriana e em que consistiu; o que não precisamos reproduzir aqui. Basta-nos lembrar que essa reforma consistiu essencialmente: 1º, em suprimir 10 dias, entre 4 e 15 de outubro de 1582, ano em que se fez a correção; 2º, em não se contar, daí por diante, com bissextos, em cada quatrocentos anos, três anos seculares, que deveriam ser bissextos pela regra juliana. A primeira supressão tinha por fim corrigir o erro acumulado até então, a segunda evitá-lo para o futuro.

Explicada a reforma gregoriana, assim continua o General Beaurepaire:

“É provável que a diferença de datas que se observa em alguns documentos relativos a fatos anteriores ao ano de 1582 provenha de se servirem alguns escritores do calendário juliano, tal e qual o empregavam os cronistas daqueles tempos, entretanto que outros reduzem as datas à correção gregoriana, como acontece, por exemplo, quanto ao falecimento do Papa Alexandre VI, a respeito do qual discordam Cicarelli e Tomasi, ambos autores de boa nota.

A admitir-se esta hipótese, quanto à descoberta do Brasil, é fácil explicar a insistência daqueles que adotam a data de 3 de maio para assinalar aquele acontecimento. Em verdade, assim como Gregório XIII suprimiu os 10 dias, entre 4 e 15 de outubro, pode muito bem acontecer que algum cronologista tivesse tido a ideia de fazer outro tanto a respeito da data da descoberta do Brasil. Nesse caso, como é fácil verificar, o dia 22 de abril passa a ser 3 de maio, posto que

(faço de passagem essa observação) em 1500, isto é, 82 anos antes da correção gregoriana, a diferença entre o ano solar e o ano civil não era exatamente de 10 dias, faltando ainda algumas horas para os completar, consideração a que, sem dúvida por inadvertência, não se atendeu.”

E depois de aplicar a mesma correção às diferentes datas mencionadas na carta de Caminha, conclui o autor:

“Vê-se, portanto, que, se pelo calendário juliano foi a descoberta do Brasil em 22 de abril de 1500, é também certo que, reduzindo essa data à correção gregoriana, não erraram aqueles que a colocam no dia 3 de maio; e sabemos que foi para memorar tão plausível acontecimento que a Constituição política do Império o escolheu para o da abertura anual do corpo legislativo.”

Infelizmente, o nosso patricio equivocou-se em sua contagem, pois, feita a correção dos dez dias, o dia 22 de abril corresponderia a 2 de maio e não a 3. O engano proveio provavelmente da consideração que para passar do dia 4 de outubro para o dia 15 é preciso ajuntar II a 4; e daí o nosso autor irrefletidamente foi também somando II a 22 e às outras datas de que se ocupou. A conciliação, pois, oferecida pelo General Beaurepaire falha completamente seu objetivo.

Foi sem dúvida por ter verificado esse engano, que Varnhagem, na 2ª edição de sua *História Geral* (1877), aplicando, por sua vez, ao caso, a correção gregoriana, tomou para ponto de partida não o dia 22, mas o dia seguinte, que de fato corresponde a 3 de maio. Eis aqui suas palavras: “A esquadra aproximou-se da costa no dia imediato. O capitão-mor mandou um batel à terra; o qual, remando para uma praia em que havia muita gente, tentou comunicar com ela. Mas baldados foram os esforços dos intérpretes de línguas

africanas e asiáticas, que iam no batel, para se fazerem entender. Assim o primeiro trato com aquela gente se reduziu a algumas dádivas ou escambos feitos de parte a parte, e mediante as costumadas prevenções. Isto tinha lugar no dia 23 de abril, cujo aniversário (em virtude da correção gregoriana em 1582) se deve celebrar dez dias depois, isto é, a 3 de maio, conforme entre nós efetivamente se admite.”

Mas o historiador nacional iludiu por esta forma a dificuldade porque o que está em questão não é saber qual o dia de abril de 1500 que, feita a correção gregoriana, corresponde a 3 de maio.

A questão é saber a maneira de conciliar esta última data, geralmente adotada durante séculos, com a da descoberta propriamente dita, isto é, com o dia em que a gente de Cabral avistou a terra pela primeira vez; e era a descoberta, e não o primeiro trato com os naturais, que se admitia celebrar entre nós a 3 de maio.

Outros escritores persistindo em procurar na correção gregoriana a chave desse pequeno enigma não hesitaram em tornar o dia 21 de abril, no qual, como se sabe, a armada de Cabral encontrou os primeiros sinais de terra próxima. E para que da correção gregoriana feita a esse dia resultasse a identificação de 21 de abril com 3 de maio, lembraram-se eles, indevidamente, de aplicar ao ano de 1500 um desfalque que só tem cabimento no século presente.

Com efeito, querendo-se converter uma data atual do calendário juliano, que ainda vigora na Rússia, em data gregoriana, é necessário suprimir além dos dez dias, eliminados em 1582, mais dois. Este acréscimo provém da supressão em 1700 e 1800 dos dias bissextos desses anos seculares, os quais, em virtude da segunda regra, acima lembrada, da reforma gregoriana, deixaram de ser contados, como deixavam de o

ser também o de 1900; de modo que a diferença entre os dois calendários será então de treze dias. Esta última consideração patenteia a improcedência de tal emenda, pois que no século XX a suspirada conciliação terá desaparecido, visto como então o dia 21 de abril corresponderá a 4 de maio.

Mas há uma ponderação que deveria de antemão ter desviado esses autores de procurarem na correção gregoriana a concordância desejada, e é que a data de 3 de maio já se encontra, como a do dia da descoberta, indicada por historiadores que escreveram antes de 1582, isto é, anteriormente à reforma presidida por Gregório XIII. Tal é, por exemplo, Gaspar Corrêa.

Gaspar de Lemos? – A carta de Vaz de Caminha, que é o documento por excelência da descoberta, não é explícita e não diz quem levou a notícia a Portugal, mas é verossímil que o portador, seguindo o rumo do norte, procurasse conhecer a extensão da costa e fosse o mesmo escolhido para dirigir a primeira expedição exploradora que em rumo certo veio, não a Porto Seguro, mas ao Cabo de São Roque e desceu costeando o litoral, o que parece itinerário de pessoa já sabida alguma coisa nessas paragens. Essa consideração não é, entretanto, de grande peso, porque da expedição fez parte A. Vespúcio, que já conhecia de viagens anteriores (a viagem de Hojeda) o relevo da parte norte da América do Sul, em parte, e já sabia da linha da costa sudoeste (viagem de Cabral); e vindo de Sevilha para essa exploração de 1501 já tinha notícia da viagem de Pinzon, que chegou a Palos no ano anterior, em setembro. Não lhe faltava mais que reconhecer a curva a norte e leste do Brasil. – Os escritores portugueses falam de Gaspar de Lemos e André Gonçalves; Gaspar Corrêa cita o último, mas Castanheda e os escritores oficiais que em geral o repetem (João de Barros e D. de Góes), mencionam Gaspar de Lemos. Ainda que os cronistas

oficiais tenham em seu favor o fato de que poderiam consultar os arquivos, são sempre pouco cuidadosos no que diz respeito ao Brasil, ao passo que Gaspar Corrêa, sempre consciencioso, se entendia melhor e pessoalmente na matéria.

A notícia da descoberta da Terra de Vera Cruz causou grande e alegre surpresa na corte de D. Manuel, o rei afortunado. Era mais uma esperança de riquezas imprevistas: a grandeza que dessa terra dizia Vaz de Caminha fez com que logo se aprestasse uma esquadra para reconhecer o país e as suas costas. Ainda mesmo que não se tratasse de regiões incultas sem interesse direto para a especulação do comércio, era de inestimável preço esse ponto de repouso e de apoio, a meio caminho da Índia. A primeira expedição de três navios deixou o Tejo em maio de 1501; não se sabe hoje quem a comandava, senão que seria provavelmente o mesmo que levara a notícia. Seja como for, a pessoa mais eminente que nela embarcara foi decerto Américo Vespúcio, o piloto e marinheiro mais instruído do seu tempo e que foi também o primeiro órgão de descrédito da nossa terra. Não achou que a região valesse muito; sem ouro, sem povos produtores, parecia-lhe uma propriedade mesquinha e dispendiosa; apenas notava a existência do pau-brasil, produto medíocre quando comparado às especiarias; serviria a terra para abrigo pelos seus portos numerosos, com boa aguada e lenha para as provisões. Verificou-se também que não era uma ilha de umas setenta léguas de longo, como pareceu aos descobridores, mas um vasto continente. A frota de exploração encontrou a de Cabral, que voltava da Índia, na altura de Cabo Verde, e vindo tocar a costa brasileira correndo-a

toda de norte a sul até o Cabo de Santa Maria (Uruguai); por onde foram passando, deram os exploradores, conforme o calendário, os nomes de santos aos acidentes geográficos.

Cabo de Santo Agostinho (28 de agosto), Rio São Francisco (4 de outubro), B. de Todo os Santos (1º de novembro), C. de São Tomé (21 de dezembro) “Rio de Janeiro” (1º de janeiro de 1502), Angra dos Reis (6 de janeiro), São Vicente (22 de janeiro). O primeiro ponto em que tocou não se sabe bem qual foi, se a baía da Traição ou o Cabo de São Roque. Esmorecendo o chefe da expedição, Vespúcio tomara o rumo de sueste, depois de viagem tempestuosa, e chegou a Lisboa a 7 de setembro de 1502.

Depois dessa exploração fecunda quanto aos progressos da geografia, mas inútil aos interesses do comércio português, a terra de Santa Cruz foi relegada a verdadeiro olvido. Foi preciso que a ambição estrangeira viesse acordar o sentimento ou o apetite dos seus descobridores.

Depois da primeira exploração de 1501, as terras do Brasil tornaram-se constante teatro da pirataria universal. Especuladores franceses, alemães, judeus e espanhóis aqui aportam, comerciam com o gentio ou asselvajam-se e com ele convivem em igual barbaria. Os navegadores de todos os pontos aqui se aprovisionam ou se abrigam das tempestades. Aventureiros aqui desembarcam, e vivem à ventura, na companhia de degredados e foragidos.

O que preocupa a corte portuguesa de D. Manoel são as riquezas do oriente. Se ainda alguma expedição aqui toca e se demora, como a de Gonçalo Coelho e Vespúcio, a que pelo naufrágio e tempestade se divide em duas e estabelecem feitorias, uma no Rio de Janeiro outra em Santa Maria (Cabo Frio) 1503, não é o Brasil quem as atrai mas sim ainda a fascinação do oriente. A expedição de Gonçalo Coelho marca um *momento histórico* distinto e importante: verificada como foi por Vespúcio a configuração continental do Brasil, tão parecida com a da África, pensou-se em realizar o *périplo brasileiro* e contornar a nova África para chegar a Malaca, à “feira universal” do oriente; – tentativa fascinadora, o levante pelo sul, igual à de Colombo *el levante por el poniente*, empresa dum tempo em que se julgava a terra menor do que era realmente e que seu circuito apenas excederia de uma centena de



graus. Essa glória da circum-navegação coube mais tarde a Fernão de Magalhães.

Não devemos, pois, contar a expedição de G. Coelho como destinada ao reconhecimento das terras brasileiras. Contratadores e arrendatários da única espécie mercantil, o *pau-brasil*, da terra descoberta, mandaram várias naus; assim veio a nau *Bretôa* de Fernão de Noronha e outros sócios. Por aqui passaram os que iam a serviço de Espanha, João Dias de Solis que descobriu e subiu o Rio Prata (1515), Fernando de Magalhães (1519). Outras visitas ao Brasil eram as das esquadras da Índia, que vinham refrescar nos belos e pitorescos portos; tais as de Afonso de Albuquerque, a de D. Francisco de Almeida e outros. Em todo o reinado do rei venturoso nunca mais se falou da nova terra americana, que era o posto dos traficantes; nesses vinte anos de abandono perdeu-se o nome oficial da terra (Santa Cruz), e formou-se o único que aos estranhos a fazia lembrada: a região do *pau-brasil*.

O vácuo produzido por esse desdém originou as lendas aventurosas próprias dos países primevos e sem história, e, assim, se formou a epopeia do Caramuru dragão do mar – um português que naufraga na Bahia e exerce grande predomínio sobre os selvagens. Na lenda, o segredo desse predomínio é a arma de fogo que atemoriza o gentio. É certo que Diogo Álvares (Corrêa) o *Caramboró* ou *Caramuru* é um personagem importante ainda nos meados do século XVI; à sombra e à proteção dele é que se coloniza a Bahia. É falso, porém, que estivesse na corte de Henrique II e fizesse aí batizar a linda esposa *Paraguaçu*. A verdade, provavelmente, está em que a história do *Caramuru* coincidiu com outras de piratas franceses, sobretudo de Dieppe, que traficavam com os selvagens carregando saguins, papagaios e pau-brasil. Os escritores do século XVIII e bajuladores genealogistas aceitaram o mito e o embelezaram com outras interpolações. Daí nasceu

o belo poema épico de Santa Rita Durão, que faz entretanto Paraguaçu:

*De cor tão alva como a branca neve.
E donde não é neve, era de rosa.*

Outra personalidade heroica é a de um velho degradado ou náufrago, João Ramalho, que os colonizadores de São Vicente vieram encontrar com grande família patriarcal fundada entre os índios. As suas extensas relações com os indígenas do litoral *tupiniquins* e os de serra acima, *guaianazes*, determinaram logo os dois pontos da primeira colonização. Também a sua influência foi grande e a lenda desse homem que morreu centenário faz remontar a sua vinda a uma época pré-colombiana. Seria ele o verdadeiro descobridor da América, segundo essa invenção aproveitada por vários escritores e ainda neste século revivida por Gaffarel?

A verdade é que muito pouco se poderia saber de país entregue ao acaso. O reinado de D. Manoel é o período mítico da nossa história. Ninguém, nem o rei nem a sua corte fútil e incapaz (onde na cidade de Lisboa sobre duas mestras da leitura havia 8 perfumadores de luvas) poderia perceber a importância do Brasil; era Portugal nesse tempo a nação da grande riqueza e da grande miséria; o ouro português corria em todas as partes da Europa; o *cruzado* circulava como a libra esterlina hoje; e Shakespeare escrevia no *Otelo* (III, 4):

*I had rather have lost my purse
Full of cruzados.*

Mas ao lado do ouro nunca a penúria nem a ignorância foram tão profundas. Com esse estado de espírito ama-se a dissipação e

nunca a previdência. Colonizar o Brasil seria dispendioso e sem lucro imediato. E o deserto florido da nova terra foi entregue ao esquecimento.

É o Brasil em quase toda a sua vastidão uma espécie de ilha colossal da altura média de mil metros e cercada pelo oceano e pelos vales profundos do Amazonas e do Paraguai.

Nesse maciço enorme, o relevo é máximo do lado do sul (Rio, São Paulo, Paraná) onde quase desce a prumo sobre o Atlântico; é ainda muito alto para os lados de Mato Grosso, onde, com a proeminente elevação de oitocentos metros, domina as planícies e os charcos do Paraguai, desce e diminui suavemente para os afluentes do Amazonas e para os tabuleiros e praias do norte. Montanhas existem apenas algumas isoladas, e afora a cadeia marítima, não formam sistema algum, ao contrário do que nos pinta a nossa cartografia inexata.

Tal é em sua fisionomia estereométrica a nossa terra.

Ao ser descoberto, era o Brasil habitado por uma gente da mais ínfima civilização; vivia da caça e pesca, não conhecia outras armas de indústria ou de guerra senão o arco e a clava e andava em completa nudez. Entregues à natureza, os índios não conheciam Deus nem lei, pois não era conhecê-los possuir o terror da superstição e o dos mais fortes.

A feição dos índios, diz o escrivão da armada de Cabral, é “serem pardos, à maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos”.



Quando se disse a primeira missa na terra firme, ajudaram a elevar a Cruz, e eram uns cento e cinquenta, que se misturaram aos cristãos. Estiveram a bordo dos navios de Cabral, onde não foram entendidos pelos intérpretes, mas deixaram excelente impressão pela doçura de índole e pela curiosidade e inocência de suas maneiras primitivas e ingênuas.

A princípio supôs-se que eram todos os índios do Brasil da mesma estirpe; mas dentro em pouco se percebeu que se distinguiam muito, uns de outros, pela diversidade dos costumes, sempre incultos, pela índole pacífica ou feroz ou ainda pelo hábito de comerem a carne humana, o qual não era de todas as tribos; e distinguiam-se igualmente pela variedade das línguas. Mas na região do litoral, que foi a melhor e mais cedo conhecida, predominavam pelo número e valentia os “tupis”; eram diferentes tribos, de sul a norte, com diferentes nomes; mas a língua delas era, com poucas diferenças, a mesma, donde se lhe chamou mercidamente mais tarde a “Língua geral”. É certo que os padres jesuítas, depois, e por necessidades da catequese, enriqueceram e aperfeiçoaram a língua dos tupis e guaranis, e nesse sentido não fizeram mais que os poetas e escritores, que fixam em toda a parte a supremacia de um dialeto que eles próprios enobrecem sobre todos os demais. Em todo o caso ainda hoje não se sabe bem em quantas famílias distintas se dividem os índios de todo o país; são muito conhecidos os tupis e foram quase os únicos que mais ou menos se aproximaram das povoações civilizadas, que outros mais “bugres”, os tapuias, por exemplo, nunca puderam suportar sem rancor.

Portugueses e índios praticavam-se mutuamente crueldades, porque não se entendiam e nem se podiam entender, atentos os diferentes graus de civilização. O índio tinha o sentimento da *propriedade coletiva* (da tribo) mas não o tinha da *propriedade privada*; o índio não julgava fazer mal, roubando; e assim muitos crimes

que o eram para os cristãos, para eles nada significavam. Por outra parte, qualquer ultraje feito a um índio por um só português, dele eram considerados responsáveis todos os portugueses onde os encontravam, o que fazia parecer má-fé, traição ou ferocidade gratuita da parte dos selvagens. Os civilizados, entretanto, ainda hoje, na guerra, responsabilizam povos inteiros pelos erros ou crimes de poucos indivíduos.

Tinham os conquistadores na conta de homens sobrenaturais, fantasmas vindos do mar, *caraibas*, e era natural que fossem submissos ante o invasor. Esse, porém, pensou logo em transformá-los em escravos; a escravidão não era uma injúria para a consciência dos negros, muito menos para a dos índios; mas era um ato e o principal efeito da guerra.

A escravidão era também o trabalho, o castigo corporal, a vida sedentária; e o índio, quase nômade, de natureza, ao nosso parecer indolente, não podia e não gostava de trabalhar. Daí nasceram muitos tumultos e vinganças atroz.

A ação dos padres jesuítas, que logo no primeiro século diligenciaram civilizar os índios não os tornou mais cristãos do que podiam ser; mas conservou-os agremiados, sem exigir maior trabalho que o que podiam dar, e sobretudo em muitos casos lhes poupou a degradação, os horrores da crueldade, das doenças e da morte ao contato dos conquistadores, a cujo cativo preferiam o suicídio.

O problema da etnologia brasileira, depois dos últimos estudos, apresenta já certos aspectos claros e definidos e pontos de apoio que se podem considerar definitivos desde já, quaisquer que sejam as lacunas que infelizmente ainda existam.

Ainda modernos investigadores, entre os quais sobressai Martius, não puderam achar a classificação definitiva dos índios brasileiros, mas em verdade acumularam grande e substancioso material de fatos que dentro de pouco tempo se tornou possível afrontar sem excessiva timidez um ensaio de generalização.

O sentimento mais primitivo e rude que se havia formado sobre os índios é que eles constituíam uma só família, dilacerada em tribos aparentemente diversas, pouco importando as diferenças de língua e muito menos de civilização e cultura que entre elas se podiam notar. O sistema tinha a vantagem de trazer grande simplificação, embora à custa da verdade sacrificada. Entretanto, muitas das tribos diferiam entre si mais do que diferem europeus e africanos atuais, no que respeita à cultura geral; o povo *tupi*, contudo, representava, como o judeu, o povo cosmogênico a que todos os mais se reduziam, *malgrado* a Babel das línguas. Era uma *raça geral*, a exemplo da *língua geral*. Contribuía para isso o fato de ser o Brasil civilizado uma única unidade política, e os espíritos acostumavam-se a ver debaixo do Brasil português um só Brasil indiano. A pré-história devia subordinar-se à história.

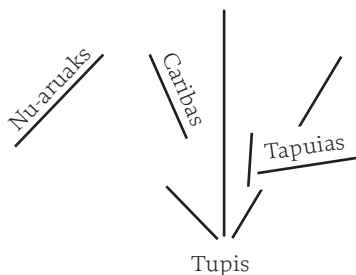
A verdade, porém, era outra. Pouco a pouco, estudadas as tribos nos seus múltiplos aspectos, apareceu desde logo a irredutibilidade de muitas delas.

Hoje *pelo menos* podemos assegurar que *quatro grandes nações* de índios são absolutamente distintas. E são elas: a tupi, a tapuia (ou gé), a nu-aruak e a cariba. Fora desses grupos existem ainda três de menor importância.

Além desses grandes grupos principais ficam ainda várias tribos mui pouco estudadas e cujos caracteres, pelo que são conhecidos até hoje, não comportam redução ao *esquema quádruplo* que acabamos de indicar. É esse justamente o lado obscuro da etnologia brasílica e é o que provoca o ardor e a diligência dos nossos investigadores.

Para figurar-se uma distribuição geográfica das principais nações indianas, basta-nos fazê-lo por alto. Os *tapuias*, acham-se localizados no planalto de leste do Brasil, não muito longe da costa, entre 5 e 20° de latitude sul e 40 a 55° de longitude ocidental (meridiano de Greenwich). Os *tupis* estendem-se pelo litoral do sul a norte e pelas regiões do Xingu e do Tapajós. Os *caribas* encontram-se principalmente nas Guianas de leste e na Venezuela oriental. A nação *nu-aruak* espalha-se no sentido do nordeste desde a Bolívia até a costa do norte de Venezuela através do Brasil e entre os limites de 60 a 75° de longitude ocidental. Também se chama *maipure* (L. Adan).

Podemos representá-los pelo seguinte diagrama que se imagina superposto a uma carta da América do Sul.





Por esse diagrama percebe-se que os *tupis*, partindo do sul, onde se conservam mais puros (guaranis) penetraram pelo Brasil em três direções e correntes: a corrente oriental seguindo a costa e donde provavelmente expeliram os *tapuias*, isto é, os bárbaros; a corrente central e a ocidental que parecem menos importantes.

As migrações das várias nações indianas não se deram em direções uniformes, e a dificuldade de determiná-las não é pequena.

Que os *tupis* migraram do sul para o norte, parece coisa líquida, e por muitos motivos. Ainda nos tempos da descoberta já se podia observar essa direção, e sempre os colonizadores puderam ver que os *tupis* subiam o litoral, quer por impulso espontâneo, quer também para evitar a ocupação europeia. Ao mesmo tempo sabe-se que a massa de *tupis* do sul, os *guaranis*, conservam uma língua mais primitiva, mais contraída, ao mesmo tempo que revelam inferiores aptidões e estado inferior de cultura.

Também há todas as probabilidades em favor da direção leste-oeste seguida pelos *tapuias* ou *gês*, não só porque o grau de cultura deles vai ascendendo nessa direção, como porque, sendo expulsos pelos guerreiros *tupis* e sendo-lhes impossível atravessar o mar, não tinham outro caminho a seguir que o de oeste.

A migração dos *nu-aruaqs* devia ter-se realizado em sentido contrário à dos *tupis*. Eles deviam ter descido do Norte para o Sul; o seu núcleo principal se acha localizado entre o Alto Amazonas e o Rio Negro.

O movimento dos *caribas* seguiu a direção do Sul para Norte. Eles ocupavam a região das Guianas e já tinham efetuado pelo mar a conquista das pequenas Antilhas. De onde teriam vindo? É aqui o lugar de mencionar-se a principal descoberta de K. von den Stein. Este, com Ehrenreich, conseguiu determinar a pátria primitiva dos *caribas* nas fontes do Xingu. É aí que se encontram as hordas mais primitivas dessa nação e as tribos mais meridionais;

daí, pois, é que se estenderam para o Norte, pois é que nessa direção que se encontram as pegadas mais numerosas do *cariba*.

Além da questão das migrações levanta-se outra, a da fixação das épocas em que elas realizaram, e que é naturalmente muito mais delicada e difícil. O terreno é muito largo para as hipóteses, e eis porque é muito difícil apurar um acordo entre os etnólogos; essa discordância prova, aliás, que no estado dos nossos conhecimentos a esse respeito estamos ainda muito longe da verdade. A existência de uma raça pré-histórica desconhecida que habitou o litoral do sul é atestada pela existência dos *sambaquis*. A este respeito nada mais conhecemos que esses vestígios arcaicos.

O Dr. Carlos von den Stein pensa que houve três épocas pré-europeias quanto ao movimento das populações aborígenes.

A *primeira época* é representada pela expansão da raça *Nu*, pelo continente, e da *Aruak* sobre as pequenas Antilhas. Deve-se considerar a primeira essa época, por não haver dados em contrário e por haver documentos de que as outras migrações são posteriores.

A *segunda época* é representada pelo desenvolvimento de poder dos *caribas*, que, partindo do centro do Brasil, marcharam para o norte e através do mar conquistaram aos *Aruaks* as pequenas Antilhas. O fundamento dessa segunda época se acha no fato de que, quando os Europeus descobriram as pequenas Antilhas notaram maravilhados que as *mulheres* falavam uma *língua diferente* da dos *homens*. Os varões eram *caribas* que, matando os primitivos ocupadores, se apossaram das mulheres da tribo vencida, conservando-as como despojos.



A terceira época é da expansão múltipla dos *tupis* seguindo várias direções do sul a norte, nomeadamente pelo litoral. Essa última época que entra pelo período europeu da América, é a mais segura e fundada em testemunhos, quer dos indígenas, quer dos primeiros colonizadores. Ao mesmo tempo que os *tupis* migravam para o norte, os *gés*, vencidos e alcunhados de *tapuias* (bárbaros) pela raça conquistadora, iam recolhendo ao ocidente e para o fundo das florestas.

Será essa a verdade definitiva? Não cremos, quaisquer que sejam as probabilidades que em favor dessa teoria militam.

Tudo parece indicar que essas três épocas reduzem-se talvez à história de um século, quando muito à do século XV, e não pode ir muito além. O movimento dos *tupis* e dos *caribas* é quase do tempo da descoberta, e a conquista do litoral pelos *tupis* nada tinha absolutamente de definitiva. Talvez posteriormente ao início dela nem quatro gerações houvessem decorrido. Ainda menos poder-se-ia afirmar da ocupação nas pequenas Antilhas pelos caribas de Venezuela e da Guiana.

O estudo do planalto oriental boliviano no seu declive até Mato Grosso deveria ser mais cuidadosamente feito e não seria de admirar que daí nos viessem revelações surpreendentes.

Desse foco étnico, se lá existiu, poderiam radiar-se todas as raças que compõem as nações tropicais, porque é natural que elas seguissem o curso dos rios, como talvez os *tupis*, ao mesmo tempo pela bacia do Amazonas e pela bacia do Paraguai, como os *nu-aruaqs* pelo Amazonas superior e os caribas que sem dúvida vieram posteriormente. A causa e impulso dessa emigração remotíssima podia talvez achar-se ou na presença de uma civilização superior como a que

ocupou o Peru e expeliu os bárbaros, ou em algum formidável cataclismo não muito inverossímil na região vulcânica boliviana. A verdade é que só nessa região, que compreende as fontes das grandes bacias fluviais da América do Sul, é que se encontram, vestígios simultâneos dos grandes grupos étnicos que povoam o Brasil; lá e só lá, em uma área menor, se podem circunscrever o *Tupi*, o *Cariba* e o *Nu-aruaq*, sem falar de outros grupos até hoje irreduzíveis ao esquema já mencionado.

Passemos, agora, a caracterizar, embora sem grande individualização, os grupos principais.

1. Os Tupis – Os *tupis* constituem o tronco étnico mais conhecido e pelas suas aptidões guerreiras o que mais se expandiu e se misturou com outros. É, pois, essencial distinguir os *tupis puros* dos *mesclados*. Entre os primeiros estão os *Guaranis* do Paraguai e da Argentina ao sul, e a oeste e norte os Chiriguanos e Guaraio (Beni e Mamoré), os Apicacás e Parentintins (entre Tapajós e Madeira), os Ouampis e Tembés (embocadura do Amazonas), e os Omaguas e Kocamas (entre o Napó e Ucaiali). São esses que no esquema mencionado se supõem ter partido do sul, do Paraguai, e seguido várias direções pela costa e pelo centro em procura do norte.

Os *tupis mesclados* como os Jurunas, Manitsauás, Mundurucús e Anetós (região do Xingu e Tapajós) conhecem-se pelo dialeto impuro que falam misturado de palavras de outras línguas.

Os *tupis mesclados* são muito interessantes sob todos os aspectos. Os *Jurunas* de pele escura foram civilizados nos séculos XVII e XVIII, e, por efeito da catequese, se a alegação não era caluniosa, perderam o hábito da antropofagia.



Os *mundurucús*, tão bem descritos por Martius, excediam na arte decorativa, nos artefatos de penas, e ornavam suas cabanas de multidão de troféus, ossos de quatis, onças e porcos.

A qualidade proeminente de todos os tupis, além da paixão da guerra, que era neles constante, era a arte da navegação. Todos são canoieiros habilíssimos. Na história do Brasil têm importância as tribos dos *Tamoios*, *Tupiniquins*, *Tupinambás*.

2. Os Gês – É o nome que lhes dão Martius e também Ehrenreich, utilizando a palavra, sufixo *ges*, de muita frequência na língua deles. A denominação *Tapuias* em vez de Gês é, como se sabe, de origem tupi. Essa nação, se bem que não completamente estudada, é, na opinião de Ehrenreich, a mais interessante de todas as que povoam o Brasil, até por ser aquela que mais nítidas nos revela as fases de sua cultura. Os Gês de leste são os mais primitivos; caçadores rudes e primevos, não conhecem a agricultura, não praticam a navegação, não sabem construir casas, desconhecem a cerâmica e a tecelagem, não conhecem o uso da rede.

O fato verificado pelo etnólogo citado, que a cultura dos Gês se desenvolve, ao passo que se caminha para oeste, prova que efetivamente foi nessa direção que eles emigraram.

Os Gês decompõem-se em várias tribos, todas ferozes e em todo o tempo encaradas com terror pelos colonizadores. Tais são os *Botocudos* e os *Aimorés*.

Entre os Gês ocidentais, e conseqüentemente mais cultos, notam-se os *Suiás* do curso médio do Xingu, que já sabem navegar, construir suas cabanas colmeiformes e fabricar vários utensílios de barro; e, o que é característico, já não usam o bodoque, nem deformam os lábios, o nariz e as orelhas, como os rudes tapuias, seus parentes de leste. São

ainda deste grupo dos tapuias os *caiapós* os *chavantes* e os *coroados*.

3. Os Nu-Aruaks – São assim denominados por causa do prefixo *Nú* que deixa vestígios e aparece em várias tribos afins que se estendem, como diz von den Stein, do Xingu aos Andes e do Paraguai ao Amazonas. A esse grupo pertencem no Brasil os Kustenaus do alto Xingu, que usam redes de palmeira (e não de algodão como os caribas), os Moxós, os Baures, os Paumaris, interessante tribo aquática e ictiófaga que vive nos rios e lagoas, quase sempre em suas canoas, segundo o testemunho de Ehrenreich. Os *guaicurus*, que passaram por excelentes cavaleiros, são talvez desse grupo.

Os *Aruakus* propriamente ditos perderam a antiga supremacia que estendiam até às pequenas Antilhas e, depois da conquista pelos Caribas, de sua primitiva importância apenas restam algumas tribos arruinadas, em condições mesquinhas, na Venezuela e na Guiana inglesa; nenhuma delas habita o Brasil.

4. Os Caribas – Os *caribas*, que ao tempo da descoberta dominavam as Guianas e haviam conquistado as pequenas Antilhas, supunham-se provir do centro do Brasil, e já vimos que o Dr. K. von den Stein localiza a pátria primitiva dessa nação nas cabeceiras do Xingu. Foi aí que o ilustre etnólogo alemão encontrou várias tribos *caribas*, no mais baixo degrau de cultura, como os *Nahuquas* e os *Bakairis*, que ainda não conhecem sequer o ferro, nem as bebidas espirituosas, nem a banana.

Pelos caracteres antropológicos e linguísticos, essas tribos, aliás cercadas de tapuias, nuaruaques e tupis, ligam-se ao grupo dos caribas, cuja massa principal, deslocada para o norte, habita hoje a Guiana oriental.

Os *Bakairis* parecem ser os mais antigos pelo estado puro e rude da língua e da cultura; mas há ainda tribos de caribas no Madeira (o *Palmelas*) e no sul do Piauí (os *Pimenteiras*).

Os *bakairis mansos*, no dizer de von de Stein, levam uma vida idílica e bucólica; lavram e criam, vestem-se à europeia e na sua língua transparecem às vezes vocábulos portugueses. Ao contrário, os *bakairis bravios* andam nus e miseravelmente, de arco e flecha e em condições inferiores de vida e de trabalho. Os *Pimenteiras*, que desde 1775 aterrorizam os fazendeiros e criadores do Piauí, parece que vieram de oeste, e o seu dialeto não tem o sufixo *otó* do dos caribas que estacionam longe no Ucaiali e no curso superior do Amazonas.

Nações não classificadas – Se a classificação acima reduz a poucos grupos um sem número de tribos, é preciso confessar que ainda fora dela existem mais cinco grupos já delimitados por estudos recentes: o *Carajá*, o *Pano*, o *Miranha*, o *Guaicuru* e os sobreviventes do extinto Goitacás, os *Puris*. São em todo o caso menos importantes que os quatro grupos mencionados, acima dos ainda não classificados.

Citaremos entre estes últimos os *Juris*, os *Tekunas* e *Uapés* no oeste amazônico, os *Trumais* no Xingu e os *Bororós* na região do Araguaia, os *Guatós* no Rio São Lourenço e o interessante povo hoje extinto dos *Kiriris* na região superior do São Francisco.

Os *bororós*, de língua sonora, são caçadores incultos. Os *carajás*, já meio civilizados, ostentam aldeias e arruamentos de casas sobre os bancos arenosos do Araguaia, e fazem-se notar como criadores de araras, galinhas e patos, e outros animais como cães, porcos do mato, macacos etc.

O reinado de D. Manuel escoou-se inutilmente para a terra; mas já nos últimos anos, atenta a pirataria dos traficantes de pau-brasil, malgrado o monopólio português, impunha-se uma das duas alternativas: ou colonizar a terra ou perdê-la.

O arrendamento do *pau-brasil* e outros produtos a Fernão de Noronha (1503), que trouxe uma frota de seis pequenos navios, produziu 20.000 quintais daquela madeira. A expedição da nau *Bretôa* (1519) levou animais, saguis, macacos e 5.000 toros do lenho e escravos índios cerca de quarenta.

Em 1513 é que veio (diz o Sr. C. de Abreu) a armada de Nuno Manuel, de dois navios apenas, mas que seguramente reconheceu todo o continente, o Rio da Prata e o estreito que depois foi transposto por Magalhães. Sendo assim precede, pois, a de Solis e a do célebre circum-navegador do globo. O nome de *Rio da Prata* deriva de um machado de prata, achado no lugar por um dos expedicionários de D. Nuno Manuel.

Estas notícias provocavam a aventura de flibusteiros que cá vinham a traficar com os indígenas.

Embalde reclamava-se contra os corsários de Honfleur e Dieppe; a corte francesa parecia surda ou indiferente a todas as reclamações.



A aliança ou o comércio dos índios com os franceses criou distinções e inimizades. “Rebentaram conflitos (diz C. de Abreu) entre uns e outros. A favor dos *Mairs*, isto é, dos franceses, combatiam os *Tupinambás* (potiguares, tamoios); pelos *Perós*, isto é, portugueses, se declaravam os *Tupiniquins* (tabajaras, *Pierres vertes* dos franceses). Aqueles demandavam de preferência o litoral pernambucano, como o prova a denominação de *bois de Pernambuco*, dado ao pau brasil... A hostilidade entre os *tupinambás* e os *perós* durou todo o século XVI e só termina com as devastações terríveis de Bento Maciel nas brenhas do Maranhão e Pará nos primeiros lustros do século seguinte.”

Quando subiu ao trono D. João III (1521-1557), o novo rei lançou vistas mais resolutas sobre a colônia indefesa e abandonada. O seu primeiro ato foi a constituição de uma esquadra que devia estacionar e cruzar ao longo das costas brasileiras e ao mesmo tempo servir, quanto pudesse, ao povoamento. Foi dela comandante Cristóvão Jacques, espanhol a serviço de Portugal, e compunha-se de seis naus. C. Jacques anteriormente havia estado no Brasil e tinha fundado uma feitoria em Pernambuco. Seguindo para o sul, na baía de Todos os Santos bateu e aprisionou 300 franceses, número que parece assombroso, e os levou para a Europa. Um ano mais tarde, um galeão francês vingava esse desastre assolando a nova feitoria.

Tudo parecia recair no olvido, quando corre a Europa a notícia da abundância de prata vista nas mãos dos selvagens do rio descoberto por Solis. A ambição despertou de novo a apatia antiga, e a dúvida de que esse rio estaria dentro da linha de demarcação fez logo equipar a esquadra que, com Martin Afonso de Souza, armado de poderes absolutos, conjuntamente com Pero Lopes, seu irmão, partiu para o Brasil. A ação de Martin A. de Souza limitou-se



ao litoral brasileiro, onde foram colocados marcos do domínio português.

A exploração ordenada a Martin Afonso de Souza e a seu irmão Pero Lopes (1530) foi a mais precisa nos resultados: tocou sucessivamente no Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, onde aprisionou algumas naus francesas, e em Todos os Santos, Rio de Janeiro, Cananéia; Pero Lopes, só, foi até à Ilha das Palmas (Rio da Prata); em todos esses lugares demoraram-se algum tempo, e, de volta, fundaram à beira mar a primeira povoação brasileira São Vicente, e penetraram no interior transpondo a serra do mar até Santo André da Borda do Campo (São Paulo); aí recebeu Martin Afonso o título de donatário de São Vicente.

Logo ao chegar ao Cabo Santo Agostinho destacou duas caravelas para oeste (de Diogo Leite), que exploraram o litoral do Norte até o Rio Gurupi, no Maranhão. Esse foi portanto o explorador que achou a expressão mais nítida da curva atlântica do Brasil, no curso de uma só exploração. Também, quando estiveram no Rio de Janeiro, onde se demoraram alguns meses (de maio a agosto de 1531) mandaram uma expedição por terra dentro, de quatro homens que galgaram a serra e andaram, por montes e campos, umas “cento e quinze léguas” achando notícias do Rio Paraguai.

Em São Vicente, M. Afonso encontrou a degradados e desertores, a Francisco Chaves, “grande língua” que propôs uma nova entrada pelo sertão até o Paraguai, convicção já estabelecida que este rio cercava a oeste a terra brasílica. A empresa malogrou-se. É provável que Pero Lopes se adiantasse além do Rio da Prata “cento e quinze léguas” como diz o seu diário de viagem, enquanto Martin A. de Souza restava em São Vicente, e verificava a inexistência de minas no Rio de Solis, ou mesmo, fazendo as observações astronômicas, concluísse que esse rio estava fora da linha de demarcação. Voltaram ambos a Lisboa em 1533.



O plano de colonizar, com açorianos e reinóis, o país, foi indicado por Cristóvão Jacques, depois da sua expedição, em 1529, e mais ou menos ao mesmo tempo por João de Melo (da Ilha de São Miguel) e C. Jacques, que propunham trazer 3.000 moradores, a expensas próprias.

O letrado Diogo de Gouvêa propunha a colonização em pontos múltiplos do litoral para obviar com eficácia aos corsários e traficantes que por toda a parte apareciam.

No Brasil, a coroa portuguesa não encontrava povos bastante cultos para limitar-se a subjugar-los e impor-lhes o protetorado como na Índia. Aqui seria talvez mais fácil o trabalho da conquista, pela fraqueza da resistência; mas era preciso povoar a terra inútil, pesquisar-lhe as riquezas ainda ignoradas, em uma palavra, fundar a sociedade e organizá-la. O governo acoroçoaria aos que quisessem vir a essas terras, portugueses, especuladores e aventureiros, a leva voluntária do povoamento; disporia de condenados que mandaria a esse degredo e de forças de caráter militar que guardaria a posse da terra. Foi esse alvitre que prevaleceu, pois quando se soube o Brasil acochado de estrangeiros que negociavam com o gentio, foi que D. João resolveu criar postos de defesa entregues como *doações* a diferentes fidalgos e capitães ilustres portugueses; esta resolução comunicou-a o rei em carta a Martin Afonso, em 28 de setembro de 1532. Foi dividido o país em lotes de cinquenta léguas de costa e pela terra adentro até à linha de demarcação. Cada lote desses coube a um *capitão-mor* (e às vezes mais de um lote), o qual deveria cuidar da povoação e prosperidade das suas terras, exercendo sobre elas direitos senhoriais quase absolutos. Essas *capitanias* eram hereditárias e os seus donos gozavam de privilégios excepcionais; voltava-se assim ao regime odioso das *sesmarias* do tempo de D. Fernando, o último rei da dinastia de Borgonha. Era um regresso ao feudalismo.

Desiguais, as capitanias, mesmo quanto à linha da costa, algumas nem sequer foram povoadas ou mesmo visitadas. Esses fidalgos não eram bastante ricos para tomar a ombros tão dispendiosas empresas, ainda podendo cobrar dízimos, escravizar o índio, retalhar as terras em sesmarias e não responder de tudo quanto fariam senão ao rei e em pessoa.

Os quinhões ou lotes foram *quinze* e treze os donatários. Os dois irmãos Souzas, mais favorecidos, tiveram 4 quinhões, cerca de 180 léguas.

Donatários e Capitanias:

1. Martin Afonso – São Vicente, isto é, de Cananeia a Cabo Frio.
2. Pero Góes – Paraíba, isto é, de Cabo Frio a Itapemirim.
3. Vasco Fernando Coutinho – Espírito Santo, da antecedente ao Rio Mucuri.
4. Pero de Campos Tourinho – Porto Seguro, do Mucuri até limite não indicado.
5. Jorge de Figueiredo Corrêa – Ilhéus, até a barra da Bahia de Todos os Santos.
6. Francisco Pereira Coutinho – Bahia, e da Bahia até a foz do Rio São Francisco.
7. Duarte Coelho Pereira – Pernambuco, desde a antecedente até ao norte do Rio Iguaçu.
8. Pero Lopes – (r) Itamaracá, até alcançar a baía da Traição.
9. Antônio Cardoso de Barros – Ceará.
10. João de Barros, o historiador, e Ayres da Cunha – (do Rio Grande ao Maranhão excluindo os quinhões de Cardoso Barros e Fernando Álvares.)
11. Fernando Álvares de Andrade (parte do Piauí e Maranhão).
12. (O mesmo Pero Lopes) – (rr) Santo Amaro, ao sul de São Vicente.

Desde logo denunciou-se a fraqueza essencial do sistema: em terra tão vasta, as capitanias, indiferentes entre si, não atendiam ou não podiam resistir ao perigo constante da invasão corsária francesa, que aqui e ali as atormentava. Faltava-lhes a unidade e o sentimento do interesse comum. Isso junto aos insucessos de muitas delas, determinou o rei de Portugal, dezesseis anos depois, em 1548, a abolir as excessivas franquias que gozavam e subordiná-las a um Governo Central que teve a sua sede na Bahia. – A Bahia ficava quase no meio matemático da linha da costa melhor conhecida então, e que ia da *Laguna* (em Santa Catarina) até o *Gurupi* (Maranhão). Propriamente, porém, o Brasil habitado, e com grandes claros, estendia-se apenas de Cananeia a Itamaracá.

Pode-se dizer que a coroa portuguesa, cedendo quase todos os seus direitos majestáticos aos donatários, quanto reservara para si, não chegava sequer para pagar o serviço da religião que lhe competia manter, e de fato reconhecia a independência quase ilimitada da nova conquista. Essas franquias tão prematuras abismaram logo as primeiras esperanças.

A ideia de povoar o Brasil pelo regime feudal das doações partiu, como vimos, de Diogo de Gouveia, português de grande instrução que dirigia um colégio em Paris, donde saíram os fundadores da companhia de Jesus, e que fez parte mais tarde da Universidade de Bordéus. Diogo de Gouveia associou-se a Cristóvão Jacques, no pedido de concessões para colonizar o Brasil em 1527. Não se sabe bem porque, não foram atendidos; mas a ideia, alguns anos depois, frutificava.

Não era aliás coisa nova esse regime, já antes aplicado aos Açores e à Madeira; mas era um golpe ousado nas leis e no próprio interesse do absolutismo real a tanto custo conseguido contra os privilégios dos senhores e fidalgos. Presumivelmente, não queriam os conselheiros da coroa que a iniciativa desse golpe partisse de vassalos. D. João III não hesitou em vibrá-lo contra a própria realeza, entregando a colônia às oligarquias soberanas, apenas temperadas pelo protetorado da coroa, fraco e, a tão larga distância, quase inútil.

Mas era preciso adotar uma resolução pronta antes que os aventureiros se apossassem da terra; para um país de pequena população não haveria talvez outro recurso senão aquele de fomentar a povoação da nova colônia.

As capitanias eram independentes entre si e nelas o donatário era pouco menos que o senhor absoluto. Quase nada reservou



para si a coroa, o quinto dos metais e pedras preciosas (de cuja existência aliás nada se sabia), e o resto do sistema tributário quase todo de imposto direto (dízimos, vigésimos da produção, da pesca etc.) revertia na maior parte ao interesse da colônia. Adotavam-se as leis da metrópole, mas interpretadas com liberalidade, considerando prescritos os crimes cometidos além do oceano, não fossem traição ou moeda falsa, e alargando-se sem limitação o direito de asilo. Essas medidas favoreciam a colonização, porque as leis criminais portuguesas (o livro V das *Ordenações*) eram de tal modo draconianas e absurdas que quase ninguém lhes escapava: pequenas faltas eram ali lidas por crimes graves e a frase *morra por elo* era a sentença comum de qualquer delito. Apesar disso a população de Portugal, que atingira 3 milhões d'almas, e a preferência da emigração para a Índia, perspectiva do deserto que era a terra americana, tudo amesquinhou a corrente do povoamento. Ninguém queria vir para o Brasil por sua própria vontade. Vinte anos depois de constituídas, as capitanias hereditárias não somariam *três mil colonos*. A terra era desprezada e mesmo malvista porque os degredados menores levavam a África, e os maiores ao Brasil.

Logo ao se estabelecerem, foram os colonos, longe da civilização, adaptando-se à vida selvagem e aceitando muitos dos usos dos índios. Em pouco tempo trocaram os alimentos tradicionais pelos da terra, e, em vez do pão, a farinha de mandioca. Aprenderam por vezes a manejar o arco e flecha, a governar as *igaras* pelos rios, a dormir em *redes*, a fazer a *coivara*; para essa assimilação contribuía, na falta de mulheres brancas, as uniões com as índias, com as quais constituía família. Também facilitava essa barbarização de costumes a presença do negro africano, logo cedo importado, mais dócil e submisso ao branco, em cujo serviço trabalhava. Logo as plantas tropicais da África e da Índia, o *aipi*, a *pimenta*, o *cará*, juntaram-se à *mandioca*, ao *milho* e à *banana* indígenas. O Brasil não possuía mamíferos domesticáveis e foi o gado



introduzido das ilhas portuguesas; introduziu-se então e igualmente a cultura da *cana-de-açúcar* em São Vicente em 1532 e daí se espalhou por todas as capitanias. Essa era a grande agricultura, em tal clima e tempo só possível com os escravos que no mesmo momento vinham de Guiné. A grande propriedade começou com a escravidão e foi a causa de tumulto com os índios, cuja escravização dubiosamente legal não tinha então assumido caráter de importância. E o tempo dos *sesmeiros*, em que são solicitados e concedidos pelos donatários tratos de terra (*sesmarias*) a particulares que lhes devem vassalagem. A fusão das raças branca, negra e vermelha traduz-se em vários tipos de cruzamento (*mameluco, mulato, cafuso*) branco-índio, branco-negro, índio-negro, e tanto nas raças como nos costumes e na linguagem que se apropriou de vocábulos africanos e indígenas.

Os colonos, porém, dentro em pouco conheceram o perigo de tanta confusão. A sociedade mesclada, incapaz de unir-se, logo se enfraquece e se corrompe. Em breve os índios os incomodam e é preciso organizar escaramuças em que nem sempre são vencedores. Por outra parte, os corsários franceses atacam as povoações depredando-as, e entre o perigo do mar e o de terra, o colono, sitiado, estabelece-se de preferência a meio caminho da floresta virgem, um pouco afastado da embocadura dos rios e, igualmente, em alguma eminência. As primeiras cidades do Brasil começam pelos morros e só tarde descem à planície e nunca se formam à borda do mar e, mesmo nos rios, só nos lugares onde não chega o navio de longo curso – essa é a prudência dos fundadores no século XVI e no seguinte, que foram uma luta interrompida pela posse da terra. Assim fundaram-se São Cristóvão, Olinda, São Vicente, longe-perto do oceano, Bahia e Rio (Morro do Castelo) nas eminências; cidades à boca do oceano como Fortaleza, Maceió, Desterro, Aracajú etc. são recentíssimas. Esse problema foi logo resolvido em São Vicente por Martin Afonso, que ao lado desse



porto criou logo depois Piratininga, no planalto, serra acima, assim contra o corsário do mar e guarda avançada contra a floresta povoada de índios.

Não se pode sustentar (o que aliás tem sido feito) que o regime das capitanias fosse um desastre, pelas dolorosas tragédias de que foram teatro; ao contrário, foi a salvação certa da colônia. Não havia outro meio de que lançar mão naquele tempo. Ainda: hoje o Brasil ressentido os germes das oligarquias locais que, como então, apenas toleram o protetorado do príncipe, vencedoras umas vezes, vencidas outras. Toda a nossa história é o desenvolvimento desse duelo original. Revezam-se cada século. As capitanias aparecem no século XVI: a união necessária pela guerra holandesa domina no século XVII; o espírito das capitanias volta de novo a emancipar-se no século XVIII, com as minas; a união com a monarquia subjugam-se no século XIX. Se o século XX se abriu de novo com o particularismo feudal (e pelo menos muito se fala das oligarquias) já se entrevê pela federação o predomínio do sentimento unitário.

Não há que recriminar contra esse ritmo natural da nossa história, do qual o princípio da unidade tentado com Tomé de Souza, toscamente realizado com a monarquia, tenderá sob outra forma a prevalecer no futuro.

Naquele tempo a depravação dos costumes era grande e foi a praga das cidades; a falta de escrúpulos, a impunidade dos crimes novos junto à dos prescritos, a libertinagem ocasionada pela presença de raças consideradas indignas, expostas à venda pública ou ao furor dos mais fortes, a quase ausência dos órgãos da religião nesses primeiros ensaios de estabelecimento, acrescidos às

calamidades do mar indefeso e do mato virgem, representam o quadro imperfeito dessa luta gigantesca dos donatários.

Alguns sacrificavam a fortuna, a saúde e todos os bens, sem excluir a honra e a memória dos nomes nobilíssimos que traziam.

Muitos deles sucumbiram tristemente na tarefa; outros nem chegaram a iniciá-la, assaltados logo pelo infortúnio.

Só há talvez duas capitanias que se podem dizer prósperas: a de Duarte Coelho, em Pernambuco, mais próxima da Europa, com engenhos de açúcar, suas povoações e lavouras de Igarassu e Olinda, abundância de riquezas vegetais; a de Martin Afonso, São Vicente, que aproveitou a numerosa descendência semiculta de João Ramalho. Nesta, um amigo e procurador do donatário, Braz Cubas, com prática da Ásia, fundou Santos, introduziu o *monjolo* (*Enguaguassu*), como lhe chamaram os índios. A capitania de São Vicente povoou-se com rapidez.

Vasco Fernandes Coutinho, vendendo os seus haveres para não voltar mais à pátria e consagrar-se à sua capitania do Espírito Santo, teve que arrostar a fúria de índios bravios e colonos, e ao cabo de muitos desastres, acabou mendigo, esfarrapado, vivendo de esmolas. A expedição que viera colonizar o Maranhão (João de Barros) naufragou ou dispersou-se pelo mar; os colonos salvos vagaram pelas costas, reduzidos à fome; fabricaram frágeis embarcações e nelas entregando-se em desespero ao oceano foram parar no Haiti, onde aos míseros aventureiros nem sequer concederam a esmola de voltar à pátria: apenas à força de súplicas e diligências que o amor paterno inspirava, conseguiu João de Barros reaver dois filhos que estavam entre os desmandados. Entretanto, por causa dessa expedição quase ia havendo uma grande guerra: quando ela se organizou em Lisboa com grande luxo de armas e material bélico, correu o boato, e era verdade que pretendiam os expedicionários, chegando ao Maranhão, conquistar a terra por ela dentro até as regiões do ouro do Peru, que então fascinava o



mundo e acendia a cupidez dos aventureiros. O embaixador espanhol naquela cidade chegou a comunicá-lo ao seu rei. E eis afinal o triste epílogo dessa aventura criminosa!

Também foi uma tragédia a história do donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho. Homem já de idade, doente, tardo e irresoluto foi um dos últimos a colonizar o seu feudo (1537); já aí encontrava um núcleo de homens livres que assenhorearam-se da terra (o *Caramuru* e outros). Em breve os seus próprios sesmeiros e vassalos, unidos aos índios, que entretanto e a princípio pareceram pacíficos, revoltam-se e põem em sítio apertado ao velho donatário. Chega um clérigo impostor que traz um falso documento de prisão do capitão-mor que desamparado se refugia em Ilhéus. Parece que na insubordinação dos colonos e dos indígenas havia o conselho de Diogo Álvares, personalidade cujo prestígio próprio eclipsava o do donatário.

Coutinho voltou à Bahia, um ano mais tarde, a chamado dos seus falsos amigos; mas, naufragando na Ilha de Itaparica e caindo em poder dos índios, que o reconheceram, foi feito prisioneiro de guerra e, em lúgubre festim, morto e devorado pelos canibais, segundo a terrível usança.

Essa aventura repercutiu dolorosamente na corte de Dom João III, onde outras agruras não faltavam.

Tais contratemplos e outros que ainda houve seriam, como foram, inevitáveis ao povoar um país sem imigração espontânea, sem animais, sem trigo e outras sementes, com plantas que ainda não tinham a tradição do uso, sem recursos e ao mesmo tempo ameaçado dentro e fora do seu âmbito. Apesar de tudo, esse regime, nesse tempo em que Portugal ditava ao mundo o exemplo do imperialismo, foi adotado por outros países colonizadores, e os donatários brasileiros correspondem aos *Seigneurs* franceses do Canadá, aos *Patrone* das colônias holandesas, ao *Staroste* inglês da Carolina etc. O sistema devia ser mantido e o foi; cumpria

aparar-lhe os exageros que a experiência mostrara inconvenientes e principalmente a excessiva interdependência das capitânicas que as faziam indiferentes senão inimigas, e reforçar o laço comum delas por um governo também presente e capaz de protegê-las realmente e defendê-las de todas as eventualidades. Os próprios donatários, que eram os órgãos naturais do particularismo, sentindo próxima a hora da total ruína, foram os mesmos que em clamor universal reclamaram a união. A 12 de Maio de 1548 escrevia Luiz de Góes, de São Vicente, D. João III: – Venha V. A. em nosso auxílio em breve esta terra se perderá e os franceses que a tomarem tomarão depois a África e irão atacar a Ásia portuguesa; e se esses presságios não movem V. A. tenha V. A. compaixão e piedade de tantas almas cristãs desta terra.

No mesmo ano criou-se o *Governo Geral* (1548) e foram cumpridos assim os desejos de todos.

Drama e tragédia das capitânicas, dissemos, ao caracterizar esses primeiros anos do povoamento. Só a *comédia* de fato não existia porque era acordo de todos que a terra era “triste e melancólica”, sem prazeres e divertimentos, rude, ignota e “desconsolada”. A grandeza da paisagem asfixiava o homem; os vis insetos, venenosos répteis, monstros conhecidos e imaginários, as doenças e todos os males da luxúria e da ambição pareciam aqui prosperar e recrudescer com a nostalgia da pátria distante.

A época dos descobrimentos, da qual não fizemos mais que descrever por menor um dos seus episódios, é a grande era do *humanismo* e do *renascimento*. É o triunfar das ideias clássicas que o obscurantismo da Idade Média havia sepultado no olvido.

Nesse momento crítico, revivendo-se a antiguidade no meio cristão, domina ao lado das ideias pagãs o misticismo religioso. A “nova cavalaria do oceano” beata e atroz, é ao mesmo tempo mística, religiosa, fanática e cruel; – em todas as regiões, e em toda a parte o seu escopo é *dilatar a fé*, mas não sem antes de tudo *dilatar o Império*. A elevação e a indignidade, a crueldade e a doçura, a ambição e a piedade, o comércio de escravos com a catequese dos infieis, Las Casas e os Pizarros e Almagros, Anchieta e os Gamas e Albuquerque, os apóstolos e os aventureiros, monges e soldados, santos e heróis florescem todos nesse tempo de transição para a história moderna.

Nos mesmos indivíduos, essa contradição, sinal da grande energia e do trabalho das ideias, persiste entre a religiosidade e o livre pensamento. A viagem de Colombo é uma heresia – *el levante por el poniente*, e Colombo entretanto é religioso até a superstição. O Orenoco é para ele o caminho do paraíso terrestre de Adão e dil-o convencidamente. Parece que toda ciência de Colombo deriva de um medíocre tratado *De Imagine Mundi* de Pierre d’Aelly.



No entanto, o que o distingue além da fé e tenacidade, diz Humboldt, é a sua penetração, a extrema finura com que apreende os fenômenos externos. Torna-se, pois, no seu tempo, o órgão do humanismo clássico, o grande renovador das ideias antigas, e na geografia as ideias antigas deixadas no grande olvido medieval, preocupado de fervor católico, eram que existia um mundo ao ocidente. A esfericidade da terra estava na doutrina de Pitágoras, em Aristóteles que a cria redonda porém pequena, tradição da *Atlântida*, continente submerso de que deviam existir fragmentos esparsos (talvez as ilhas africanas decerto visitadas pelos fenícios). Sêneca, escrevera esses versos proféticos:

*Venient anis sæcula seris
Quibus Oceanus vincula rerum
Laxet, et ingens pateat tellus,
Tethysque novos detegat orbes
Nec sit terris ultima Thule.*

“Séculos virão em anos distantes em que o Oceano relaxará os laços das coisas; ver-se-á então imensa a terra, Thetys mostrará novos mundos e entre as terras Thule não será mais a última.” Havia sido já a opinião de Platão no *Timeus* e o foi de toda a antiguidade culta.

A América foi, pois, também a obra da renascença.

Igualmente o foi o périplo da África realizado pelos portugueses.

Iniciou-se pelo comércio de escravos no século XV, mas já no século seguinte sofreu o influxo dos estudos clássicos. Efetivamente já os fenícios havia longos séculos feito a circun-navegação do continente negro – seis séculos ao menos, antes de Cristo. Heródoto narra a viagem de alguns fenícios a mandado do Faraó Néchao, em circunstâncias que se não podem contestar;



desceram o Mar Vermelho e voltaram pelas colunas de Hércules, verificando que a África era isolada das outras terras, exceto ao norte do Egito. Dessa viagem resultou a ordem de abrir-se um canal do Mediterrâneo para o Mar Roxo (616-600 a.C.). Segundo Heródoto, essa viagem durou três anos, e, analisando-a, diz Peschel que duvidar dessa empresa é injustificável, pois os marinheiros fenícios não estavam mais atrasados que os navegadores dos séculos XV e XVI e, antes, a dificuldade da navegação vindo de leste é menor porque é feita no sentido da corrente sul do oriente e o único trecho realmente difícil é a travessia de Cabo Verde a Gibraltar, quase o último da circum-navegação. – Também os cartagineses com Hannon (480-470 a. C.) exploraram a costa africana até além de Guiné, onde capturaram uma Chimpanzé fêmea que tomaram por mulher natural da região. Do *périplos* de Hannon se gravou uma inscrição cartaginesa, de que temos a tradução em língua grega.

Se bem que os navegadores, excetuando talvez Vespúcio, não tivessem grande erudição, todavia faziam essas ideias naquela hora parte da cultura universal e achavam-se disseminadas por todos os espíritos. Não era, pois, de estranhar que a “cavalaria do oceano”, embora inconscientemente, fosse levada a pôr as suas ambições ao serviço da ciência renascida. Em menos de um século, decuplicou-se a área conhecida do mundo, revelando a imensidade da terra incógnita. O trabalho dos navegadores excitava no seio das universidades europeias a febre da erudição antiga, onde se ia buscar a chave de tamanhos mistérios tanto tempo obscurecidos.

Inaugurando a colonização do Brasil pelo sistema feudal das doações, também não fizeram os portugueses coisa diferente do que já haviam experimentado os colonizadores greco-fenícios da antiguidade. Essa analogia talvez não seja de todo fortuita; Diogo Gouvêa, o autor da proposta do regime colonial, professor

universitário, teólogo e letrado, era de fato um grande conhecedor das letras clássicas. No seu colégio em Paris e posteriormente na Universidade de Bordéus, Diogo de Gouvêa ocupava lugar conspícuo entre os homens de espírito do seu tempo.

Ele decerto sabia que em uma das colônias da antiguidade (que se supõe Malabar) era o sândalo como o pau-brasil exclusiva matéria de permuta nos primeiros tempos. Depois, do oriente o comércio expandiu-se pelo Mediterrâneo, com o âmbar e os metais. Parecia-se esse caso com o da “terra do Brasil” e só lhe faltavam os entrepostos fenícios, as feitorias de propriedade privada sem as quais se não poderia criar o comércio.

Os greco-fenícios tiveram colônias de duas sortes: as *Apoekias* que eram formadas e mantidas e defendidas por iniciativa de donatários, e as *Kleruchias* que eram de todo submetidas e preservadas pelo estado. Como lá, nós andamos da *Apoekia* para a *Kleruchia*, do particularismo feudal para o absolutismo da coroa.

O *descobrimento* (1500) – Partida da frota de *Cabral* (9 de março). Avista terras do *Brasil* (22 de abril). *Primeira missa* no ilhéu de Santa Cruz (26 de abril). *Missa*, em terra firme (1º de maio). Prossegue a frota para a *Índia* (2 de maio).

Escrevão da armada: *Pero Vaz de Caminha*.

Exploração (1501-02) – El-Rei D. Manoel ordena a exploração da terra descoberta.

Expedição de *Américo Vesúcio* (1501). Revelação do litoral desde o Cabo de *São Roque* (16 de agosto) até *São Vicente* (22 de janeiro de 1502). Exped. de Gonçalo Coelho (1503), de D. Nuno Manuel (1513), da Nau Bretôa (1519).

Os índios – As gentes do Brasil. Costumes, aspectos. *Tupis e bugres*. A língua *tupi* e a língua *geral*.

Causas gerais de dissentimento entre portugueses e selvagens: o *roubo*, o costume das *vinganças*, a *escravidão*. A ação civilizadora dos *jesuítas*. A catequese.

As capitânicas – D. João III adota o sistema de *capitânicas hereditárias* para o povoamento do país (1532).

Expedições de *Cristóvão Jacques* (1527) e de *Martin Afonso de Souza* (do Cabo de Santo Agostinho ao Rio da Prata) (1530).

As três primeiras feitorias: – *Pernambuco, São Vicente, Piratininga*.
As *doze capitanias*: Santo Amaro, São Vicente, Paraíba do Sul, Espírito Santo, Porto Seguro, Ilhéus, Bahia, Pernambuco e quatro no extremo norte, só povoadas no século seguinte.

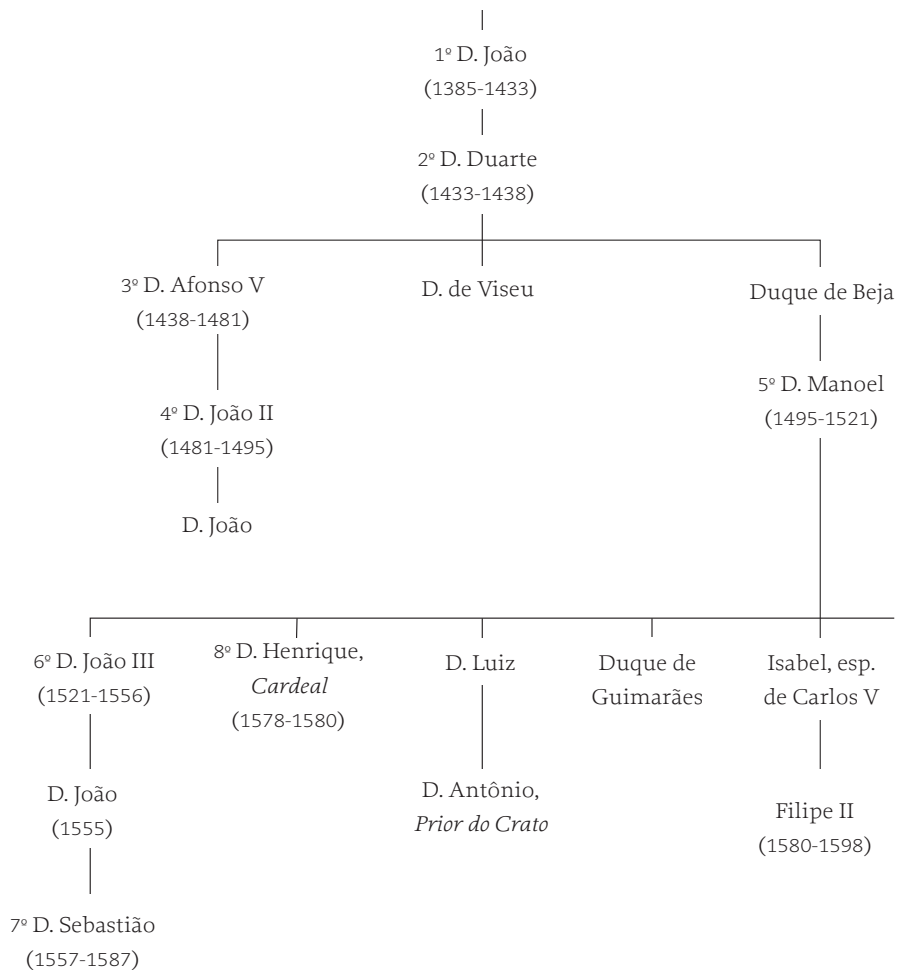
Isocronismos

- 1492 – Descobrimento da América por C. Colombo.
- 1498 – Terceira viagem de Colombo; descobre o continente (Orinoco).
- 1498 – Caminho da Índia. V. da Gama.
- 1499 – Vespúcio e Hojeda (Venezuela).
- 1513 – Balboa descobre o Oceano pacífico.
- 1515 – Solis no Rio da Prata.
- 1519-21 – Cortez. México.
- 1532 – Pizarro. Peru.
- 1517 – Começa a reforma de Lutero.
- 1519-56 – Carlos V (Carlos I de Espanha).
- 1556 – Filipe II (Espanha).

- 1515 – Francisco I (França).
- 1547 – Henrique II (França).

- 1530 – Confissão de Augsburg.
- 1545 – Concílio de Trento, até 1563. Papas: Paulo III, Julio III, Paulo IV e Pio IV.
- 1534 – Fundação da C. de Jesus, Loiola, Laynez e São Francisco Xavier.

Dinastia de Aviz, 1385-1581*



* Nota – Em tipo distinto estão os príncipes que reinaram em Portugal. Filipe II é já da usurpação espanhola, com a extinção da dinastia nacional, em 1580. Na ordem, deve-se entender: D. João I, D. Duarte Afonso V, D. João II (*o príncipe perfeito*), D. Manuel (*o venturoso*), D. João III, D. Sebastião (regência de Catarina), D. Henrique, *o cardeal-rei*.

II
TENTATIVA DE UNIDADE E
ORGANIZAÇÃO DA DEFESA

...Está capaz para se edificar nele um grande Império.

Gabriel Soares. *Trat. do Brasil.*

O meado do século XVI marca um momento original da história humana: o polo da atenção universal declinou de chofre para a América. Foi uma declinação gigantesca que abalou o mundo; desfez-se a magia do oriente com o sândalo e as especiarias, e a ela sucedeu agora a fascinação do ouro em massa e da prata do México e do Peru, envoltos nas façanhas sangrentas e inauditas dos conquistadores. À realidade, que já era assombrosa, juntaram-se lendas ainda mais inverossímeis, e talvez sem elas o povoamento do novo mundo fora impossível.

Para nós foi um momento decisivo. Ao norte do Brasil é que se colocava o imaginado país do *El Dorado*, ficção maravilhosa de um reino encantado, cujo príncipe, ungido ao anoitecer de óleo, pela manhã, ao levantar-se, revolvía-se em pó de ouro resplandecente. *El Dorado* tinha palácios de esmeraldas e safiras e os seus domínios eram fechados por cordilheiras de cristal. Essa lenda abriu o apetite dos aventureiros, já preparados pelas riquezas magníficas dos Incas. E punha-se essa região encantada, como em geral sucede, no trecho então menos conhecido da América do Sul, entre o Oiapoque e o Maranhão e pelo interior dessas terras e delas por oeste até os confins das cordilheiras. Foi para achar o país assombroso que Orelana desceu do Peru, e foi o primeiro, por um rio gigantesco que parecia antes oceano e onde bateu um exército de mulheres (Amazonas).



Orelana partiu de Guaiquil em busca da *terra da canela*, com expedição numerosa de castelhanos e milhares de indígenas escravizados. Galgando o declive da cordilheira, passaram os seus transeis horríveis por terras inóspitas e maravilhosas. Desceu o aventureiro o grande rio em embarcações improvisadas e ouviu falar de mulheres guerreiras, as *Amazonas*.

Chegando à Europa tentou nova viagem e entre dificuldades aparelhou a nova empresa cujo grande fim era mostrar o caminho do Peru pelo Atlântico e pelo Maranhão.

Velejou em 1545, e, costeando o litoral do norte do Brasil até alcançar o *mar Dulce*, por ele enfiou, mas, perdendo-se no labirinto das ilhas e canais do rio, aí naufragou e pereceu. Acabaram assim as esperanças das riquezas fabulosas com que contavam os audazes aventureiros.

Dava-se essa aventura às portas do Brasil; isto chamou a atenção dos portugueses, que, também comovidos pelas lendas que corriam o mundo, volveram a pensar mais detidamente na América. Sabia-se já então que a terra do Peru era a mesma do Brasil; o mesmo continente e por conseguinte a possibilidade das mesmas riquezas; o primeiro governador (Th. de Souza) prestou logo muita atenção ao descobrimento das minas que se supunha, não tardaria a realizar-se. A todo o tempo, os flibusteiros franceses acoassavam as costas que as capitanias não podiam defender; havia mister socorrê-las, *firmar a propriedade do solo*, entregue aos aventureiros de toda a parte, e *organizar a defesa*: não tardaria a guerra pela posse do Brasil e então estaria ele (como esteve depois na verdade) aparelhado para resistir e expelir os invasores.

A *unidade* do país sob um governo único foi ao mesmo tempo um ato de boa política interna porque obstava a ruína das capitanias enfraquecidas por tantas causas, e de grande previsão quanto

à política exterior, porque fornecia a base da reação nacional contra os holandeses.

Já agora na consideração universal, a América deixara de ser o mundo deserto, maravilhoso e inútil. O ouro, as pedrarias, o comércio da escravidão e riquezas apenas suspeitadas atraíam a cobiça europeia, e provocavam uma crise geral de todos os valores econômicos; o preço da prata ficou reduzido a um quarto, e dela consistiam a maior parte de alfaias e baixelas das casas ricas e das igrejas. As cidades marítimas da hansea, alemãs, flamengas, e as cidades italianas tomam a primazia sobre as antigas *feiras* das cidades interiores. Cada nação sonha repetir-se no novo continente: uma nova França, uma nova Espanha, uma nova Inglaterra e a *Nova Lusitânia* é o título que toma a capitania de Duarte Coelho.

Nasceu assim um novo sentimento antiasiático na consciência portuguesa. Na verdade, o Oriente foi uma amarga ilusão.

A Índia começava logo a despertar a repulsa entre os espíritos mais eminentes; era um sorvedouro de homens validos e de esquadras que o oceano devorava. As riquezas de outrora iam desaparecendo; a empresa de Cabral, sem embargo de perder a metade ou seis dos navios, rendia aos capitais 500%; agora as empresas da Índia eram um sacrifício. Em trinta anos (1521-1551) perderam-se 32 naus reais no valor de mais de quinhentos mil cruzados. Os serviços de guerra traziam o tesouro acabrunhado de privilégios, tenças e mercês vitalícias e, ao mesmo tempo, ceifando a nobreza e os homens validos, despovoavam os campos. Dissipavam-se assim todas as energias da raça portuguesa transformada em prole parasitária. O ouro que vinha passava para Veneza e Flandres, onde estavam as indústrias. Portugal ficara sendo apenas o quartel militar da Europa, cheio de soldados e consumidores, morada de estranho luxo e de miséria maior ainda que o luxo. Não tendo capacidade para a vida industrial, o país sabia absorver sem utilizar, e haurir sem alimentar-se. A opulência de suas conquistas

como por encanto passava às mãos dos estranhos, e no meio de tanta riqueza D. João III pedia emprestado às praças estrangeiras.

A conquista da Índia não nos deu campos em que semeássemos (diz um escritor desse tempo) nem em que apascentássemos gado, antes nos tira os que nisso nos haviam de servir. Leva-nos homens sem nos dar outros que os supram. Com as ilhas e o Brasil não sucede outro tanto; com as ilhas, porque se povoaram duma vez; com o Brasil, porque sobre povoar-se com degradados, com muito proveito e pouca despesa do reino, é fertilíssimo em açúcar e outros produtos e até do trigo o pode ser e não está tão distante que nos não possa valer em ocasião de apuro, como o não pode a Índia.

O GOVERNO GERAL. — TOMÉ DE SOUZA E DUARTE DA COSTA

A experiência da fraqueza das capitanias e da desmoralização e depravação delas e a ameaça constante dos piratas, na maior parte franceses, que impunemente comerciavam com os índios e procuravam estabelecer-se na terra, induziram D. João III a criar o *Governo geral do Brasil*.

Comprou-se para sede desse governo a capitania da Bahia, à família do donatário cujo destino lúgubre há pouco referimos, ponto magnífico pela excelência do porto, como por estar quase no meio das costas já aqui e ali ocupadas desde Cananeia até Itamaracá.

Foi primeiro governador nomeado Tomé de Souza (1549-1553), homem prudente e sisudo, como era sua fama, e que chegou a 29 de março de 1549. Logo assistido de portugueses, o *Caramuru* e outros que aí estavam numa pequena povoação à barra do golfo, e com auxílio dos índios, lançou os fundamentos da *Cidade do Salvador* na chapada da montanha, no lugar que hoje se chama *cidade alta*.

Tomé de Souza era bastardo, porém de grande estimação entre a nobreza pelos seus serviços prestados no Oriente, e por “ser um homem sério,” coisa pouco vulgar naquele tempo entre os homens de menos esmera educação.

Com ele vieram um *Ouvidor-mor*, Pero Borges, que tinha a seu cargo os negócios de justiça; um *Procurador*, Antônio Cardoso de



Barros, que devia arrecadar os impostos e dinheiros da coroa, e um *capitão-mor da costa*, Pero Góes da Silveira, que devia viajar e guardar o litoral. Dois destes eram antigos donatários, Antônio Cardoso, do Ceará, que não colonizou, e Pero de Góes (irmão de Damião de Góes, o cronista) da Paraíba do Sul, onde os índios assaltaram e incendiaram os primeiros estabelecimentos. “Acudi com toda a gente que pude, disse ele numa carta ao rei, mas quando lá fui estava tudo destruído.” Essas novas funções no governo geral eram como uma compensação aos infelizes vassalos. O governador-geral era, como os capitães-mores das capitanias, também o comandante das tropas.

Em companhia de Tomé de Souza vieram seis Jesuítas sob a direção do Padre Manoel da Nóbrega. Vinham para catequizar os índios e prestar à colônia os serviços da religião e dos bons costumes, então quase abandonados. Eram, além de Nóbrega, os padres Aspilcueta Navarro, Antônio Pires, Leonardo Nunes e os irmãos Diogo Jacome e Vicente Rodrigues.

A administração de Tomé de Souza foi hábil e de muito fruto. Organizou a defesa das colônias, fortificando-as e tornando obrigatório por toda a parte o serviço militar, mas sem excesso. Protegeu os índios, mas não sem castigá-los severamente quando necessário; de uma feita, tendo estes mortificado e devorado dois portugueses, aprisionou dois quaisquer *morubixabas* (assim chamam aos chefes), atou-os à boca de uma peça que fez disparar em seguida. Essa crueldade foi bem inútil e parece inexplicável que fosse consentida e autorizada por um homem como Tomé de Souza, que, para poupar a população ou aumentá-la, revogava a seu arbítrio as leis penais das *Ordenações*, perdoando a facinorosos de toda a casta. Assim acumulou muitas dificuldades para os seus sucessores e autorizou maiores injustiças.

Percorreu várias vezes as capitanias, para fortalecer a defesa da terra, dando auxílio e conselho, criando povoações (Conceição de

Itanhaém e Santo André) “a fim de reunir a gente que andava deramada pelos campos ou pelas praias” promovendo a expulsão dos espanhóis que comerciavam já pelo sertão do Rio Paraná.

No seu governo, o Brasil foi feito bispado separado do Funchal, de que dependia, e o primeiro bispo foi D. Pero Fernandes (Sardinha) que chegou em 1552.

Como Tomé de Souza, o novo bispo, atendendo a que vinha a “terra tão nova” queria dominar pela condescendência, despindo-se de rigores aqui inaplicáveis.

Ficava assim completo nos seus órgãos essenciais o governo do Império, que nascia no meio de tantas dificuldades.

Logo no ano seguinte, completando quatro anos, que era o tempo designado, pediu para recolher-se ao seio da família que deixara na pátria. Em todo o resto da vida, porém, foi sempre o conselheiro do governo nas coisas do Brasil.

Em lugar mais oportuno trataremos complexivamente das expedições ou entradas de Jorge Dias e outros a busca das minas, e que datam do tempo de Tomé de Souza.

Foi providência ainda deste governador a expedição ao extremo norte, ainda desconhecido, a qual todavia só se realizou no tempo de Duarte da Costa, como será dito.

Duarte da Costa (1553-1558) – Foi o sucessor de Tomé de Souza. Prestou igualmente serviços de valia, mas estava longe de ser equiparado ao seu antecessor. Seu caráter é mais frágil e não parece que fosse dotado de espírito político essencial à missão que lhe deram. Devesse-lhe, entretanto, fazer justiça, notando que a sua administração foi muito mais tempestuosa que a de Tomé de Souza; no seu tempo, já esclarecidos da perversidade dos colonos, os índios, em grande aliança, sob o comando de um terrível



canibal, *Cuñabebe*, desde o Cabo Frio até a Bertioga, levantavam-se fazendo grandes mortandades e zombavam dos portugueses.

Também franceses calvinistas se estabeleceram numerosos na baía do Rio de Janeiro (1555) com o seu chefe Nicolau de Vilegagnon, que se fortificou na ilha que tem o seu nome hoje.

Duarte da Costa pedia recursos que nunca chegavam, e, não podendo combater, ficava na inação, preferindo-a à vergonha da derrota certa que talvez acarretaria a perda da América portuguesa.

Também vieram com ele novos jesuítas, e entre esses José de Anchieta, o apóstolo do Novo Mundo, a quem se deve haver chamado à civilização milhares de homens embrutecidos pela selvageria, e haver promovido a paz entre eles e os colonos, com risco de vida e com grandes, constantes e penosos trabalhos, nos quais consumira a existência, pondo em prova a sua admirável caridade e amor dos homens.

Na administração de Duarte da Costa, deram-se divergências graves entre o bispo governador, sobretudo pela desmandada conduta do filho deste, Álvaro da Costa, moço de grande coragem, que já havia servido em África, porém de costumes soltos. Parece que o bispo o repreendeu em público num sermão, momento em que geralmente se condenavam os excessos e a libidinagem dos colonos. Outras razões haveria além desse pretexto; o bispo era decerto pouco simpático e muito mal visto e dele alguém escreveu que “bastava para despovoar um reino quanto mais uma povoação”; e por isso formaram-se entre os colonos partidos de um e outro lado que ameaçavam perturbar a ordem. O rei fez chamar o bispo. Pedro Fernandes efetivamente embarcou em 1556; mas, ainda nas costas do Brasil, nos baixos chamados de D. Rodrigo, perto do Rio Cururipe, naufragou, e, com outros que iam, foram quase todos devorados pelos Caetés. A consternação produzida por essa desgraça ao menos pôs termo a todas as disputas.



Um pouco antes, havia sido a cidade acometida por grande horda de índios, que aprisionaram cristãos e destruíram o gado e algumas fazendas da vizinhança; salvou a cidade Álvaro da Costa, investindo contra o inimigo, e limpou o território incendiando *tabas* e aldeias e pondo em fuga os assaltantes.

Em 1558 Duarte da Costa terminou o seu governo. O caráter de Duarte da Costa ressentia-se de egoísmo e de parcialidade em tudo que dizia a si próprio ou à família. Por causa do filho deixa lavar a contenda com o bispo e fomenta-a desmoralizando perante o rei ao velho sacerdote. Não abandona o governo sem reservar para si as melhores sesmarias.

Por esse tempo morria na Bahia o célebre *Caramuru*, já muito carregado de anos e que fora a testemunha dos grandes acontecimentos da terra, nos quais tivera não pequena parte.

A expedição de Luiz de Melo foi organizada em Lisboa com trezentos infantes e cinquenta cavaleiros, e de lá partiu em 1554 para o Maranhão; malogrou-se com um naufrágio, e apenas Melo e alguns companheiros escaparam, indo para as Antilhas.

É curioso notar a coincidência desta história com a dos procuradores de João de Barros, e a causa idêntica que animou as duas expedições: a notícia de riquezas minerais. É possível que sejam duas versões de um único acontecimento.

A fundação de uma cidade não era problema novo para os portugueses; muitas viram eles nascer nas ilhas e na África, ao redor das fortes ou ao pé das feitorias; aqui na América dar-se-ia o mesmo mais tarde, e as cidades surgiram umas das missões e aldeias dos índios, outras das feiras do sertão, dos pontos de passagem e travessia dos grandes rios, e ainda muitas ao pé dos fortes que asseguravam as *entradas* pelo interior, da mesma maneira que os *bourgs*, os *caster* e as *abadias*, os *vada* dos rios, os mercados (*quermesses*) dos tempos medievais.

Em todas elas, a primeira consideração intuitiva foi a da defesa contra a ameaça externa. Tomé de Souza hesitou na escolha entre diferentes pontos e decidiu-se pelo local que é hoje o da cidade. Transferiu o núcleo de portugueses que já aí estavam e habitavam quase ao pé da barra, na *Vila Velha*, mais para dentro do golfo, e para o *alto da montanha* que, íngreme do lado do mar, por isso mesmo seria fácil de defender. Na praia, que mais tarde o comércio povoou, havia excelente aguada para os navios.

E com firmeza meteu mãos à obra.

Foi logo aberta uma estrada pela montanha que conduzia ao sítio escolhido na esplanada; fez logo uma grande cerca de pau a pique a modo de trincheira provisória, que depois melhorou, fazendo-a de taipa para que a sua gente toda e soldados que trabalhavam na edificação ficassem ao abrigo de qualquer surpresa

do gentio; foram depois arruadas as casas, que eram cobertas de palmas de coqueiro, e abertas as praças onde se foram fazendo as casas maiores do governador, a da câmara, a cadeia, alfândega e casa dos contos ou tesouro etc. No meio da praça, como de costume, elevava-se o pelourinho. Ao mesmo tempo construía-se o Colégio dos padres jesuítas e outras igrejas. Toda a gente aí trabalhava e se improvisava de mecânico, afora os mestres de ofício que tinham vindo. Os degradados e demais colonos portugueses que estavam na *Vila Velha*, onde se havia antes aposentado como foi possível todo o pessoal, foram transferidos para a nova povoação, agora cheia de vida e movimento. Porventura o espetáculo de uns ao lado de outros, os homens da mais pura virtude e a ralé do crime, tão dissemelhantes e tão congregados, sugeriu a Tomé de Souza (que era também um bastardo) a ideia de que esse novo asilo era o símbolo da aliança e da paz entre os homens, e assim deu por armas à cidade em campo azul uma pomba tendo no bico um ramo com três folhas de oliveira. *Sic illa ad arcam reversa est*, era a legenda.

Sem dúvida alguma e por esse tempo foi a Bahia a única metrópole do oceano. A multidão dos “varredores do mar” holandeses, normandos ou iberos aqui cruzavam as suas frotas do oriente e do ocidente. Trinta ou quarenta anos de existência deram à povoação o seu caráter definitivo.

A cidade ia rapidamente crescendo. As casas aglomeravam-se pelo dorso ou pelo declive da montanha. Todos os anos aportava uma esquadra de ordem do rei com todos os recursos necessários, mantimentos para a vida, sinos para as igrejas e artilharia para a praça, gentes para povoá-la, órfãs para casar e dignificar o lar vazio ou manchado pelo concubinato, degradados e escravos para a agricultura. Vinham nela também os alimentos tradicionais do homem, branco, o vinho, o trigo, o azeite, que a colônia não produzia, e mais as sementes da Índia, as vacas e os carneiros, os

porcos e os galináceos das ilhas. Assim se foi aglomerando o povo. Anos mais tarde dizia G. de Souza: “Não faço menção doutras ruas porque são muitas e seria *um nunca acabar*”; tão grande era já a cidade. Entre as ruas e mais formosa era a dos mercadores, que ia da praça central até à Sé, com as suas lojas de drogas, de panos e sedas. A praça era aberta do lado do mar, onde a montanha caía a prumo; desse lado estava postada a artilharia grossa; os mais lados eram feitos pelas casas do governo e outras.

As festas religiosas eram contínuas e atraíam pela sua pompa a curiosidade dos índios. A beleza e o movimento da nova povoação fascinavam os grandes das capitâneas que aqui passavam. Nas cercanias verdejavam as hortas, ao modo de casais, que alimentavam e abasteciam o mercado, e na cidade o que a fazia pitoresca eram os vergéis e pomares das casas, cheios de árvores da tâmara, da laranja, do figo, da romã, entre os pâmpanos das latadas, ao lado das quais emergiam antediluvianas e insólitas as largas folhas da bananeira, em quanto aqui e ali sussurravam as palmas dos coqueirais como remígio de frechas monstruosas cravadas no solo. Todo esse espetáculo era novo para os que chegavam, pela flora da paisagem, pela confusão das raças que a animavam e ainda pela atmosfera de liberdade, quiçá até de licença, que se respirava no mundo americano.

Logo cedo no Brasil, na sua capital, como nas demais povoações, a obra da civilização foi deturpada pelo conflito das raças, disfarçado em democracia, fruto antes da luxúria que da piedade dos peninsulares. Desde o primeiro momento o branco, o índio e o negro se confundem. O contato das raças inferiores com as que são mais cultas quase sempre desmoraliza e deprava a umas e outras.

Principalmente, porém, deprava as inferiores pela opressão que sofrem, sem que este seja o pior dos contágios que vem a suportar.

É claro que negros e índios não poderiam ser senão a ocasião de desdém e de ódios que gera o escárnio dos superiores. A mulher de raça inferior não consegue ser dignificada nem mesmo depois de formada a raça mestiça. O próprio governo considerou por vezes uma infâmia o casamento promíscuo de brancos e negros. O Padre Nóbrega diz numa de suas cartas que branco raptara uma índia e, censurado o seu procedimento, entendeu que estava justificado só com batizá-la. A prole assombrosa pelo número dos Ramalhos e *Caramurus* atesta o egoísmo e a sensualidade dos primeiros colonos.

Como poderia fundar-se a ordem civil sem a possibilidade de fundar-se a família?

O branco procurava (e isso havia já dois séculos na península) o pretexto real do clima para evitar os duros trabalhos da

agricultura tropical, e assim escravizava os negros, e agora, quanto podia, os índios. Começam as expedições escravistas manchadas na atrocidade todos os crimes. A primeira consequência para os colonos era a ociosidade dos remediados e ricos, o luxo e com ele a depravação da energia e a dos costumes. Quase toda a gente tinha escravos, ou índios ou negros. Esse costume gerava o sarcasmo, o ódio, o desprezo de um lado pelas progênies escuras, e a perfídia de outro, o desprezo da piedade e do respeito humano: acrescentarmos que na maioria eram os brancos degradados e criminosos, homens sem escrúpulos e desiludidos, pode-se fazer ideia dos crimes que então cometiam e da dissolução que lavrava em sociedade. Entre raças diversas toda a mistura por assim dizer se torna em combinação; tais contatos destroem a humanidade no homem. Nada escapa à distribuição do mal que a sociedade gera e espalha todos os escaninhos onde a sua seiva circula. Instituído a escravidão, a profissão principal do colono era a presa humana, a caça aos selvagens. Os que ouviam a voz dos jesuítas ou da consciência, fixavam-se no solo e fundavam os engenhos; mas compravam os escravos que os demais iam arrancar à floresta ou através dos mares à África. Os demais entregavam-se às atividades vagabundas do jogo “que tão público andava” diz o Padre Blasques. Os vícios dos cristãos, diz ainda o mesmo jesuíta, juntava-se aos da gentildade “fazendo uma embrulhada *diabólica*.”

A dissolução da vida moral inventara a exculpação de que os crimes “de lá” já não o eram aqui; também os holandeses de Pernambuco dirão mais tarde que não há crimes “aquém da linha equinocial.”

Os portugueses que vieram estabelecer-se nas terras do Brasil não pertenciam à classe média, aliás pouco populosa nesses começos da idade moderna, máxime em Portugal, onde não havia indústria nem já agricultura. Eram fidalgos ou ínfimos plebeus e degradados; a maior parte, gente aventureira e sem consciência.



Uns poucos vinham por senhores; outros e na maioria, por governados, senão detentos; – melhor parte era a que pesquisava a fortuna e as aventuras, ou fugia à sanha da perseguição religiosa. Todos entretanto refletiam o estado de alma de Portugal do tempo da Inquisição, do país da Europa onde era mais cara a vida e onde o monopólio das especiarias, das sedas e preciosidades do oriente tinha desenvolvido o luxo, a corrupção e profunda miséria. Motins sanguinolentos abalavam Portugal no tempo em que lá fora a centelha da Reforma passava no ambiente; tais foram os horrores, os assassínios, as mortandades contra judeus e suspeitos de livre pensamento, que se achou logo louvável criar-se o tribunal da *Inquisição*, ao menos como um instituto legal que punha um termo ao tribunal tumultuário das ruas.

Tais eram na colônia os brancos.

A gente valida era dizimada no oriente ou em África; ficava e crescia a população parasitária, ignorante, cruel e fanática. Nos poucos, na maioria provincianos, que sobreviveram ou resistiram a essa dissolução, felizmente é que estava a vitalidade nacional, nos seus navegadores e artistas; mas eram insignificantes para obstar ao desastre próximo.

Vindo para o Brasil, os brancos carreavam todos esses vícios da decadência que não deixavam de empanar a coragem, o valor e o espírito de aventura que lhes eram próprios. Os colonos são turbulentos e desumanos; em breve odeiam o trabalho que relaxam e passam ao índio ou ao negro; adotam a indolência ou dela são vencidos e dos costumes dos naturais, que pervertem até fisicamente, trazendo o contágio das epidemias. Os de baixa condição, agora com a fortuna fácil, tornam-se arrogantes, arrumam-se no luxo das sedas e de todos os prazeres sensuais. Dentro de pouco a fortuna mais tardia e honesta do trabalho agrícola é perturbada pela imaginação das minas, dos *eldorados* e de riquezas fantásticas

– miragem contínua e quase sempre desmentida pela decepção no primeiro século.

O elemento conservador e artístico da colônia, compõe-se dos grandes *senhores de engenhos* – estes à moda árabe, com a moenda tríplice, impelida quase sempre à mão pelos escravos (porque, no princípio, o muar é ainda raro). Depois dos *senhores de engenho* há os mercieiros da cidade, os ourives, que são em grande número, e os pequenos comerciantes. Entre uns e outros estão os capitães do *resgate*, que capturam os índios ao tempo que fazem o pau-brasil e as indústrias extrativas.

O negro, o fruto da escravidão africana, foi o verdadeiro elemento criador do país e quase o único. Sem ele, a colonização seria impossível, ao menos ao dissipar-se a ilusão do ouro e das pedras preciosas que alevantavam, em grande parte e a princípio, os primeiros colonos. A adaptação dos *brancos* ao novo clima, como a de certas plantas, exigia esse arrimo donde lhes vinha a vida. Também por outro lado foi o negro o máximo agente diferenciador da raça mista que no fim de dois séculos já afirmaria a sua autonomia e originalidade nacional.

Os primeiros negros são de Guiné, mas dentro de pouco o tráfico atinge Angola e a contra-costa em Moçambique, e de lá chegam levas nas esquadras negreiras, todo o ano.

O índio formava uma população muito vária nas suas tribos, algumas destas talvez mais distanciadas entre si do que dos brancos, e possuía tal mobilidade de *habitat* que seria difícil ao menos em parte assinar-lhes região e domínio próprio. Esse elemento étnico pouco contribuiu e contribui ainda pouco ao desenvolvimento econômico e moral do país – mas com toda a sua mesquizez de ação é todavia simbólico e característico, e tem sido falsa ou verdadeiramente utilizado como fator aristocrático na história da luta entre colonos e jesuítas e quatro séculos mais tarde entre os revolucionários da independência; os autonomistas mais tarde



dirão que descendem do caboclo. O sentimento de humanidade não justifica a escravidão *negra* de preferência à *vermelha*, menos culta; antes o justificava o instinto prejuízo da cor, por se considerar a última mais próxima do branco.

O *branco* inteligente, mas ávido e atroz, o *negro* martirizado e servil e o *índio* altivo mas indolente são os três elementos de onde vai sair a nacionalidade futura. Mas a agitação étnica é toda subterrânea e está repartida por todo o subsolo, guardando a futura erupção. As aldeias de índios tornavam-se perigosas desde que a embriaguez pela aguardente nelas entrara com a civilização. Então a tísica, os assassínios, as rixas e mortes, efeitos seguros do álcool, eram frequentes e, segundo o costume deles, por motivos mínimos e insignificantes.

Nas cidades, a sua condição era mais tolerável; e a elas acorriam sobretudo as mulheres índias que preferiam naturalmente o trato dos europeus. Alguns as desposavam; outros, quase todos, abusavam da inocência delas, como ainda hoje das mestiças, reduzindo-as por igual a concubinas e escravas.

Todavia os colonos as tinham em certa estima. Pero Lopes de Souza escrevia das mulheres tupinambás em 1531 que “eram alvas e mui formosas e não haviam nenhuma inveja às de Lisboa.” Na célebre carta de Vaz de Caminha lê-se que elas (*tupiniquins* de Porto Seguro) eram “moças bem gentis”. Erotismo talvez de marinheiros e soldados.

As povoações do século XVI traduzem em seus aspectos, excelentemente, o estado d’alma brasileira daquele tempo, que é ainda o de hoje do interior do país: o luxo das sedas e a ignorância crassa. O rico ocioso dá para demandar, passar a vida nessas rixas de matar o tempo.

Asselvajam-se os costumes. “O que mais espanta os índios e os faz fugir dos portugueses, diz Anchieta, são as tiranias que com eles usam obrigando-os a servir toda a vida como escravos,

afastando-os de pais, mulheres e filhos, ferrando-os e vendendo-os! Nas colônias são por igual e rápidas as falências, a ruína e a fortuna. A prosperidade e a dissipação são gêmeas.” “*Qualquer peão*, diz G. Soares, anda aqui com calções e gibões de cetim ou damasco, e trazem as mulheres com vasquinhas do mesmo, os quais, como têm qualquer possibilidade, têm suas casas mui bem concertadas e trazem suas mulheres bem ataviadas de joias de ouro.”

A riqueza da cidade é entretanto móvel e precária e quase sempre, naquele tempo, destruída pela repatriação dos comerciantes.


A verdadeira base econômica do Brasil desde aquele tempo é a agricultura. No tempo de Anchieta os engenhos iam por 3, 8 e 12 léguas pelo interior; não iam além de certo a penetração, e o povoamento da gente civilizada. Mas eram já numerosos os engenhos de açúcar que trabalhavam com os muares ou os escravos importados de Guiné.

Ainda que um pouco mais morigerada e culta, não podia essa classe conter a desordem das povoações. Para esse escopo trabalhava outra classe, aquela a quem devemos o gérmen da reação contra o espírito corruptor da cultura colonial.

O ELEMENTO MORAL. OS JESUÍTAS. ANCHIETA


O elemento moral dessa sociedade que florescia pela decomposição das raças foi a Companhia de Jesus. A ela coube essa responsabilidade difícil no meio de todos os tropeços e perfídias criadas pela inércia do estado e pelo apetite voraz dos colonos. Ela é quem prega os princípios; todos os estados estão absorvidos pelos interesses práticos. Por isso o seu inimigo é a legião toda dos conquistadores. O governo é muita vez e quase sempre obrigado a transigir com o colono; o próprio Tomé de Souza, grave e circunspecto, é vencido pelo contato dessa gente criminosa e inquieta; pede sempre pessoas “hábeis e honestas”, o que não o impede de confessar ao rei que não castigara dois franceses ladrões e piratas que aprisionara, porque um era bom língua e outro ferreiro, e convinha aproveitar gente que “não cobrasse do tesouro”, e revogava as *Ordenações*, menos por liberalismo do que por espírito rudemente prático.

O jesuíta, porém, era inflexível. Nunca cedia, nem condescendia. Combatia todos os escândalos e maldades, as perseguições inúteis aos índios, as relações ilícitas e às vezes monstruosas que destruíam o respeito mútuo entre os homens e impossibilitavam a constituição da sociedade civil. Sem querer diminuir os defeitos ou exculpar as suas faltas, não podemos deixar de reconhecer os serviços da




Companhia de Jesus. Nessa terra “desleixada e remissa” diz Anchieta, em vinte anos, de cerca de 100 mil índios batizados por todo o país, não haveria mais que a quinta parte; o resto fugiu para a floresta, afim de escapar ao cativeiro e a outras atrocidades. Os roubos das suas terras já lavradas, o castigo gratuito a pau e a espada aterrorizava os índios. “Ficamos entre eles, diz o Padre Blasques, havidos por mentirosos, e a nossa doutrina desacreditada.” Nem por isso arrefeciam os padres nessa improba luta, que teve várias fases e a que sucumbiram por fim, expulsos do país que educaram e onde foram frequentes vezes a voz quase única do espírito cristão.

À vista da libertinagem dos colonos, pediam para o reino que mandassem mulheres “ainda que fossem erradas”. E foi pelas suas instâncias que vieram órfãs desvalidas para se casarem com empregados, funcionários ou pessoas de mérito.



Desse modo procuravam levantar os costumes e nobilitar a descendência desses homens que aqui lançavam os fundamentos da nova civilização. Foram os jesuítas os primeiros mestres da mocidade americana e nas suas casas e colégios abriram escolas gratuitas que o povo todo frequentava.



Da plêiade dos primeiros padres que aportaram à nova conquista com Tomé de Souza e Duarte da Costa, entre eles dois principalmente se distinguiram, Nóbrega e Anchieta. Mas é todavia Anchieta, o grande apóstolo do Brasil, e nos seus feitos e vida só comparável a São Francisco Xavier, o apóstolo das Índias.

José de Anchieta nasceu em Tenerife em 1534. Não tinha, pois, ainda 20 anos (1553) quando pisou o solo dessa natureza maravilhosa e incomparável. Essa impressão deveria ser profunda no seu



espírito de poeta imaginativo e místico. Pode-se dele dizer que é brasileiro porque aqui se completou e amadureceu a flor e o fruto da sua inteligência. Faleceu em 1597 na capitania do Espírito Santo. Dos 63 anos da sua vida, quarenta e dois passou-os sob o céu brasílico, no seio das nossas florestas, nas aldeias dos índios, e só acaso no palácio dos governadores, quando intermediário e árbitro da paz entre os íncolas e os conquistadores, e assim correu-lhe a vida entre inumeráveis riscos e provações que por longo tempo nobilitarão a sua memória de santo.

O Padre Nóbrega e os primeiros jesuítas imaginaram exagerar o culto externo para despertar a atenção do gentio. Nesse tempo as procissões e romarias eram frequentes; trombetas, tambores e música, sons ruidosos e o panejamento de lábaros e pálios vistosos e flâmulas que adejavam pelas ruas “enramadas” e pelo solo tapizado de folhas, impressionavam fortemente os catecúmenos.

A esse aparato Anchieta, que era poeta, juntou o singular encanto do seu estro, compondo *autos* ao modo dos que a literatura peninsular já possuía, *mistérios* religiosos e diálogos em versos que as crianças indígenas representavam nas aldeias da catequese. Foi ele o primeiro mestre da língua tupi, que ordenou em livros e em gramática a afeição às necessidades da religião e da vida nova que trazia aos selvagens; e foi talvez também o primeiro mestre da língua portuguesa dos primeiros brasileiros brancos ou mamelucos.

E não é só o mestre, é o diplomata na triste eventualidade das guerras, é o medico que aprende dos índios a virtude das plantas e conhece da medicina do seu tempo os remédios próprios, e é enfim o enfermeiro dedicado. Trabalha em todos os ofícios, que aprende por esforço próprio. Das suas habilidades a imaginação dos coevos engenhou a reputação de *Thaumaturgo*, merecida pelos verdadeiros milagres que realizava.

No tempo de Anchieta a província do Brasil já possuía três colégios e residências da companhia, templos da virtude e do trabalho, onde não penetravam as rudezas da luta pela existência, e onde a piedade pelo próximo era o primeiro dever. Pode-se avaliar dos seus serviços quando se sabe que os padres estavam sempre ao lado dos governadores nas rebeliões selvagens, e desses os que já haviam ouvido a voz dos jesuítas podiam “chegar a cem mil”, diz Anchieta.

Por esse tempo apontavam já todas as questões que vieram mais tarde desenvolver-se, e desenhavam-se todos os traços que deviam compor a fisionomia dos séculos seguintes. A escravidão negra era já o da vida econômica; a paz com o gentio já se havia roto de modo irreparável e data daqui a grande confederação dos índios de *Cuñabebe* contra os conquistadores, e com ela a cisão profunda entre o *jesuíta* patrono da raça perseguida e o colono. Também já nesse tempo há ensaios de *expedições* e *bandeiras* à cata das minas; e das principais citemos uma em São Vicente à chegada de Martin Afonso e outra no tempo de Tomé de Souza em Porto Seguro, esta composta de 12 homens ao mando de um parente de Jorge Dias, o capitão-mor, que, acompanhado do padre jesuíta Aspilcueta Navarro, galgou a serra e navegou por um rio até longe no interior. Voltaram eles sem ter encontrado coisa alguma. Já datam desse tempo e mesmo de antes as ameaças contínuas dos flibusteiros que punham em risco o domínio português na América.

De tudo, pois, que vai suceder, só os fatos variam, mas as causas gerais são as mesmas; o corso no mar, a escravidão na orla marítima, a ambição do ouro nos desertos incógnitos do interior.

Na verdade, ao aproximar-se o fim do primeiro século na conquista, os domínios portugueses não eram fúteis nem somenos. O Brasil de então formava uma série contínua de

colônias semiagrícolas (do tipo das *Plantation-colonies* inglesas), só servidas por escravos e que ia de São Vicente à Paraíba. Além desses limites, num grande trato, nenhum colono havia ao norte nem ao sul; mas dentro deles agitava-se a vida ativa nas pequenas vilas próximas ao mar e nos engenhos, que já atingiam a mais de uma centena povoados de milhares de escravos negros e índios. Além desses núcleos, havia as aldeias e casas de jesuítas, quase duzentas, onde se agrupavam numerosos prosélitos, sobre tudo columins ou crianças, sob a proteção dos padres. Em Pernambuco, São Vicente e Bahia havia aulas de latim e de casos de consciência, e por toda a parte aulas de ler. A vida era de “festa e prazeres” diz Anchieta.

À *melancolia* dos primeiros tempos sucedia, senão a alegria, ao menos a jovialidade que dá a existência fácil, quando não tranquila. E havia muitas razões para a transformação do antigo sentimento.

A vida civil da mãe pátria ressentia-se de profundas modificações sob o novo clima. Ao código draconiano das *Ordenações* que a tudo punia com a morte e o degredo, sucedeu, como já dissemos, interpretação mais liberal e talvez de tolerância excessiva. Golpeando a lei, dizia o prático Tomé de Souza que as *Ordenações* haviam sido feitas quando ainda o Brasil não existia. E a instituição das capitâneas não era um golpe contra a *lei mental*? O exemplo vinha, pois, do alto.

Com as capitâneas, retrocedeu-se ao feudalismo, que a realza na metrópole havia ferido de morte, é certo; mas ao menos com elas guardou-se a joia mais valiosa da coroa.

Entre todas as leis novas, a que entretanto caracteriza esse período é a que para segurança da terra organizava as milícias conforme veremos adiante; grande ato de previsão, fundado nas flibusterias constantes que infestavam a costa e que veio facilitar a defesa do país na luta contra os franceses e holandeses.

SINOPSE GERAL
— OS PRIMEIROS GOVERNADORES

Governo geral – Criação do governo geral (1548). *Tomé de Souza* – O primeiro governador (1549-1553).
Fundação da cidade da Bahia (1549).
Os jesuítas e *Manoel da Nóbrega*. O serviço militar.
Fundação de Itanhaém e Santo André.
A sociedade e os elementos étnicos.
O primeiro bispo, D. Pero Fernandes (1552).
Duarte da Costa – O segundo governador (1553-1558).
Levante dos índios capitaneados por *Cuñabebe*.
Os jesuítas e José de Anchieta.
Nicoldo de Vilegagnon ocupa o Rio de Janeiro (1555).
Expedição de Luiz de Melo (1554).
Dissensões entre o governador e o bispo. Naufrágio do bispo (1556).
Organização da defesa.

Isocronismos

- 1535 – Martin Afonso apodera-se de Damão.
- 1545 – D. João de Castro na Índia.
- 1541 – Exportam-se da África portuguesa 22.000 escravos neste ano (Damião de Góes).
- 1557 – Fundação de Macau.

III
LUTA PELO COMÉRCIO
LIVRE CONTRA O MONOPÓLIO
FRANCESES E HOLANDESES

A organização da defesa fora sem dúvida o grande e primeiro trabalho do governo unitário e geral; seria impossível estendê-la por todo o imenso litoral da região portuguesa na América, sem o concurso de esquadra numerosa; mas não se limitou nem por isso aos únicos pontos do povoamento onde pusera pé o colono. Foi o tempo de Duarte da Costa e Mem de Sá, aquele em que o índio foi duramente combatido e vitimado; matanças de grandes hordas foram feitas, a que não faltava a surpresa noturna e o incêndio das aldeias construídas de palha; à menor provocação do índio, respondia o colono com as suas terríveis – *entradas* – expedições militares que penetravam o interior do país, levando a escravidão e a morte.

Ordenara o rei que cada donatário tivesse em sua capitania, com a pólvora necessária, pelo menos dois *falcões*, seis *berços*, seis *meios berços*, vinte *arcabuzes* ou espingardas, vinte bestas, outras vinte lanças ou chuços, quarenta espadas e outros tantos gibões d’armas, dos que se usavam (acolchoados de algodão para amortecer o tiro das flechas).

Aos *senhores de engenho* e fazendas, obrigava a quatro terços de espingarda, vinte espadas, dez lanças ou chuços e vinte gibões; *todos os outros moradores* deveriam ter ao menos uma arma, e não a tendo “tratariam de obtê-la dentro de um ano”.

O desrespeito dessa lei importaria incursão em graves penas. Foi essa a primeira milícia nacional, primeiro grito de alarme contra a invasão estrangeira. O futuro dirá se eficaz; mas deste momento em diante a surpresa não tem mais razão de ser. Já cada um recebera sua senha; as capitanias guardam de reserva a porção útil de suas forças prestadas ao primeiro embate.

Não se poderia exigir desse corpo quase sem homogeneidade e sem coordenação de movimentos outra resistência, nem melhor capacidade de reação. A organização das milícias era, pois, sem dúvida, o primeiro sinal de sensibilidade da nossa vida externa. Os órgãos da nossa periferia aguçam-se para a defesa: trincheiras, fortins e artilharia grossa guarnecem vários pontos do litoral, na Bahia, São Vicente, Pernambuco. Montões de granadas, de pregos e pelouros descansam entre as seteiras donde espiam os guardas vigilantes. Ao lado dos presídios agrupam-se centenas de choças de índios, engajados para o serviço, e delas se formam lentamente novos núcleos de povoamento.

É que o Brasil é já a terra da fortuna fácil, e do peregrino poderá dizer a sentença do bispo de Leiria: “Vá degredado para o Brasil, donde voltará rico e honrado”.

O costume do resgate em que por uma faca ou um pente obtinham-se escravos e papagaios, abria agora margem às grandes lavouras do açúcar e do algodão que as pesadas urcas levavam além do Atlântico.

Fora injusto o labéu atirado por Vespúcio à nossa terra, que vai agora ser disputada pelos dominadores do oceano.

Em qualquer caso, fosse contra os índios ou contra o estrangeiro, o estado de guerra se foi pouco a pouco tornando permanente.

A arte da guerra sofreu as modificações que impunham as circunstâncias do novo meio e o grau de civilização do inimigo.



Contra o índio, os processos tornaram-se naturalmente mais bárbaros. A política do colono começava por explorar a situação de discórdia sempre usual entre os *morubixabas*, e tornava o partido de uns contra os outros; esse recurso brutal, ainda o utilizou nos tempos modernos o Brasil independente aliando-se a Urquiza e a Flores. Na luta contra os índios os principais auxiliares dos portugueses eram igualmente índios. Na Bahia, logo ao princípio verificou-se que os tupinambás do leste (da cidade) eram inimigos de todos os outros de Paraguassu. Para abater os *Tamoios* no colono serviu-se do ódio tradicional que contra eles tinham os *temimimós*. Dissensões tais davam-se dentro das tribos e as dilaceravam, era sempre desse corrupto estrume que germinava a vitória dos conquistadores.

A habilidade consistia em útil mas desumanamente fomentar essa intriga contínua entre os selvagens.

Não havia lugar aqui para se constituírem exércitos ao modo dos da península. Desde logo a cavalaria, aliás já desacreditada na Europa, foi banida pela quase rareza dos animais. A infantaria, dividida em *terços* (regimentos), não lutava em formaturas especiais, e as suas armas eram poucos e pesados *arcabuzes*, que só no século seguinte são aligeirados na forma de *mosquetes*, e no resto piques e chuços, mais a espada. No tempo de Gabriel Soares podiam-se recrutar “4.000 pretos de Guiné e 6.000 índios frecheiros”. O canhão de pequeno calibre, o *falcão*, é mais próprio da guerra naval.

Armas novas, às vezes trazem os europeus, como as espingardas de dois canos usadas por alguns franceses no Maranhão (1614).

Nas guerras navais também se introduziram modificações importantes. A mais curiosa delas foi a organização de terríveis esquadrilhas de canoas, extremamente móveis, invenção do selvagem, utilizada com êxito. Com tais esquadrilhas é que se decidiu a tomada do forte de Vilegagnon e da Ilha de *Paranapuã* (I. do

Governador), e com elas faziam guerras de perfídia os índios de Itaparica e Sergipe, no recôncavo.

Salvador Correa de Sá, o primeiro governador do Rio, tomou com uma esquadilha de canoas, em Cabo Frio, uma nau francesa de duzentos tonéis.

Essas esquadilhas operam com êxito à noite, porque, quase sem vulto, são percebidas pelo inimigo tardiamente; e, numerosas como os manípulos das legiões antigas, é muito difícil infligir-lhes perda total.

Na guerra de grande estilo, como a dos holandeses, pouco poderiam servir.

A marinha que servia ao Brasil, ao princípio compunha-se, como a esquadra que trouxe Tomé de Souza, de *naus*, *caravelas* e *bergantins*; as *naus* arqueavam sempre para cima de cem toneladas, e as *caravelas*, cinquenta. Foi Portugal que impôs ao mundo a nova tática naval de combater com artilharia, e o novo aparelho de velame complicado.

Na guerra holandesa utilizaram-se os tipos em uso na Europa, e, nesse tempo, a *galé* de grandes dimensões, a nave de 25 pés de altura e 30 no lugar dos castelos, de grande beleza pelo aparelho dos mastros de velas triangulares e plataformas de defesa no tope deles; o *galeão* que, como o *bergantin*, são antes navios da paz, e de mercadoria e transporte; a caravela de *popa quadrada* e dois castelos, de velame quadrangular em vante. O uso do pés ou alcatrão e os morrões acesos para o incêndio das naus inimigas, canhões roqueiros carregados de pregos, pedras e pelouros e outras espécies antigas, bombardas, falconetes, formavam o material de combate.

O que de ordinário sobrevinha a essas naus de linha, quando em alto mar, era a dispersão, porque era quase impossível governá-las com atenção a essas naus quase sem quilha no acesso da pugna. São frequentes por isso as ações indecisas ou falhas no oceano, como foi a de Adrião Patrid entre Bahia e Pernambuco.



O salário dos soldados era insignificante; no tempo dos holandeses e na milícia organizada por Mem de Sá no Rio de Janeiro, ganhavam três vinténs por dia, mas só os pobres; porque o serviço militar é dever público. As armas ofensivas juntavam o uso do *gibão*, couraça de pano cheio de algodão em rama, para amortecer as flechadas do índio.

Nas *entradas* contra os índios do sertão, iam mamelucos faladores da língua, soldados portugueses e índios armados de flecha. A língua falava aos sertanejos da fartura do peixe e de outras vantagens da vida na costa – se eles não anuíam em descer, estava travada a guerra e feitos escravos os que se podiam apanhar. Essa barbaridade confrangia todos os sentimentos humanos, mas, como diz Fr. Vicente do Salvador, “quebravam os pregadores os púlpitos, mas era como se pregassem no deserto”.

A lei tolerava e consentia que o colono fizesse o *resgate* de índios, isto é, compra-se aos caciques vitoriosos os prisioneiros de guerra, os quais, segundo os costumes dessa gente, eram, como vencidos, condenados à morte. O colono, porém, previamente fomentava a guerra ou a fazia ele próprio.

Na arte da fortificação das cidades, no que era essencial ainda a necessidade impôs os processos rudimentares já conhecidos, a *caiçara* de paus, as *juçaras* ou cercas de espinhos ou as trincheiras de taipas, como logo se fez na fundação da Bahia. Os primeiros fortes que se construíram, insignificantes, não podiam resistir a embate sério.

Só no século XVII, com o exemplo da grande guerra dos holandeses, é que se cuidou da fortificação moderna em baluartes, com bastiões apropriados para a defesa oblíqua; o flanqueamento das linhas e o cruzamento dos fogos são os dois excelentes princípios introduzidos nessas obras de defesa. Também foi o exemplo da guerra holandesa que obrigou o governo português em 1668 a reformar as antigas e inúteis fortificações do Rio de Janeiro.

Nicolau Durand de *Vilegagnon*, cavaleiro da ordem de Malta, por experiência pessoal de suas viagens, sabia que de grande interesse para a França fora organizar a posse do Rio de Janeiro, já iniciada por inúmeros franceses. Poderia favorecê-lo o rei de França, pois este país e Portugal já havia uma *guerra surda* de reclamações e protestos contra os piratas bretões e normandos que salteavam Guiné e o Brasil. Vinham ainda em seu auxílio os interesses dos armadores, do comércio marítimo, do pau-brasil e da pimenta e outros produtos da flora e fauna dos trópicos; e ainda por último a necessidade de grande alcance político e moral de contribuir para a paz pública, abrindo aos calvinistas franceses perseguidos na pátria um asilo e refúgio sob o céu americano. Essa última razão interessou o Almirante Coligny, que gozava de grande favor junto ao rei Henrique II, que concedeu a Vilegagnon dois navios de guerra e um pequeno transporte para a expedição. Aventureiros, colonos e calvinistas, logo que o bando se espalhou, acorreram a engrossar a expedição e nela embarcaram ao todo uns seiscentos no Havre; ao partir, uma grande tempestade fê-la arribar a Dieppe, onde grande parte dos embarcados acharam melhor e mais seguro ficar em terra. Velejara enfim a pequena esquadra através do oceano, e, após viagem tempestuosa, aportou ao Rio em Novembro de 1555. A princípio quis fixar-se a colônia em um pequeno ilhéu (*Ratier*, Ilha da *Lage*) na embocadura da



baía. Por imprópria, transferiu-a daí para a Ilha de *Sergipe* (hoje Vilegagnon), onde se firmou definitivamente. Entrincheirou-se nos pequenos montes que havia nessa ilha e que foram arrasados dois séculos depois, quando a nivelaram; e aí construiu o forte chamado de *Coligny*, em honra do seu protetor. Eram uns oitenta os colonos. Mas não viveram em paz por muito tempo. A austeridade de costumes de Vilegagnon era uma barreira aos instintos sensuais dos seus companheiros, que viam nesse asilo americano apenas uma ocasião de escaparem aos deveres da civilização. Logo formou-se uma conspiração contra o chefe, capitaneada por um daqueles intérpretes que já se tinham barbarizado ao contato do gentio. Castigou-os duramente Vilegagnon, fazendo-os enforcar, ou executar militarmente ou perdoando-os à troca de trabalhos forçados. Infelizmente, porém, escapara ao castigo o culpado principal, o intérprete, que desde então procurara por todos os meios fazer levantar a revolta dos índios contra os colonos.

No ano seguinte, a feitoria francesa recebeu um grande número de colonos, cerca de 300, que vieram com a esquadra de Bois-le-Comte, sobrinho de Vilegagnon; então espalharam-se pela Ilha *Paranapuã* e pela margem ocidental da baía, onde logo se formaram grandes plantações úteis e florescentes. A elas se agregavam e pediam aliança os índios, os quais Vilegagnon atraía pela liberalidade e por não fazer distinção entre eles e os brancos, senão que estes lhe pareciam mais corrompidos e criminosos.

Foi talvez a discórdia sectária o estorvo dessa colonização tão sabiamente iniciada. A França Antártica devia ser o asilo do protestantismo francês; mas é da natureza do protestantismo, sobretudo naquele tempo de paixão pelo *livre exame*, o dividir-se em dissidências e dissensões pessoais, sendo cada um autoridade bastante em matéria de fé. Os padres calvinistas que vieram na expedição de reforço de Bois-le-Comte logo acharam que Vilegagnon não professava a doutrina verdadeira e não entendia

o sentido verdadeiro do cristianismo. Richier, Chartier, João de Lery, teólogos de Genebra, vinham reproduzir no Novo Mundo as rixas religiosas do velho. Vilegagnon, que amava sobretudo a disciplina militar, em que se fez marinheiro, e que pedira ministros “para catequizar os selvagens”, não possuía talvez convicções profundas, e sob o peso de tais irritações extemporâneas sentiu-se secretamente convencido de que era melhor voltar ao catolicismo. Não o fez declaradamente, porque já era grande a sua responsabilidade. É certo que na Europa o calvinismo, de todas as seitas reformistas, foi a mais fanática e intolerante, sobretudo no governo, e disso davam aqui exemplo os teólogos chegados, com grande escândalo e desordem. Depois de várias escaramuças, Vilegagnon fê-los embarcar para a Europa, não sem recomendá-los secreta e barbaramente à polícia católica, que então dominava a França. Aportaram todavia os míseros a uma povoação protestante do litoral francês onde não foram perseguidos, e tornaram na Europa conhecido Vilegagnon pelo epíteto de *Caim da América*.

Também voltou Vilegagnon à Europa (1559), mas com o projeto de adquirir meios e recursos para conquistar o Brasil aos portugueses. A ocasião já não era mais favorável; as preocupações de França eram outras e tormentosas; sem a proteção de Henrique II, que havia falecido, e sem o auxílio e antes com a má reputação que lhe prepararam os calvinistas, nada conseguiu, e abandonou os seus projetos, nunca mais voltando à América.

Ficou assim a colônia francesa do Rio entregue ao acaso e ao seu próprio destino.

Lustre da marinha francesa, homem de energia e ilustração notáveis, foi entretanto o herói da malograda França Antártica, vítima das maiores injúrias dos seus contemporâneos. Os calvinistas, atraídos ao seio da sua tirania na América, puseram-lhe o infame epíteto de Caim, para significar que assassinou os seus irmãos. Muitos historiadores ressuscitaram e revigoraram ainda mais as razões que o malsinaram, mas sem verdadeira crítica nem exame.

A verdade provável é que Vilegagnon apelara para os calvinistas como para a população mais disposta a emigrar, e podia fazê-lo com sinceridade, sendo naquele tempo um dos prosélitos da Reforma. Mas o seu espírito interiormente vacilava; ele não conhecia perfeitamente a doutrina genuína, como o afirmaram os teólogos de Genebra que vieram agregar-se ao aventureiro. Verdade mais geral é que toda a França hesitava: o protestantismo era uma questão germânica e exercia seu influxo sobre a França, onde o elemento germânico tem a sua parte; mas a França no fundo é latina, e a solução da fé para ela veio afinal ser o que devia ser, o catolicismo. Se a França, toda a nação, hesitou, vacilou e definiu-se, igual sorte tiveram os seus filhos. Muitos deles aceitaram e repeliram a nova fé, e de tal modo que se tornou proverbial a reconversão com a frase de mofa – *voltar ao Egito* – isto é, ao seio do catolicismo. Pouco mais tarde, um dos maiores reis da França,

Henrique IV, vacilava entre a reforma e o catolicismo, que afinal triunfou. Como, pois, estranhar em Vilegagnon essa contradição própria da época? Nele, homem de disciplina e de governo, comandante de aventureiros soldados, em breve se fez a convicção de que o *livre-exame* conduzia à destruição da obediência e da subordinação. Na sua colônia os teólogos lhe discutiam os pareceres e avisos e a sisania logo se manifestara. A contradição das suas opiniões explica-se pela versalidade e flutuação das ideias do tempo. Os dois cronistas da *França Antártica* são um exemplo: Thevet, católico, e J. de Lery, calvinista, sobre idênticos sucessos têm opiniões diametralmente opostas. Que esperar-se, pois, de semelhante estado d'alma?

Ao contrário, todos os indiferentes ao fanatismo reformista fazem grandes elogios a Vilegagnon, sobretudo da qualidade que mais lhe negam: a piedade humana e a liberalidade. Vilegagnon, de resto, era um espírito prático; ele pedia aos teólogos de Genebra a catequese, base da aliança do índio, e aos demais o desenvolvimento da cultura e das plantações já iniciadas na terra; os teólogos, porém, vieram para transformar a Ilha de Coligny numa pequena Bizâncio, com as suas múltiplas questões sobre a *eucaristia*, donde conluios e intrigas do seu sanguinolento evangelho.

Basta para justificar a honorabilidade de Vilegagnon quem como ele conhecia a responsabilidade do governo colonial e era seu adversário: Mem de Sá, que o exalta e nobilita aos olhos da posteridade, dando-o como um homem puro e filantropo.

— EXPULSÃO DOS FRANCESES DO RIO DE JANEIRO

J á desde o tempo de Duarte da Costa existia, sob o mando de Vilegagnon, a colônia de protestantes da Ilha de Sergipe, na baía do Rio de Janeiro, onde, atraindo o gentio, faziam lucrativo comércio.

As dificuldades em que se via Duarte da Costa, as dissensões com o bispo, a guerra dos indígenas em várias capitanias, juntas à falta de maiores recursos, colocaram-no em completa inação. O egoísmo do governador amplificava ainda esses contratempos. A câmara da Bahia pedia ao rei pelas *chagas de Cristo* que viesse novo governador.

Foi nomeado Mem de Sá, homem experimentado, sábio em “letras legais” e irmão do célebre poeta Sá de Miranda. Mem de Sá governou 15 anos, de 1557 a 1572; era um homem de costumes rígidos e de grande fé. A confiança de que gozava junto ao rei dava-lhe ainda maior prestígio que aos seus antecessores, e ele veio para governar o Brasil pelo tempo que quisesse. Foi seu primeiro cuidado atalhar as muitas demandas, o jogo e os abusos que encontrou na colônia; dominar os gentios rebeldes pela força e aos mansos convertê-los e agrupá-los em aldeias dirigidas pelos jesuítas.

Chegado um reforço de naus que pedira para Portugal, resolveu expelir os franceses fortificados no Rio, o que logo fez, investindo

a baía, derrotando-os, fazendo cem prisioneiros e logo depois demolindo e inutilizando as fortificações de *Sergipe*.

Esta vitória, porém, fora inútil, porque a maior parte dos vencidos haviam-se debandado pelas terras e internado na floresta, de modo que apenas Mem de Sá se retirara, de novo os franceses voltaram ao litoral.

Tornava-se indispensável fundar aí uma cidade, núcleo de resistência contra os piratas.

Fundou-a Estácio de Sá, sobrinho do governador, junto ao Pão de Açúcar, na *Praia Vermelha*, onde se fortificou, construindo algumas trincheiras; é o que dizem quase todos os historiadores. Mas uma testemunha ocular, o Bispo D. Pedro Leitão, que acompanhou Mem de Sá, diz que Estácio de Sá em 1563 estabeleceu uma povoação na *Ilha da Carioca* onde esteve combatendo e sustentando guerras.

A nova povoação era apenas um mesquinho acampamento militar, donde Estácio de Sá começou a escaramuçar os franceses e índios que principalmente ocupavam a Ilha *Paranapuã* (mais tarde do Governador), e o litoral de oeste até o Rio Carioca. Essas guerrilhas, porém, nada traziam de definitivo e eram ocasião de muitas perdas inúteis de ambas as partes (1565-66), inclusive a de Estácio de Sá, que foi morto num assalto a um forte de franceses e índios. Desse estado de coisas teve notícia Mem de Sá, que embarcou na Bahia na esquadra de Cristóvão de Barros e, reunindo reforço de gente e canoas em São Vicente, aprou para o Rio de Janeiro. Então a guerra, com o número dos combatentes, tomou aspecto mais rude; investindo contra os franceses, tomou-lhes Mem de Sá as posições de *Uruçumirim* (praia do Flamengo) e *Paranapuã* (Ilha do Governador); aqui a vitória foi completa, mas não sem a perda de muitos bravos. Também foi ela manchada pelo fanatismo e

crueldade dos vencedores, que fizeram garrotear alguns vencidos colonistas que escaparam à carnificina da batalha (1567).

Não tiveram os portugueses o prazer de aprisionar a Vilegagnon; supunham-no no Rio de Janeiro, mas já havia, muitos anos antes, abandonado, e para sempre, a colônia.

A vitória dos portugueses seguiu-se a transferência (ou antes a verdadeira fundação da cidade) para o morro de São Januário (hoje do *Castelo*). Aí foi fundada com as cerimônias usuais a capital da nova capitania e traçada na ondulosa esplanada do morro a praça onde ficariam as casas do governo e um forte. Não tardou que a beleza do sítio e a excelência da terra atraísse os povoadores; crescendo, derramou-se a cidade pela encosta abaixo até à planície. Foi primeiro governador dela Salvador Corrêa de Sá, sobrinho do herói que conquistou a terra aos franceses.

Pela primeira vez no Brasil repercutiu, no combate de *Uruçumirim* e *Paranapuã*, o exemplo insólito dessas guerras de religião que abalaram a história europeia do século XVI. Não havia a América ainda conhecido esse flagelo do antigo mundo. O que acendia o furor do soldado lusitano era menos o entusiasmo patriótico que o mau zelo, o ódio fanático e ignorante; o principal alvo era tripudiar sanguinolentamente sobre a heresia reformista que ousava alçar o colo no ocidente. Para isso não pouco contribuíra o fervor dos jesuítas, que foram o nervo principal dessa guerra e os primeiros que se interessaram em desligar os tamoios da aliança, ao ver delas, corruptora dos protestantes. A suma de todo esse esforço, que se deve a Anchieta, foi o armistício de *Iperoy*, que dentro em pouco se inutilizou por si mesmo, porque não era próprio do selvagem a ciência ou constância dos compromissos diplomáticos.¹ Isso ainda mais redobrou o zelo do apostolado católico, que tinha grande interesse nessa guerra que se pudera dizer sua e que devia ser o extermínio dos huguenotes. Foram as informações de Anchieta, passando à Bahia para receber

¹ Supunha Anchieta nos índios dos quais obtivera a promessa da paz a memória que ele próprio tinha quando, ficando sozinho entre aqueles por dois meses, em reféns, ali mesmo, para cortar pensamentos impudicos, escreveu o seu poema consagrado à Virgem. Também o tratado de *Iperoy* foi escrito na areia, mas já sem a memória ingente que o pudesse revocar à vida.



ordens sacras, que por fim venceram a Mem de Sá. Tudo se foi preparando para dar-se à matança o caráter de um grande holocausto pela fé. Escolheu-se o dia de São Sebastião, que era o nome do rei e da cidade nascente, para, ao sol do glorioso mártir, realizar-se a hecatombe. Logo numa das primeiras escaramuças, no mar, espalha-se a lenda de um milagre como os de Ourique e Aljubarrota. São Sebastião, trespassado de setas de ouro fulgurantes, aparece no ardor da refrega, entre nuvens de pó, animando os guerreiros. O mesmo fanatismo que inicia a luta termina-a com seu cortejo de iniquidades. Quando cessaram os pelouros e as bombardas, começou a sangue frio a execução dos vencidos. Nem um só tamoio escapou com vida, e os franceses que não acharam a morte na hora do extermínio *foram pendurados em paus para escarmento...*, diz Simão de Vasconcelos, um dos apologistas dessa carnificina.

Anos antes, o gérmen desse fervor contra a heresia aparecera, quando, vindo dos franceses em São Vicente, andara por lá um sábio helenista, letrado de grande lábia, falando sinistramente acerca das imagens santas, das bulias e indulgências (João de Bolés). Ao sabê-lo, o provincial Luiz da Gram sai precipitadamente de Piratininga para acudir a tempo “ao princípio desta peste que tinha já inficionado as povoações marítimas”. Violentemente, é preso o herege e remetido para a Bahia. Esse infeliz, em 1567, quando já vencidos e exterminados os franceses no Rio, para aí foi remetido afim de ser justificado “porventura no lugar onde começara a semear as suas heresias”.

Foi o último eco da guerra, repercutido quando o olvido se fazia sobre ela. Não justificam essa monstruosidade a legislação e os costumes do tempo, como o pretendem alguns. O programa do Brasil era já o povoamento e por isso aqui se fechavam os olhos sobre o *L. 5.º das Ordenações* e os reclamos da *Inquisição*. Sem embargo, os tentáculos do polvo europeu às vezes atingiam o ultramar.

No momento da execução de Bolés, a imperícia do algoz, que lhe atormentava a agonia, fez que José de Anchieta auxiliasse o condenado a morrer. Ato de fina caridade, diz o cronista, e tanto maior, dizemos nós, quanto ele tem sido invocado contra a santidade do apóstolo.

É inegável a execução de um calvinista no Rio. Mas contesta-se que fora João de Bolés ou João de Cointha, senhor de Bolés, fidalgo francês, e que é o Monsieur Heitor, da relação de João de Lery. Este Bolés parece que da Bahia foi mandado a Lisboa, ao rei cardeal ou ao tribunal do Santo Ofício e daí degredado para a Índia, e perdem-se aí as notícias deste personagem. Parece, pois, que se prendiam numa só personalidade as histórias de dois hereges, vitimados ao certo cá e lá ou pelo degredo ou pela execução. A identidade de J. Cointha e J. Boulez ou Bolés foi estabelecida de modo definitivo pelo Dr. Ramiz Galvão. – *Rev. do Inst.*, t. 47, II.

Os documentos que constam do vol. XVII dos *Anais da Bibl. Nac.* parecem indicar que Bolés acompanhou a Mem de Sá na expedição de 1560 e não foi supliciado no Rio de Janeiro.

PRETENSÕES DOS FRANCESES
— A FRANÇA EQUINOCIAL E ESTADO DO MARANHÃO

“P or não sei que descuido, diz Fr. Vicente do Salvador, esteve esta terra por povoar” e esse descuido prolongou-se demasiadamente até que, de vagabundos que eram, os flibusteiros franceses se fixaram de Cabo Frio ao Rio de Janeiro. Causa pasmo que esse trecho, o mais magnífico da Capitania de São Vicente, não fosse aproveitado pelos descobridores: é que provavelmente não era conhecido quando repartido o país pelas capitanias. É muito duvidoso que a homens navegantes impressionasse melhor o Paraíba do Sul, Macaé e Cananeia do que o incomparável Golfo de Guanabara.

Não seria talvez desarrazoado supor que o Rio Janeiro é um descobrimento francês, ainda que nos faltem provas. Os portugueses nunca denominavam os lugares pelas datas, e, se não nos enganamos, Rio Janeiro seria o único exemplo; ao contrário, esse sistema de nomeação não é raro entre os franceses. O costume moderníssimo de designar lugares por nomes de datas nós o tomamos desse povo.

Não passa isso de conjectura, mas é sabido que para os primeiros colonizadores passou essa baía despercebida, pois não podia ser desamparada e abandonada pela de Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo etc., o que só se pode explicar por ignorância absoluta desse ponto da costa; mais tarde, homens como Tomé de Souza tomavam-se de admiração diante desse soberbo golfo, que

ainda em 1552 considerava um rio: “Mando o dibuxo dele a V. A., escrevia ao rei; mas tudo é graça o que dele se pode dizer, senão pinte o que quiser como deseje um rio – isso tem este de Janeiro. Parece-me que se deve fazer ali uma povoação honrada e boa”. Vilegagnon compara-a na beleza ao lago de Genebra, levado pelo influxo que o faz amar o berço do calvinismo.

Os piratas normandos e bretões que continuamente hostilizavam o domínio dos portugueses e lhes assaltavam as naus da Índia e da América e quase suscitaram a guerra entre os dois países, exerciam o comércio com o indígena desde os primeiros anos da descoberta. Por várias vezes encontraram-se com os portugueses, com sorte vária no combate; mas, de ordinário derrotados, buscaram no 3º decênio do século os pontos do litoral onde os portugueses não se haviam fixado; evitaram a Bahia, Olinda, São Vicente e ocuparam de preferência o norte do Atlântico, e, a leste, Cabo Frio e o Rio de Janeiro. Desde cedo, conforme já indicamos, aqui e ali, os índios tomaram o partido dos *Mairs* (franceses) contra os *Perós* (portugueses), como a uns e outros lhes chamavam. Aí os seus agentes, comerciais e intérpretes, juntos a outros aventureiros, se mesclaram à população nativa a ponto de aceitarem deles os costumes mais bárbaros, como a antropofagia, se é certo o testemunho dos contemporâneos. Essa população de franceses e mamelucos francos fornecia uma base excelente para o estabelecimento sólido de uma França Antártica.

Se quiséssemos levantar a questão (e a previsão do futuro nos recomenda talvez que não a taxemos de puramente acadêmica), a questão de prioridade na civilização desse trecho da terra, nada haveria a opor de fundamental às pretensões francesas. Foram eles talvez os descobridores, e com certeza foram os primeiros dentre os homens civilizados que aí se estabeleceram. Não se lhes poderia opor, como aos espanhóis, o respeito da linha de marcação, que era um acordo apenas entre os dois países da península, aos



quais ambos o papa espanhol Alexandre, por uma sentença arbitral, entregava tranquilamente o domínio temporal do planeta.

Durante largo tempo acossados nas terras de norte e sul, os índios do Rio formaram uma confederação de Cabo Frio até São Vicente, em defesa da terra natal; foi a maior que jamais os índios fizeram no Brasil, e a fama monstruosa de Cuñabebe, o chefe que se gabava de cursar-lhe nas veias o sangue de cinco mil inimigos devorados em combate, atemorizava os portugueses; os primeiros, idearam as esquadilhas de canoas, leves e rápidas, cheias de guerreiros, com as quais várias vezes abordavam à noite os grandes navios artilhados dos europeus, e criaram assim uma tática terrível, inteiramente nova, e que foi mais tarde utilizada pelos conquistadores. Por isso estava esse trato de terra entregue ao selvagem e evitado dos portugueses. Os franceses lograram depois conquistá-lo, não sem grandes concessões, ao indígena, com os quais, segundo o testemunho de Mem de Sá, Vilegagnon “levava muito diferente ordem que nós levamos, era liberal em extremo com eles e fazia-lhes justiça”.

No período que vai da guerra francesa à guerra holandesa decorre meio século de atividade, e à colônia, sem embargo de outras agressões externas regulou a questão dos índios; esta, porém, só ganhou mais tarde verdadeira solução, e por isso não convém, sacrificando a cronologia, estudá-la neste momento que é apenas o do seu primórdio.

Graves sucessos da história portuguesa vieram modificar a situação do Brasil. O jovem Rei D. Sebastião, numa guerra temerária e imprudente em África, desapareceu na batalha de Alcacer-Kibir, onde foi sacrificada a flor da nobreza de Portugal (1578); sucedeu-lhe no trono o tio, o cardeal D. Henrique, velho sem forças e já perto da morte, que foi daí a um ano. Vários foram os pretendentes à coroa, e pelo direito e pela força, dela se apossou Filipe II da Espanha.



Essa grande mutação na metrópole transformou os destinos da colônia.

As coisas foram reguladas de modo que o Brasil, como Portugal, continuava a ser governado por funcionários portugueses; mas não era menos certo que passara a ser colônia da Espanha, entregue assim às vicissitudes e destinos da nação espanhola. Desse modo é que granjeamos a inveja universal que excitava no mundo o gigantesco Império espanhol e com ela a inimizade da Holanda.

No Brasil, a administração, depois de Mem de Sá, foi dividida por dois governadores gerais, um tendo a sua jurisdição de Porto Seguro para o norte, com a sede na Bahia (Luiz de Brito); outro regendo as capitanias do Sul, com a sede no Rio de Janeiro (Antônio de Salema, 1572). Essa divisão provou mal, e logo se restaurou o governo uno e geral com um único governador na Bahia, Lourenço da Veiga (1577).

Só nos séculos seguintes vai a questão das minas determinar a existência do governo independente no Sul.

Nos tempos da dominação espanhola estenderam-se os limites da colonização e povoamento, que então eram em Itamaracá, para mais além, pela Conquista da *Paraíba* (1584) e do Rio Grande do Norte (1597). Ainda em 1610 fundaram o ponto de Fortaleza (Ceará) e mais tarde *Camocim*. Esses movimentos para o Norte foram inseguros e lentos, e tinham em mira pouco a pouco aproximaram-se, como sentinelas avançadas, do Maranhão, onde se haviam estabelecido os franceses e de modo que carecia habilidade ou força para expeli-los.

Desenganados da *França Antártica*, mas não do Brasil, cujo domínio português jamais reconheceram, intentaram os franceses fundar a *França equinocial*.

Sabe-se que aí estavam desde 1594; dois armadores de Dieppe, Jacques Rifault e Carlos des Vaux, fixaram-se na Ilha do Maranhão e apoiaram-se no gentio, como o tinham feito seus compatriotas



no Sul. Jacques Rifault já anteriormente havia estabelecido relações de comércio e amizade com os tupinambás aí governados por um morubixaba, de nome *Ovirapire*, e conseguira na Corte de Henrique IV levantar um vasto plano de domínio no Maranhão; obteve a proteção da coroa, que enxergava nesse estabelecimento de iniciativa privada o ensejo de domínio no futuro. Oito anos mais tarde (1612, e já então reinava, em nome de Luiz XIII, Maria de Médicis, viúva do rei, que fora assassinado em 1610), nova expedição de gente, sob o comando de La Ravardière, agregou-se à primeira e conjuntamente fundaram a cidade de São Luiz, em honra de Luiz XIII.

Daniel de la Touche, senhor de la Ravardière, Nicoláo de Harley e Francisco, senhor de Rassily, sócios da empresa, todos homens de consideração e protegidos da rainha regente, traziam por divisa o emblema de um navio governado por mão feminina: *Tanti dux fœmina facti*. A colônia era misturada de católicos, que predominavam, e protestantes; com aqueles veio o capuchinho Claude d'Abbeville, que foi o historiador da grande aventura. Três eram os navios da expedição *La Régente*, *La Charlotte* e *La Sainte Anne*; estiveram alguns dias em Fernando de Noronha e daí levaram alguns portugueses e índios desamparados.

Foi por essa razão, e em vista dos progressos da colônia francesa nesse momento (1613) e poucos meses depois, que Jerônimo de Albuquerque se aproximou dos invasores, fundando o forte extremo de *Camocim*. O governador do Brasil Gaspar de Souza fixou-se em Olinda para melhor prover às necessidades da luta que antevia próxima. Os adversários entreolhavam-se indecisos, mas o encontro era já inevitável. J. de Albuquerque, tomando a iniciativa, no ano seguinte, saltou com 500 homens em Guaxenduba e daí conseguiu derrotar os franceses, que acharam mais prudente assinar a paz.



Houve entretanto grande cortesia entre os contendores, que em verdade não se fiavam muito dos recursos próprios. Franceses e portugueses combinaram em enviar mensageiros às cortes de Espanha e França para com maior autoridade resolver a quem caberia a posse litigiosa da terra.

A paz, porém, foi violada por Alexandre de Moura, de patente maior que Jerônimo de Albuquerque, o qual, chegando com grandes socorros de gente e de armas, deu combate aos franceses, obrigou-os com vitória facílima a capitular, mas não abusou dela. Os franceses retiraram-se sossegadamente para a pátria, apenas deixando como troféu dos vencedores a artilharia.

Ocupou-se assim o porto de *São Luiz* (1614-15) e a consequência dessa guerra foi o ato de previsão do governo mandando fundar e colonizar o Pará (1616) por Caldeira Castello Branco, que levou artilharia, cento e cinquenta homens e entre estes Charles de Vaux.

O novo *Estado do Maranhão* (Ceará, Piauí, Maranhão e Pará) data de 1621 e foi criado independente em seguida a motins originados na primeira colonização e na dificuldade da navegação entre o extremo norte e a capital do Brasil.

“O primeiro governador nomeado para o Pará-Maranhão (diz o P. Raf. Galanti) como estado independente do resto do Brasil foi o espanhol D. Diogo de Carcome ou Carcamo. Segundo Berredo, dispensaram-no a seu pedido, em atenção à sua idade já muito avançada; Frei Vicente, porém, afirma ter falecido em Lisboa enquanto se detinha para obter seus despachos. Ofereceram então este cargo a D. Francisco de Moura, que acabava de recolher-se do governo das ilhas de Cabo Verde. Exoneraram-no, todavia, em vista de suas exorbitantes exigências, conferindo este governo a Francisco Coelho de Carvalho, fidalgo da Casa Real. Nomeado a 23 de setembro de 1623, e despachado a 25 de março de 1624

com ordem de tocar em Pernambuco, saiu imediatamente do Tejo, trazendo em dois navios um socorro de soldados e munições. A pedido de Mathias de Albuquerque, capitão-mor de Pernambuco, deteve-se em Olinda para, em caso de necessidade, ajudar a repelir a invasão holandesa.

Vieram com o novo governador numerosas famílias destinadas ao Maranhão; Manoel de Souza d'Eça, provido no lugar de capitão-mor do Grão-Pará, Jacome Raimundo de Noronha, com o despacho de provedor-mor da Fazenda Real do Maranhão, e o P. Fr. Cristóvão de Lisboa, religioso capucho de Santo Antônio, com o emprego de Primeiro Custódio da sua religião naquelas conquistas, e bem assim com comissário do Santo Ofício e visitador eclesiástico.

Considerando Fr. Cristóvão que a demora do governador em Pernambuco não podia ser breve, seguiu sem perda de tempo para o Amazonas a 12 de julho de 1624. Partiram com ele dezesseis missionários da mesma ordem, dois carmelitas e algumas famílias dos que tinham vindo do reino, tudo a bordo de um barco de coberta. Deixando, a instâncias de Martin Soares Moreno, dois de seus religiosos no presídio do Ceará, continuou a viagem, entrando na cidade de São Luiz a cinco de agosto do mesmo ano.”

A expansão geográfica da colônia portuguesa pelo litoral estendeu-se de Itamaracá até ao Amazonas, em trinta e dois anos, desde 1584 – conquista da Paraíba – até 1616 – ocupação do Pará; toda essa enorme região estava desde o descobrimento inteiramente abandonada, apesar das malogradas tentativas de colonizá-la logo ao tempo das capitânicas hereditárias. *O Brasil atingia assim, em 1616, pelo litoral do Norte, o seu meridiano extremo, que era o da linha da demarcação.*

É verdade que fomos ainda além dessa linha, conquistando o Amazonas, mas esse meridiano resultava de um acordo com a Espanha (tratado do Tordesilhas) e Portugal e Espanha eram uma e única nação nesse tempo.

As fases desta progressão para o Norte podem ser resumidas. Em 1589, Cristóvão de Barros inicia a colonização de *Sergipe*, ao passo que de Pernambuco o movimento para o sul se propaga com o estabelecimento do alemão *Linz* em Alagoas, e ambos os movimentos se integram no baixo São Francisco. Em 1584 Diogo Flores, por mar, e Frutuoso Barbosa, por terra, colonizam o Paraíba e é fundada Filipeia, em honra ao monarca espanhol, movimento que se completou mais tarde até o Rio Grande do Norte, com Feliciano Coelho, Manoel de Mascarenhas e Jerônimo de



Albuquerque, sendo então fundado o forte dos *Reis Magos*. Em 1603 um parente de F. Barbosa chega até o Jaguaribe, mas imprudentemente, e escravizando *tabajaras* e *potiguares*, comprometeu a marcha pacífica da empresa por algum tempo. Só em 1613 conseguem Jerônimo de Albuquerque e Martin Soares Moreno (Ceará), por mar, aproximar-se do Maranhão (onde já estavam estabelecidos os franceses) entre os riscos e as traições dos tupinambás. A marcha da expedição foi feita com toda a prudência, indo alguma força por terra e fortificando os passos da retirada possível. Da guerra, tratamos no capítulo anterior.

Depois de fundado o *Estado do Maranhão*, a colonização, atingindo o seu extremo, torceu para a bacia amazônica. Pedro Teixeira, em 1638-39, subiu o grande rio até o Napo e voltou ao Pará.

O conhecimento do interior do país, ao norte, continuava entretanto muito limitado. Muitas expedições *de resgate* do índio, decerto, se tinham feito pelo sertão, mas não tinham produzido o povoamento dele, e antes o despovoamento pela emigração dos índios perseguidos. Logo no princípio, no Maranhão se verificou que mais valia carregar os açúcares por terra até Pernambuco, pela dificuldade da navegação; o estado independente, relacionado a Lisboa, resolveu essa dificuldade. Outras *entradas* foram feitas em busca de minas. A de Gabriel Soares, o célebre cronista, penetrou mais de cem léguas, rumo do São Francisco, fundando, a meio caminho e no ponto terminal, fortins com guarnição; expedição malograda (1591). Os Paulistas, de iniciativa própria, organizados em caravanas militares ou *bandeiras*, penetram pelo interior das terras do sul; uma delas nessa época é de 1602, desde São Paulo às cabeceiras do São Francisco, de que temos o roteiro de Glimer (*apud* Marcgraf). Esses movimentos, que caracterizam o século



XVII, serão estudados mais tarde; – por agora, entretanto, convém apenas notar que a *penetração prática e definitiva do interior do Brasil nos começos do novo século estava reduzida apenas, no norte, ao curso inferior dos rios, do Paraíba do Sul ao Rio Goiana em Pernambuco numa faixa mais ou menos de dez a vinte léguas, que é a zona da agricultura da cana-de-açúcar e do algodão.*

A *zona da criação*, que se desenvolve no século XVII, vem aumentar extraordinariamente essa profundidade, ao norte, abrindo caminhos pelo centro e em oposição aos rios que correm para leste e servem à zona agrícola.

A *zona das minas*, ao sul, que também se desenvolve no mesmo século, torna conhecido o interior das terras meridionais intertrópicas.

No extremo sul (do Paraná ao Rio Grande); o conhecimento do interior excepcionalmente precede o do litoral, pela frequência dos caminhos e do comércio das missões, e porque estando fora (de Laguna para o sul) do meridiano de Tordesilhas, os portugueses o não colonizaram e os espanhóis, ricos de terra em demasia, não passavam quase aquém do Prata. Os jesuítas e os guaranis foram desde a descoberta os instrumentos de ligação dessas terras (Uruguai, Paraguai e Paraná) que a política separava e dividia.

1 – A síntese e os princípios gerais que se tiram desses fatos é que a colonização periférica do Brasil dependeu da *necessidade do território contínuo*: só depois de São Vicente e Espírito Santo coloniza-se o *Rio*; de Bahia e Pernambuco, colonizam-se *Sergipe* e *Alagoas*; foi preciso a colônia do Sacramento no Prata para colonizar o trecho de *Laguna* ao *Rio Grande do Sul*.

Às vezes um dos termos desta série é o estrangeiro. O *francês* localizado no Maranhão impele o português (cujo limite e ocupação coletiva era a Paraíba) a ocupar o Ceará.

2 – O outro princípio geral relativo à colonização interna e povoamento depende exclusivamente da condição industrial:

enquanto o Brasil é *agrícola* a penetração pelo interior é a mínima; é a máxima com a *criação de gado* e a descoberta das *minas*, indústrias ou produtos do íntimo sertão.

3 – O terceiro é que, excluído o mar, caminho de todas as civilizações, o *grande caminho da civilização brasileira* é o Rio de São Francisco; é nas suas cabeceiras que pairam as grandes bandeiras, e daí se expande e ondula o *impulso das minas*; é no seu curso médio e inferior que se expande e propaga o *impulso da criação*, os dois máximos fatores do povoamento. As suas ondulações extremas desde São Paulo (ligado a Minas) até o Piauí (ligado a Pernambuco) abraçam o que hoje se poderia chamar o *Brasil brasileiro*. O extremo norte, a Amazônia, é em excesso indiático; o extremo sul (Rio Grande) é demasiado platino: ambos esses extremos estão fora ainda hoje do seu influxo original; revolucionam-se quando tudo está em paz ou prosperam no meio da miséria universal.

O VERDADEIRO ANTECEDENTE DA INVASÃO HOLANDESA

Em geral explica-se a agressão dos holandeses ao Brasil pela guerra que sustentaram por setenta anos contra a poderosa Espanha, defendendo a sua independência e liberdade religiosa contra os reis espanhóis, campeões do catolicismo. Mas essa explicação satisfatória em parte dos sucessos é insuficiente para compreendê-los no todo.

A história universal não se compõe apenas de dados políticos. O mesmo destino que a posição marítima à beira do litoral europeu assegurava a Portugal caberia agora à Holanda, possuindo ainda maiores riquezas hidráulicas e um instinto de comércio inteligente e desenvolvido.

A agressão holandesa, como a francesa e inglesa, explica-se antes por um princípio superior, que nesse tempo foi a consequência dos descobrimentos do oriente e do ocidente, e esse princípio era a luta do *livre comércio* contra o *monopólio*. Portugueses e espanhóis pretenderam haver aberto o oriente fechado pelos turcos e o ocidente ao mundo, mas em verdade um e outro ponto do quadrante estavam fechados para o resto dos homens. Foi justamente nessa luta, em que faziam o papel de *piratas ou corsários*, que franceses, ingleses e sobretudo holandeses começaram a formar esse imenso poder naval, essa supremacia marítima, que acabou por se substituir à dos seus rivais. O *comércio livre* foi a obra do individualismo, das empresas privadas: os governos

européus por impotência reconheciam o monopólio ibérico, o que não os impedia de auxiliar secretamente as tentativas contra aquele privilégio.

Um rei francês dizia com espírito nunca ter lido a verba testamentária em que Adão ligava o mundo aos espanhóis e portugueses. E era para todos uma novidade em direito fazer-se do descobrimento de caminhos marítimos o sinal da propriedade.

A luta contra os franceses e ingleses não traz rompimento oficial com Portugal e Espanha; tampouco seria capaz de trazê-la a da Holanda. Já havia muitos anos, antes da guerra transoceânica entre Holanda e Brasil, que a bandeira de piratas holandeses foi vista nas costas do Brasil. Em 1587 e em 1595 piratas holandeses em três naus associam-se a Lancaster para a pilhagem de Pernambuco; ainda em 1604 sete navios holandeses forçam o porto da Bahia, aprisionam um navio ricamente carregado e incendiam outro. Leis prevenindo a defesa dos portos e ordenando que as naus de comércio fossem comboiadas em fortes esquadras não impediam que os holandeses chegassem a aprisionar em 1616 vinte e oito, e, em 1623, setenta naus do comércio brasileiro.

Todos esses fatos se deram ainda quando se não pensava em invasão e apropriação do Brasil.

Certamente era já a Holanda (como o era toda a Europa) inimiga da Espanha. Mas era a “política oceânica” do século XVII, de que foram eles os mestres os *rouliers de la mer*, que os impelia a roubar o cetro peninsular, que por sua vez haviam de em breve ceder aos ingleses.

Foi, portanto, o *monopólio* a principal razão da guerra, e não talvez a *posse do território*, ideia sugerida mais tarde como um meio de garantir o comércio colonial. Era guerra que a civilização reclamava. Com pequenas alterações, assistimos ainda hoje, nos dias que correm, ao desenvolvimento do mesmo drama que se origina das rivalidades econômicas, mas que elas sós não explicam.

Os franceses foram aqui sucessivamente vencidos, recuando no rumo de norte da *França Antártica* (Rio) para outros pontos momentâneos, Cabo Frio, Rio Real (Sergipe), Paraíba do Norte, Maranhão (onde se fixaram por algum tempo com a *França equinocial*) e afinal, expelidos de todo o Brasil, fixaram-se além dos nossos limites, na Guiana.

Os ingleses nunca se entregaram a maior empresa que a de fugitivas pilhagens, como a de Thomas Cavendish, que assaltou e incendiou Santos, 1591; James Lancaster que, com o holandês João Vaner, se apoderou, por um mês, de Olinda, 1595.

A Inglaterra, ainda combalida pela guerra civil de York e Lancaster, que lhe esgotou as forças, ensaia apenas a sua expansão, que será no tempo de Cromwell; então não terá que abater a Ibéria, já abatida, senão a Holanda. A distribuição do mundo caberá à Inglaterra. A América ficará protegida, em todo o século que finda, pelo prestígio das ideias revolucionárias e da república; prestígio e simpatia que não cessaram, sem embargo da decepção secular das vergonhosas repúblicas americanas.

No caso nosso, no século XVII, contribuía para essa exacerbação universal do comércio contra o monopólio a situação incômoda do estrangeiro no Brasil. No tempo dos portugueses podiam os estrangeiros domiciliar-se na colônia sob certas limitações e com licença do governo; mas Filipe II, nas leis de 1600, renovadas em 1627, fechou quase o Brasil aos estrangeiros, proibindo-lhes a agricultura, o trabalho privado, e muitos receberam ordem de repatriação ou de exílio.

Com isso o comércio europeu sofria; as indústrias e manufaturas, que só as havia em Flandres e na Hansea europeia, não achavam em que empregar os seus capitais, nem onde haver livremente a matéria-prima ou trocar os principais produtos. Ao contrário, o *monopólio* espanhol, apoiado por um despotismo poderoso e tão poderoso quanto inepto ou mesquinho, exultava.



Por isso mesmo uma das condições da paz de Haia é a garantia de livre comércio no Brasil para os Holandeses e mais tarde também para os ingleses.

O poder holandês, onde mais tarde se firmou, foi muito mais liberal. Entretanto não esteve livre de toda a queixa. Logo na Bahia (*Relação verdadeira* descrita por oficial da armada espanhola da recuperação) um francês se apresenta alegando que não “pelejaría contra a Espanha, porque os holandeses quando o trouxeram lhe disseram que iam povoar terra e que todos os ingleses e franceses se queriam vir, mas não o podiam pelas muitas guardas que lhes tinham postas; e que ao que sabiam se queria vir, o enforcavam logo”.

A história de Pernambuco, em certo período, reduz essa alegação a pura calúnia.

A fraqueza do governo, provocando a ameaça externa, além dos motivos já existentes para a represália, inquietava ainda mais o colono. Nesse tempo o povo vivia em sobresalto, em contínuos alarmes, esperando um dia ou outro, do lado do mar, os mensageiros da morte e da desolação. Cada navio que apontava no horizonte punha a população alvo-roçada, que acorria às praias para verificar ou desenganar-se do eterno pesadelo.

Sobretudo na Bahia esse temor era excessivo e toda a gente contava com uma invasão próxima. O próprio governo morosamente se aparelhava, formando milícias e organizando a resistência.

Por tardar a catástrofe, foram todos perdendo o temor dela, substituído agora pela zombaria dos incrédulos.

A Holanda em guerra com a Espanha havia assinado uma trégua de doze anos em 1609. Um ano antes de expirado o armistício, em 1621, organizou-se naquela república uma companhia com grandes cabedais para o fim de, com esquadras, arrancar à Espanha os tesouros que cursavam o mar, coalhado de galeões que vinham do México, Peru e das Índias e igualmente conquistar algumas terras próprias para o comércio.

Foi assim fundada em 1621 a *Companhia das Índias Ocidentais*, sob o modelo de outra que a precedera (a das *Índias Orientais*) e que já havia logrado no extremo oriente um êxito seguro. A zona de ação da nova companhia era o mar atlântico, da África a toda a América; dirigia-a um *Conselho dos Dezenove*, entre armadores e negociantes interessados nessa empresa levantada com um capital de quase 20.000.000 florins; com o correr do tempo, de 1623 a 1636, pôde armar oitocentos navios, apresar quinhentos e dividir extraordinários lucros.

A primeira esquadra que tinha em mira a agressão ao Brasil era de vinte e três navios e três iates conduzindo mil e setecentos soldados, além de mil e seiscentos marinheiros da tripulação e quinhentas bocas de fogo; o almirante foi Jacob Willekens; o vice-almirante, Pieter Pieterszoon Heyn; o comandante das tropas e futuro governador dos países que se conquistassem, Joan van Dorth. Os navios foram aos poucos zarpando da Holanda e

vieram reunir-se em Março de 1624 em Cabo Verde, e daí tomaram o rumo da Bahia de Todos os Santos. Não lograram chegar unidos, e Joan Dorth só entrou na Bahia quando esta já estava em poder dos seus companheiros.

Diogo de Mendonça Furtado, governador-geral, recebera de Lisboa e Madrid avisos da projetada invasão holandesa; a notícia espalhou-se pelas cidades brasileiras, que logo cuidaram, como podiam, da defesa; na capital (a Bahia) o governador chamou às armas os homens e patriotas, improvisou milícias novas, como a dos *descalços* (assim chamada porque não tinham uniformes nem sapatos), guarneceu as fortalezas e insuflou o entusiasmo que a ocasião reclamava; a boa consciência do dever que se ia cumprir derramou grande alegria no povo; houve casamentos e reconciliações. Os patriotas, porém, esperavam em vão. Corriam os dias e o inimigo não vinha; pouco a pouco arrefeceu o ardor, e todos voltaram aos negócios e ao cuidado das lavouras abandonadas. A paz do trabalho rural, enfim, sufocou o alarido da guerra; os campos repovoaram-se com os seus lavradores e a cidade dormiu tranquila. Subitamente, aos alvares do dia 9 de maio apareceu à barra a esquadra inimiga, numerosa, com as suas flâmulas vermelhas. O alvoroço foi grande na cidade imbele e desprevenida, que aprestava fraca defesa contra os canhões dos navios que em frente dela despejavam a artilharia.

Insuficientes, fora de postos ou dispersos, a resistência resultou inútil. Logo no dia seguinte, Albert Schouten, na falta de Joan van Dorth, comandou as tropas de desembarque, que se realizou no pontal de Santo Antônio, venceu algumas resistências esparsas no meio do pânico dos habitantes que fugiam, e prendeu o governador, que ficara em palácio e que logo foi posto em uma das naus.

Joan van Dorth chegou no dia seguinte, tomou conta do governo, reputando-se estabelecido com segurança o domínio

holandês no Brasil. Apresaram no porto trinta naus carregadas e outras embarcações que foram entrando, pelos dias seguintes, na ignorância dos acontecimentos; em uma delas vinha Sarmiento de Sotomayor, governador de Potosi, com grandes riquezas. Foi, pelos conquistadores, proclamada a liberdade de religião e a do corpo aos escravos que aceitassem o jugo dos invasores.

Entretanto, passado o terror do primeiro momento, ia-se organizando no interior da Bahia um exército para resistir ao inimigo, que desde logo ficou encurralado na cidade. Matias de Albuquerque, governador de Pernambuco, achou-se designado nas vias de sucessão para substituir a Diogo Mendonça Furtado; enquanto, porém, era esperado, foi escolhido para dirigir a administração e a guerra o Bispo D. Marcos Teixeira, que poucos dias havia aconselhado aos patriotas que voltassem aos trabalhos da paz, julgando ilusória a vinda da esquadra. Dom Marcos prestou grandes serviços à reação que se organizava; deu o comando das forças aos chefes Lourenço Cavalcanti e Antônio Carlos de Barros, e, vestindo hábito de penitente, exortou a coragem dos nossos, pegou em armas, deixou crescer a barba; capitão-mor, como era, da defesa, com seu exemplo e ardileza pôs em sítio a cidade do Salvador, e já tinha arregimentado cerca de dois mil homens; mas esse esforço guerreiro era superior às suas forças e à sua alma pacífica, que logo se desprende do corpo em outubro do mesmo ano.

Já a este tempo havia chegado para comandar as forças baianas o capitão-mor da Paraíba Francisco Nunes Marinho, que fora mandado com socorros de Pernambuco por Matias de Albuquerque, e, ainda no fim do mesmo ano de 1624, D. Francisco de Moura, natural do Brasil (e soldado que fora na guerra de Flandres), chegou da Europa, despachado com o título de capitão-mor do recôncavo, para tomar o comando das tropas na Bahia, e efetivamente nele substituiu a Marinho.



Entre os holandeses, ou confiança ou desleixo, as coisas não iam bem; a maior parte da esquadra retirou-se; os mais entendidos dos seus homens pereceram; Joan van Dorth, vítima de emboscada, morreu a golpes de espada em um combate corpo a corpo com o Capitão Francisco Padilha; Albert Schout, seu sucessor, morreu pouco depois; Willem Schout, irmão deste, chamado a substituí-lo, entregue ao vício da embriaguez, desonrou-se por atos que agravaram a indisciplina no exército holandês. As guerrilhas, agora mais audazes e felizes, punham em sobressalto o inimigo inseguro e exasperado.

Afinal, à notícia da perda da Bahia, organiza-se na Espanha a esquadra da restauração. Dela vinha por chefe D. Fradique de Toledo Ozório, que a 29 de março de 1625 apareceu diante da Bahia, e, pondo-se logo em comunicação com o exército de terra, e reforçando-o com as tropas de desembarque que trazia, ocupou a barra, e completou assim o cerco da cidade.

A notícia da perda da Bahia causou grande excitação em Madrid; foi considerada uma mostra do “castigo de Deus” e por isso fizeram muitas preces nas igrejas. Entretanto, só oito meses depois partiu a esquadra libertadora.

Os holandeses, sobressaltados com tão grande perigo, demitiram Willem Schout; mas Joan Ernst Kijff, que o substituíra no comando das tropas, resistiu apenas um mês, e capitulou a 30 de abril, “entregando a cidade com toda a artilharia, armas, munições, navios, dinheiro e preciosidades e o mais que houvesse naquela e nestes, e com garantia da sua volta para Holanda com as suas tropas em navios para esse fim concedidos, havendo finalmente mútua restituição de prisioneiros”.

No dia 1º de maio de 1625 as bandeiras espanhola e portuguesa tremularam na cidade restaurada, e três semanas depois uma esquadra de trinta e quatro navios holandeses, de Bondewiyn Hendrikszoon, retardados pelas tempestades, apareceu, trazendo

já inútil socorro, e, não se animando à luta, retirou-se. Estava restaurada a Bahia.

Na luta da restauração (e quase ninguém morreu no último episódio), figuram personagens importantes; o Sargento-Mor San Felice e (que é mais tarde o Conde de *Bagnuolo*), Jerônimo de Albuquerque Maranhão, já conhecido.

Na Holanda, os holandeses vencidos na Bahia proclamaram a clemência e humanidade de Dom Fradique, o que lhes valeu a ira e ódio dos compatriotas. Em 1627, nova esquadra com Piet Heyn andou pilhando o porto e recôncavo da Bahia impunemente, tornando naus e embarcações e zombando dos fortes cujas baterias afrontava.

– Na esquadra de Dom Fradique servia Dom Francisco de Portugal, o poeta dos *Divinos e humanos versos*.

INVASÃO DE PERNAMBUCO. GUERRA DA LIBERTAÇÃO (1630-1649)

I

Foi o governo espanhol avisado de que os holandeses com grande esquadra pretendiam invadir e conquistar Pernambuco. Essa capitania pertencia a Mathias de Albuquerque, que então na Europa recebeu o ridículo auxílio de 3 caravelas e 27 soldados.

A esquadra formidável de 1.200 bocas de fogo e 7.200 homens efetivamente levou quase todo o ano de 1629 a reunir as suas unidades, para mais de cinquenta navios, em São Vicente. Em 14 de fevereiro apareceu em frente de Olinda, a grande armada comandada por Loncq; no Recife, os naturais, por falta de defesa, obstruíram a enseada do porto, submergindo velhos navios. As tropas holandesas desembarcaram um pouco ao norte, no Pau Amarelo, sob o mando de Weerdenburgh, e pouco depois tomavam Olinda, onde Salvador Azevedo tentou desesperada resistência com um punhado de soldados, e logo depois saltaram impetuosamente sobre o Recife, abandonado da população, que fugira para o interior. Antes de deixar a capital, Matias de Albuquerque incendiou os trapiches, para evitar que uma presa avaliada em quatro milhões de cruzados caísse nas mãos dos invasores.

Sucedeu aqui o mesmo que na Bahia. Organizaram-se emboscadas e guerrilhas com soldados e patriotas que se entrenchearam a meio caminho, entre Olinda e Recife, no lugar que foi chamado o *Arraial do Bom Jesus*. A importância deste núcleo de

reação, ainda que exagerada pelos cronistas, foi todavia de alguma significação, por que inquietava fortemente os holandeses e, daí, com coragem inaudita, os pernambucanos por vezes assaltaram as fortalezas do Recife e bateram-se em refregas memoráveis. Matias de Albuquerque tirou desses recursos grande audácia de planos; organizou milícias novas e ligeiras, armou companhias de emboscadas, que isolaram o vencedor e obrigaram-no a abandonar Olinda, que antes incendiara, e a concentrar-se no Recife, a cujo estreito território se limitaram durante dois anos de luta para dilatá-lo. Mas a luta era, por desigual, precária.

Em breve, a população percebeu que era duvidosa por improfícua a conveniência de hostilizar as autoridades holandesas em proveito das portuguesas, muito mais despóticas e cruéis.

Por esse tempo, partiu do Tejo para socorrer a colônia a esquadra de D. Antônio de Oquendo, que chegou à Bahia em julho de 1631 e partiu em setembro para desembarcar tropas de reforço ao norte de Pernambuco, mais ou menos na altura do Cabo de Santo Agostinho; intento que não logrou realizar porque alguns dias depois, ainda nos mares da Bahia, a 12 de setembro, travou renhida luta com a esquadra holandesa de Adrião Pater. A frota espanhola era de cinquenta e três navios; a do almirante batavo, apenas de dezesseis; a ação foi terrível, o ataque à capitania fez com que na luta atacassem cinco naus de uma e outra parte, que ficaram jogadas, lavradas de incêndio.

Adrião Pater, não querendo salvar a vida entregando-se aos espanhóis, deixou-se morrer, e os navios separaram-se, ficando a batalha indecisa. Uma lenda de origem portuguesa ou espanhola se formou que atribuiu a Pater o derradeiro gesto de enrolar-se na bandeira da pátria e atirar-se às ondas dizendo: “*O oceano é o único túmulo digno de um almirante batavo*”. Dele disse também D. Francisco Manoel, o grande escritor que combatera ao lado de Oquendo: “*Perdeu antes a vida que a vitória*”.



Portugueses em grande número, já não vendo esperanças mais, aceitaram o comércio dos holandeses, que sabiam bem intencionados. O brasileiro Calabar, grande conhecedor do lugar, passou-se para as tropas inimigas; tem sido o seu nome por isso malsinado porque, a esta personalidade emprestaram um prestígio sobre-humano de fazer voltar para o lado dos que, aliás, sempre desde o começo a tiveram. Os holandeses que já tinham nas suas fileiras muitos brasileiros e índios, dentro em pouco, embora inquietados pelas emboscadas, foram batendo os portugueses e em sucessivas conquistas alargaram o domínio para o norte até o forte dos Reis Magos (R. G. do Norte) e para o sul até Porto Calvo e afinal o Rio de São Francisco. Durara cinco anos (1630-1635) a conquista.

Em abril de 1632 os holandeses tomaram Iguarassú; mais tarde, em 1634, com Sigismundo vou Schkope. tomaram a Paraíba; em 1635 tinham caído todos os arraiais de emboscadas.

Vendo-se baldo de recursos e de elementos de resistência, Matias de Albuquerque anunciou a sua retirada, convidando os que queriam ser fiéis à pátria e à religião a acompanharem-no. Foi um momento solene esse em que o velho guerreiro vencido fazia o desesperado apelo aos habitantes da terra; a sua voz, que a emoção dos sucessos tornara estranhamente eloquente, teve grande repercussão; uma grande turba de velhos e moços, mulheres e crianças, comovidos pela notícia do êxodo, seguiram o chefe derrotado arrostando as privações e os perigos da longa marcha por terra agora suspeita; iam nesse séquito muitas famílias ricas com os seus escravos, gado e animais domésticos, após uma vanguarda de índios que iam clareando os caminhos. Seguiram para o sul através de florestas, com as contínuas presas da fome, da sede e da guerra, até as Alagoas. Aí, em Porto Calvo, numa emboscada,



venceram o chefe holandês Picard, que se rendeu, entregando, dos seus trezentos soldados, mais da metade, que era de brasileiros, entre estes, estava Calabar e, como é próprio da fraqueza humana, vingaram-se dos seus desastres talvez com a alegria de vê-lo expiar no patíbulo o preço da infâmia. Disseminaram-se aí e perderam-se.

No mesmo ano, uma esquadra espanhola desembarcava nas Alagoas 1.700 homens sob o comando de D. Luiz de Rojas y Borjas, que vinha render a Matias de Albuquerque. Logo na primeira batalha, arriscada contra o parecer de Bagnuolo, foram derrotados por Artichofski, na *Mata redonda* (1636), morrendo nela o general espanhol. O resto das tropas ficou com o Conde de Bagnuolo, e então voltou-se de novo, por falta de exército regular, ao sistema de *guerrilhas*, em que se fizeram heróis o índio Camarão, o negro Henrique Dias e o branco Vidal de Negreiros.

II

Era então o governo holandês em Pernambuco dirigido por um príncipe, Mauricio de Nassau, o modelo da justiça, da tolerância, da liberdade e do talento político e militar. As guerrilhas foram pouco a pouco enfraquecendo e Nassau conseguiu pacificar o território até o extremo do Rio de São Francisco, onde fundou o forte de Mauricio (Penedo). Bagnuolo retrogradou até às terras da Bahia. Pelo mar, os holandeses fizeram represálias, atacando a Bahia e o recôncavo, e com o Almirante Huijgens destroçaram após vários embates, na altura da Paraíba, uma esquadra espanhola de oitenta naus, de D. Fernando de Mascarenhas, Conde da Torre, que logrou escapar e chegar à Bahia, só, numa pequena caravela.

Pouco depois chegava ao Brasil a notícia da restauração de Portugal, que sacudira o jugo espanhol e aclamara Rei. D. João IV; governava o Brasil o Marquês de Montalvão. Este grande

acontecimento devia ser prenúncio da paz, porque a Holanda dizia guerrear a Espanha e não os portugueses. Não era, porém, motivo para que entregasse as conquistas feitas com sacrifício de vidas e de dinheiro. Entretanto, para tratar da questão, celebrou-se um armistício por alguns anos.

Os holandeses aproveitaram-se desse armistício com pouca lisura, estendendo mais os seus domínios até o Maranhão pelo lado norte, e até o Rio Sergipe pelo lado do sul; porventura pensavam eles, como pensava o mundo, que a independência portuguesa era precária e sucumbiria ao primeiro embate com a Espanha.

Pouca lisura também houve por parte do governo português; porque em todos os atos oficiais reconhecia o domínio da Holanda no Brasil e ao mesmo tempo auxiliava secretamente e animava a revolta dos brasileiros contra aquele domínio, sem se descuidar de negá-lo em público. Assim foi pouco a pouco se formando a resistência; no Maranhão alguns portugueses se revoltam e pegam em armas (1642). Vidal de Negreiros parte para Pernambuco (1644) e daí, sob pretexto e licença de visitar a família na Paraíba, faz o percurso pelo interior, incitando as populações à revolta e chamando a seu partido, entre outros, o opulento fazendeiro João Fernandes Vieira, que se tornou a alma da guerra da libertação, o “Governador da Liberdade” como enfaticamente foi apelidado.

A insurreição foi preparada, e, havendo dela denúncia, rompeu antes do dia marcado (que era o de São João), a 13 de junho de 1645.

Esse movimento era favorecido pelo estado de espírito dos colonos. Viveram excelentemente sob o governo de Mauricio de Nassau; depois que este, porém, se retirara desgostoso dos negócios, o governo caiu nas mãos de holandeses inábeis, intolerantes e ávidos, que faziam grande mal ao país e criavam muitos descontentes.

A insurreição pernambucana abriu uma série de lutas por espaço de nove anos; aos seus homens, que se diziam os *independentes*,

reuniram-se os famosos e já provados guerrilheiros Camarão, H. Dias e outros. Reconstituiu-se um *Novo Arraial do Bom Jesus*. Depois de um sem número de escaramuças e combates parciais, assumiu o mando das tropas o General Francisco Barreto de Menezes, que as foi armando com as munições aqui e ali tomadas aos inimigos em múltiplos recontros; afinal, trava-se a primeira batalha dos *Guararapes* (19 de abril, 1648) onde foram mais de quatro mil holandeses batidos pela metade em número de brasileiros, que ocupavam uma estreita passagem. O General Segismundo Schkope retirou-se ferido.

O sítio do Recife obrigou os holandeses a uma nova sortida com o Coronel Van den Brincke, que amanheceu o dia 19 de fevereiro ocupando o alto dos Guararapes, vendo o exército pernambucano a dominar igualmente uma altura fronteira. Ao meio-dia começou a batalha que durou até a noite; o comandante holandês morreu na ação e o seu exército, derrotado, perdeu muitos prisioneiros e toda a artilharia (1649).

Essa vitória não decidiu os acontecimentos futuros. Holanda, preocupada com a guerra contra a Inglaterra, abandonou as conquistas do Brasil aos seus próprios destinos.

Conquanto vitoriosos, os pernambucanos não cogitavam ainda de apossar-se do Recife; mas continuaram a luta com grande felicidade em outros pontos, até que, cinco anos depois, em 1654, os holandeses abatidos cederam e capitularam, assinando o acordo da campina *Taborda*, pelo qual abandonavam o país e as armas e se concedia a anistia aos portugueses e a todos os que viviam sob a jurisdição holandesa.

A vitória, mais aparente que real, foi obra exclusiva dos patriotas. O governo português não pôde prevalecer-se dela para impor condições, o que era impossível, pois a Holanda conservava ainda a supremacia no Indostão e no Atlântico, com as suas poderosas frotas.

O tratado de paz com a Holanda só foi assinado em Haia em 1661, sendo rei de Portugal Afonso VI; por ele a Holanda vendia caro as suas conquistas, obtida a restituição da artilharia, garantia de liberdade religiosa e favores ao comércio holandês e cinco milhões de cruzados de indenização.

Em geral, os nossos historiadores falam do *sentimento nacional* a propósito desta guerra. A verdade é que índios e brasileiros tanto estavam divididamente do lado dos portugueses como dos holandeses. Quando Picard capitula em Porto Calvo, entrega dos seus trezentos homens apenas a metade que eram *brasileiros* e entre estes o Calabar. Na segunda batalha dos Guararapes os índios do lado dos holandeses, *Pero Poty*, parente do Camarão, agora dito autonomista. Os sucessos posteriores fizeram deste *Poty* e do Calabar dois traidores...

Perdem todo o interesse para a história os nomes dos governadores que pouco ou quase nada adiantam à vida da colônia. Alguns hão de ser mencionados a propósito dos acontecimentos coevos.

Mencionamos aqui: Lourenço da Veiga (1578-81), Manoel Teles Barreto (1583-87), D. Francisco de Souza (1592-1602), Diogo Botelho (1607-10), D. Diogo de Menezes, Conde da Ericeira (1610 – do *norte*), D. Luiz de Souza (1616-20), Diogo de Mendonça Furtado (1624, holandeses na Bahia), Diogo de Oliveira, Pedro da Silva Duro, D. Fernando Mascarenhas, D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão e Antônio Teles da Silva (nestes cinco governos, guerra holandesa em Pernambuco).

A época do Brasil holandês foi realmente grande e suntuosa. Não só foi grande por serem os nossos mares, pela primeira e última vez, o teatro da luta de esquadras gigantes e das grandes ações navais que nesse século fizeram a primeira distribuição do mundo, como principalmente pelo exemplo de cultura liberal e de civilização que a nossa terra jamais conhecera.

Então soava a hora da decadência espanhola e começava a fulgir a alva efêmera da Holanda, que procedeu o sol da Inglaterra. Eram as vitórias no oceano que decidiam os destinos do mundo.

Vindo governar o Brasil, o Conde de Nassau trazia o propósito de criar além do Oceano uma pátria livre. O país pareceu-lhe “um dos mais belos do mundo”, assim o disse na primeira carta que daqui escreveu. Soldado glorioso da guerra dos trinta anos e espírito esclarecido, filho espiritual das universidades de Herborn, Basilea e Genebra, onde se zelava a tradição do humanismo, ele considerava seu primeiro cuidado manter a mais larga tolerância religiosa. Os católicos brasileiros têm plena liberdade do culto; as procissões, como no outro tempo, com esquisito esplendor percorrem as ruas do Recife. E com igual pompa, celebram os judeus

2 Esta expressão *Verzuimd Braziel* (“Brasil desamparado”) foi criada pelo poeta nacional holandês van Haren e tornou-se proverbial para exprimir a avarenta desídia com que, à troca de cinco milhões de cruzados (paz de Haia), o governo de Holanda entregara a colônia fundada por Nassau.



o *sabbath*. Muitos desses judeus eram portugueses que, a inquisição tendo varrido do solo nativo, se refugiaram na Holanda; e agora passavam os mares em busca da terra onde, sob um céu livre, soava a língua amada que não esqueceram no exílio.

A aversão dos brasileiros foi desaparecendo e mudou-se afinal em agradecida simpatia. Os homens mais eminentes da terra e os mais humildes achegaram-se ao príncipe que os protegia a todos, reparando os males e as injustiças da guerra. Entre esses achavam-se João Fernandes Vieira, que será mais tarde a alma da insurreição, e Fr. Manoel do Salvador, um dos comensais do príncipe. Ninguém se lembrou de reagir contra o invasor que enobrecia e cumulava de benefícios a terra conquistada; e ficava já longe, no olvido, a retirada de Matias de Albuquerque com todos os que “seguiram a pátria e a religião os maiores”; antes, já o ouvido se havia afeito ao hino patriótico “*Wilhelmus van Nassauwen*”, que nas grandes ocasiões estrugiu os ares.

Também sorriu a liberdade para aqueles negros que, se abandonavam a resistência portuguesa, eram logo recebidos na Nova Holanda como homens livres. Na constituição semiobscura das capitânicas, brilhava Pernambuco como a primeira estrela.

Um dos cuidados do príncipe foi embelezar a cidade, cuja população crescia já com rapidez, e mais ainda com a demolição de Olinda. Um artista da escola holandesa, Pieter Post, deu os planos dos novos trabalhos de *Mauritzstadt* (a cidade Maurícia). Criou-se o bairro na Ilha de Antônio Vaz; aí plantaram centenas de palmeiras, laranjeiras e granadilhas, transportadas já adultas e em todo o viço, ao redor do novo e soberbo *Sans-souci* (Vrijburg), palácio esplêndido que Nassau construía às suas expensas e que custou seiscentos mil florins, com seus belos torreões de vigia sobre o mar. Suntuosa ponte ligava as duas partes da cidade, e ainda outra foi lançada para o continente, onde levantou o seu palácio de Verão, o *Schoonziigt* (Boa Vista).



A essas grandezas suntuárias juntaram-se outras opulências da cultura; artes e letras floresceram sob o seu governo. “Uma multidão de artistas, diz De Crane, pintores, arquitetos, escultores e mecânicos haviam-no acompanhado ao Brasil ou para lá foram a chamado seu.” Era seu médico o célebre naturalista de Leyde, Piso. Com a recomendação de João de Laet veio outro naturalista, Marcgraf. Ambos estes sábios foram os primeiros que fizeram explorações científicas regulares da nossa natureza e tornaram conhecida a *terra da promessa* no dizer dos botânicos. Fez construir um observatório astronômico na Ilha de Antônio Vaz. Franz Post, o pintor, decerto foi o primeiro cuja palheta traduziu a paisagem e o céu do Brasil.

Com igual fulgor brilhava o regímen de liberdade que implantara. Pela primeira vez sob o nosso céu reúnem-se assembleias deliberativas, onde cidadãos eminentes têm a palavra e a iniciativa do conselho. Muitos dos brasileiros tomam nela parte conspícua.

A língua holandesa, como a nossa, tornara-se então familiar e comum e era ouvida na cidade e nos campos. Casamentos não raros, apesar da diferença de religião, se faziam entre brasileiras e holandeses. E a concórdia parecia abençoar a união dos dois povos.

Dentro em pouco, esse período de ouro sumiu-se. Exasperado e desgostoso pela avareza e cúpida ganância da Companhia das Índias, que suspeitava em Maurício a intenção (talvez não de todo infundada) de criar um reino independente – o príncipe se demitiu da direção da nova colônia e voltou para a Europa. Mais tarde, e para obstar ao desastre que essa retirada invocara, de novo o chamam; mas impôs então as condições a que à cobiça servil dos mercadores não podia submeter-se.

Daí data a ruína do Brasil holandês. O governo passou a mãos inábeis e agrestes de três ávidos mercieiros que inauguraram o regime da intolerância, do arbítrio e das vexações pecuniárias.

Fazendo da administração um mero empreendimento mercantil, provocaram a antipatia dos naturais e acordaram o desejo já sopitado da revolta. Aqueles próprios brasileiros e portugueses, que viviam contentes sob o jugo paternal de Maurício, são agora os primeiros que hasteiam o pendão da rebeldia.

O sentimento moral e, como soe sempre ser, todas as virtudes do caráter abatem-se na indiferença dos especuladores. Volta o tempo das elevações de homens leigos e de corruptos funcionários, o ardor da fortuna rápida e da licença outrora reprimida da plebe.

Agora, como antes de Nassau e como nas antigas capitanias portuguesas, o princípio é que aquém da linha equatorial não existem mais crimes puníveis (*vulgatum inter deteriores: ultra aequinoctialem non peccari*, diz Barlaeus).

Para cúmulo de infortúnio, sobrevém nesse momento uma crise monetária, que, se em outros tempos poderia ser solvida com prudência, agora não poderia ter mais solução; os senhores de engenho, endividados pelos dinheiros e compras de escravos importados pela companhia, encontraram no novo Governo a pressão e ameaça de duras penas judiciais. Pegaram, pois, em armas e assim nasceu a insurreição pernambucana.

A avidez da Companhia das Índias havia perdido o Brasil. À hansea mercenária e bolsista faltava o sentimento político delicado dos interesses morais; faltava-lhe o Império.

Caberá, pois, ao Brasil holandês, esquecido e desamparado, o epíteto que lhe deu o poeta: *Verzuimd Braziel!*

Os franceses

1. Mem de Sá, terceiro governador (1557- 1572).

1. A guerra contra os franceses estabelecidos na Guanabara. Fundação da cidade do Rio de Janeiro (1567). Estacio de Sá e Salvador Corrêa de Sá.

2. Os franceses no Maranhão. Jacques Riffault e La Ravardière. Campanha de Jerônimo de Albuquerque (1614). Capitulação dos franceses (1615).

Colon. do Ceará, Maranhão e Pará (1616).

Maranhão – Criação do Estado do Maranhão (do Ceará ao Pará) separado do Brasil (1621). Primeiro Governador do Estado; Francisco Coelho de Carvalho.

Os holandeses

a) A conquista e a restauração da *Bahia* (1624-1625).

O governador Furtado de Mendonça e o Bispo D. Marcos Teixeira. Desembarque de Albert Schout (1624). A defesa no *recôncavo*. A esquadra libertadora de D. Fradique de Toledo Osório (1625).

b) Invasão de Pernambuco, 1630.

Oquendo e Pater, 1631. Deserção de Calabar, 1632. Retirada de M. de Albuquerque, 1635. Governo de Nassau, 1637-1644. Batalhas dos Guararapes, 1648-1649. Capitulação do Taborda, 1654. Tratado da paz da Haia, 1661.

Sincronismos

Monarquia portuguesa

D. João III
1521-1557

D. Sebastião (e D. Catarina
d'Áustria)
1557-1578

Cardeal D. Henrique
1578-1580

Domínio espanhol
1580-1640

Filipe II
1581-1598

Filipe III
1598-1621

Filipe IV
1621-1665; até 1640

Restauração
1640

D. João IV
1640-1656

Afonso VI
1656-1668

D. Pedro II
1668-1706

D. João V
1707-1750

França

Casa Orleans-Angoulême
1498-1589

Francisco I
1515-1547

Henrique II
1547-1559

Francisco II
1559-1560

Carlos IX
1560-1574

Henrique III
1574-1589

Casa de Bourbon
1589-1792

Henrique IV
1589-1610

Luiz XIII (e Maria de Médicis)
1610-1643

Guerra de Holanda e Espanha
1568-1648

Tratado de Westfalia
1648

IV A FORMAÇÃO DO BRASIL

A) HISTÓRIA COMUM

*O jesuíta, o criador e o paulista bandeirante
são os autores da grandeza territorial.
Os jesuítas congregam e aldeiam os índios
nas margens dos grandes rios do Amazonas e Paraná;
os criadores desvendam o sertão do norte e os paulistas todo
o centro e oeste até Goiás e Mato Grosso.*



Em todo o curso da história da colônia, até o tempo de Pombal, a administração não brilha decerto com grande esplendor, e antes se eclipsa e desaparece, quando no meio dela o destino coloca uma personalidade da estatura do Príncipe de Nassau.

Os administradores do Brasil português, conforme as qualidades próprias da raça, são antes reacionários (o que os faz às vezes parecer libérrimos) do que conservadores, e, em caso raro, liberais; confundem a autoridade com o despotismo, como os governados a liberdade com o espírito facioso. Alguns são notáveis pelo talento militar, bravura e coragem, quase todos medíocres pelo espírito político.

Em qualquer caso, o grande merecimento deles é a escola de severa honradez em que foram educados e de que dão fulgurante mas inútil exemplo aos seus inferiores.

Os subalternos, os capitães-mores das comarcas e outros oficiais secundários distinguem-se pela venalidade e corrupção dos processos com que governam o povo.

Não era este o caso dos governos gerais.

As próprias leis que regem a sua conduta são escrupulosas e inflexíveis e conformes ao bem comum.

Não podia o governador criar ofícios ou empregos novos, meios certos de corrupção; e as promoções estavam reguladas de antemão com grandes minúcias; não podiam lançar

nos bens, se fossem à praça, e a todos os oficiais e às câmaras era dado o direito de relatar o que quisessem, inda na falta de queixas “porque era necessário (diz uma provisão) que esta liberdade existisse”; não podia pôr frete de navios etc. Todos aqueles que tinham o ofício de juizes não podiam contratar casamento nos domínios da sua jurisdição.

Por outra parte, essa demasia de escrúpulos talvez tolesse a largueza de meios de que podiam lançar mão os governadores em benefício da terra. A sua administração é mesquinha de iniciativa e balda de recursos; os seus ordenados e honorários não correspondem à honrabilidade da posição, e muitos deles, assim como os antigos donatários, aqui arruinam a fortuna, as forças, o bem-estar.

A administração *una* com Tomé de Souza (1548) foi logo cindida em duas, em 1572, com Luiz de Brito e Almeida, com sede na Bahia, e Antônio de Salema, no Rio.

O limite entre os dois governos era Porto-Seguro. Cinco anos depois, 1577, voltava-se à união dos dois governos, que se enfeixaram nas mãos do ainda governador no Norte, Luiz de Brito e Almeida.

Começa aí nova série de Governadores Gerais, Luiz de Brito (1577-78), Lourenço da Veiga (1578-81), D. Antônio Barreiros (provisório, 1581-83), Manoel Teles Barreto (1583-87), D. Antônio Barreiros (novamente provisório, 1587-91, por não tomar posse Francisco Giraldes que veio mas resignou o cargo), D. Francisco de Souza (1592-1602), Diogo Botelho (1602-1607).

Renova-se a cisão em 1607, com D. Diogo de Menezes (Conde da Ericeira), no norte, e D. Francisco de Souza (no sul) *superintendente das minas*. A medida estava relacionada com os boatos de minas descobertas ao sul do país; à imitação do *Conselho da Índia*, da Espanha se havia ordenado

outro *Conselho* em Lisboa desde 1604 para tratar das questões coloniais.

Contudo, esta separação entre os governos do Norte e do Sul dura apenas 8 anos. Em 1617 reuniam-se em um só governo geral com D. Luiz de Souza, filho daquele superintendente das minas (1617-1620).

Nova divisão se impõe agora, mas com causa racional, e foi a da criação do Estado independente do Maranhão (com o Pará e Ceará) em 1621.

A série dos governadores continua depois de D. Luiz de Souza, com Diogo de Mendonça Furtado (1624, tomada da Bahia) e sucessores.

Não é nada brilhante esta lista de administradores, nem exprimem saber político as divisões e uniões do governo.

Essas vacilações tinham origem na dificuldade real que oferecia o governo de país tão vasto e onde reclamos tão diferentes às vezes não podiam ser satisfeitos pela mesma medida. A dificuldade tornou-se ainda maior com a colonização do extremo norte, nos começos do século XVII; então a coroa resolveu reunir o Brasil antigo sob o mesmo governo *uno*, separando, porém, o *Estado do Maranhão* (do Ceará ao Amazonas), que passaria a obedecer à metrópole (1621), como já vimos.

Esta separação do extremo norte tinha outro motivo material, e era a dificuldade de navegação do contorno da costa de norte para leste que detinha os navios por longo tempo, pela natureza contrária das correntes e dos ventos. Este problema, aliás, só no século atual foi resolvido pela navegação a vapor.

Quase todas essas hesitações datam do domínio espanhol, que não deixara de perturbar a unidade do governo

português, que a Espanha, durante a anexação, deixasse aos portugueses o cuidado de se governarem e de governarem as suas colônias.

O sistema de divisões e subdivisões era o mesmo praticado no México e Peru e Rio da Prata pelo Governo de Espanha.

O grande trabalho dos governadores é a solução de dois problemas capitais: a questão dos índios, cuja liberdade convinha ao rei favorecer, e a questão da defesa contra os inimigos externos, mais temerosa e cheia de perigos. A primeira, entretanto, é que acende discórdias constantes na colônia, sobretudo entre colonos e jesuítas, e as quais não raro afetam o prestígio da administração, como sucedeu por mais de uma vez. Nas questões externas, só em 1750 começa francamente a ação diplomática com o antigo litígio das fronteiras, antes disso entregues ao sistema de guerras, usurpações por ocupação e represálias.

Não podiam mesmo as negociações diplomáticas iniciar-se mais cedo. Quando cessou pela reforma o prestígio do papa sobre os povos, começou a balbuciar a doutrina do internacionalismo com Grotius no século XVII e só no século seguinte é que por toda a parte a diplomacia se organiza, na forma e pelos processos que desde então conhecemos. Ainda em 1679, no tempo de Pedro II, um acordo para restituição da colônia do Sacramento foi estabelecido por arbítrio do Papa Inocência XI.

Ao passo que a coroa vai adquirindo por compra e indenização ou tomando à viva força as capitâneas feudais das mãos dos seus donatários, os governadores do Brasil vão pouco a pouco, como veremos oportunamente, criando *Capitâneas reais* ou *d'El-Rei*, formadas dos territórios novos

conquistados aos índios: estas ficam sob a jurisdição do governador-geral.

Paulatinamente a coroa vai assim destruindo os senhorios feudais e os privilégios e latifúndios criados por D. João III.

Desde a restauração, o Brasil passa a vice-reino; o *vice-reinado* é uma categoria política sem significação prática, dádiva excepcional a um ou outro dos fidalgos portugueses.³ O primeiro vice-rei é D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão, 1640. Esse título não é, pois, habitual dos governadores; é dado apenas a alguns deles (Conde de Obidos, D. Vasconcelos de Mascarenhas, 2º vice-rei 1657-63, D. Pedro Antônio de Noronha, Marquês de Angeja, 1711-14, terceiro vice-rei etc.) e nem o título trazia significação de especial autoridade, pois de todos os governadores do Brasil o que maiores poderes exerceu foi o Conde de Bobadella (Gomes Freire de Andrade) que nunca teve o título de vice-rei. Na sua morte (1763), a sede do governo geral passou para o Rio de Janeiro, desde então capital da colônia e do país.

A legislação da colônia acompanha as suas vicissitudes, e novas leis agregam-se às antigas. Às leis *manuelinas* juntam-se as *filipinas* do tempo da anexação, e desse tempo data igualmente o *Código das minas*; todas as leis da metrópole são aquém do Atlântico interpretadas com maior brandura a princípio, porque o Brasil é de si uma estação penal, e depois em todo o rigor quando “há brancos aqui como no reino”. As leis sobre os *índios* (de que em outra parte tratamos) são liberais. Os *escravos negros*, porém, nunca tiveram a seu favor senão a filantropia dos brancos.

³ Desde então existem na casa real portuguesa também os *Príncipes do Brasil*, sendo o primeiro D. Teodósio, filho do Duque de Bragança, D. João IV, e depois outros príncipes, dos quais chegaram a rei D. João, o V, e D. José I.

O terror de todos os administrados são os governadores subalternos, *capitães-mores*, que se impõem pela força, o abuso e o arbítrio, no que tinham perfeitos auxiliares nos *mestres das ordenanças*, agentes ferozes do recrutamento, com cujos processos bárbaros, à sombra da lei, faziam extorsões e exerciam infames vinganças.

No que respeita à *religião*, sob o regime do padroado, o clero constituiu sempre uma classe de funcionários do estado, e nos últimos tempos da colônia exerceu grande influência política, não sem prejuízo da disciplina da igreja; mas era esse influxo naturalíssimo, pois no clero estava provavelmente a classe mais culta e liberal do tempo e dos estudos superiores, os seminários eram os únicos que existiam no país.

Do bispo primaz da Bahia dependiam os demais bispos do Brasil (e desde 1676 até à Independência, os de Loanda e São Tomé, na África); o Estado do Maranhão com o vale e do Amazonas e os seus bispos estavam, porém, sob a jurisdição do arcebispo de Lisboa.

O primeiro arcebispo (Bahia) é Dom Gaspar Barata de Mendonça, 1677.

A justiça era a princípio administrada pelos juizes ordinários e um ouvidor geral, que vinha de três em três anos, e, quando eram graves os casos, se lhes juntavam o governador e o Provedor-mor dos defuntos e outros letrados. Em 1608 foi criado o *Tribunal da Relação* da Bahia com oito desembargadores da metrópole e inaugurado sob a presidência do doutor Gaspar da Costa, no governo de D. Diogo de Menezes. O povo esperara com frieza a vinda dos desembargadores, mas logo se deu por satisfeito quando teve deles a experiência da inteireza no julgar e da expediência dos negócios. Outras *Relações* no período colonial foram criadas

mais tarde: a do Rio de Janeiro (1751), no tempo de D. José I; a de São Luís do Maranhão, em 1811, e a do Recife em 1821, ambas no reinado de D. João VI.

O direito português nessa larga época de dois séculos evolue segundo os próprios caracteres da história interna. O costume das *cortes* quase se havia obliterado e com isso as liberdades públicas; são aquelas assembleias reunidas uma ou outra vez no tempo da dominação espanhola e, por fim, no reinado de D. João V, desaparecem e se extinguem com os progressos do absolutismo real, a feição comum de toda a política europeia no século XVIII.

Naquele tempo também se acabaram no Brasil, como fatores de rebeldia, os *juízes do povo*.

A legislação portuguesa formara no século XVII a sua terceira coleção de *Ordenações Filipinas* (Filipe II), organizada por dois juristas, Paulo Affonso e Pedro Barbosa, e concluída por Damião de Aguiar e Jorge Cabedo. A compilação deixava muito pelas contradições que encerra e pela utilização antimetódica das matérias acrescidas às leis Manuelinas e que foram principalmente as leis já coligidas em Duarte Nunes de Lião. Os direitos subsidiários são o romano e o canônico; e, na falta, as doutrinas de Acursio e Bartolo “praxistas velhos e já desacreditados” na opinião de um jurista historiador. O resultado desta disposição (diz Coelho da Rocha) foi que os juízes, nas espécies duvidosas, não profundaram as leis nem recorreram ao seu espírito e analogia, contentando-se com fazer acompanhar as suas decisões de um longo préstimo de autores, não só juristas, mas até moralistas ou canonistas, o que na linguagem do tempo constituía a *opinião comum*. Da mesma maneira, as alegações dos advogados reduziam-se pela maior parte à acumulação tão extensa como fastidiosa de remissões

quase sempre copiadas e muitas vezes impróprias. A par deste vício introduzia-se o outro de julgar pelos *arestos e casos julgados*, sem examinar escrupulosamente a identidade da espécie, nem os motivos legais da sentença que se trazia para exemplo.

Daí por diante, as leis ou antes regulamentos e cartas que nos importam em maior grau são as de Pombal, relativamente às coisas do Brasil. São ora leis protecionistas da agricultura, principalmente de certos ramos novos e incipientes, e o mal inspirado protecionismo das Companhias de Comércio (do Maranhão, da Paraíba) que foram em breve extintas; concessão de licenças (muito limitada é certo) para algumas indústrias (fábricas de lonas da Bahia); a renovação do quinto do ouro em vez da capitação (mas monopolizando para a coroa o contrato dos diamantes), e o ato mais importante, que foi a incorporação, prudentemente seguida, das capitânias, que eram ainda feudatárias, ao Império domínio da coroa. Outras leis suas foram contraproducentes, despóticas em grande número e algumas delas pelo menos abomináveis, como o foi, para desgraça da educação nacional e desamparo das raças oprimidas, a expulsão dos jesuítas.

O conhecimento do interior do país, entre as capitanias da Bahia e do Estado do Maranhão, foi realizado graças à natureza do terreno, que é quase uniforme na geognose dessa região. O primeiro trecho do sertão é verdejante, cortado de rios e cheio de flores; é o *Mimoso* da linguagem sertaneja; o segundo trecho, com os seus sangradouros de pouca água, forma o *Agreste*, com a rara vegetação das *catingas* que, por um processo de seleção, se desfolham nos meses de sol como as plantas da zona fria no inverno. A terra é salitrosa e árida.

Aí, de vez em quando, vêm as secas, que são terríveis. Num ou noutro, a agricultura seria impossível, como seria impossível por igual a *criação* na região das florestas da Amazônia (salvo em solitários ermos como o da Ilha de Marajó) ou da Serra do Mar. Por isso em toda essa região formou-se o abastecedor animal do Brasil antigo. Os seus núcleos de população conservaram melhor as tradições que o *folk lore* nacional ainda exprime nas canções populares, nos desafios e nos romances e lendas sertanejas; o tipo étnico é mais puro e superior ao do litoral de hoje, quase de todo ainda enegrecido pela escravidão africana. Os sertanejos são brancos e muitas vezes louros, mais frequentemente morenos de cabelos ruivos; têm virtudes cavalheirescas, o sentimento talvez exagerado da honra, o que os faz frequentemente apelar para as armas, que todos desde a infância manejam com perícia.



Desconfiam da civilização e do litoral, onde a hospitalidade é rara ou pérvida, aonde só descem nas feiras e para cambiar os produtos. Deles é que têm origem seitas religiosas, gérmen de tumultos que, de vez em quando, ensanguentam o sertão. Parece que nisso, como o gado que apascentam, traem qualquer coisa do sangue semítico, árabe, tronco de religiões antigas. São descendentes de portugueses e ilhéus que, internados desde o século XVII, perderam o contato permanente da civilização e com essa perda aprenderam, de instinto próprio, as indústrias essenciais à vida. Vestem-se em geral de couro, da cabeça aos pés; de couro e chifre são os seus utensílios domésticos, onde guardam líquidos e sólidos; alimentam-se da caça, das frutas ácidas próprias dos espinheiros do deserto e da carne, e desta fazem a farinha com que ajuntam o leite, substitutivo frequente da água.

A esse povo sóbrio como o dos beduínos deve-se o conhecimento do sertão brasileiro, que há três séculos ocupam.

A princípio os *criadores de gado*, antes de feitas as entradas que repeliram os índios, estabelecem-se, apenas nos recôncavos das povoações, naturalmente por maior segurança dos caminhos; na Bahia vão até a Torre d'Ávila (governo de D. Francisco de Souza), mas a conquista de Sergipe abriu o caminho do Sertão Agreste (das catingas), além de Itabaiana; daí é que irradia a expansão sertaneja até o Parnaíba, num período de oitenta a cem anos; as antigas *passagens*, do Rio de São Francisco, *Urubu de cima* e *Urubu de baixo*, marcam as linhas dessa radiação.

Povoações antigas ainda restam, antigos pousos dos sertanejos, Geremoabo, Geru, Capim Grosso, de diferentes idades, que marcam as pegadas dos vaqueiros.

Com a guerra holandesa abriram-se ao trânsito todos os caminhos, dantes picadas, que os exércitos ou as tropas de guerrilha percorreram desde o Rio Real até a Paraíba. Toda a margem esquerda do baixo São Francisco e a comarca do sertão de Cariris velhos,



a região do chamado *Mimoso* ficou inteiramente conhecida de uns e outros dos beligerantes. A ligação do *Mimoso* com o *Agreste*, que domina o planalto do Ceará e Piauí, já fora feita no tempo da conquista do Maranhão, por M. de Nassau, sem falar que da zona mais vizinha ao litoral, entre a Paraíba e o Ceará, já os portugueses, os índios e os capuchinhos haviam feito o trajeto por terra na expedição contra La Ravardière. Ao passo que se iam desbravando e conhecendo os caminhos do sertão, por ele iam estabelecendo nesta parte estações de criação, única indústria possível, sobretudo no *Agreste*. Vemos, por exemplo, que já é importante essa indústria nas cercanias de Itabaiana ao tempo dos holandeses, que as conquistaram para o abastecimento de carne; estende-se a criação pelo interior até São Francisco, e já em 1673 Domingos Afonso, proprietário da fazenda *Sobrado*, naquele rio, invade o norte para fundar os seus currais até o Piauí, e doma os índios bravios, para o que se reúne ao guerreiro paulista Domingos Jorge. A primeira fazenda de Domingos Afonso foi a de *Poções de Baixo*, no Rio Canindé, e fundou mais trinta e duas, cuja enorme área disputou aos bravios *Pimenteiras* e *Acroaz*.

Por esse passo estava vencida a linha das serras dos *Dois Irmãos*, de *Cariris Novos* e *Ibiapaba*, que de sul a norte extremavam os dois grandes sertões do norte.

Podemos, pois, considerar por completamente explorada, conhecida e utilizada até os fins do século XVII, a zona limitada pelo *Paraguaçu* (Bahia), *São Francisco* (Chique-Chique), *Serra dos Dois Irmãos* e *Piauí*, e o mar Atlântico desde o *Parnaíba* até a *B. de Todos os Santos*. Isto é, a zona da criação do gado.

Do Piauí para o norte como do Paraguaçu para o sul, as *entradas* pelo interior, ou se limitam ao tráfego dos rios, navegando a remos, ou a *ajoujos* nas cachoeiras, ou, quando feitas por terra, não conseguem fixar-se em povoações senão raramente, de modo que

o rápido povoamento do sul tem o seu lugar mais exato no século XVIII, que é o da expansão da história das minas.

Se, pois, em 1750, ao negociar-se o tratado de Madrid, podíamos reclamar todo o oeste da América do Sul até quase o cordão da cordilheira andina, no sul devemo-lo aos paulistas, e ao norte devemo-lo aos religiosos, e sobretudo aos jesuítas, que encheram de vida com as suas missões o deserto do Amazonas até o Javari, e aos criadores que, vindos de todos os pontos, pouco a pouco foram levando o gado, a princípio auxiliar da agricultura, para os campos intérminos do sertão. Também decerto contribuíram para a nossa expansão a oeste, o fato de que as populações espanholas, agremiando-se nos Andes pela riqueza das minas, não desciam senão raramente às vertentes orientais, onde verificaram não havia ouro, senão florestas e rios.

A *criação* não produzia o imposto e por isso deixa de interessar a coroa, nem sequer é mencionada nas histórias da administração (caráter geral das histórias escritas), nem foi sequer, em seus lineamentos, estudada pelos investigadores do nosso passado; é todavia importante, pacífica e é, ao contrário da turbulência do litoral ou das aventuras das minas, o quase único aspecto tranquilo da nossa cultura; por ela abriram-se as comunicações terrestres iniciadas pela conquista e conservou-se, como ainda hoje se conserva, nas estâncias sertanejas, o verdadeiro ou o único tradicionalismo da vida nacional.

I – Entradas

As *Entradas* eram expedições feitas pelo colono à cata de índios para os escravizar, ou ainda à busca de minas de metais e pedras preciosas de que corriam sempre fantásticas notícias.

É impulso inteiramente novo, diferente do movimento pastoril (ao qual precede) e tem maior analogia com o dos *pioneiros* da América do Norte. Com as *entradas* expurga-se o território dos perigos das ciladas e mesmo da presença dos índios, e com elas estabelecem-se por terra as comunicações outrora fluviais ou marítimas.

Por isso muitas vezes os governadores e capitães-mores, para aterrorizar o gentio, organizavam expedições pela terra interior, onde não era pequeno o morticínio dos selvagens. Uma dessas expedições foi a de D. Francisco de Souza ao Rio Real, que fez afugentar os índios por mais de sessenta léguas, tal o terror e maldade que ia semeando pelos caminhos. Não gostavam muito os colonos desse sistema de guerra, menos por virtude e misericórdia do que pelo espírito prático. Nem por isso eram as entradas de iniciativa dos colonos menos ferozes que as outras.

As guerras, diziam eles, afugentavam os Gentios, como se vira nesta, e nas que seu antecessor lhes havia feitas, com o que os fez afastar do mar mais de sessenta léguas; seria

melhor trazê-los por paz, e por persuasão de Mamelucos; que por eles saberem a língua, e pelo parentesco, que com eles tinham porque Mamelucos chamamos mestiços, que são filhos de brancos e de Índias, os trariam mais facilmente que por armas.

Eis como um dos nossos antigos cronistas descreve essa empresa:

Por comprazer aos suplicantes deu o governador as licenças, que lhe pediram, para mandarem ao sertão descer índios por meio dos Mamelucos, os quais não iam tão confiados na eloquência, que não levassem muitos soldados brancos e índios confederados, e amigos, com suas flechas, e armas com as quais, quando não queriam por paz e por vontade, os traziam por guerra e por força: mas ordinariamente bastava a língua do parente Mameluco, que lhes representava a fartura do peixe, e mariscos do mar de que lá careciam, a liberdade de que haviam de gozar, a qual não teriam se os trouxessem por guerra.

Com estes enganos, e com algumas dádivas de roupas e ferramentas que davam aos *principais*, e resgates, que lhes davam pelos que tinham presos em cordas para os comerem, abalavam aldeias inteiras, e em chegando à vista do mar, apartavam os filhos dos pais dos irmãos e ainda às vezes a mulher do marido, levando uns o Capitão Mameluco outros, os soldados, outros os armadores, outros os que impetraram a licença; outros quem lha concedeu, e todos se serviam deles em suas fazendas, os irmãos e alguns os vendiam senão o serviço e quem os comprava, pela primeira culpa, ou fugida que faziam, os ferrava na face, dizendo que lhe custaram seu dinheiro, e eram seus cativos; quebravam

os pregadores os púlpitos sobre isso, mas era como se pregassem em deserto.

Entre estas entradas no sertão fez uma Antônio Dias Adorno, ao qual encomendou o governador que trabalhasse por descobrir algumas minas. Entrou pelo Rio das Contas, que é da Capitania dos Ilhéus, e seguindo a sua Corrente, que vem de mui longe, rodeou grande parte do sertão, onde achou esmeraldas, e outras pedras preciosas de que trouxe as amostras, e o governador as mandou ao Reino, onde examinadas pelos lapidários, as acharam muito boas; mas nem por isso se mandou mais a elas, sinal que haviam lá ido mais buscar peças que pedras e assim trouxeram 7.000 *almas* dos Gentios Topiguaens, sem trazerem algum mantimento, que comessem, em duzentas léguas, que caminharam muito devagar, por virem muitas mulheres, e crianças, e muitos velhos, e velhas, sustentando-se só de frutas agrestes, caça, e mel, mas isto em tanta abundância que nunca se sentiu fome, antes, chegaram todos gordos, e valentes; donde se colige quão fértil é aquele sertão, e pelo conseguinte com quanta facilidade se pudera tornar em busca das pedras preciosas já descobertas e descobrir outras.

Também mandou o mesmo governador um Sebastião Alves ao Rio de São Francisco com oficiais, e tudo o mais necessário para fazer uma embarcação em que por ele navegassem para descobrir algumas minas, e para isso escreveu a um grande *principal* do chamado *Porquinho*, que o ajudasse com gente, e tudo o mais que pudesse; ele mandou um vestido de escarlata, e uma vara de meirinho para trazer na mão.

Levou este recado um Diogo de Castro, que já havia estado em sua casa, e sabia bem falar-lhe a língua, e outro grande língua, havia sido Irmão da Companhia, chamado Jorge Velho.

Estimou muito o *Porquinho* ver o caso que dele fazia o governador, e nunca jamais faltou enquanto os brancos o ocuparam; e assim pôs com sua ajuda o capitão a embarcação em boa altura, e a fez em paragem donde o rio era todo navegável, porque dali para baixo lhe ficava já a cachoeira, e o sumidouro, quando lhe chegou uma carta do Governador Lourenço da Veiga, que sucedeu a Luiz de Brito, em que mandava que logo lhe viesse dar conta da fazenda de El-Rei, que levava; obedeceu o homem, e posto que depois tornou não achou já os seus, que se haviam metido como outros de Pernambuco a descer Gentio, como ele também fez, e todos lá acabaram.

Não só da Bahia, mas também dos Ilhéus, e de Pernambuco, se fizeram neste tempo outras *entradas*.

Dos Ilhéus foi Luiz Álvares Espinha com pretexto de fazer guerra a certas aldeias daí a trinta léguas, por haverem nelas mortos alguns brancos, porém não se contentou com lhe fazer, e cativar todos aqueles aldeãos, senão que passou adiante, e desceu infinito Gentio.

De Pernambuco fora Francisco de Caldas, que serviu de Provedor da Fazenda, e Gaspar Dias de Taíde com muitos soldados ao Rio de São Francisco, e ajudando-se do *Braço de Peixe*, que era um grande *principal* dos Tabajaras, e da sua gente, que era muito esforçada, e guerreira, entraram muitas léguas pelo sertão, matando os que resistiam e cativando os mais.

Tornando-se depois para o mar com *sete mil* cativos determinaram pagar ao *Braço* com o levarem também amarrado, e todos os seus, porém ele os entendeu, e não deixando de os servir com mantimentos das suas roças, e caça, do mato, para aqueles, deu duzentos caçadores para assegurar mais a sua caça, e depois que os teve seguros, que

nem se vigiavam, nem lhes parecia haver para que, mandou chamar outro principal seu parente, chamado *Assento de Pássaro*, que viesse com os flecheiros da sua aldeia, e avisou os seus caçadores, que estavam entre os brancos, estivessem alerta na madrugada seguinte, para que, quando ouvissem o seu urro costumado, juntamente nos nossos, e lhes não escapar algum com vida; e assim foi que achando-os dormindo mui descuidados, subitamente acometeram com tanto ímpeto que não lhes deram lugar a tomar armas, nem a fugir, e os mataram todos; e soltos os outros cativos, depois que ajudaram a festejar a liberdade, comendo a carne de seus inimigos, para tornar vingança destas mortes, sendo Tabajaras, e contrários senhores, os deixaram tornar para onde quiseram: só escapou dos nossos um Mameluco, que uma moça, irmã do principal *Assento de Pássaro*, escondeu.

Este levou a nova aos brancos, que estavam no porto esperando, e depois deles a Olinda, onde foi muito sentida de todos, pranteando as viúvas seus maridos, e os filhos seus pais, que ali morreram. Nem parou aqui o mal, senão que os homicidas, temendo-se que os brancos fossem tomar vinganças destas mortes, sendo Tabajaras, e contrários dos Potiguares, se foram meter com eles na Paraíba, e se fizeram seus amigos para os ajudarem nas guerras, que nos faziam.⁴

Esta descrição dá na sua simplicidade eloquente a ideia dessas terríveis caçadas humanas que se podem contar por milhares, e jamais cessaram de todo no Brasil colonial.

A respeito de uma *Entrada*, em 1597, por Martin de Sá, escreve Orville Derby:

A narrativa de Antônio Knivet, publicada na Revista do Instituto Histórico do Rio de Janeiro (vol. LI. 1878), dá

4 Fr. Vicente do Salvador, 92-94.

as seguintes informações relativas a uma entrada, efetuada no Governo de Salvador Corrêa de Sá, sob o comando de seu filho Martim Corrêa de Sá, ao sertão que hoje constitui partes dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

A expedição, composta de 700 portugueses e 2.000 índios, partiu do Rio de Janeiro no dia 14 de outubro de 1597, com o fim de auxiliar os índios Guaianazes contra os Tamoios. Entre os brancos iam os ingleses Antônio Knivet e Henrique Barraway. Indo embarcada até Parati, onde se lhe ajuntaram outros índios, a expedição tomou caminho de terra, chegando em três dias ao pé da Serra de Paranapiacaba, cuja subida levou três dias e a descida outros tantos. Dois dias depois de passada a serra, apareceram campos com abundância de pinheiros. Com quarenta dias de viagem, por vales e montes, a expedição alcançou um grande rio chamado *Paracuona*, em cuja travessia gastou quatro dias. Vinte dias depois de passá-lo, apareceu um grande monte chamado *Panace ynawe Apacone* (em outro lugar chamado *Paraeua*) cuja subida exigiu quatro dias, por estar muito enfraquecido o pessoal. Aí estiveram entre os *Pories* que lhes indicaram uma aldeia de Tapuias na outra banda do rio, a dois dias de viagem, onde podiam obter mantimentos. Gastaram uma semana para chegar a essa aldeia, de que os homens estavam ausentes, em guerra contra os Tamoyos.

Próximo havia outra tribo chamada *Waanaçassieus*, que também estava em guerra com os Tamoios. Um destes índios guiou a expedição por entre dois montes, margeando um rio durante quarenta dias.

Chegaram a uma região campestre arborizada de pinheiros. Viajando um mês, sofrendo muito de fome e moléstias, chegaram a uns montes, entre os quais havia um chamado Itapuca—serra das pedras compridas,— com pedras pretas, de

mais de um metro de comprimento, e arredondadas como se fossem pedaços de madeira. Houve muita dificuldade em atravessar essa serra mateada de jequitibás e palmitos.

Seguiram-se vinte dias de viagem por uma região de campos pretos e secos, quase sem erva, que terminou junto a uma serra chamada *Itawobo*, “Serra de pedras verdes”. Com mais dois dias chegaram às margens do Rio *Iawary*; que, dizem, nasce nas montanhas de Potosi, no Peru. Aí ficaram dois meses por terem achado roças plantadas pelos índios, porém abandonadas. Depois continuaram para adiante até outras roças, onde demoraram seis meses. Deste ponto o grosso da expedição votou ao Rio de Janeiro, correndo o risco de ser atacada pelos *Pories*, *Lepos*, *Tomenos* e outras tribos.

Knivet e mais doze companheiros, ficando no sertão, construíram uma canoa e, descendo o Rio *Iawary* durante uma semana, encontraram uma pequena aldeia abandonada, onde acharam linhas de pesca tendo pepitas de ouro amarradas, bem como pedras coloridas, verdes, vermelhas, azuis e brancas. Tomaram o ouro e as pedras preciosas como demonstração de que não estavam longe de Potosi. Deixando o rio caminharam por terra, em rumo de sudoeste, passando uma grande montanha para entrar numa região de terra seca, pardacenta, cheia de colinas, penhascos e cabeceiras de pequenos rios. Aí acharam pepitas de ouro do tamanho de avelãs e muito ouro em pó. Em seguida passaram uma região mais plana e bela, em que viajaram por dez dias com os olhos ofuscados pelo reflexo da luz de uma grande montanha reluzente, em frente. Chegando ao pé dessa montanha tiveram de acompanhá-la durante vinte dias à procura de uma travessia, até que afinal encontraram um rio que passava por baixo da montanha. Aí construíram uma balsa e meteram-se pelo rio abaixo, entrando um dia

de manhã e saindo uma outra manhã, mas sem saber se passaram mais de um dia nessa medonha travessia. No outro lado da montanha encontraram índios que se deram como inimigos dos portugueses e amigos dos franceses e por isso mataram e comeram os doze portugueses, poupando a vida de Knivet que se apresentou como francês.

Esses índios eram Tamoios que, dois meses depois, abriram guerra com os Tamominos que em breve foram forçados a deixar a região. Quatro meses depois da vitória sobre os Tamominos rebentou outra guerra com os Topinaques que tinham-se estabelecido numa montanha próxima chamada *Tamauuu*, “Montanha de ouro”. Estes fugiram e foram seguidos até à margem de um grande rio chamado *Morgege*, onde se abandonou a campanha. Oito meses depois Knivet induziu os índios a procurarem o litoral na região do Rio dos Patos, onde assegurou que haviam de encontrar os seus amigos franceses. Puseram-se em marcha e, depois de muitas montanhas e rios, encontraram uma bela região arenosa em que viajaram por vinte dias, caminhando para o norte com receio de encontrar espanhóis ou os índios amigos deles. Neste rumo do norte aproximaram-se da região da tribo das Amazonas, que os índios chamaram *Mandiocusianas*, e para não entrar em guerra com esta volveram outra vez para o sul. Depois chegaram às cabeceiras do Rio dos Patos, onde acharam canoas de cascas em que desceram oito dias saindo numa bela baía donde viram o mar. Aí encontraram os índios Carijós, que depois de uma derrota pediram o auxílio dos portugueses de São Vicente que, vindo sob o comando de Martim de Sá, capturaram outra vez o fujão Knivet.

Num capítulo, tratando especialmente dos índios, que vêm no original inglês e falta na tradução publicada pelo

Instituto Histórico (por ter sido omitido na tradução holandesa, donde esta foi tirada), Knivet dá mais algumas informações sobre essa expedição. Sem precisar a data, diz que teve lugar uns cinco ou seis anos depois de sua captura pelos portugueses do Rio de Janeiro, e que esteve nove meses no sertão com Martim de Sá e onze meses entre os índios. Além de Paraeua se encontram os índios *Molopaque*, que empregam ouro nas suas linhas de pescar no Rio Pará, oitenta léguas adiante do Rio Paraeua, sendo o metal encontrado na terra preta chamada *Taiaquara*, de uma montanha seca chamada *Etepararange*. Na aldeia, na margem do Rio Iawary, donde Martim de Sá voltou, foram encontradas pepitas de ouro, pedaços de cristal e pedras coloridas de azul.

Na viagem no sertão, depois da volta da expedição, Knivet e os seus companheiros passaram muitas montanhas, onde encontraram tanto ouro que se convenceram que estavam na província do Peru e na vizinhança de Cusco. Depois de dois meses, chegaram à grande montanha de cristal onde se deu o incidente da passagem do rio encanado e o encontro com os Tamoios. A marcha para o mar com estes foi através da província de Tucumã, que é toda arenosa. Depois de passada esta região chegaram a um grande rio que corre de Tucumã para o Chile, onde se ocuparam durante quatro dias em fazer canoas, por estar o rio cheio de jacarés.

No outro lado do rio havia uma montanha chamada “de todos os metais” que tinha sido visitada por espanhóis e portugueses e onde Pedro de Charamento tinha fincado uma grande cruz com o nome do rei da Espanha que Knivet substituiu pelo da Rainha da Inglaterra. Aí também havia uma pequena igreja com imagens. Julgaram estar em território espanhol do Rio da Prata e daí tomaram caminho para o mar.

A narrativa de Knivet, acima resumida nos seus pontos geográficos, refere-se a uma entrada aos sertões dos atuais Estados de São Paulo e Minas Gerais, que precedeu alguns anos às famosas bandeiras paulistas, nesta mesma região, das quais a primeira de que a história tem conservado notícia data de 1602.

Tomando-a ao pé da letra e achando incríveis certos detalhes, como a entrada no território de Tucumã, a passagem de um rio subterrâneo etc., os historiadores a têm posto de lado como obra de pura fantasia. Lembrando, porém, que conforme o costume do tempo todo o território espanhol era conhecido pelos nomes dos primeiros e mais conhecidos estabelecimentos (v. g. Peru, Potosi, Tucumã; e assim, o próprio Knivet, num capítulo que não figura na tradução do Instituto Histórico, descreve a província de Tucumã como começando a vinte léguas da povoação de Buenos Aires e limitando com o Brasil), e que qualquer trecho afunilado de um rio era descrito como subterrâneo (até mesmo depois desta época o cañon do San-Francisco abaixo de Paulo Afonso era descrito e figurado nos mapas como um sumidouro) estes motivos de dúvida desaparecem e a narrativa pode ser aceita como essencialmente verídica. Nas regiões que podem ser identificadas com certeza, ela é de uma minudência e precisão de detalhes topográficos pouco usuais nos documentos da época.

Aceitando a narrativa como presumivelmente verídica, seria interessante decifrá-la e identificar nos mapas de hoje o itinerário de Knivet. Para isso é necessário um conhecimento dos detalhes topográficos do território sul-mineiro, que o autor destas linhas não possui, e o fim principal do presente escrito é provocar estudos e sugestões a esse

respeito, da parte dos habitantes e bons conhecedores dessa região.

A primeira parte do itinerário não oferece dificuldade, e já o tradutor da versão do Instituto Histórico, o ilustre Dr. José Higino, a identificou com admirável perspicácia.

Entrando por Parati a expedição galgou a serra do mar para ganhar os campos de Cunha, passou o Rio Paraibuna e as montanhas a oeste desse rio, para alcançar as margens do Paraíba, presumivelmente na região de Taubaté, ou, melhor, na parte larga e relativamente plana do seu vale entre São José dos Campos e Pindamonhangaba. Neste trecho os detalhes topográficos – subida de uma serra, descida para o vale de um rio caudaloso, subida de segunda serra e descida para segundo com trechos planos – são admiravelmente exatos de modo a criar uma forte presunção que as dificuldades de interpretação do segundo trecho da narrativa provêm da nossa ignorância e não da falta de veracidade do autor.

Para a identificação do itinerário, além do Paraíba até a aldeia dos Tamoios, temos os seguintes detalhes topográficos:

- I – Subida de uma grande serra ao longo de um rio tributário do Paraíba e entre dois montes.
- II – Uma região de campos com pinheiros.
- III – Uma serra chamada *Itapuca* caracterizada por pedras compridas e arredondadas, como se fossem pedaços de madeiras, e por matas como palmitos e jequitibás.
- IV – Campos secos e pretos de vegetação escassa.
- V – Uma serra chamada *Itaowo* caracterizada por pedras verdes.
- VI – Um rio navegável chamado *Iawary*.

- VII – Um trecho aurífero deste rio.
- VIII – Uma grande serra em rumo de sudoeste do rio seguida por campos secos e pardacentos, na região de cabeceiras (divisor de águas).
- IX – Região de campos, tendo à vista uma serra reluzente cortada por um rio afunilado.

Parecem suficientes esses dados para um bom conhecedor da região identificar com aproximação satisfatória o itinerário. Como ensaio, e para provocar discussão por parte dos mais entendidos, ofereço o seguinte esboço do que me parece mais provável.

A serra além do Paraíba deve ser a Mantiqueira, podendo-se presumir que o vale na encosta por onde a expedição subiu, fosse o do Buquira ou o do Piracuama, pelo qual se ganham atualmente os Campos do Jordão. Qualquer dos dois dá acesso à região do Alto Sapucaí, caracterizada por campos com pinheiros, e tendo adiante a região aurífera de São Gonçalo, Campanha etc., onde cerca de cem anos mais tarde o Padre João de Faria, de Taubaté, descobriu ouro e pedras coloridas. O Rio *Iawary* seria então o Rio Sapucaí ou o Rio Verde.

Os característicos bem frisantes das duas serras – a de pedras compridas e a de pedras verdes, atravessadas nesse trecho, devem bastar para a sua identificação, positiva e, uma vez feito isso, deve ser fácil identificar também as outras feições topográficas mencionadas, a saber, os campos secos e pretos, a serra com campos secos e pardacentos em região de cabeceiras, e os campos margeando uma serra reluzente, cortada por um rio afunilado. Quanto a essa última, parece quase certo que fosse a serra na região do chamado “Funil do Sapucaí”, ou a do trecho correspondente ao Rio Grande, sendo também possível que fosse na bacia do Rio Mogi

Guaçu ou Pardo. Ao que parece podemos tomar como certo que todo este trecho do itinerário estava compreendido na bacia do Rio Grande (inclusive a do Sapucaí) e que se não estendia, a oeste, além do meridiano da Serra da Canastra. Com o concurso aqui solicitado dos conhecedores da topografia detalhada do sul de Minas, deve ser possível fixar com precisão absoluta a sede da aldeia dos Tamoios.

Uma vez estabelecido este ponto, a identificação, em traços gerais, da segunda parte do itinerário, que partindo dele foi terminar nas costas de Santa Catarina, não deve ser difícil.

As referências ao território do Amazonas, Potosi e Tucumã podem ser lançadas à conta de nebulosidades geográficas de época tomando como quase certo que o itinerário se desenvolveu no território a leste do Paraná, no sertão dos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Nesse sertão haveriam forçosamente a cruzar caminhos diversas vezes atravessados pelos espanhóis entre o litoral e o Paraguai e frequentados pelos jesuítas na catequese da parte ocidental dessa região.

Assim, o encontro de uma cruz e capela de origem espanhola era muito natural, e a referência a Pedro de Charamento dará talvez a chave para a identificação de um ponto importante do itinerário.

II – Bandeiras

As *Bandeiras* organizadas para a exploração das terras tinham constituição especial, que só tornavam compreensível o gênio e a pertinácia dos aventureiros que as compunham.

Como nas caravanas do deserto africano, a primeira virtude dos bandeirantes é a resignação, que é quase fatalista, e a sobriedade levada ao extremo. Os que partem não sabem se voltam e



não pensam mais em voltar aos lares, o que muitas vezes sucede. As provisões que levam apenas bastam para o primeiro percurso da jornada; daí por diante, entregue à ventura, tudo é enigmático e desconhecido.

Só a formação de uma raça inteiramente aclimada ao sol e ao céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados.

No íntimo das terras marcham como se navegassem através dos mares, com a orientação da bússola e das noites consteladas; aqui e ali seguem o curso dos rios ou os vadeiam. Recolhem por toda parte as lendas e histórias dos índios que falam de outros países distantes e de caminhos ainda não trilhados pela civilização. Se é preciso descer um grande curso d'água não contam o tempo; aboletam-se e acampam na margem, abatem árvores gigantescas, de cujos troncos e às vezes dos córtices formam esquadilhas de canoas, carcomendo-os a fogo.

Quando se julgam prontos, logo embarcam numerosos no meio do alarido de todas as vozes, com a mesma animação ruidosa do primeiro dia. Quando a alimentação e as munições se esgotam ou a terra lhes nega a caça ou os vegetais reparadores, não desanimam; acampam de novo, queimam a vegetação bravia em longos tratos de terra e fazem a roça onde semeiam os cereais. Esse acampamento dura até a colheita, que é sobretudo de milho, por mais pronta e rápida, e nesse meio tempo, enquanto o milharal cresce, toda a terra circunvizinha, num raio de muitas léguas, fica conhecida.

Nessas *bandeiras* vemos figurar toda a gente, homens de todas as qualificações, índios de todas as tribos, mulheres, padres e crianças e grande número de animais domésticos, cães, galinhas, carneiros, fora as bestas de carga. É uma cidade que viaja com os seus senhores e seus governados, nela não faltam as rixas e diferenças, mas o alvo principal e a esperança comum os põe de acordo e harmonia. De caminho, as crueldades que praticam são



inauditas, os sacrifícios que exigem são terribilíssimos; os índios perdidos na floresta se lhes agregam para não sucumbir ante a caudal que passa e que tudo subverte.

Como sempre sucede, nessas congruências fictícias que a ambição diabólica reúne e argamassa, esta mesma as desune pela imaginação e realização de crimes monstruosos. Os envenenamentos, os homicídios, todas as insídias são postas em prática, como prévio sacrifício, que a sangrenta posse do tesouro antecipadamente reclama.

Muitas dessas bandeiras orientam-se pelas santas cruzes, piedosos e soturnos símbolos dos naufrágios morais por esses ínvios caminhos.

Nada as detém, nem os desfiladeiros e precipícios, a sede ou a fome, nem as comoções da natureza ou as fadigas do espírito, nem a guerra ou as ciladas da terra desconhecida. No tempo do *resgate* ainda tinham um termo essas expedições, que era o dos primeiros rios navegados. Na época do *ouro* não conheceram mais limites; avassalaram o deserto por centenas de léguas desde o Tietê a Santa Cruz da Serra, da serra do mar atlântico até onde se avistam os perfis da cordilheira andina.

A geografia fantástica que emprestavam ao Brasil no século da descoberta, imaginando-o cheio de maravilhas insólitas no seu interior obscuro, com o *Eldorado*, as jazidas de esmeraldas, as árvores de *sabão* e de *vidros* com os seus gigantes de quinze pés (os *coruqueanas*), os animais monstruosos e terríveis, que eram guardas naturais de ignotos tesouros, devia necessariamente excitar o desejo de aventuras análogas àquelas que a fama universal consagrara com os conquistadores do planalto peruviano.

“Era crença em voga, diz o doutor Teodoro Sampaio, entre os colonos, haver um quê de misterioso impedindo

o descobrimento das riquezas do sertão e que a morte era o castigo inevitável do indiscreto que ousava revelar-lhes o segredo.” Frei Vicente do Salvador nos transmite essa crença popular, talvez originada dos repetidos insucessos com que se coroaram as primeiras tentativas.

Decerto, uma tal ou qual desdita agourentava os mais bem combinados tentames.

Aleixo Garcia não lograra tornar da sua jornada tão arrojada, que por muitos se considerou fabulosa. Pero Lobo perecera trucidado, nas margens do Paraná em 1531, com toda a sua numerosa comitiva. A expedição de que fez parte o Padre Aspilcueta Navarro em 1552 não teve êxito. A galé do comando de Henrique, que Tomé de Souza enviara a explorar o Rio São Francisco, nunca mais tornara Sebastião Tourinho, se logrou ver a Serra das Esmeraldas, não trouxe provas cabais delas. Antônio Dias Adorno, percorrendo os mesmos sertões, não logrou melhor fortuna. Sebastião Álvares, nos sertões de São Francisco; Luiz Alves de Espinha, nos dos Ilhéus; Francisco de Caldas, em Pernambuco; Diogo Martins Cão, por alcunha o Mata-Negros, e Marcos de Azevedo, no Espírito Santo, representam outros tantos insucessos.

Todavia, o século XVI, que findava sem poder revelar os tesouros do sertão, não legava ao novo século uma sementeira de descrenças ou de desânimo, como era fácil de prever de tão repetidos infortúnios. As pesquisas redobram.

João Coelho de Souza, antes de 1580, levava três anos a percorrer os sertões das cabeceiras do Paraguaçu, e morrera em tão ingrata jornada, em sítio ignorado, legando a Gabriel Soares, seu irmão, o capital não de ouro, que o não logrou descobrir, mas de experiência para novas e mais arrojadas tentativas do descobrimento.

Gabriel Soares, de posse dos roteiros que lhe deviam desvendar a ele os segredos das minas que o irmão não lograra explorar, parte para a Europa, vai à Corte de Castela, solicita favores, promete compensá-los com valiosos descobrimentos, consegue mercês e benefícios, obtém, por fim, que lhe mandem dar armas, munições e gente e regressa ao Brasil.

Não foi, contudo, mais afortunado o ínclito autor do *Roteiro do Brasil*. Gabriel Soares, chegando à Bahia, depois de haver naufragado nas costas de Sergipe, retira-se para o seu engenho, à margem do Rio Jaguaribe, a reunir gente, e toma sócios para a empresa, que se lhe afigurava auspiciosa. Parte, enfim, penetrando nos sertões do Paraguaçu pela vereda do mesmo Jaguaribe, cujo vale remonta até próximo das cabeceiras; passa pela Serra do Guareru, onde está hoje a povoação da Pedra Branca e aí levanta uma casa forte; segue a atravessar o Paraguaçu abaixo do lugar onde se fundou mais tarde a povoação de João Amaro e aí próximo levanta outra casa forte; envereda para o noroeste entranhando-se nas catingas ao oriente da Serra do Orobó. Faz outra casa forte no meio desses sertões entre os Paiaíás e prossegue rumo do noroeste, atravessando o Rio de Jacuípe e atingindo as cabeceiras do Itapicuru, próximo do lugar onde, depois, se fundou Jacobina. Explora as serras circunvizinhas, descobre indícios de ouro e prata no Pedra Furada, e, daí, galgando a Chapada, penetra nas campinas altas do vale superior do Rio do Salitre e por elas vai até o Morro do Chapéu, cujos sertões põe-se a percorrer em todos os sentidos, quando a morte o colheu a ele e a maior parte da sua comitiva em sítio que ficou até hoje ignorado.

Dos despojos da malograda empresa ficou para a História a vaga tradição que os anos engrandeceram e

transfiguraram na mais famosa lenda de nossa história: *as minas de prata*. Melchior Dias Moréa, destemido sertanista das margens do Rio Real, aparece, então, após oito anos de continuadas pesquisas pelos mesmos sertões, com esse lendário descobrimento, cujo segredo a ninguém jamais transmitiu. Solicitações, rogos, ameaças, prisões, nada o removeu da resolução que tomara de não deixar passar a estranhos a glória, as honras e benefícios que para si pedira em troco de seu segredo, uma ficção talvez, uma quimera, mas quem sabe também se não um segredo verdadeiro, que valia as mercês que a Corte lhe negara?

E assim passaram à posteridade, como um enigma indecifrado, essas *minas de prata* de Roberto Dias (nome de um dos sucessores de Melchior); minas mais potentes que as do próprio Potosi, mais ricas que as de ferro de Bilbáo, e com as quais se poderiam calçar todas as ruas de Madri, segundo o asseverava o malgrado aventureiro.

Era a prata o metal de estimação mais comum nesses tempos. A América, depois da conquista do México e do Peru, tinha-a espelhado abundantemente por toda a parte.

Alterosos galeões conduziam para a Europa todos os anos riquíssimos tesouros. Estavam no auge da sua produção as minas de prata de Potosi, descobertas em 1542 no Alto Peru, e de que o Brasil se separava apenas por uma linha imaginária.

Daí a crença geralmente espalhada de que a América Portuguesa também possuía muita prata; e então pelos seus sertões se procuravam vestígios dela. Do ouro quase que se não falava. As crônicas e escritos do tempo, como contos imaginosos do povo, davam à prata maior valia. Toda de prata era a encantada cidade de Manoa, cujos reflexos à noite simulavam no céu a via láctea. Também de prata são

as minas que ficaram para sempre um segredo do obstinado aventureiro descendente do Caramuru.

De prata são ainda as *serras resplandecentes* dos sertões de Porto Seguro, e que se tornaram lendárias com o nome de *Itaberabussu*.

Eis como o historiador Gandavo nos conta a origem dessa famosa lenda:

“A esta Capitania de Porto Seguro, diz o citado historiador, chegaram certos índios do sertão a dar novas de umas pedras verdes, que havia numa serra muitas léguas pela terra dentro, e traziam algumas delas por amostras, as quais eram esmeraldas, mas não de muito preço; e os mesmos índios diziam que daquelas havia muitas e que esta serra era muito formosa e *resplandecente...*”. Esta serra resplandecente que o gentio em sua língua dizia *Itaberaba-oçu*, e que a corruptela em lábios portugueses transformou em *Taberaboçu*⁵ e mais geralmente em *Sabaraboçu*, vai ser por todo o século seguinte o alvo das mais arrojadas expedições sertanejas conduzidas de São Paulo em direção ao vale do São Francisco, das quais não poucas vararam os sertões em busca de Porto Seguro ou do Espírito Santo, donde lhes vinha a longínqua tradição da *Serra das Esmeraldas*.

A lenda de *Sabaraboçu* vai ter larga repercussão entre os mamelucos de São Paulo.

Começa aqui esse período das pesquisas sertanejas, de que a expedição de 1602, do comando de Nicolau Barreto, é uma das primeiras e mais memoráveis, mas cujos feitos só se salvaram para a História nas notas de viagem de um aventureiro estrangeiro. Começa esse período das expedições longínquas para descerem índios para as lavouras ou

5 Monsenhor Pizarro nas suas Memórias escreveu ainda *Tabaraboçu*.

para buscarem minas, cujos tesouros só um século depois de porfiadas tentativas se desvendam. Um século inteiro a bater os sertões atrás de uma quimera...⁶

A bandeira de Glimer, de que temos um roteiro em latim conservado na obra de Piso e Markgraff, seria decerto uma das primeiras organizadas e levadas a efeito no tempo em que fora nomeado Governador-geral D. Francisco de Souza e o fora com a recomendação da Corte de investigar as minas que se diziam existir no Brasil. É provável que fosse ele quem promovesse essa expedição que teve lugar em 1602; sabe-se de outra parte que em 1599 o governador-geral esteve em São Paulo e aí teve notícia do que corria acerca da Serra de *Sabarabussu* (*Saboroason* de Markgraff) e suas minas de prata. Dela fez parte um holandês, Wilhelm Glimer, que vivia em São Vicente e cerca de oitenta portugueses. A bandeira seguiu pelas margens de Tietê, tomou o Paraíba depois de descer um afluente deste, transpôs a Serra da Mantiqueira, e, depois de cortar vários rios, atingiu a região vizinha do Alto São Francisco.⁷ Gastaram-se nove meses nessa expedição, que foi de todo infrutífera.

Não era pouco, porém, haver-se já desvendado, com esta e outras aventuras que se seguiram, devidas ao gênio paulista, o segredo do sertão meridional, e em que vem afinal o descobrimento das minas compensar os sacrifícios anteriores.

– *Ouro!* – foi afinal a exclamação desejada.

– Quais os itinerários mais seguidos nessas múltiplas tentativas de penetração do interior do Brasil?

⁶ Dr. Teodoro Sampaio. Memória lida no Instituto Histórico de São Paulo.

⁷ Fundado na semelhança e às vezes identidade do roteiro de Glimmer com o de Paes Leme e Fernão Dias (quase um século posterior), o Dr. O. Derby reconstituiu o itinerário como deixamos indicado.

O nosso historiador *Capistrano de Abreu* resume o comum dessas direções com as seguintes palavras que devem ser lidas diante do mapa do país:

“A parte geográfica das expedições corresponde mais ou menos o seguinte esquema: os bandeirantes deixando o Tietê alcançaram o Paraíba do Sul pela garganta de São Miguel, desceram-no até Guapacaré, atual Lorena, e dali passaram a Mantiqueira, aproximadamente por onde hoje a transpõe a E. F. Rio e Minas. Viajando em rumo de Jundiá e Mogi, deixaram à esquerda o salto do Urupungá, chegaram pelo Paranaíba a Goiás. De Sorocaba partia a linha de penetração que levava ao trecho superior dos afluentes orientais do Paraná e do Uruguai. Pelos rios que desembocam entre os saltos do Urubupungá e Guairá transferiram-se da bacia do Paraná para a do Paraguai, chegaram a Cuiabá e a Mato Grosso. Com o tempo a linha do Paraíba ligou o planalto do Paraná ao do São Francisco e do Parnaíba; as de Goiás e Mato Grosso ligavam o planalto amazônico ao rio mar pelo Madeira, pelo Tapajós e pelo Tocantins.”

Depois que em 1615 os portugueses expeliram os franceses da Ilha do Maranhão, considerou-se indispensável criar uma forte posição no Rio Amazonas; pois desde quando *Francisco Orelana* no ano de 1541 descera esse rio, muitos e vários boatos se espalharam da grande população e das riquezas em ouro das terras adjacentes, e os holandeses deram mostras de pretender conquistá-las.

Foi *Francisco Caldeira* mandado do Maranhão nos últimos dias do ano de 1615, e, na provável convicção de que no *Golfo de Guajará* estava a margem meridional do Amazonas, ali fundou no ano seguinte a cidade do *Pará*. Os ocupadores acharam em florestas extensíssimas muitas tribos de índios que se assinalavam por costumes brandos e pareciam favoráveis ao desenvolvimento da colonização.

As mulheres índias em cruzamento com os brancos deram origem a numerosa prole de *curibocas* (conforme diziam elas) ou *mamelucos* (segundo a expressão portuguesa), que vieram a ser os maiores perseguidores da raça aborígene.

Naquele tempo deviam os íncolas primitivos representar o lugar dos, ainda raros, escravos negros na agricultura e em outros trabalhos corporais; e conseqüentemente procuravam os novos colonos estabelecer-se e fixar-se no meio dos índios, o que lhes assegurava serviço certo pela astúcia ou pela força. O sistema

de reduzir os índios a escravos, quando combatidos e feitos prisioneiros em combate, ou quando se acostavam aos brancos, foi tão antigo no Brasil quanto os primeiros estabelecimentos dos portugueses nas terras de São Paulo. Em verdade haviam os reis de Portugal reconhecido a liberdade dos índios e principalmente foi por D. Sebastião no ano de 1570 e por D. Filipe II no ano de 1605 determinado em lei que somente os antropófagos e os prisioneiros em guerra declarada pelo governo deveriam ser considerados escravos, e todos os demais gente livre, não devendo ser constrangida a trabalho algum contra a vontade; mas os colonos continuaram sempre na sua caça de escravos, e sabiam apresentar a escravidão dos índios como coisa propícia e até necessária aos interesses da coroa, de modo que D. Filipe III, depois de haver feito uma lei de abolição da escravidão dos indígenas, revogou-a no ano de 1611, declarando não só perdida a liberdade daqueles índios aprisionados nas condições já mencionadas, mas até autorizando os colonos a comprar aos índios os prisioneiros destes e aconselhando a criação de colônias correcionais sob a inspeção dos brancos.

Consoante essas determinações legais, entrou para os estabelecimentos portugueses grande multidão de índios. A ambição de fazer fortuna com o tráfico levou os mais empreendedores dos colonos ao curso superior dos rios do Estado do Grão-Pará, e contribuiu em verdade, por esse modo, para o conhecimento geográfico do país.

Assim, empreendeu *Manoel Pires* no ano de 1565 e 1567 duas viagens, uma até à embocadura do Rio Negro, a outra no último rio por ele acima; e ao tempo que daí trazia mais de mil índios para o Pará tomou posse de toda aquela região para a coroa portuguesa. Logo em seguida foi posto na embocadura do Rio Negro um destacamento de soldados encarregados de apoiar naquelas terras o comércio de escravos (*Destacamento do Resgate*) e mais

tarde lançou os fundamentos da Vila da Barra do Rio Negro, cuja fortificação se fez sob o governo de *Antônio d'Albuquerque Coelho* no ano de 1671.

Daquela região foram arrastados os *Jurupixanas* ou *Jurunas* (rostos negros), raças várias, aparentadas entre si, que se distinguem por uma mancha escura do rosto (*Malha*) de tatuagem, e ainda hoje em dia em que o seu número mui significativamente diminuiu, são preferidos a outros como romeiros e bons trabalhadores. Quão considerável fora o número de índios do sertão, que eram trazidos rio abaixo, pode-se avaliar do fato que duma feita mais de mil desses desgraçados foram expostos à venda no Pará.

Muitas vezes não ocultavam os caçadores de gente a sua crueldade, e outra vez a colocariam por um perverso plano (que já havia agastado ao Padre Acuña) e que consistia em levantar cruces nas vizinhanças das aldeias indígenas, e, se essas não se achavam mais depois de algum tempo, consideravam-no ofensa ao cristianismo, servindo-se desse pretexto para a insidiosa guerra. Sucessivamente foram aqui e ali, como pontos de apoio do infame comércio, no sertão, e pelas margens do rio construídos fortes ou fazendas isoladas, e o tráfico vermelho organizou-se de maneira semelhante ao do negro na África. Onde, porém, os índios se contrapunham a esses começos de hostilidade, por astúcia ou pela força, aí terrível e sanguinolenta matança se punha por obra em guerras de extermínio.

O reverendo *Antônio Vieira*, o jesuíta voluntarioso, que tão convencida e eloquentemente defendeu o direito de humanidade dos índios, estimava na sua exposição ao rei, em dois milhões o número total dos indígenas do Estado do Grão Pará e Maranhão (que incluía a esse tempo também o Ceará e o Piauí), e afirmava que os portugueses nos primeiros quarenta anos da conquista daquelas regiões haviam destruído quatrocentas aldeias de índios.



Ainda que a primeira dessas afirmativas pareça muito exagerada, pois *André de Barros*, outro escritor jesuíta, posteriormente avaliava a população indiana apenas em duzentos mil, deve-se entretanto aceitar com segurança absoluta que aquele terrível e generalizado sistema da escravização indiana golpeou de profundas e ainda hoje sensíveis feridas a prosperidade do Estado do Pará.

Mais se enraizavam os interesses dos colonos portugueses nesse tráfico e mais viva contra ele era a reação dos jesuítas; seus esforços generosos sucumbiam, porém, ante as inclinações hostis da burguesia e das outras corporações religiosas.

Tamanho era aquele interesse que, quando, após a Restauração de Portugal, El-Rei D. João IV, no ano de 1652, quis de novo instituir a liberdade dos índios, os governadores do Maranhão e do Pará se viram coagidos a modificar aquela lei liberal, tolhidos pelo levante do povo. Foram expulsos da terra os jesuítas, e à frente até deles *Vieira* (1661), porque combatiam a caça humana ilegal que, após essa expulsão, continuou com maior vivacidade.

Por terem nela vantagem os maiores potestados da terra, que eram justamente membros da câmara, foi patrocinada sob a autoridade municipal a *entrada* dos índios de comércio, dados por prisioneiros de guerra (*Índios de resgate*), até o ano de 1679, em que foi renovada a proibição do tráfico vermelho, os jesuítas de novo repostos, e a eles entregue a administração e a cura dos índios, – medidas que francamente sempre eram altamente reprovadas pelo povo e mesmo pelas outras ordens religiosas.

Daí data para os indígenas um período favorável, pois os jesuítas fundaram numerosas aldeias onde muitas tribos de índios eram reunidas; procuraram ganhá-los pela brandura, civilizá-los e fazê-los ocupar-se convenientemente com a lavoura dos gêneros alimentícios e artigos de comércio, – e lá achavam os índios asilo contra a barbárie dos seus perseguidores. Começou-se daí por

diante a tratá-los melhor e a tê-los em maior estima. Viviam os índios entre os jesuítas sob a condição de tutelados, ao que muito se prestava a sua indolência. Em meia liberdade, e ainda próximos das matas donde os tiraram e não coagidos pela civilização das cidades, viviam comodamente assim em grandes agrupamentos e preferiam de muito essa morada às dos brancos. Era-lhes permitido em parte do ano saírem fora das aldeias; pelos trabalhos que faziam, com exceção dos que cumpriam para aumentar as provisões da comunidade, eram pagos em objetos de casa, úteis ou necessários, ou em vestidos. Eram ensinados na religião cristã e instruídos no pensamento de certos deveres para com o estado.

Indisputavelmente era essa a condição mais favorável aos índios, tanto para eles próprios como para os interesses do estado, que de tempos a tempos, por intermédio dos padres, os requisitava para os ter nos trabalhos públicos, na remagem, nas pescas etc. Também outras ordens religiosas, principalmente a dos Carmelitas, tomaram parte por igual modo na civilização dos índios, e todas se enriqueceram pela diligência deles; pois que sob a inspeção dos missionários colhiam os preciosos produtos naturais da terra que vinham desembarcar nos conventos.

Os jesuítas tinham grande número de Missões tais, ao longo da costa da terra firme, na Ilha de Marajó e no interior pelo Rio Amazonas até o extremo limite da região portuguesa, no *Rio Javari*. A situação das aldeias foi de florescimento até a extinção da ordem dos jesuítas, por cuja causa no ano de 1759 foram do Pará e Maranhão não menos de 112 jesuítas deportados para a Europa. *De La Condamine* que, pouco antes, no ano de 1741, visitou as missões ao longo do Amazonas, descreve-as como abastadas e mais prósperas que as espanholas de Mainas. Os institutos jesuíticos passaram então a outras ordens religiosas. No ano de 1718, segundo *Berredo* (*Anais*, p. 322) existiam dezenove aldeias dos jesuítas, quinze dos capuchinhos, doze dos carmelitas e cinco dos Mercenários.

Pombal, transviado talvez por informações falsas ou por arraigado ódio contra os jesuítas, pela extemporânea expulsão desses, deu, sob mais de um aspecto, sensível golpe nas importantes colônias de Portugal, e, no que diz respeito aos índios, sem dúvida alguma, preparou-lhes a ruína civil e aquela triste e irremediável condição em que hoje em dia vemos a raça vermelha nessas terras.

A escravidão negra começou com os descobrimentos portugueses na África. Foi um português, Gilianes, o primeiro que aprisionou nas Canárias alguns homens, que escravizou e trouxe a vendê-los na Europa; o Príncipe Henrique, estranhando essa crueza, mandou que o aventureiro os restituísse à pátria donde foram roubados. A ousadia do pirata, porém, foi logo despertando a cobiça de outros; a lúgubre aventura encontrou defensores e foi logo largamente imitada. Em 1442, Antão Gonçalves aprisionou vários mouros da Costa do Ouro, e só os restituiu e resgatou a troca de escravos negros, em número de dez, os primeiros que lavraram o solo europeu.

Começou assim o infame comércio. Muitos teólogos e doutores justificavam essa maldade que, parecia-lhes, estava no *jure gentium* contra os bárbaros ou era o castigo predestinado à raça de Chan e um benefício feito à multidão irreligiosa e perdida para a fé e para a civilização. Desde logo, quando descoberta a América, foram nela em 1501 introduzidos os escravos negros, a pedido de Nicolau Ovando de Hispaniola. A experiência demonstrou quanto se devia preferir o negro ativo e submisso ao índio indomável e indolente. Os próprios teólogos, defendendo com Las Casas a liberdade dos índios, ao mesmo tempo eram indiferentes ou aconselhavam a escravidão africana.



No Brasil, o escravo negro foi introduzido ao tempo dos primeiros estabelecimentos. A escravidão vermelha precedeu decerto à negra; e daquela já se fala em 1531, quando Martim Afonso concedeu a Pero de Góes permissão de levar para a Europa dezessete escravos índios; mas desde cedo na Capitania de São Vicente e em Pernambuco são escravos negros que trabalham na agricultura da cana. Deve datar pelo menos do ano de 1532. Nesse tempo os escravos índios custavam quatro mil réis cada um, e era fácil capturá-los; mas morriam em grande número, e fugiam ou eram difíceis de conter os demais. Os índios eram maus agricultores. Como escravos, serviam melhor de canoieiros, soldados e agentes da indústria extrativa. Por isso foram sempre caçados, apesar da lei, no extremo norte ou no sertão do sul. Na zona marítima oriental era preferível o escravo negro. De resto, os índios tinham seus defensores nos jesuítas e no próprio governo d'El-Rei; as restrições que cerceavam a escravização do indígena tornavam a propriedade litigiosa e, pois, sem grande valor.

A escravidão africana tornou-se a principal e, na verdade, a mais útil; com ela se instituíram as lavouras do açúcar e os vergéis e pomares das primeiras povoações.

De todos os povos o que em mais larga escala exercia o tráfico dos escravos era o português. Uma grande parte da África caíra em seu domínio. Vários pontos da costa do continente negro, e sobretudo as ilhas do mar de Guiné, Fernando Pó, Ano Bom, São Tomé, Ilha do Príncipe e mais as terras de Angola, Benguela, Moçambique estavam sujeitas ao governo português, que aí criava vassalos ou aliados entre os príncipes negros, e monopolizava o domínio dessas regiões, que eram o entreposto do comércio interior, donde também vinham os escravos. Entre São Filipe de Benguela, dependência da Angola e residência da autoridade militar e de um ouvidor, e as terras de sudoeste e leste dos presídios de Caconda, Ambaca, Canjango etc., estabeleciam-se portugueses

que lavraram plantações para alimento dos negros que escravizavam, e ainda faziam mais o comércio do marfim e outros produtos. Dessas fazendas, aqui e ali dispersas, foram ousados aventureiros penetrando até a *contracosta* oriental; o fruto dessa travessia era a captura dos grandes negros, de compleição fortíssima e pele escura, os *Cacimbos*, os *Xexys* (*Gêges*) e os *Xingas* ou *Gingas*, que, embarcados em São Filipe de Benguela ou em *Novo Redondo*, vinham para qualquer destino da América.

Igualmente entretinham os portugueses de Luanda (que haviam organizado em colônia), grande comércio com o interior, donde desciam os escravos da *Angola*, isto é, embarcados, em geral oriundos das nações dos *Ausazes*, *Bembas*, *Gingas* e *Tembas*, os quais (exceto os primeiros) já conheciam a língua portuguesa e eram dóceis e de boa índole. Na região do Norte (Congo e Zaire) não tinham vassalagem os portugueses; mas os navios negreiros penetravam no Golfo de *Cabinda*, onde, ancorados, recebiam os escravos dessas terras; esses são conhecidos no Brasil com o nome de *Congos* ou *Cabindas* e pertencem a nações pela estatura e corpulência inferiores aos outros mencionados; são preferidos para o serviço doméstico.

Do lado oriental, da *contracosta* o tráfico é ainda muito importante; os escravos são levados até Moçambique, onde embarcam. Esses pretos são conhecidos com o nome de *Mossambiques* e são da nação *Macuas* e *Angicos*; adaptam-se dificilmente ao serviço no Brasil e a mortandade deles é grande.

Em tempos mais antigos para as capitânicas do Norte, Pernambuco e Maranhão, vinham negros das ilhas de Cabo Verde, de Cacheu e Bissau; mas esse comércio foi diminuindo, e cessou depois que, nos lugares nativos, tornados livres e escasseando o número viveram sob a proteção da coroa.

Os mais conhecidos dos negros no Brasil, diz Varnhagen, eram os provindos de Guiné (em cujo número se

compreendiam *berberes, jalofos, felupos, mandingas*) do Congo, de Moçambique e da Costa de Mina *donde eram o maior número dos que entraram na Bahia*, que ficava fronteira e de mui fácil navegação; motivo por que nesta cidade tantos escravos aprendiam menos o português, entendendo-se uns com outros em *magô* (língua Yoruba).

Tais eram as fontes da escravatura. Mas o que excede ao poder de qualquer imaginação é a narrativa hedionda desse comércio, os crimes e as atrocidades que nele se cometiam.

A *escravidão* para as nações negras era a pena de quase todos os delitos; o pai podia vender os filhos, o juiz (*o sova*) podia condenar qualquer à escravidão; o rei podia escravizar os vassalos e a guerra podia escravizar a todos. Desse princípio bárbaro (cuja execução facilitavam ou procuravam originar) aproveitavam-se os traficantes comprando e resgatando a ímpia propriedade. Desde logo a cobiça dos pais, o arbítrio dos reis e dos *sovas*, e o direito da guerra convulsionou como um terremoto todo o sertão negro; as famílias se desmembram, as rixas se multiplicam, as guerras se ateiam, a caça humana se institui; o *resgate* dos negreiros é apenas o triste epílogo das grandes conflagrações, cujo rastilho eles acendiam de longe na foz deserta dos rios ou à beira do Oceano.

Com isso se desculpavam dizendo ser a escravidão mais um negócio africano do que deles traficantes.

As infelizes vítimas do arbítrio e da cobiça negra trocam-se pelas *missangas* de vidro, pelo *pano* da Costa riscado, principalmente pela cachaça e pelos facões de aço, e tudo era estrume que daí a pouco havia de multiplicar a colheita próxima. Os órgãos desse tráfico são os *Funidores*; às vezes lhes dão o lúgubre apelido de *Tumbeiros* porque frequentemente mais carregam cadáveres que seres vivos.



São os *Tumbeiros* que de presídio a presídio levam o bando de escravos, que por sordidez vão nus, e marcados a ferro em brasa com o *carimbo*, para o caso de fuga; ajoujam-os pelo pescoço com a pesada cadeia, o *libambo*, em caso de rebeldia. Muitos dos miseráveis, famélicos e cansados, sucumbem na dolorosa marcha e principalmente porque a alegação da moléstia para o *tumbeiro* é sempre sinal de manha ou mentira.

Afinal, são embarcados. A coroa portuguesa cobra por cada cabeça a sisa de dezesseis cruzados e meio. No navio amontoam-se quatrocentos, quinhentos no porão. De dia sobem à coberta para o banho e para dançar, de cada vez uma porção de negros, e logo depois descem ao porão escuro, onde são guardados e vigiados.

Esses hábitos são ordenados em vista da higiene e interesse privado. No porão, a mortalidade é grande; na coberta, o risco de perder os que se atirariam ao mar é maior. Por isso instituem essas danças lúgubres para arejar a carniça e distender-lhes os membros que o torpor e a melancolia paralisam. Em 1569, Fr. Tomas de Mercado descrevia já as cenas horripilantes do tráfico, o tratamento de muito mais crueldade que o que usam os turcos com os cristãos cativos.

A esse duro trato escapam as mulheres e crianças que, por não inspirarem suspeita, viajam na coberta e, por isso é dessas menor a mortandade.

A bordo, a luta é pelo ar, pelo espaço, pela alimentação que é nula e corrompida pelos dejetos.

Amontoados uns quase sobre outros, sem a luz solar, sem roupas, sem o mais mesquinho conforto, é maravilha que escapem à morte.

Uma moléstia estranha, que é a saudade da pátria, uma espécie de loucura nostálgica ou suicídio forçado, o *banzo*, dizima-os pela inanição e fastio, ou os torna apáticos e idiotas. Em todos os



carregamentos de escravos, na estreita travessia do Atlântico entre a África e o Brasil, a morte cobra um imposto excessivo.⁸

Um desses quadros fantásticos de maldição pinta-o com cores indeléveis o poeta dos escravos:

*Legiões de homens negros como a noite
Horrendos a dançar.
E ri-se a orquestra irônica e estridente...
E da ronda fantástica a serpente
Faz doidas espirais.
Qual num sonho dantesco, as sombras voam...
Gritos, ais, maldições, preces ressoam...⁹*

Chegam afinal ao Brasil, em cujos portos descem e acampam no oitão dos *trapiches*, de tangas, seminus ou esfarrapados e alguns agonizantes. Se não em viagem, às vezes aí o *mal de Luanda*, o *sarampão* ou as *bexigas* os devastam. Aí são vendidos segundo a figura e a compleição, para os engenhos ou para a cidade.

Força é confessar que de toda essa jornada de horrores a escravidão no Brasil é o epílogo desejado para os escravos. Daqui em diante, a vida dos negros regulariza-se, a saúde refaz-se e com ela a alegria da vida e a gratidão pelos novos senhores, aqui melhores que os da África e os do mar. Sem dúvida alguma, ainda muitos dos horrores e crimes

8 No século XVI, escrevia Fr. Tomás de Mercado: uma nau de Cabo Verde para o México levou *quinhentos*; após uma noite amanheceram mortos *cento e vinte...* e antes de chegarem morreram quase *trezentos*.

Com o correr do tempo as coisas pouco melhoraram. Temos estatísticas de 1817 e outros anos. A média da mortalidade é um décimo dos transportados. Mas há casos excepcionais, em que a mortalidade é da metade e mais ainda (Vide Martius, *Reise in Bras.*, 1, 2, 667).

9 Castro Alves – fragmento dos *Escravos*.

ressurgem no cativo novo, e aqui e ali, não falham, entre senhores cruéis, rigores monstruosos.

A escravidão, porém, sempre era corrigida entre nós pela humanidade e pela filantropia. Se os negros não tiveram, como os índios, em favor deles, a voz onipotente da Igreja, tiveram ao menos o espírito cristão e a caridade própria da nossa raça. Não foram entretanto raras as vozes dos bispos e dos padres jesuítas em favor da raça maldita. Já no século XVII Vieira condena a escravidão dos negros e repara do púlpito que em outras terras o homem comercia, semeia e colhe, as mulheres fiam, e aqui o comércio é o da carne, que os homens geram e as mulheres amamentam. “Comércio desumano e diabólico.” O Padre Manoel Ribeiro Rocha escrevia em 1758 que – todo o comércio da Angola, Guiné e Cafraria era *ilegal* e deveria ser condenado como pecado mortal contra a caridade e a justiça universal. – E ajuntava esse nosso primeiro abolicionista, que cinco anos de servidão deviam bastar para reintegrar esses prisioneiros negros na liberdade.

Desde os primeiros tempos da colônia o sentimento da filantropia trabalha em favor dos negros. Costumes belíssimos instituem-se entre os senhores; como o de *apadrinhar* os remissos ou fugitivos, o que impede o castigo, e nenhum senhor viola. O costume de ceder um dia ou dois (sábado e domingo) ao trabalho do negro é confirmado mais tarde por lei (1700) e também o reconhecimento da propriedade privada do escravo. Outro costume é o de *alforrias na pia*, o que se fazia com uma espórtula insignificante (de 5\$ a 50\$) que nunca era recusada; esse hábito era frequente, sobretudo quando as crianças traziam a pele mais clara. A religião concedia-lhes uma parte no culto, e santos negros (São Benedito e N. S. do Rosário) protegiam irmandades

numerosas de pretos. A própria afinidade de raça, entre os negros, fazia-os reunir em sociedades, onde, revivendo os costumes africanos, tinham reis e vassallos e exerciam autoridade uns sobre os outros, até o limite que a civilização dos brancos permitia. Essas associações, que existiam no Brasil como no Haiti, foram sempre impossíveis na América do Norte, onde o negro, mesmo depois de livre, vive segregado e não merece consideração social em grão de qualquer natureza.

Aqui escolhiam sempre um dia de festa, com permissão dos senhores, para celebrar a coroação do *Rei do Congo*, festa que eles faziam coincidir e confundir com a católica dos *Três Reis* celebravam então a *chegança*, com a simulação de navios de guerra e fortins portugueses; e para esse aparato os senhores ofereciam recursos.

A prova da nossa filantropia era demonstrada por esse regime dos bons costumes. Nunca tivemos, como os ingleses e franceses, um *Código negro*.

Os negros das Ordens eram bem tratados, arrogavam-se só escravos dos santos respectivos, e por isso não podiam ser vendidos.

Nas fazendas, agrupavam-se em famílias, senão no sentido da lei, ao menos da religião. Usavam o sobrenome do senhor, e eram por eles estimados, sobretudo quando criados dele. Era frequente o costume de alforriar em testamento de todo ou sob condição os bons escravos e recusar o dinheiro da alforria que o negro pouco a pouco ajuntava para redimir o cativo. A *emancipação* não era, pois, entre nós, como nos Estados Unidos, impedida ou regulada por lei; era negócio particular entre o senhor e o escravo, e aquele se satisfazia frequentemente com a 3ª e 4ª parte do valor legal. Ainda mais. Os próprios negros que não podiam agradecer

aos seus donos tinham o direito de *procurar senhor*, e assim mudar de cativo.

Todos esses costumes testemunham em favor da nossa índole e liberalidade.

Não é nosso intento fazer a apologia da escravidão, cujos horrores principalmente macularam o homem branco e sobre ele recaíram. Mas a escravidão no Brasil foi para os negros a reabilitação deles próprios e trouxe para a descendência deles uma pátria, a paz e a liberdade e outros bens que pais e filhos jamais lograriam gozar, ou sequer entrever no seio bárbaro da África.¹⁰

10 Ao findar o século XVIII, ainda não repercute no Brasil a voz do *emancipacionismo* que já treveja nos países cultos da Europa. Ao contrário, mesmo em 1808, num opúsculo, o Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho justifica a dupla escravidão dos índios e dos negros, como oposição à senha dos novos filósofos. Em compensação, o passado dos “filantropos ingleses” não é muito glorioso. Depois dos portugueses (cujo rei apenas tolerava o tráfico) foram os ingleses os maiores traficantes de escravos; a sua *Companhia Africana* foi fundada em 1672 por Carlos II, e entre os seus acionistas estava o Duque de York, depois rei da Inglaterra (Jaime II).

Ao abrir-se o século XVII a questão capital para os paulistas era a escravização dos índios que, como ao norte, também abrasava o sul.

Nessa era chegava ao auge. Não podiam suportar os agricultores e colonos a presença de tantos índios nos aldeamentos dos jesuítas aos quais com um simples aceno de força poderiam coagir ao trabalho, senão escravizar totalmente. Sob pérfidos pretextos procuravam atrair os indígenas, regulando salários ou outras recompensas; mas os jesuítas, percebendo bem o alvo que miravam e que um resto de escrúpulos fazia mascarar com a aparência de bons propósitos, sempre se opunham aos planos da má-fé dos colonos. Organizaram-se então com desusado aparato as grandes caçadas de índios, os *descimentos* a ferro e centenas e milhares de escravos que, arrancados à liberdade nativa, em grande parte desapareciam pela morte voluntária ou se manchavam em vinganças sanguinolentas quando escapos aos mercados de São Paulo e Rio.

A Companhia de Jesus reclamava e embalde protestava, embora só pedisse o cumprimento das leis. Em breve, as terras de São Paulo, com as suas florestas vascolejadas até os ínfimos esconderijos, rarefeitas pelo terror ou pela fuga, ficaram desertas; tornou-se forçosa aos conquistadores a exploração extrema, até o Paraná e em mais largo âmbito ainda não percorrido.

Na direção do sul, porém, vieram os paulistas a encontrar-se de novo com os seus eternos antagonistas; os jesuítas espanhóis já dominavam com suas missões os rios Paraguai e Paraná; lá floresciam duas povoações espanholas, a *Cidade Real de Guaíra*, na foz do Piquiri, e *Vila Rica*, no Ivahy, entre as quais estava a região semeada, como oásis de paz, de missões prósperas, alegres e numerosas de índios. Exasperados ficaram os paulistas ao ver nessas aldeias o eterno estorvo da infame caçada e asilo agora concorrido da raça perseguida, que as procurava como santuário, onde teria seguro abrigo contra a onda escravista. Os escrúpulos antigos quanto aos aldeamentos de São Paulo, que a bandeira nacional protegia, agora já não tinham mais razão de ser para os caçadores. Guerreavam estes de *motu proprio* e sem o conselho, mas com ciência das autoridades e mesmo contra as antigas ordens reiteradas do governo contrárias ao tráfico. A questão foi exclusivamente voltada contra os jesuítas que os colonos espanhóis, também coniventes, por idênticos motivos, não se dispuseram a defender. Ano a ano, expedições paulistas se organizavam para aniquilação sucessiva da série de missões do Paraná; a primeira ameaçada foi a da Encarnação, 1628; nas cercanias desta e de outras eram capturados os índios que acaso saíam fora dos redutos.

Em 1629 partiam mil paulistas e dois mil índios, aliados sob o comando do famigerado escravista *Antônio Raposo*. Abandonado do governo paraguaio, interessado também na escravidão, os jesuítas só contavam consigo próprios, quando chegou precedida de ímpia fama a numerosa expedição paulista, e exigiu da missão de Santo Antônio a entrega de um prisioneiro que, fugindo do comboio dos escravos, nela se havia asilado... O Padre Mola que dirigia o aldeamento, respondeu que um homem livre e sob a proteção do rei não podia ser entregue à escravidão.

Fora o bastante. Na manhã seguinte caíram de chofre em bandos os paulistas sobre a missão; rogos e súplicas dos padres não

os moveram da carnificina, de que ainda escaparam os fugitivos; e sobre os cadáveres dos que resistiram viu o Padre Mola, os olhos rasos de lágrimas, ruir com fragor as últimas cabanas que o incêndio consumia.

Já consumada a destruição, e quando ainda fumegavam as aldeias destroçadas, partiu o lúgubre préstito dos vencidos – homens, mulheres e crianças, sob o açoite dos conquistadores.

Assim mais tarde queimaram outras missões, San Miguel, Jesus Maria, San Pablo, São F. Xavier e quantas havia pelos vales do Paraná. Entretanto, seguindo o rasto dos escravistas, amparando os moribundos abandonados e apanhando os índios que caíam desfalecidos na marcha, vieram dois jesuítas, os Padres Mansila e Manseta, testemunhas do abominável sucesso, pedir justiça às autoridades civis de São Paulo e do Rio, que, coniventes, não acharam mais que as boas palavras da resignação e da paciência para lhes desfazer o agravo.

Desamparados com a inutilidade e desproveito de suas queixas, partiram os padres para a Bahia, onde os ouviu o governador-geral, o Conde de Miranda; impossível era restituir os escravizados já vendidos e dispersos; todavia ordenou uma devassa. Mas, ao voltarem os jesuítas a São Paulo, maiores desacatos os esperavam da parte da colônia impenitente; foram presos pela população amotinada ou enfurecida; o comissário da devassa ordenada aterrorizou-se e fugiu. Os dois jesuítas, uma vez soltos a pedidos e rogos dos seus irmãos do Brasil, voltaram sem outra consolação que a de ter cumprido até o extremo o dever que lhes ditara a consciência.

A impunidade dos paulistas persuadiu-os a continuar na obra satânica; todas as regiões habitáveis foram batidas, e, dentro em pouco, das missões do Paraná não restavam mais que desoladas ruínas. Mais tarde vieram às mãos com os espanhóis das duas

202

idades, que tiveram o mesmo destino, e assim toda essa região, embora deserta, foi incorporada a São Paulo e portanto ao Brasil pela inulta conquista.

Não descansaram os jesuítas nem puseram à margem a causa dos índios, e tanto menos quanto os paulistas, insaciados com a região que haviam já expurgado, faziam grandes correrias até o Uruguai.

Cansados das soluções tímidas e indecisas dos governos da colônia, dirigiram-se diretamente Ruiz de Montoya a Filipe IV, em Madri, e Dias Tano ao Papa Urbano VIII, em Roma; os dois soberanos renovaram e revigoraram as leis e bulas já dadas contra a escravização dos indígenas, fazendo-as extensivas à região do Prata. No Rio de Janeiro a vitória dos amigos do selvagem excitou estranha cólera; os escravistas amotinados assaltaram o colégio dos jesuítas e estes seriam mortos naquele momento se não fosse a intervenção do governador, que prometeu alcançar dos padres o não se intrometerem nas questões dos agricultores e mercadores de escravos.

Ainda pior sucedeu em São Paulo, foco de tais desregramentos. A bula de Urbano VIII, quando lida em público pelos jesuítas, levantou a população dos colonos em grande e formidável tumulto, que acabou por arrancar da residência os padres e expeli-los da terra (1640); a intervenção do governo conciliador do Rio veio exacerbar os ânimos sem proveito para a concórdia comum.

Nesta data havia já Portugal restaurado a monarquia, notícia auspiciosa para toda a colônia, mas que foi recebida com frieza e absoluta indiferença pelo mestiçamento e pela heterogeneidade de outros povos adventícios, de modo que o *lealismo* à coroa portuguesa era neles um sentimento desconhecido e talvez mesmo antipático. Para tal estado de espírito contribuía· as liberdades de ação que haviam por inata ousadia conquistado e ainda os recentes sucessos que os traziam desgostosos da ação moralizadora dos

jesuítas e do estado. Parece que pensaram, nessa crise, em se tornar independentes e em constituir um reino (antes e de fato, uma república aristocrática), pelo que escolheram um rei em Amador Bueno, lavrador rico e estimado, de origem espanhola aparentado com as famílias mais importantes da terra e que gozava de extensa popularidade. Os povos, com grande alarido, aclamaram-no; ele não ousou, porém, aceitar a coroa que lhe ofereciam. Com a sua obstinada recusa, foram-se apagando as veleidades da revolução separatista e acabaram todos aclamando a D. João IV.

Continuou, não obstante, a anarquia, porque a força do Governo do Rio, apenas limitada ao litoral, não tinha meios de galgar o então quase ínvio declive que o separa do planalto de São Paulo; teve que *tratar* com os poderosos representantes de São Paulo e dobrar-se às exigências deles, não sem injúria do decoro de sua nominal autoridade. Os paulistas comprometeram-se a obedecer às ordens d'El-Rei, reservavam-se o direito do que eles próprios faziam questão: a exclusão dos jesuítas e regulamentação do que dissesse respeito aos índios. Ganharam assim grande mas bem triste vitória.

Certo, esses resultados eram provisórios e de Lisboa é que dependia a última palavra. D. João IV restabeleceu os direitos conculcados dos jesuítas (1643), mas tão difícil fora restabelecê-los que só de fato dez anos pôde a companhia reaver, já amortecido e quase nulo, o seu domínio nas terras paulistas.

(Estado do Maranhão)

Depois dos infelizes acontecimentos que impossibilitaram a primeira colonização, e da guerra dos franceses e da iniciativa da insurreição contra Holanda, o *Maranhão* gozou dalguma tranquilidade e renasceu o impulso do antigo desenvolvimento.

Pequenas questões de limites com os franceses estabelecidos agora em Caiena e outros atritos de igual motivo com a Colômbia e Peru nunca chegaram a caráter de relevância.

Grande causa de perturbações, porém, foi como em quase todo o Brasil a eterna questão dos índios, em cuja proteção com as leis de Deus e do rei gastaram os jesuítas toda a energia moral de que eram capazes. De modo nenhum, já o vimos há pouco, queriam os colonos sujeitar-se aos princípios de humanidade que, ao menos a respeito dos índios, a religião e o governo civil tinham já adotado, e mesmo só consentiram que os jesuítas se estabelecessem no Maranhão sob a promessa de se não envolverem com aquele odioso problema. Muitas foram as leis que se decretaram acerca da melindrosa questão, mas eram aqui como alhures sofismadas quando não abertamente esquecidas. A Lei de 1611 (que renovava os princípios da de 1574) autorizava a escravização do índio turbulento preso em guerra justa ou o resgate do prisioneiro de outras tribos já condenado, como era uso entre elas, à morte. Essa lei favorecia os planos tenebrosos da escravidão – porque havia

sempre pretexto para realizar o resgate e fazer a guerra e dá-la por justa; à sombra dela cresceram tanto os abusos que a Lei de 1652 procurou extirpá-los proibindo a escravidão e proclamando a liberdade dos índios.

Vimo-lo já quando tratamos da legislação a respeito da raça oprimida.

Ao sabê-lo, enfureceram-se os colonos do Maranhão, já comprometidos em grandes empresas e negócios. Quando o novo governador-geral, Baltazar de Souza Pereira, publicou o ato, os colonos de São Luiz levantaram-se em rebelião, e, pegando em armas, reuniram-se na Praça do Mercado. Para coibi-los foi de mister suspender a execução da lei. Idêntico tumulto houve em Belém e as duas cidades combinaram em apelar para o rei enviando procuradores a Lisboa.

Não era regular esse procedimento, que entretanto a autoridade não sem vexame suportara com o fim de evitar maiores desacatos.

Foi nesse momento (1653) que desembarcou no Maranhão um homem extraordinário, grande defensor da raça oprimida, o Padre *Antônio Vieira*, o orador maior e um dos mais hábeis diplomatas do seu tempo. Abandonara os favores e valimento da corte e contra a vontade do rei, para vir aqui com grandes esperanças satisfazer a sua vocação de missionário. Encontrou o Maranhão lavrado da discórdia: “não há aqui quem instrua, diz ele, mas há todos que escravizam”. As perversidades e cruezas que então praticavam com o tráfico eram inauditas, e a menor delas, por menos aflitiva, era o assassinio. O primeiro sermão do Padre Vieira em São Luiz, concorrido pela curiosidade universal de ouvir o grande pregador que deleitava a corte com os primores da sua palavra, marca o início da perigosa resistência:

No nosso Evangelho ofereceu o demônio (dizia ele) todos os reinos do mundo por uma alma; no Maranhão não é

necessário ao demônio tanta bolsa para comprá-las todas... Basta acenar ao diabo com um tijupar de pindoba e dois tapuias e logo está adorado com ambos os joelhos. Oh que feira tão barata! Negro por alma e mais negra ela que ele! Esse negro será teu escravo esses poucos dias que viver; e a tua alma será minha escrava por toda eternidade, enquanto Deus for Deus. Este é o contato que o demônio faz convosco!

Pouco a pouco Vieira mostrava a perdição eterna dos homens que retêm e não restituem as liberdades alheias; aludia à lei do monarca anunciada pelos tambores e agora a da religião pelas trombetas da fé.

O efeito foi extraordinário. O governador, os colonos e os padres todos se ajuntaram para compor um acordo acerca da escravidão dos índios; e cada um dos que retinham em casa escravos, envergonhados do crime, os restituíram à liberdade.

Mas devia de ser efêmera essa impressão sentimental, e Vieira, grande conhecedor de homens, bem o percebeu. Sem poder destruir a escravidão, tratou de humanizá-la, promovendo o plano de deixar aos índios do serviço doméstico a opção pela liberdade e agrupar os do interior em missões e aldeamentos, que até então não existiam aí, e como servos do estado podiam ser cedidos aos colonos por tempo certo e mesquinho salário. Evitava-se de tal modo o enraizamento do princípio nefando e abria-se uma porta à redenção do velho abuso.

Essa obra, precária diante da cupidez e dissolução dos costumes, abateu com um golpe dado pelo rei que, ignorando os sucessos da pregação recente, atendeu aos procuradores de Belém e São Luiz. Todo o trabalho de Vieira parecia assim inutilizado.

Não descansou, porém, o missionário na sua obra de filantropia, e logo pôs em ação a eloquência própria e o influxo que exercia na corte. Embarcou para Lisboa e, com habilidade e recursos



que só ele possuía, obteve do rei a Lei de 1655 que favorecia a sua propaganda, e entregava a Vieira a direção da reforma que nela se continha; mais ainda, a essa lei e por pedido de Vieira seguia-se a nomeação de André Vidal de Negreiros, o herói da guerra pernambucana, para governador do Maranhão, com o qual contava reduzir os colonos à obediência. André Vidal homem religioso e leal, era um entusiasta dos projetos do célebre jesuíta.

Voltou Vieira para o Maranhão, onde encontrou já o novo Governador do Estado. A ação combinada de ambos não pôde contudo desarraigar o entranhado abuso. Senhores de escravos eram todos, funcionários, juízes, padres e religiosos, só com exceção dos jesuítas; todos os crimes neste particular eram absolvidos, e, por muitos, incitados. Fazia-se, pois, do pio proselitismo uma arma de combate contra os jesuítas. E, contra eles, não hesitaram em empregar a força.

Os jesuítas tinham-se estabelecido no Gurupá (Amazonas), donde dirigiam as missões no interior; para livrarem-se da vizinhança incômoda, uma vez os rudes caçadores de gente fizeram embarcar à força os padres que aí estavam e os recambiaram para Belém. O governador, é certo, castigou os desalmados e baniu-os do Maranhão, não sem prudência; mas o castigo, por frouxo e vacilante, longe de intimidar, excitara a cólera dos correligionários.

Nesse meio tempo (1665-1669), a obra das missões produzia os seus frutos. Os índios de Marajó, outrora duramente perseguidos, nas suas umbrosas aldeias recebiam agora sem rancor a civilização; a conversão irradiou de Belém pelo Tocantins, de Gurupá pelo Xingu e Tapajós acima; outras missões numerosas foram povoando o extensíssimo curso do Amazonas. Na região oriental do estado, no Camocim e na Serra de Ibiapaba pela primeira vez ouviu-se o Evangelho nos aldeamentos das tribos, agora entregues à agricultura e à paz.

Poderia decerto Vieira orgulhar-se da santa empresa!

Os colonos submetiam-se de mau grado, sabendo que Vieira exercia grande poderio no ânimo de D. João IV. Com a morte do régio protetor (1656) e a saída de Vidal de Negreiros animou-se a audácia dos descontentes, cujo número avolumou com o novo curso das coisas.

O senado de Belém punha-se à testa dos escravistas, e numa carta a Vieira insinuava as excelências da escravidão. Nomearam-se novos procuradores para representar ao novo rei sobre a eterna pendência.

Foi quando um monge vindo de Lisboa, de má-fé tornou públicas algumas cartas particulares de Vieira, onde se pintavam com cores negras mas exatas as misérias morais da colônia. Então o povo, açulado pelos detratores dos jesuítas, levantou-se em grande tumulto, que o governador não soube ou não pôde reprimir, e, arvorando-se com os seus tribunos ou *juízes* que escolheu tumultuariamente em soberana autoridade, assaltou e destruiu o colégio dos jesuítas, prendeu e deportou a todos os padres da companhia. O Padre Vieira, nesse momento em Belém, quis deter a obra satânica dos revolucionários, mas debalde; não foi ouvido; antes, maltratado e preso, foi expulso perpetuamente do território.

Caiu então e estado em anarquia crônica, a que dava ainda maior realce um ou outro momento de tranquilidade obtida à custa da degradação do governo diante do juiz do povo, logo escolhido, ou do Senado da Câmara. Vieram de novo os jesuítas, mas sem garantias e sem o poder de intervenção no que os colonos chamavam por eufemismo os negócios leigos, para encobrir com aquela obnoxia expressão a licenciosa imoralidade.

Pouco a pouco, com a revelação das terras do oriente e da América, o comércio estreito do mediterrâneo se foi tornando universal. Todas as nações disputam, a ferro e a fogo, o intercâmbio das mercês e dos metais, ao passo que Portugal e Espanha guardam pelo regime do monopólio as riquezas, cuja posse os demais povos cobiçam. As nações europeias de então atravessavam períodos difíceis, que favoreciam aquele sistema exclusivista; a guerra de religião assolava a Europa no século XVI, e particularmente a Inglaterra desfalecia, desde quando dilacerada pela guerra civil entre as casas de York e de Lancaster. O século acabara com a absorção de Portugal. O regime do monopólio com a Espanha triunfava, pois, do mundo inteiro.

Tamanho Império logo cedo se desmembrou aos golpes dos holandeses e o destes, por seu turno, aos golpes da Inglaterra renascida, a quem cabe afinal o cetro do Império colonial. Nessa luta os holandeses perdem o domínio da África e da Índia; os portugueses perderiam igualmente o do Brasil, se o tratado de Methuen, que foi a queda do poderio português, não fosse também a medida de salvação que preservou o Brasil da expansão imperialista inglesa. De fato as vantagens do monopólio português passaram aos ingleses e eis a razão porque, tendo tido no século XVII um Brasil

holandês, não tivemos no século XVIII outro Brasil inglês, que seria um resultado retumbante da história, como foi o resultado silencioso mas proveitoso da diplomacia. A nova colônia que a diplomacia inglesa alcançara poupava ao menos o dispêndio, a vária fortuna, as lutas do patriotismo ofendido e a publicidade da guerra.

A Inglaterra tornou-se, diz Scherer,¹¹ o banco de Portugal; tomava-se a 3% em Londres e empregava-se a 10% em Lisboa.

As importações inglesas excediam as exportações de Portugal em cerca de *um milhão esterlino*, pago em ouro do Brasil, porque a Inglaterra não recebia produtos (açúcar, tabaco etc.), que tinha nas suas colônias. O câmbio de Lisboa caiu a 15% com esse desequilíbrio; as casas inglesas em Portugal tomaram conta do comércio interno. As *frotas do Brasil*, das Companhias de Comércio, *são inglesas* de fato, ainda que não *figurem nomes senão portugueses*. Calcula-se em *2 bilhões e 400 milhões* de francos o ouro exportado do Brasil, no período de 60 anos que se seguiram à descoberta das minas, soma que passou quase toda aos ingleses, porque em Portugal a circulação apenas era de 15 a 20 milhões e o país devia 72.

Foram, pois, as minas de ouro do século XVIII, isto é, as minas do Brasil que, quanto podiam, colaboraram na prosperidade atual da Inglaterra.

Por essa razão é que o monopólio do século passado não ressuscita uma nova Holanda nas nossas praias. Desde que o ouro emigra para a Inglaterra, para que a conquista? A herdeira do domínio holandês nos mares não havia mister de tais esforços.

11 Hist. do Comércio, II, IV.

Pombal tentou deter, no declive extremo, a decadência do poderio comercial português; mas as medidas autoritárias de que lançou mão, vistas num tempo como o de hoje, parecem menos despóticas do que errôneas; justifica-as, entretanto, o patriotismo do grande estadista ou a ignorância coeva nas questões econômicas.

Nos primeiros tempos, o Brasil tinha um comércio relativamente livre de peias; o estrangeiro, sob certas limitações, podia estabelecer-se nas povoações, e em 1579, entre Santos e Londres, abria-se o comércio livre que cessou todavia dentro em pouco.

Com o domínio espanhol, agravou-se o regime fortemente exclusivista.

Voltando a considerar o regime colonial, a exemplo da Holanda, Portugal resolveu criar iguais companhias de comércio, que, assegurando o monopólio, estavam pelo número de seus navios mais aptas para a defesa das mercadorias através dos mares e em condições de perseguir o contrabando e fraudes do comércio livre.

A *Companhia Geral de Comércio* foi instituída em Março de 1649 para durar por vinte anos e, acabados eles, por mais dez, se fosse isso desejo dos que a compunham. Recebeu por armas a esfera armilar de Dom Manoel. Devia mandar ao Brasil por ano duas esquadras de comboio, composta cada uma de dezoito navios de vinte peças pelo menos.

A companhia era formada de acionistas dos quais nove eram deputados ou diretores, e os que possuíam nela empregados dez mil cruzados tinham o gozo de imunidades e privilégios, isenção e independência dos tribunais, ficando apenas sujeitos ao parecer da coroa. Podia a *Companhia* alistar tropas de mercenários e até oficiais do exército real. Todas as mercadorias embarcariam nos seus navios, tanto a

exportar como a importar, pagos os prêmios de transporte regulados de antemão. Em especial, porém, só a companhia podia vender na colônia os gêneros de grande consumo, como o vinho e outros; a esse privilégio juntara outro, iníquo, de proibir no Brasil o preparo de gêneros que pudessem lesar por substituição as vendas privilegiadas. Assim, proibiram o *vinho de mel* (a aguardente), o que excitou grandes reclamações que afinal triunfaram da iníqua proibição. Era essa a bebida da gente pobre e dos escravos e tinha nos engenhos largo consumo. Os quatro *gêneros estancados* eram *farinha de trigo, vinho, bacalhau e azeite*. Exceto o vinho, não tinham, de fato, sucedâneos na colônia e eram ao demais de preço fixo.

Substituiu-se assim o antigo monopólio da metrópole pelo monopólio de uma sociedade particular que reduzia os produtores e consumidores brasileiros a perfeita escravização. O mesmo fez a Inglaterra com a sua colônia do norte da América, e se nela não cobrava impostos diretos também não pagava os serviços da religião nem da administração. O monopólio português era muitíssimo mais suave, sem embargo dos vícios e prejuízos que trouxe consigo.

Houve grandes abusos nesse monopólio e deram origem a motins que no momento oportuno registraremos. Logo no começo a Companhia, sem dados estatísticos, avaliou mal o consumo da colônia e provocou uma grande carestia de víveres essenciais.

A guerra da Holanda ainda durara por esses tempos mais dois anos, e o inimigo tomara 37 navios da empresa; isso fez sem dúvida agravar as condições do monopólio para ressarcir pela extorsão o que pelo infortúnio perdera.

Não foram melhores as outras companhias que mais tarde se criaram, no tocante ao regime de exceção. Mas à

Companhia do Grão Pará e Maranhão, do tempo de Pombal, instituída em 1755, atribui-se a prosperidade real das capitâneas de que trazia o título; atribuição feita com pouca justiça e critério porque essa boa fortuna proveio da guerra da independência da América; o Maranhão tornou-se o empório do algodão.¹² Ainda nos confirma nesse parecer o fato de que a *Companhia de Pernambuco e Paraíba*, fundada quatro anos depois, tanto mal causou que, como a outra, foram extintas.

12 Deu-se o mesmo fato no século passado com a guerra da *secessão*, que criou a prosperidade efêmera da indústria do algodão em várias províncias.

A *Companhia do Comércio do Maranhão*, que tinha o monopólio da exportação e importação, logo depois de ser fundada (1682), tornou-se antipática ao povo, a quem servia mal e abusivamente.

Resolveram os colonos reagir contra o monopólio odioso e, amotinados, acharam um chefe na rebeldia de Manoel Bekman, de espírito bem dotado, grande e rico proprietário, que já por velhos motivos se achava desavindo com o governo colonial.

Aí nas suas terras celebraram os rebeldes reuniões secretas destinadas a subversiva propaganda e de onde escreviam cartas e boletins adrede espalhados a fim de acender a revolta por todos os pontos. Encontraram sectários mesmo no púlpito, onde se aconselhou abertamente a sedição.

Assim se foi preparando a indisciplina que o mal-estar do momento agravava.

Quando já não era mais discretamente possível contê-la, apareceu em São Luiz Manoel Bekman, com mais de 60 cúmplices, e, aproveitando a presença do povo numa procissão religiosa que se fazia na noite de 24 de fevereiro (1684), formou uma grande reunião popular que se postou ameaçadoramente diante das portas da cidade, em frente ao claustro de São Francisco.

“A duas coisas, dizia Bekman em inflamado discurso, devemos pôr termo – aos jesuítas e ao monopólio, a fim de que tenhamos



as mãos livres quanto ao comércio e quanto aos índios. Depois mandaremos um procurador a El-Rei.”

À questão do monopólio juntava-se, pois, essa outra incandescente da escravização dos indígenas, que a cobiça do colono fomentava.

Apenas uma só voz, no momento em que Bekman falava, com grande risco, protestara, mas fora sufocada pelos aplausos ao agitador. Um dos presentes, Manoel Serrão de Castro, desembainhando a espada: “Agora ou nunca, é o tempo de agir”, disse. Todos lhe seguiram o exemplo.

Foram logo presos o governador e autoridades civis e militares; era governador (interino) Baltazar Fernandes, homem pusilânime e a tal ponto que os revolucionários o entregaram solto à responsabilidade da esposa. A guarnição aderiu ao tumulto e todos os fortes e a cidade caíram em poder dos revolucionários.

Em seguida constituíram uma junta com representantes, dois de cada classe: – clero, nobreza e povo, – a qual imediatamente decretou a abolição do monopólio, o banimento dos jesuítas e a deposição das antigas autoridades, medidas todas sancionadas pelo vozear da população e festejada enfim por um solene *Te-Deum* na catedral.

O governo executivo da revolução coube a três nobres, auxiliados por funcionários e assistido por dois *Procuradores do Povo*, que eram como os tribunos da plebe antiga. Um destes fora o próprio Bekman, que ganhara grande prestígio sobre a massa popular e a dominava à vontade, de modo que era afinal o agitador aquele que governava a todos.

No Pará, onde estava o Governador do Estado do Maranhão, Francisco de Sá e Menezes, e aonde já haviam chegado alguns emissários da revolução, a autoridade teve que ficar inativa e deu-se por contente em preservar a sua capitania do contágio da rebelião, tomando o compromisso de representar oficialmente



contra o monopólio. Todavia, para não assistir ao espetáculo sem precaver-se do perigo próximo, o governador enviou negociadores que arriscadamente se aproximaram dos rebeldes. Um desses intermediários propunha a Bekman vantagens especiais, anistia completa, honras e empregos, e 4.000 cruzados, se depusesse as armas; o agitador respondeu-lhe altivamente que se retirasse, sem perda de tempo, da cidade.

Ao cabo de algum tempo, muitos, atemorizados, queriam que se voltasse à submissão legal. A revolução não realizara as esperanças dos seus próceres e nem a alentava a simpatia vulgar que tais golpes de audácia soem despertar. Foi reintegrado no posto o comandante militar da cidade, Miguel Bello da Costa, que, dispondo de força agora mais disciplinada, com a debandada dos patriotas, se tornou o árbitro da situação, sem atrever-se contudo a dar decisivo golpe no governo revolucionário, que assim se protraiu até o ano seguinte.

Havia enfim chegado a Lisboa a notícia da rebelião, e temeu-se ali que os maranhenses volvessem aos braços dos franceses de Caiena, em ocasião que não seria desprezada por Luiz XVI, que desde longo tempo ambicionava a posse do vale do Amazonas. Fizeram-se logo, em Lisboa, preparativos de soldados e navios para a expedição restauradora da lei, e cujo comando coube ao experimentado guerreiro e estadista Gomes Freire de Andrade.

Pouco teve que fazer contra a revolução, já dissolvida e desmoralizada. Um ano de governo é sempre demais para um regime revolucionário; promessas e ambições, que o tumulto e a anarquia favoreceram, agora, mal satisfeitas ou desenganadas, pediam a volta da ordem legal. Gomes Freire, ainda nas águas do porto de São Luiz, foi informado desse estado de ruína do malsinado governo, e desassombradamente fez desembarcar as tropas, que se apossaram dos fortes e tiveram logo a adesão da guarnição e do povo, que assistia impassível ao desembarque.

Gomes Freire era um homem benévolo e tranquilo e estava disposto a só agir contra a multidão em caso de resistência armada. A resistência em que antes se pensara para obter-se ao menos a anistia não se realizou e antes a adesão foi universal. Bekman e os mais comprometidos fugiram.

Gomes Freire proclamou o perdão a todos, exceto àqueles aos quais não lhe era possível perdoar. Um tribunal extraordinário julgou os culpados, condenando-os ao banimento ou à prisão, e à morte os mais comprometidos, Manoel Bekman e Jorge de Sampaio. Bekman, refugiado nos matos, foi preso pela delação infame de um seu afilhado e protegido, que mais tarde teve morte violenta, garroteado numa moenda.

Os bens de Bekman foram confiscados; mas na hasta pública foram arrematados por Gomes Freire, que os restituiu à viúva e aos órfãos do desventurado.

Em 1682 houve grave tumulto na cidade de Salvador. O governador-geral, Antônio de Souza Menezes, homem leal e de boa-fé, deixou-se levar pelo alcaide-mor (comandante militar), Francisco Teles de Menezes, pessoa que por seu despotismo e abuso de força excitou logo a antipatia e o rancor dos povos, e por um dos seus desafetos, senão vítimas, foi publicamente assassinado.

O assassino, lisonjeado e cercado de povo, asilou-se no convento dos jesuítas. Não podia o governador tolerar que tal crime se desse e contra um alto magistrado, valido seu. Mas logo confundiu a boa razão com a cólera irreprimível e cometeu grandes desacatos, prendeu vários jesuítas com abuso e maus-tratos e tornou diante do rei a companhia como responsável daquele homicídio. Fez deter, no ato da missa, homens das mais ilustres famílias da cidade, como cúmplices, mandantes e coniventes no crime, demitindo-os ao mesmo tempo de empregos ou dignidades, se os tinham, tudo sem processo e arbitrariamente. As prisões ficaram cheias, e os perseguidos e o Senado da Câmara enviaram queixas ao rei pela frota real, que partia do porto desta vez levando *mais queixas que caixas* (de açúcar) segundo um dito do tempo.

Depois de alguns meses, não podendo conter-se em paz diante de tamanho abuso, ia a cidade levantar-se em

revolução quando, para felicidade de todos, aportou à Bahia o novo governador-geral, o Marquês das Minas, que conseguiu restabelecer a concórdia.

Novos *tumultos* em 1712 agitaram a cidade no momento em que as duas outras grandes capitais do Brasil sofriam os horrores da guerra: *Pernambuco*, a guerra civil dos mascates; e o *Rio*, a invasão de Du Gay Trouin. Esses sucessos haviam despertado a prudência do governador-geral, que entendeu por em estado de defesa as fortificações e constituir uma esquadrilha de cruzadores. Para obter o dinheiro necessário a esses preparativos, lançou um imposto de dez por cento *ad valorem* nas matérias de importação. A imposição foi mal recebida pelo comércio, que via nisto um gravame, não provisório, mas perpétuo; e quando o novo governador, Pedro de Vasconcelos e Souza (1711), a pôs em execução, a rebelião manifestou-se. Um ajuntamento tumultuário elegeu um *Juiz do Povo*; os sinos tocaram a rebete e logo foi o palácio do governo cercado de todos os lados da multidão que clamava em alarido infernal cada vez mais ameaçadoramente e mandava uma deputação, e à frente dela o *Juiz do Povo*, para bradar justiça. Pedia-se a abolição do iníquo imposto, inclusive a revalidação do antigo preço do sal (que era então parte do monopólio régio). O governador, Pedro de Vasconcelos, afetando serenidade, pois estava intimamente irritado, respondeu que não podia satisfazer a vontade dos queixosos e que não fazia mais que cumprir as ordens d'El-Rei. Essa resposta, talvez por inesperada, ainda aumentou a exacerbação dos rebeldes, que resolveram, com as próprias mãos e à força, fazerem-se justiça; dirigiram-se ao contratador do monopólio do sal, cujo domicílio foi varejado, saqueados os cofres e gavetas, que abriram, ao que se seguiu a demolição do prédio, que abateu entre as vozearias da

canalha amotinada. A família do infeliz contratador como ele, inocente, logrou escapar à fúria indecorosa da ralé.

Para aplacar esses desvarios saiu o piedoso arcebispo com o SS. Sacramento sob o pátio até o lugar do conflito, onde todos, como de costume, se agregam à procissão; mal fora deposta na sua custódia a sagrada hóstia, voltou de novo da igreja a turba ignara com os antigos instintos de anarquia a sitiar o palácio do governador que, vendo-se coagido, capitulou, ordenando por escrito quanto exigiram e a anistia para todos. Cessou assim o tumulto.

Mas não estava tudo acabado. A demagogia, exultando com a recente vitória, de novo rugiu na praça pública e exigiu tumultuariamente do mísero governador que enviasse uma frota para a restauração do Rio de Janeiro, invadido pelos franceses. Os rebeldes retomavam assim, e por conta própria, o plano que dias antes fora dado como origem do tumulto. Embalde retorquiou o governador que não tinha meios nem dinheiro; indicaram-lhe os tesouros dos claustros, que depois o comércio honradamente restituíra. Submeteu-se o governador; mas neste ínterim veio a notícia de que os invasores já haviam evacuado o Rio de Janeiro.

Com essa experiência ficou provado que a concessão liberal dos *Juízes do povo* tolhia e muitas vezes anulava a ação do governo. Era próprio deste tribunato revolucionário agitar as baixas paixões do vulgo e nelas fundar o seu único prestígio. Foi por isso abolido (1712).

Diz um grande geógrafo, Peschel, que foi o ouro ou a ilusão do ouro que povoou quase toda a América. As colônias francesas e inglesas do norte, no século XVI, desapareceram literalmente pela fome, e apenas o comércio de peles e o tabaco no século seguinte salvou a civilização anglo-saxônica da inteira ruína na América.

A tão rude destino não ficou sujeito o Brasil; bastaria a agricultura dos trópicos para alimentar a civilização até que o ouro fosse descoberto; todavia sempre foi a imaginação do precioso metal o alento que amenizava a melancolia dos expatriados.

O tesouro, contudo, que foi o sonho de todas as gerações dos primitivos colonizadores, só veio a revelar-se dois séculos depois da conquista.

Um século antes do esperado milagre já se havia o governo aparelhado para assisti-lo. Foi de 1608 a 1617 separado do norte o governo do Sul, e o primeiro governador, D. Francisco de Souza, trazia o pomposo título de governador e intendente das minas.

Em Madrid elaborara-se já com grandes minúcias o *Código mineiro*, que havia de regular as fórmulas da especulação futura; já tinha a corte espanhola experiência de iguais maravilhas como as do México e Peru, que tanta ambição e tumulto despertaram.¹³

¹³ O *Código mineiro* elaborado em 1603 (Filipe III) ficou na chancelaria de Lisboa até 1619, quando foi expedido; só se tornou público no Brasil em 1652.

Entretanto, anos, lustres e decênios decorriam marcados de contínuas decepções; *entradas* e *bandeiras* batiam as solidões sertanejas trazendo nossos minérios que provados à análise nada revelavam de preciosos.

Em verdade, achou-se o ferro abundante em São Paulo e um pouco de ouro, raro, na mesma capitania; as lavagens do ouro daí e do Paraná, que foi logo por todos os recantos explorado, quase nada produziam e reclamavam sacrifícios que não eram compensados. Caíram, pois, em olvido.

Tentativas, prenúncios e empresas de exploração das minas houve muitas desde o descobrimento do país. As entradas que já referimos a propósito de C. Jaques, Martim Afonso, o primeiro tentam de colonização do Norte (capitania de João de Barros) revela a uniformidade dessa aspiração.

O caso mais famoso ou notório foi o de Gabriel Soares, o historiador, proprietário do engenho de Jeriquiriçá na Bahia, que supôs haver descoberto ricas *minas de prata* em lugar desconhecido, e foi o ponto de partida de empresas sucessivas de Melchior Dias, que mais ou menos determinara o itinerário daquelas minas para os lados de Itabaiana (Sergipe).

Os holandeses do Brasil também tinham notícia oficial de *quatro minas* de prata na região conquistada; em 1641 Nassau fez partir do Recife uma expedição de 173 pessoas à cata de minas de ouro; dela era chefe um espírito de ação, Elias Herckmans, guerreiro, historiador e poeta, que narrou as peripécias da inútil jornada através das florestas ou do deserto sertão até o morro misterioso de *Copoaba*. Outras empresas sucederam, como a de Niemeyer, a busca das minas de Itabaiana, seguindo as pegadas de Melchior Dias, e

repetidas outras no Cunhau, Rio Grande. Quase ao findar o domínio holandês, uma grande expedição dirigida por Mathias Beck, que dela escreveu um interessante *Diário*, velejou para o Ceará, onde se fizeram explorações regulares no Itarema e Maranguape, achando-se prata, mas em quantidade insignificante; a reconquista portuguesa em 1654, quando chegou a notícia da capitulação do Tabora, dispersou os expedicionários.

A esperança de novos descobrimentos fortaleceu-se com os primeiros e raros indícios, e vários decretos de 1670 e 1694 davam grandes promessas aos descobridores, títulos de nobreza e uma das três ordens de cavalaria, afora outras vantagens. Há ainda notícias de, pelos meados de século XVII, haver um certo Marcos de Azevedo subido um rio, que se supõe o Rio Doce, com um único camarada e ter trazido daquelas ínvias paragens muitas esmeraldas e prata; não querendo fazer revelações, teve que sofrer trabalhos, foi preso e morreu na prisão sem comunicar o segredo. O governo, reconstruindo o roteiro de Azevedo, por notícias vagas, comandou a Barbalho Bezerra uma expedição; mas Bezerra logo faleceu enquanto se discutia o empreendimento.¹⁴

Um ricaço de São Paulo tomou a si a razão regular do interior; a ele se deve o conhecimento do vasto sertão das Minas Gerais, como ao depois se chamou. Era esse homem já muito maduro,

14 *Entradas* houve anteriores a esta, como a de *Francisco Braza de Spinosa*, que explorou a região das minas Arassuaby, Minas Novas, Diamantina e Serro, segundo indicou Capistrano de Abreu e se vê das *Cartas dos Jesuítas* (carta de Aspilcueta Navarro), 1553. A de Martins Carvalho data de 1567. Ambas precedem as de Sebastião Toucinho, todas partindo de Porto Seguro e pelo Jequitinhonha, e a elas se seguem várias outras. Vide Xavier da Veiga, *Efemérides*, I, 375. Neste mesmo capítulo, sumariamos algumas expedições holandesas.



porém de ânimo juvenil, *Fernando Dias Paes Leme*, experimentado em empresas de igual ordem como eram as *bandeiras* de caça aos índios. Após a morte de Bezerra, resolveu pessoalmente e à própria custa organizar a empresa de descobrimento, pelo que o governo lhe concedeu por antecipação (1672) o título de capitão-mor das minas de esmeraldas. No ano seguinte partia a bandeira de Paes Leme (1673) para longa e extrema jornada; de espaço a espaço lavravam plantações e formavam estações que deviam ser intermediárias entre o termo da expedição e o ponto de partida. Depois de penosas marchas, atingiram a *terra deserta*, situada entre as cabeceiras do Rio Doce e do São Francisco, no lugar que é hoje o Serro; aí fez quartel o aventureiro, e por quatro anos destacou sortidas para todos os pontos. Ouro ou pedras preciosas não se acharam.

Provações sofreram, incalculáveis; na maior parte os companheiros esmoreceram, e outros, conspirando contra o chefe inflexível, desligaram-se dele e tomaram o caminho da Pátria. Paes Leme conservou-se indiferente e inacessível ao desânimo. Cheio dos seus próprios sonhos, o espírito seu havia-se endurecido, tornando-se alheio à mobilidade das paixões dos que o cercavam, e aos rigores e às inclemências do deserto. Despachou um correio à mulher para mandar-lhe de tudo quanto necessitava, e, vindo as suas provisões que a esposa preparou, não poupando as joias “e os adornos das filhas”, internou-se mais pelas florestas ainda hoje ínvias e quase desconhecidas e atingiu as terras pantanosas de Vupabussiu (depois *Lagoa encantada*).

Aí dizia a lenda que eram em montões as esmeraldas, e aí permaneceu com louca temeridade o ousado bandeirante, malgrado as febres, a insalubridade da região e o descontentamento dos seus. À sua vontade de ferro tudo se dobrava ou havia de quebrar-se. Numa rebelião deu o duro exemplo de enforcar na primeira

árvore um seu filho natural que surpreendera entre os rebeldes. Com esse castigo, a que a sua louca rudeza emprestava estranha autoridade, todos voltaram à obediência. E afinal, após tantos trabalhos, conseguiram esses aventureiros achar as preciosas pedras que pesquisavam. Carregados de montões delas voltaram a São Paulo, que Paes Leme não conseguiu tornar a ver porque, esfalfado e desfalecido, expirou nas margens do Rio das Velhas. Não teve ao menos a decepção de verificar, como se verificou, que as pedras que descobrira não eram esmeraldas. O seu genro Manoel Borba Gato, que veio com um novo bando depois nas suas pegadas, chegou ainda a tempo de dar um adeus ao moribundo e de receber-lhe das mãos o ilusório tesouro.

Manoel Borba Gato, com Garcia Rodrigues Faes, filho de Paes Leme, continuou, por seu turno, a dirigir novas *bandeiras*, e outras muitas se multiplicaram pelo território das Minas, que foi nesse tempo varrido em todas as direções.

Rodrigo Castello Branco, funcionário da coroa, intendente das lavagens d'ouro de São Paulo, veio à frente de uma bandeira encontrar-se acaso com Borba, de quem exigiu submissão que foi recusada. Já se ia apaziguando, contudo, a disputa quando, ao ouvirem qualquer palavra inconveniente, alguns camaradas de Borba assassinaram o intendente das minas.¹⁵

O sangue e o crime acompanhavam, como sempre, o trabalho cúpido da ambição. Foi esse homicídio o sinal de acontecimentos inesperados.

Sob a ameaça da justiça, Borba internou-se com seus camaradas para as regiões de São Francisco e cortou todo o comércio com a civilização e o mundo que para sempre abandonara. Em cada

¹⁵ Segundo Pedro Taques, foi o próprio Borba Gato o assassino. “Precipitou-se, diz o cronista, tão arrebatado em furor que, dando em D. Rodrigo um violento empuxão, o deitou ao fundo de uma alta cata, na qual caiu morto.”

um desses homens encontra-se o exemplo de férrea e indomável vontade. Para Borba agora o mundo seria o prêmio da fortuna ou da audácia. O descobrimento das minas, se o fizesse um dia, traria a prescrição do hediondo de que fora cúmplice, senão principal causa. E na verdade pôde ele realizar essa grande esperança!

No lugar onde é hoje Sabará achou e explorou uma sede de jazidas e lavagens de então, trilhado pelos aventureiros, o local não oferecia segurança, e o criminoso debandou para os lados do Rio Doce, onde viveu da selvagem hospitalidade de uma tribo de índios, entre os quais foi quase rei.

Vinte anos (1680-1700) tinham já decorrido da sua áspera expiação no deserto, e a nostalgia da pátria que a melancolia da velhice agravara tornara-se nele invencível. Pediu para São Paulo à família que reabilitasse o seu nome, e o governo fez-lhe a promessa de esquecer a grande falta se indicasse os lugares das minas descobertas. Com grande regozijo Borba aceitou a promessa e fez a revelação dos tesouros que havia descoberto, o que, além do esquecimento do crime, lhe valeu novas e grandes honras.

Alguns anos antes do descobrimento das minas de Sabará, outras mais para o sul foram descobertas. Um paulista de Taubaté, *Antônio Rodrigues Arzão*, em 1693, havia explorado o Rio Doce e descera até Vitória do Espírito Santo, para onde levou amostras de ouro, de três dracmas, das quais se cunharam duas medalhas, uma para o governador, e com a outra voltou ele a Taubaté, onde pouco depois morreu.

O seu cunhado, *Bartolomeu Bueno de Cerqueira*, continuou a obra encetada, levando-a ainda mais longe. Era este um bandeirante de grande fama, que já em 1670, numa expedição de resgate, havia penetrado até o íntimo sertão de Goiás; e bastava-lhe soerguer a bandeira para à sombra dela acorrer a multidão de aventureiros do tempo. Em 1694 veio com grande companhia acampar nas



imediações de Vila Rica, cuja região explorou com insignificante colheita de ouro, umas doze oitavas que, provadas excelentes em Taubaté, vieram ter às mãos do Governador-geral Antônio Paes de Sande, levadas por Carlos Pedroso. Recebeu este em recompensa a patente de comando da cidade de Taubaté e o encargo de erigir ali uma fundição e cobrar o quinto dos metais que de lei cabia à Coroa.

– O ouro enfim! era a confirmação das esperanças de todo um século. Não havia mais dúvida a respeito das riquezas agora tão frequentes vezes e por tantos lugares com todas as provas palpáveis. O rumor desses achados e de outras maravilhas que a lenda dos grandes sucessos amplifica ressoa até o litoral, corre por todo o país e atravessa os mares. As expedições multiplicam-se, as caravanas se improvisam e as lendas perdem a cor da fantasia que a mesma realidade suplantara; faz-se trégua à caça do índio e agora a nova senha é arrancar aos latíbulos da terra o tesouro precioso; todos os terrenos suspeitos de riqueza oculta são escavados em fossos que as chuvas tropicais transformam em boqueirões e abismos. Renova-se o terrível enigma que, nas origens da civilização, só podia ser desvendado a preço da vida. Lutas e rivalidades ensanguentam os caminhos, há pouco virgens e impolutos; as cidades de São Paulo e Taubaté olham-se despeitadas e daí a pouco inimigas irreconciliáveis. A essas antipatias locais vem juntar-se o quinhão dos aventureiros do Rio, que, movidos da mesma cupidez, abrem agora pela serra do mar o novo caminho das minas. Contra uns e outros, como se as dissensões domésticas não bastassem, invade agora o sertão a exótica caravana dos *emboabas*, que atravessaram o oceano ou desdenharam a lavoura da zona marítima, e, impelidos pela mesma nevrose, varejam os paramos extremos do sertão. Travam-se combates que coalham o deserto de hórridas carnificinas. Os lugares dessas hecatombes

trazem ainda nos nomes a lúgubre memória dos sucessos: o *Rio das Mortes... a mata da Traição...*

Ondas de gente de toda a estirpe e feição avassalam o deserto subitamente. Povoações surgem súbitas do solo. A vida aí se torna caríssima; por um boi pagam-se cem oitavas de ouro; por alqueire de farinha, quarenta; porque o ouro é demasiado e os alimentos são ouro. Ao mesmo tempo o luxo infrene campeia: são importados para esses ínvios pousos, simples acampamentos sem conforto, as delicadezas e iguarias raras, as alfaias, as meias e capas de seda e de damasco e de veludo. São muitas as ruínas das fortunas e maiores são ainda os desenganos; e pelos que se locupletam no triunfo há legiões inteiras e obscuras de sacrificados que queimaram seus haveres, venderam seus engenhos, abandonaram a prole e a afeição dos amigos.

Parecia aqui confirmarem-se as palavras do grande pregador Vieira acerca de quando se descobrissem as minas:

No mesmo dia havíeis de começar feitores e não senhores de toda a vossa fazenda. Não havia de ser vosso o vosso escravo, nem vossa a vossa canoa, nem vosso o vosso carro e o vosso boi senão para o manter e servir com ele. A roça haviam-vo-la de tomar de aposentadoria para os oficiais das minas; o canavial havia de ficar em mato, porque os que o cultivassem haviam de ir para as minas, e vós mesmos não havíeis de ser vossos, porque vos haviam de apenar para o que tivésseis ou não tivésseis préstimo; e só os vossos engenhos haviam de ter muito que moer, porque vós e vossos filhos havíeis de ser os moídos.

A profecia realizava-se com a mesma tonalidade sombria desse grande pintor das paixões humanas.

Essa onda de emigração mesmo europeia para a região das minas apavorou a coroa portuguesa que nela via o despovoamento


do reino e a divulgação sempre perigosa de seu bel tesouro. Longe, pois, de favorecer o povoamento das terras auríferas, procurou coibi-lo à força de leis, sobretudo quanto aos estrangeiros.¹⁶ Os navios, sobretudo nos portos do sul, eram vigiados e não deviam demorar-se muito nos nossos mares. A fiscalização estendia-se ainda às terras interiores; o comércio terrestre para o Paraguai espanhol que se fazia entre Rio, São Paulo e Paraná, foi rigorosamente proibido.

Igualmente a transmigração crescente dos portugueses inquietava o governo. Em 1732 uma consulta do Conselho Ultramarino registrava essas apreensões.

A fama dessas riquezas convida os vassallos do reino a se passarem para o Brasil a procurá-las, e ainda que por uma lei se quis dar providência a essa deserção, por mil modos se vê frustrado o efeito dela, e passam para aquele estado muitas pessoas assim do reino como das ilhas, fazendo esta passagem ou ocultamente negociando o transporte com os mandantes dos navios ou seus oficiais, assim nos de guerra como nos mercantes, ou com fraudes que se fazem à lei, procurando passaportes com pretextos e carregações falsas. *Por este modo se despovoará o reino, e em poucos anos virá ter o Brasil tantos vassallos brancos como tem o mesmo reino.*

Apesar de todas as medidas do governo, a região das minas povoa-se rapidamente. De todos os lados os arraiais transformam-se em povoações, e estas em cidades de grande agitação e

16 O estrangeiro sempre vivera no Brasil sob o regime de exceção; depois do advento da casa de Bragança (1640), os ingleses e holandeses foram considerados com maior favor. Estes eram os estrangeiros únicos, entre os naturalizados, que podiam visitar a terra das minas.



movimento. Em duas gerações apenas a terra do ouro realizava com maior pompa o que dois séculos de colonização e de sacrifícios haviam feito para as outras capitâneas.

Em 1719, uma bandeira de Pascoal Moreira Cabral descobriu ouro abundante em que determinou novo movimento da migração. Em 1724-25, Bartolomeu Bueno, filho do célebre Anhanguera, iniciou a exploração das minas de Goiás pela bacia do Araguaia; completa-se assim a grande região das minas nos seus limites menos precisos.

(Mascates)

Tempos depois da guerra holandesa, em Pernambuco, foi pouco a pouco nascendo odioso antagonismo entre a aristocracia brasileira dos *senhores de engenho*, que em geral tinham casa em Olinda, e os negociantes portugueses, que habitavam o Recife, apelidados, com desprezo, de *mascates*. Entre as origens desse sentimento estava a ruína da antiga capital, arrasada nos tempos da guerra estrangeira, e agora ainda mal erguida, mutilada e cheia de estragos, ao passo que a povoação marítima tinha desde então crescido em grandeza e prosperidade.

A reconstrução de Olinda não lhe havia trazido o esplendor antigo e não era mais admissível que o Recife, ora próspero, permanecesse como no outro tempo, sob a jurisdição da antiga capital arruinada. Acresciam a estas razões outras oriundas do espírito nativista dos pernambucanos, que nunca puderam tolerar de boa vontade o ascendente dos portugueses.

Não entrava por pouco nessa rivalidade a circunstância (que igualmente explicara em parte a insurreição dos agricultores contra os holandeses) de serem agora portugueses negociantes os credores de proprietários muita vez perdulários ou imprevidentes. Um sinal constante desse antagonismo era a preocupação de por todos os meios e sempre excluir os portugueses dos cargos municipais. Os *mascates*, por evitar essa odiosidade, pediram para elevar-se o Recife à categoria de cidade, o que era de estrita justiça,

e tanto o pediram que a corte de Lisboa lhes deu o justo despacho (1710).

Lembremos em favor dos pernambucanos que, se eram devedores sem muito crédito, de pior fé eram os usurários capitalistas do Recife, que exerciam abominável pressão sobre os lavradores. Havia, portanto, de ambos os lados ressentimentos privados que só o tempo e a moderação poderiam dissipar.

E foi o que não houve; o capitão-general procedeu com prudência, ao demarcar o novo município, só concedendo ao Recife as três paróquias da vila – (a península, a Ilha de Santo Antônio e a Boa Vista), que eram o âmbito da cidade holandesa, e deixando todo o resto do território a Olinda. Fez-se a consagração do novo município, segundo o velho uso português, plantando na praça principal o pelourinho, símbolo da autoridade e da justiça. Essa cerimônia foi com grande discrição quase feita às ocultas; as pedras do pedestal do pelourinho, depositadas primeiramente no pátio duma fortaleza, carregadas à noite e à noite mesmo foram argamassadas. Ao amanhecer, Recife era cidade.

Veio por fim o presidente da câmara de Olinda ter com o governador e lançou o seu protesto insinuando que quem soubera erguer um pelourinho também poderia arrancá-lo. Era o começo das retaliações. O Capitão-general Castro fez prender a este e outros sucessivos oradores que o procuraram, e um dos quais pertencia à família dos Bezerras, de grande prestígio e influência. Também nessa ocasião dois outros dos Bezerras haviam sido presos para responder por crime de homicídio, coisa não muito rara numa sociedade tinta duas vezes no sangue do escravismo e que encontrava em todos, como ainda hoje, a condescendência da absolvição. Toda a nobreza sentia-se ultrajada e estava já disposta a agir, quando o governador ordenou o desarmamento geral, proibindo o uso particular das armas – medida que se não cumpriu, e antes aumentou o número dos rebelados.

Parece que com essas demonstrações não havia como superar o curso dos acontecimentos. Dias depois, alguns perversos dispararam um arcabuz de balas hervadas sobre o Governador Castro, em Boa Vista, o qual, ferido, escapou todavia do perigo.

As condições então pioraram terrivelmente e não sabendo a quem responsabilizar, como sempre sucede, começou o governo desenfreada reação contra todos os suspeitos e inocentes. Dois dos assassinos foram presos e de mistura com eles outras pessoas de consideração.

Logo houve divergência entre o governo e o bispo de Olinda, Manoel Álvares da Costa, que saíra em viagem de correição pela diocese, em vez de assistir ao governador doente e impossibilitado, ao qual pela lei devia substituir em tais casos. Acompanhava o bispo um oficial de justiça, nesse momento suspeito de cumplicidade no atentado, e tropas foram enviadas para capturá-lo; o bispo, recusando a entrega, à mão armada bateu as tropas do governador.

Foi esse o sinal da revolução. A leva era geral; a nobreza, reunindo a sua gente, e eram vinte mil, sitiou apertadamente o Recife. O governador, ainda de cama, sem recursos para resistir e na impossibilidade de recebê-los doutras capitânicas, resolveu negociar, propondo a entrega dos presos depois do desarmamento dos rebelados. A resposta foi que – os pernambucanos libertá-los-iam quando quisessem e que tinham vindo para buscar a cabeça do governador e outras mais. – Percebendo que nada conseguiria, o governador achou que era melhor ceder e logo embarcou para a Bahia e com ele ricos negociantes portugueses.

O Recife cedia assim aos sitiantes, e dois dias durou a festa dos triunfadores; ao som de cânticos religiosos arrasaram o pelourinho, símbolo do município e, diga-se-lhes em seu abono, nem o saque nem desacato algum foi praticado.

Reuniram-se afinal os vencedores numa assembleia original (e de modo que lembrava o costume germânico do *Landtag*) de povos

da cidade e proprietários das terras e resolveram sobre o governo da capitania; deles, o partido moderado e lealista indicava o bispo para tomar as rédeas do poder; o partido mais exaltado, porém, dando maior significado à revolução, opinava por uma espécie de república, recordação ainda sobrevivente do regime holandês das Províncias Unidas, ainda não olvidado em Pernambuco, ou talvez por instinto natural daqueles que viam na autonomia melhor e justo equilíbrio dos interesses nacionais. Esse partido era, porém, uma minoria e não prevaleceu.

Organizou-se o governo provisório de seis membros, todos brasileiros. Ainda se fiara tudo do rei, que deveria aceitar o fato consumado ou caberia então em última hipótese a declaração da república independente. Pouco a pouco a influência do partido legal se foi acentuando e entregou-se o governo ao bispo de Olinda, até à vinda provável do novo governador. Aproveitaram os revolucionários todavia o momento para criar uma magistratura liberalíssima, a dos *Juízes do Povo* (como já haviam feito os rebeldes do Maranhão). Constrangidamente aceitou o bispo o doloroso encargo, e o seu primeiro ato foi o da anistia e esquecimento do passado.

Não estava, porém, sopitado o espírito revolucionário. E um grande proprietário, até agora sem papel nesta luta, surgiu à tona com estranha audácia. Era *Bernardo Vieira de Mello* (comandante de um regimento desde o tempo das guerras dos Palmares levadas aos negros fugidos), que gozava de enorme prestígio. Era homem cruel e sanguinário que olhava para a sociedade como para a lepra da escravidão em que ele se corrompera; como todos os grandes desequilibrados, tinha às vezes noções exageradas e falsas do brio e do pundonor.¹⁷

¹⁷ Era esse falso pundonor todavia próprio da sociedade do tempo. Bernardo Vieira de Melo, em conselho da família, resolveu e fez impassivelmente assassinar uma enteada, por desvios de comportamento.



Era natural que esse exaltado procurasse um papel a desempenhar na tragédia da anarquia. Fez-se chefe dos radicais e partiu para o Recife com o plano de fazer reembarcar o novo capitão-general, se chegasse sem a anistia. No Recife, onde chegou com forças militares que aparentava destinadas à caça de um quilombo, foi recebido com grandes demonstrações, que só o terror justificava, pelas autoridades provisórias; mas logo pelos moderados, que o vigiavam, foi descoberto o plano do hóspede, o qual era apoderar-se do depósito da pólvora ou fazê-lo voar aos ares. Vieira de Melo foi advertido amigavelmente pelo bispo de que deveria deixar o Recife; não se incomodou Vieira com essa ordem e deixou-se ficar tranquilo, fiado nos seus apaniguados, que em grande número acampavam perto da cidade, e o governo teve que calar e submeter-se.

Entre os capangas, chamados de *regimento* de Vieira e açulados por ele, e a guarnição militar deram-se atritos que em breve se tornaram em distúrbios. Começou Vieira a exigir o castigo dos soldados do governo, sem consideração de que fossem ou não provocadores, e o bispo, com condenável fraqueza, sem ouvir os oficiais, ordenou a prisão e deportação dos soldados acusados. Acharam estes, que eram uns dez, um asilo no convento dos Carmelitas, e, vendo-se perdidos, tentaram uma leva de broquéis em favor do rei e contra o caudilho republicano.

Ao sol do meio-dia, de armas na mão, marcharam até o quartel dos tambores, aos gritos de – *viva El-Rei! morte aos traidores!* e a eles logo se agregaram as forças realistas da guarnição, os negros Henriques e os índios aliados deste regimento e os mais que queriam e o povo, acolhendo-se à sombra do pendão real. Em todos os pontos da cidade a contrarrevolução triunfava. Vieira de Melo, o espírito irrequieto que a provocara, cercado em seu domicílio, foi preso, e os seus sequazes debandaram e fugiram.



O bispo, amedrontado do tumulto, por ignorar os intuitos do movimento, foi logo esclarecido, confirmou a prisão de Vieira e entregou o comando militar a João da Motta, um dos próceres dos lealistas. Nesse momento era o Recife, cujas fortalezas foram aparelhadas para a defesa, o baluarte único da realeza contra a capitania revoltada (1711).

A proclamação legalista dizia que ainda e sempre era governador da capitania Sebastião de Castro e Caldas, ausente, e o Recife continuava a gozar os direitos de cidade.

Toda a terra circunvizinha se levantou vendo perdido o fruto da vitória; foi posto em cerco o Recife, que resistiu galhardamente, mas viu com dor a retirada do bispo e do ouvidor, Valenzuela Ortiz, que prometeram trabalhar no campo adverso pela pacificação dos espíritos. Ficou único senhor da situação *João da Motta*. O bispo não voltou como prometera e, com as suas habituais vacilações, passou-se ao partido dos pernambucanos, que o induziram a chamar a Olinda o regimento dos Henriques e a denegar ao Recife o título de município. Foram as suas ordens duramente repelidas por todos os do Recife, que um a um, pondo a mão sobre os Santos Evangelhos, juraram derramar até a última gota de sangue em ostentação do ato d'El-Rei.

Recomeçou a guerra civil, porém sob novo aspecto. As tendências republicanas de outrora desapareceram e ambos os partidos diziam-se leais à monarquia; concorrera decerto para essa feição não só a experiência dos fatos anteriores, como a presença do bispo ao lado dos revolucionários. Ainda que estes obtivessem vantagens, não estava no temperamento do bispo capitanear as levas guerreiras; deixou o governo, que passou ao ouvidor-geral e ao senado de Olinda. No correr da luta, que teve várias peripécias, o Recife conseguiu o auxílio e a aliança do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama; mas em verdade nenhum dos contendores conseguia submeter o adverso. Nesse ínterim chegou de Lisboa

uma frota portuguesa trazendo o novo governador-geral, Felix José Machado de Mendonça, a quem ambos os partidos enviaram mensagens cordiais e acolheram com aplausos.

Com a prisão e deportação de alguns recalcitrantes, estabeleceu-se a ordem com mais doçura do que crueldade; o Recife triunfou afinal guardando os privilégios municipais, e a concessão foi feita (e que logo caiu em desuso) de ser Olinda seis meses no ano a residência do capitão-general.

Esta guerra de 1710-11, abalando todas as classes sociais, como que esgotou a força revolucionária dos pernambucanos; sobre ela deve pesar um inteiro século de tranquilidade.

(Emboabas)

A cobiça do ouro sempre semeou a discórdia entre os homens. Não era, pois, de estranhar que o descobrimento das minas plantasse logo a divisão entre os paulistas. A princípio as rivalidades começaram entre os bandeirantes de São Paulo e os de Taubaté; depois, assumiram odioso aspecto quando, abalados com as maravilhosas notícias, os forasteiros do litoral e de além-mar precipites buscaram a região dos tesouros. O movimento da imigração era extraordinário e o próprio governo português, como já vimos, cogitou de refrear e proibir essas partidas de gente que ameaçavam despovoar o reino. Como quer que seja, os *forasteiros* que imigravam para a terra das minas, cedo perceberam que não poderiam viver sob o jugo opressivo e selvático de uma raça forte como a dos paulistas, acostumada ao mando, e que por escárnio lhes chamava *emboabas*. A princípio sofreram humildes o jugo, mas, crescendo em riquezas e em número, ganharam a audácia e a consciência do valor próprio. Para acabar as rixas que já iam nascendo e pôr um termo à anarquia e à falta de segurança da terra sem governo regular, pediram ao Governo geral do Rio de Janeiro que nomeasse um capitão que assegurasse a justiça.

Em uma terra, porém, onde não havia autoridades, aos crimes sucediam logo desforras e vinganças pessoais, formando-se instintivamente partidos execráveis em guerra de extermínio. Cada facção protegia ou dava guarida aos criminosos que a outra

perseguiu ou procurava punir, e desde logo *emboabas* e paulistas tornaram-se irreconciliáveis inimigos. Desordens tais propagaram-se de Caeté a Sabará Bussu e Rio das Velhas, de modo que ardia o país em guerra civil pérfida e emboscada. Correndo a notícia de que os paulistas premeditavam a matança dos portugueses, estes, alarmados, escolheram um chefe em Manoel Nunes Viana, homem poderoso e valente, já conhecedor e parte nos primeiros tumultos que originaram a nova situação.

Nunes Viana marchou com toda a sua gente para Ouro Preto e destacou mil homens, sob o comando de um conhecido facinoroso, Amaral Coutinho, em socorro dos *emboabas* do Rio das Mortes. Conseguiu Amaral com grande superioridade dominar e sitiar uma mata onde se refugiaram os paulistas; estes, depois de algumas escaramuças, conhecendo a inutilidade da resistência, pediram paz e vieram depor as armas. Coutinho preferiu desonrar a vitória passando-os todos a fio de espada; houve protestos mesmos entre os seus contra essa infame e monstruosa imolação.

A infausta notícia, voando de aldeia a aldeia, encheu a todos de profunda consternação. O governador partiu imediatamente do Rio. Os criminosos, temendo o castigo, de novo reunidos sob Manoel Nunes Viana, vieram ao encontro da autoridade e postaram-se em atitude hostil no sítio de Congonhas. Temendo maior desacato, por covardia, ou talvez por outros motivos, D. Fernando de Lancastre achou que era mais prudente retroceder ao Rio de Janeiro.

Outro governador que sucedera àquele (Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho) veio a Minas, sendo bem recebido pelos triunfadores que, afinal, com a monstruosidade mesma dos seus bárbaros processos, haviam de qualquer modo restabelecido a ordem pública. Nunes Viana resignou o encargo do que as circunstâncias lhe tinham imposto e retirou-se da região.

Mas os que não podiam resignar-se a esse triunfo e a essa lúgubre paz eram os paulistas, que viram cair em ruínas e em proveito dos forasteiros, aquele poderio que a sua invenção, diligência e indústria haviam criado. Não havia muito tempo, enquanto os forasteiros viviam no conforto das povoações marítimas, eles, os paulistas, afrontavam a risco de vida o perigoso mistério do deserto. Sentiam-se agora incapazes de sofrer a irritação contínua dessa injustiça. No recôndito dos lares, as esposas exprobravam aos maridos a serenidade com que esqueciam tamanhas afrontas e a covardia com que curtiavam a insuportável derrota.

Tomados subitamente de novo ânimo, planejaram a guerra de desforra, agremiaram-se para cima de mil, sob o comando de Amador Bueno da Veiga, de grande fama de intrépido, e, semeando o espanto e terror por onde passavam, chegaram enfim ao Rio das Mortes, onde acamparam triunfalmente. Breve triunfo, porém; porque, acossados pelos *forasteiros*, não tinham elementos bastantes para o domínio permanente, e acharam que era mais prudente retirar-se sem ignomínia, contentando-se com aquele lampejo de glória.

Caíra a região das Minas sob o poder do estado.

FRANCESES NO RIO DE JANEIRO. DU CLERC E DU GAY TROUIN

Portugal, como a Inglaterra e a Holanda, auxiliava as pretensões da casa d'Áustria, quando vacante o trono espanhol de Carlos II (1699), último da dinastia Hasburgo-Aragão. Luiz XIV queria o trono vago para o seu neto Filipe de Anjou, mais tarde Filipe V, mais aclamado pelos povos da Espanha do que imposto pelo rei de França. A *Guerra* chamada da *Sucessão* da coroa espanhola, aqui repercutiu na colônia portuguesa, com as agressões e represálias dos franceses. Des Genes em 1695 na Ilha Grande e Du Clerc em 1708 em Pernambuco saqueavam povoações ou apresavam navios.

O Capitão Du Clerc, da marinha francesa, com uma flotilha de seis navios, veio (1710) investir o Rio de Janeiro, principalmente por ser o Rio a cidade mais rica do Brasil, entreposto do comércio do sul e das minas de ouro. A 16 de agosto apareceu em frente da barra, simulou desembarque e, encontrando resistência, fez-se ao mar e desembarcou em Guaratiba mil homens de combate. Sete dias marcharam os invasores através de florestas e montanhas, desconhecendo os caminhos, para alcançar a cidade, onde afinal penetraram. Nessa marcha poderiam ser aniquilados, ainda com emboscadas desnecessárias, porque o governador do Rio de Janeiro, Castro Moraes, tinha à mão grandes e superiores recursos de gente armada e índios frecheiros.

Francisco de Castro Moraes, porém, era um espírito fraco e talvez covarde; não se aprestou para a luta, preparando já talvez qualquer composição humilhante e deixou que os inimigos acampassem e pernотassem no *Engenho Velho*, em perfeito sossego.

Pela manhã os inimigos recomeçaram a marcha, e para detê-los apenas apareceu um punhado de bravos estudantes comandados por Bento do Amaral Gurgel, que foram logo batizados, e outros dirigidos por um frade trinário, Fr. Francisco de Menezes, que, na descida do morro de Santa Tereza, tiveram igual sorte. Perseguidos pelas ruas e dos morros, os franceses, coleando as montanhas pela estrada de Matacavalos, entraram no coração da cidade, descendo a Rua da Ajuda e São José até o mar. O mestre de campo, irmão do governador, Gregório de Moraes, e as companhias de estudantes constituíram então a resistência, que se foi tornando amiudada e terrível, ao passo que, encurralados num trapiche entre o mar e fogo inimigo, os franceses, já muito dizimados e impossibilitados na ação, sob a ameaça de que far-se-ia saltar com barris de pólvora o edifício onde se asilavam, já não crendo mais na volta da esquadra que não aparecia do lado do mar, depuseram as armas e renderam-se.

A negligente fortuna dos portugueses e fluminenses foi dezonrada pela barbaria com que completaram o malsinado e fácil triunfo, deixando os vencidos aqui e ali entregues à canalha das ruas e ao furor das vinganças patrióticas. Numa carta de José da Cunha Brochado lê-se: *Essas ações não se costumam festejar e menos com fanfarronadas...* devia dizer antes, morticínio de centenas de homens após a rendição.

A esquadra de Du Clerc apareceu tarde, dois dias depois da catástrofe. Du Clerc ficou prisioneiro no Rio, onde conseguiu aliás a estima da sociedade. Seis meses depois amanheceu no leito assassinado; soube-se que o foi por dois embuçados; o crime parece envolto em mistério e crê-se que resultou de uma vingança privada.



O governo do Rio de Janeiro não cuidou de punir os criminosos, e por isso atraiu sobre si, e de novo, a cólera da França, indignada com tamanhos e injustos morticínios.

Coube a *René de Du Gay Tronin* a empresa de vingar os seus compatriotas. Organizou com abastados mercadores os aprestos da frota e tropas de combate, que o governo concedeu ao hábil e já então glorioso oficial. Eram ao todo dezesseis naus de diferente porte da marinha real e mais quatro de particulares interessados nos lucros do empreendimento. Seguiu a esquadra a derrota traçada, e em 12 de setembro, no meio dos costumados nevoeiros da Guanabara, sem se perceber a presença do inimigo, ouviu-se da cidade o troar da artilharia.

Ainda desta vez, não estávamos de todo desprevenidos para a luta. A Corte de Lisboa tivera notícia da premeditada agressão e já no porto do Rio se haviam levantado trincheiras e se achava a frota real portuguesa de quatro naus e duas fragatas, desde 30 de agosto e em posição de defesa; mas o Capitão Gaspar da Costa, o Maquinês, julgando tratar-se de rebate falso, cinco dias depois, voltando de um cruzeiro na barra, descuidosamente desembarcou com a sua gente. A guarnição marítima e terrestre da cidade contava cerca de três mil homens em armas nos navios, nas fortalezas e em terra. A frota inimiga, cuja capitania era *Le Lys*, tinha mais de cinco mil combatentes.

Súbito surge à vista o inimigo. Ao troar da artilharia, o indeciso e negligente capitão, parece que já afetado da doença que o abalou pouco depois, não tentou mais resistência e, desorientado, mandou picar as amarras dos navios e atear-lhes fogo.

À das nossas naus que encalhavam pelas ilhas juntou-se a desgraça da explosão do paiol de pólvora de Vilegagnon que vitimou uma centena dos nossos.

Já nessa hora assenhoreavam o porto as naves de Du Gay Trouin, através dos fogos das fortalezas. Os habitantes da cidade, do alto das montanhas, viram dolorosamente na manhã seguinte



a tomada das ilhas das Cobras, que Maquinez não soube socorrer, e onde os franceses levantaram novas trincheiras e desembarcaram três mil e trezentos homens, com petrechos de guerra e morteiros que serviriam de artilharia de campanha. Nessa ocasião a dor da derrota enlouquecera o nosso desventurado almirante.

O governador, como da vez passada, entregando tudo ao acaso, deixara-se ficar em desidiosa inação, que mais se explicava pelo terror que pela falha de tino e prudência. Os franceses, não querendo aventurar-se, como Du Clerc já havia feito, a combater no labirinto das ruas, dispuseram-se em três corpos sucessivos, um na praia da Gamboa, outro nos morros próximos e a vanguarda na planície da cidade, comandados respectivamente por Courserac, De Beauve (com Du Gay Trouin) e Goyon. O tiroteio durou de 16 a 19 de setembro, quando, percebendo a franqueza dos nossos, Du Gay Trouin intimou, por um parlamentar, a rendição. Na intimação exigiam a punição dos assassinos de Du Clerc e a satisfação das antigas ofensas contra os prisioneiros desumanamente trucidados. Francisco de Castro respondeu dignamente que defenderia a cidade “até a última gota de sangue”, mas a conduta que teve não correspondeu a esse arranco diplomático.

Logo em seguida, cem bocas de artilharia despejavam a morte e o incêndio sobre a cidade; em noite escura de trovoadas e ao clarear dos relâmpagos, enquanto em mal seguros botes desembarcavam os franceses para os lados de São Bento, estranho espetáculo se passava nas ruas; soldados desertavam dos postos, o terço da nobreza debandava; o povo fugia, homens, mulheres e crianças pelo campo afora, precipitadamente, no terror que a escuridão e a tempestade tornavam pânico e lúgubre.

Ao ver esvaziar-se entre lamentações a cidade ora deserta, os mais valentes ressentiram-se dessa debandada, perdendo o espírito e a coragem. Pensou-se, pois, em negociar, e Clerc, prisioneiro) levou ao ousado invasor a declaração de que a cidade se entregava sem mais resistência.



Seguiu-se horrível saque de despojos, alfaias e fazendas pelos soldados franceses, aos quais se juntaram quinhentos prisioneiros que aqui estavam, da guerra anterior, e por obra destes foram contudo poupadas as casas de amigos caridosos que os protegeram no cativoiro. Du Gay Trouin com grande brio conseguiu, passando alguns pelas armas, restabelecer a disciplina da esfaimada soldadesca.

A cidade foi então resgatada por 600 mil cruzados, fora o que já se achava nas garras dos saqueadores. Chegavam então nesse momento de Minas grandes reforços, cerca de 6.000 homens comandados por Antônio de Albuquerque, e era possível resistir mas não se cuidou mais nisso e a vergonha do desastre consumou-se inteira.

Recebida a última prestação, entregou Du Gay Trouin a cidade, conservando unicamente as fortalezas da barra, Vilegagnon e Ilha das Cobras, que no dia da partida, 13 de novembro, abandonou.

Nesse dia, mandou incendiar a *Barroquinha*, única nau que restava da frota portuguesa; o esbulho da cidade produziu, segundo diversos historiadores, de 25 a 30 milhões de cruzados; Du Gay, em suas memórias, diz que, apesar da perda dos vasos *Le Magnanime* e *Le Fidèle*, soçobrados na altura dos Açores, ainda tiveram os armadores um lucro de 92 por cento.¹⁸

Por falta de ânimo e prudência foi o inepto governador duramente condenado a degredo perpétuo e sequestrados os seus bens. O governador, todavia, não era menos culpado que os seus companheiros e auxiliares.

Nesse tempo a preocupação das riquezas das minas havia com o espírito das especulações amortecido o sentimento militar.

18 Mario Behring, no seu excelente escrito – *Uma injustiça da história*.

V
A FORMAÇÃO DO BRASIL
B) HISTÓRIA LOCAL



Ainda que sejam hoje numerosas as divisões administrativas do Brasil e ainda que a gravitação da língua e da tradição portuguesa lhes desse perfeita coordenação e unidade, é certo que a enorme extensão geográfica e também a história das antigas capitanias confirmam a existência de grandes grupos locais em que se reparte o imenso organismo nacional.

Foram esses grupos (que ainda o são por vários aspectos) não menos de cinco: 1º – O *Extremo Norte* ou o antigo Estado do Maranhão (do Amazonas ao Ceará) que até os tempos da independência se desenvolveu separadamente do governo geral. Ainda no momento da emancipação política pensou-se nas cortes portuguesas separá-lo do resto do Brasil, como o fez a Inglaterra com o Canadá ao emancipar-se a América do Norte; 2º – O *Norte*, a capitania geral de Pernambuco, em cuja esfera de influência, provada sempre na conquista holandesa e na revolta de 1817, entravam R. G. do Norte, Paraíba e Alagoas; corresponde esse grupo ao Brasil holandês no momento do armistício; 3º – O *Centro*, isto é, a Bahia, dependências suas, Sergipe, Ilhéus e Porto Seguro a ela agregadas e que foi (com o de São Paulo) o primeiro foco de irradiação colonial desde os primórdios; 4º – O *Interior*, que é *São Paulo*, a antiga capitania de São Vicente, com as terras de oeste, sul e norte, conquistadas pelos bandeirantes paulistas, isto é, Paraná, Goiás, Minas, Mato Grosso, que depois se desagregaram e formaram capitanias à parte; 5º – O *Rio de Janeiro*, núcleo que cedo se separou

de São Paulo e única cidade do litoral da colônia que tinha grande importância equivalente e logo maior que Bahia e Pernambuco; ao Rio fica submetido todo o fraco litoral do sul (aberta apenas a exceção de São Paulo), isto é, Santa Catarina e Rio Grande, ambas de povoação recente.¹⁹

I – O Extremo Norte (1º grupo compreendendo a Amazônia, o Maranhão, Piauí e Ceará). O Estado do Maranhão, independente do governo geral do Brasil, foi criado em 1621 (Filipe III) e abrangia toda a região do extremo norte a partir do Ceará e pelo interior quase todo o vale do Amazonas; a primeira sede do governo era São Luiz, o primeiro Presidente Francisco Coelho de Carvalho; e a ele obedeciam as três capitanias então existentes, a do Ceará (que constava apenas de um estabelecimento, Fortaleza) Maranhão e Pará. Nos primeiros tempos celebriza-se Bento Maciel pelo reconhecimento das terras que explorou e pela crueldade e terror que impôs aos índios.

Em 1637, realiza Pedro Teixeira a sua aventureira jornada pelo Rio Amazonas e dele foi sair a Quito, donde voltou com o Padre Acuna e outros que vinham para reconhecer e explorar o grande rio.

O governo holandês de Pernambuco ter-se-ia apossado do extremo norte se tivesse ouvido as sugestões de um aventureiro, Gedeon Morris, que pessoalmente havia verificado a fraqueza do estado nascente, extenso e indefeso.

Os destinos do grande estado começaram com o monopólio da Companhia do Comércio.

Mas a Companhia do Comércio em breve agonizava e foi abolida. Enquanto governador do Maranhão, Gomes Freire de

¹⁹ Ainda hoje pouco haveria que modificar nessas divisões, que se desenvolveram como unidades históricas, autônomas, a não ser talvez o acrescentar-se a existência de um grupo extremo meridional (6º *Rio Grande*), diferente do Rio de Janeiro, e outro extremo setentrional (7º *Amazonas*), diferente do Maranhão; e mais o (8º), *Ceará*, que ainda nos tempos coloniais viveu indeciso entre as órbitas administrativas do Maranhão e de Pernambuco.

Andrade conseguiu estabelecer a ordem e granjear simpatias em todos os partidos locais, e mesmo achou meio de favorecer aos maranhenses quanto à escravização dos índios em *justa guerra*, no interesse da Religião e da Coroa, porque os índios rebeldes faziam tanto mal ao cristianismo como ao governo; com essa dúbia transação ganhou a possibilidade da paz. Voltaram de novo os jesuítas e continuaram (embora tolhidos) no serviço inestimável das missões.

Pouco a pouco foi progredindo o conhecimento das terras ainda não exploradas, sobretudo do lado do Amazonas, e por essa razão vai crescendo a importância do Pará, de modo que ora Pará ora Maranhão é a residência do Governador do Estado, que afinal se fixa em Belém do Pará.²⁰

O antigo regime de monopólio que havia causado tantos dissabores, foi renovado em 1755 pelo Marquês de Pombal com a criação da *Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão*, instituída sob novos moldes para fomentar o povoamento, a lavoura e o comércio dessas regiões com o capital primitivo de 1.200 ações de 400\$000; datam desse tempo novas imigrações de portugueses, o fomento de indústrias extrativas de Amazonas, a cultura do arroz e do cacau e do algodão em grande escala. A companhia, depois da queda de Pombal, foi abolida (1777).

Também do tempo de Pombal datam as novas leis sobre a condição dos selvagens, que foram subtraídos à direção dos jesuítas e entregues à administração leiga pela criação de *Diretorias*, e, sob o influxo do princípio teórico da liberdade dos índios, na verdade iniciaram a escravidão disfarçada,

20 São governadores notáveis, depois de Gomes Freire: Sá de Menezes, Antônio de Albuquerque, 1690-97 (pequenas questões de limites com os franceses de Caiena); Bernardo Pereira de Berredo, 1718-22; de nome glorioso como escritor e analista do Maranhão, Mendonça Furtado, 1751, irmão de Pombal.

e daí originou-se o despovoamento e ruína das aldeias outrora florescentes.

Jesuítas e outros religiosos haviam de fato realizado para a civilização a conquista do Amazonas; ao longo dele e de seus afluentes estabeleceram uma série de missões e aldeamentos que com os do litoral iam do Ceará a Guiana e da foz do Amazonas às missões do Peru; em 1755 eram em número de 60, das quais 28 dos jesuítas, 15 de capuchinhos, 12 de carmelitas e 5 da ordem dos mercenários; entre essas diferentes ordens que trabalhavam no mesmo intuito de paz, houve por vezes violentos conflitos, e os índios de diferentes missões procediam considerando-se de diferentes tribos e inimigos; os próprios eclesiásticos, às vezes, envolviam-se na luta, o que sucedeu sobretudo entre carmelitas e jesuítas.

As missões do Pará e Maranhão têm caráter original e próprio quanto à organização do trabalho. Nas missões do Paraguai e da Califórnia os índios não têm propriedade privada e trabalham para o tesouro comum; e ainda as missões são absolutamente fechadas aos forasteiros. Aqui, ao contrário, cada família de índios tem sua lavoura e só alguns, *mediante salário*, trabalham certo tempo do ano para a missão; também, posto que as leis proíbam o ingresso do forasteiro nas missões, eles têm aqui, por tolerância dos jesuítas, hospitalidade, e frequentemente as colônias dos presídios utilizam-se da igreja da missão próxima nas necessidades da religião. Se é a missão no Paraguai *patriarcal*, aqui aproxima-se da natureza civil do *estado*.²¹

Pombal arruinou todo esse sistema único, compatível com a índole dos selvagens, e que os conservava em estado

21 Handelmann. *Geschichte c. Bras.* 276.

propício, a pouco a pouco se erguerem ao nível de população útil.²²

O *Estado do Maranhão* desmembrou-se em várias capitânias, que vieram a tornar-se autônomas.

O *Grão Pará* tornou-se capitania geral separada e ele próprio dividia-se geograficamente em *Pará*, *Guiana brasileira* (margem setentrional do Amazonas) e região do *Solimões* (oeste do Amazonas). A separação fez-se primeiramente nos negócios eclesiásticos pela criação de um bispo em Belém (1719) que tinha jurisdição por todo o Amazonas e até Mato Grosso e Goiás *inclusive*. A separação política, já insinuada pela residência do governador no Pará, torna-se efetiva em 1760 – que marca a ruína do Estado do Maranhão. Desde esse momento em diante tanto o Pará como o *Maranhão* obedece cada qual independentemente à corte de Lisboa.²³

O *Piauí* foi colonizado e ocupado em 1674 por Domingos Afonso, criador e dono de fazendas da margem pernambucana do Rio São Francisco; perseguido dos índios e das secas, este criador seguiu para noroeste em procura de campinas melhores, e estabeleceu-se às cabeceiras do Parnaíba, ricas de águas e pastagens. Assim começou a colonização do Piauí. A Domingos Affonso juntou-se o paulista caçador de escravos Domingos Jorge, e ambos expurgaram a região, que foi logo povoada de sertanejos pernambucanos. O Governador do Estado do Maranhão mandou mais 300

-
- 22 Apesar da legislação posterior em favor dos índios, de D. Joao VI, o Regul. imperial de 1845 e os seguintes reintegraram as aldeias à direção dos missionários. Mas de 60 que eram seriam agora uma dúzia, seis no Pará, quatro no Alto Amazonas e dez no Maranhão (Rel. ofic. de 1855). A escravidão dos índios não cessou de todo no Amazonas, embora encoberta sob a aparência da liberdade. O célebre Wallace conta como no seu tempo (1851) se aprisionavam e vendiam as crianças selvagens, que eram desde então utilizadas no serviço doméstico das povoações.
- 23 Só em 1850 (Lei de 5 de setembro) é separada do Pará a província do Alto Amazonas.

deportados. A fortuna territorial imensa e o gado de D. Affonso foi legada aos jesuítas sob condição de obras pias, e desde então regularizaram a colonização das terras até que foram incorporadas à coroa no tempo de Pombal, quando foi expulsa do Brasil a companhia (1759). A capitania do Piauí sempre se conservou dependente do Maranhão, e no passado século (1811) constitui governo separado.

O Ceará, já o vimos, foi ocupado pelos portugueses (M. Soares Moreno) no tempo da invasão francesa no Maranhão e depois, por algum tempo, fez, parte do domínio holandês, que o incorporou após a expedição de Garstman e Huss de parceria com o natural alcunhado *Algodão*, que chamara os conquistadores (Barão de Studart). Até esse tempo o único lugar habitado é o mesquinho forte fundado em 1613 (Fortaleza), mas, depois de exterminados os índios em contínuas guerras, de 1680-90, a colonização se inicia com ardor. Já desde 1655 se estabelecem os jesuítas na Serra de Ibiapaba e daí estendem o seu influxo em todas as direções, de tal modo que na maior parte as povoações desse perímetro se originaram de aldeamentos e missões. Os governadores de Pernambuco e do Maranhão disputavam a jurisdição desse território, e dessa disputa viveu largo tempo o Ceará quase autônomo, mas sob as garras de dois cônsules independentes, um *comandante* da Fortaleza e um *auditor* que administrava e distribuía a justiça. Esta situação foi regularizada pela criação de um governo do Ceará em 1799. Pelos fins do século XVIII, o Ceará é um grande centro de criação de gado e há escolas numerosas e verdadeiro interesse pela instrução popular.

II – O *Norte* (segundo grupo, compreendendo Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte). É em torno de Pernambuco que gravitam no seu desenvolvimento histórico os



estados que se formam do Rio São Francisco até o Ceará. A princípio só havia as duas capitanias de Pernambuco e Itamaracá; antes da guerra holandesa fundam-se duas outras – Paraíba e Rio Grande, que pertencem à coroa; e mesmo a coroa reclama depois da guerra as capitanias feudais que seus proprietários não puderam e nem poderiam ter defendido durante aquela guerra externa. Os descendentes dos antigos donatários, Pero Lopes de Souza (Itamaracá) e Duarte Coelho (Pernambuco) pleitearam a restituição das suas capitanias; a herança deste último veio parar nos condes de Vimioso, que já tarde, no tempo de D. João V, obtêm a indenização de 80 mil cruzados! A família de Pero Lopes conseguiu, após um processo de 40 anos, a restituição dos seus direitos (1693) e pôde conservá-los por muito tempo até que a capitania foi vendida a D. José por 40.000 cruzados em 1763.

Depois da guerra holandesa, todas as terras do Ceará ao São Francisco, ainda que divididas em capitanias, estavam submetidas a um Governo geral de Pernambuco, que primeiro coube a um dos principais heróis da insurreição – André Vidal de Negreiros. Desse domínio geral separaram-se enfim autônomos, Paraíba em 1799, Alagoas em 1817 e o Rio Grande do Norte em 1820.

A capitania de Pernambuco foi em todo o curso da história exemplo de prosperidade. Ao fechar-se o primeiro século, e em cinquenta anos de colonização, tinha uma população branca de 2.000 homens, 4 a 5 mil escravos, sem falar em inúmeros índios; a base da vida econômica era a agricultura e moíam então cerca de setenta engenhos de açúcar. No período holandês a guerra não destruiu, antes fortaleceu a fortuna da capitania, e mais que tudo tornou o povo cioso de suas franquias, pois a libertação do território fora também obra sua, desajudada quase do influxo oficial.

Uma das provas mais evidentes deste grande esforço dos pernambucanos, que vale pela criação da nossa nacionalidade, é o *Papel forte*, que resume o estado de espírito que então reinava

entre os conselheiros da coroa. Os mais sábios e prudentes aconselhavam a entrega da capitania.

Era o que pensava devia ser feito o grande Antônio Vieira. As razões do *Papel forte* resumidas por um escritor da seguinte maneira:

Não havia crueldade em ceder Pernambuco; Pernambuco apenas era um membro de Portugal, e a crueldade estava em pôr em risco o corpo todo para salvar uma parte pequena, e essa corrupta e de difícil sustentação. Demais, o sacrifício que a Holanda requeria pouco devia custar à coroa; outros maiores tinha a Espanha aceitado da mesma Holanda, e o Império da Suécia. Cumpria também atender à situação do Brasil. Os holandeses estavam na posse de posições fortíssimas, e se fortificassem qualquer ponto entre o Cabo de Santo Agostinho e o Rio de São Francisco, os insurgentes teriam cortadas as comunicações com a Bahia e ver-se-iam entre dois fogos.

Nestes termos, era impossível continuar a luta. Remover os moradores era remover Pernambuco, porque Portugal precisava de homens e não de terras. As rendas das capitanias que a Holanda reclamava não chegariam à décima parte do que podia custar a sua defesa.

O conselho de comprar Pernambuco era bom, mas impraticável, porque os Estados não queriam vendê-lo como os portugueses não queriam cedê-lo. A Portugal é que convinha vendê-lo, vendê-lo por interesses de maior magnitude, para o reclamar quando a fortuna o permitisse. Querer defendê-lo sem meios para isso, é que não. Portugal poderia talvez aprestar um armamento; mas os Estados podiam perder muitos. A companhia das Índias Ocidentais estaria pobre; mas a das Índias Orientais tinha riquezas de sobra e podia assenhorear-se das possessões portuguesas no

Ocidente. A Espanha preferia fazer pazes desonrosas com a Holanda a ter guerras com ela e a França ao mesmo tempo; a França sofria insultos da Holanda para não ser guerreada simultaneamente por ela e pela Espanha: seria sensato que Portugal se expusesse às hostilidades simultâneas dos espanhóis e dos holandeses. Onde tinha ele para isso soldados, dinheiro, navios, marinheiros, se nada disto tinha sequer para dar calor à guerra da restauração? As situações dos dois países não sofriam comparação. Os holandeses não tinham um inimigo na Europa; os portugueses não tinham um amigo. Eles tinham mil e quatrocentos navios na Holanda, mais de cem na Índia, mais de sessenta no Brasil; tinham duzentos mil marinheiros, engenheiros, oficiais, soldados excelentes, a sua riqueza, a sua indústria, o seu patriotismo, a sua diligência; os portugueses só podiam contar com a sua desunião, a sua inveja, a sua presunção, o seu desmazelo, o seu perpétuo respeito pelos interesses individuais. Em que confiar, pois? Em milagres? Melhor era merecê-los do que esperá-los.

Se se persistisse na contenda com a Holanda, perder-se-ia a Índia, impossível de defender. “Por amor de Deus, concluía o insigne jesuíta, e pelo amor de Vossa Majestade, e pelo amor da pátria, peço a todos que lerem este papel hajam de considerar quão impossível é guardarmos todos os nossos domínios com só uma armada; peço-lhes que pesem as dificuldades, as conseqüências, as impossibilidades! Dois golpes bastam para nos privarem da Índia e do Brasil; um que tome Goa, outro que tome a Bahia, ambos tão praticáveis, tão fáceis, tão certos! O baluarte da paz nos seguraria contra ambos. Os predecessores de Vossa Majestade o sabiam, e guardando a paz com todo o mundo eram senhores de três partes dele. Guardemos todos os nossos recursos para a luta com Castela, para a qual assaz necessidade temos do

favor de Deus, e até dos milagres que da sua misericórdia aguardamos.” Portanto, aconselhava que, não sendo possível modificar as cláusulas impostas pela Holanda, fossem elas aceitas tais quais, reservando-se a guerra para ocasião mais oportuna.

Tal era, muito resumidamente exposta, a argumentação do *papel forte*. Os acontecimentos puderam refutá-la; mas é certo que a subscreveriam todos os estadistas que se guiassem mais por interesses positivos do que por estímulos do brio nacional. Todavia, o rei não se atreveu a seguir o parecer de Vieira, que evidentemente era o seu, e enquanto ele hesitava entre as indicações do seu bom senso e as solicitações da vontade nacional, os heroicos pernambucanos foram advogando a sua causa e preparando-lhe o vencimento ganhando as batalhas dos Guararapes, apesar de quase totalmente desprotegidos pela metrópole.

Desse orgulho nativo deram logo provas os pernambucanos, de modo que o governo dessa capitania se tornou desde então difícil e delicada tarefa. O seu primeiro capitão-mor depois da guerra, André Vidal de Negreiros, teve que governar contra a aristocracia nativista e ganhou a reputação de tirano (1657-61). Não teve melhor sorte, e antes pior, o seu sucessor, Jerônimo de Mendonça Furtado (1664), que era aliás uma indigna autoridade; a propósito foi decerto de Antônio Vieira sobre o *Bom Ladrão*, e onde o jesuíta dizia que o verbo *rapio* se conjugava em todos os tempos e modos na colônia portuguesa.

Originalíssima foi a revolução que rebentou nesse tempo. Fazia-se uma procissão do *Nosso Pai*, como é costume ao levar-se o SS. Sacramento por ocasião da agonia de qualquer moribundo; o capitão-mor, homem religioso, ao passar o préstito pelo palácio, a esse se agregou, como o faziam todos, para acompanhá-lo até a igreja.



Os descontentes que então formavam o préstito, à frente da igreja, desmascararam o intento que levavam e cercaram de espadas desembainhadas o capitão-general, a quem reprochavam de tirano ainda maior que os opressores de Holanda. Mendonça não via outro recurso que voluntariamente submeter-se e entregou a espada a André de Barros Rego, que em nome d'El-Rei, da nobreza e do povo pernambucano o lançou na cadeia pública (1666).

Esse motim quase ia degenerando em grave questão internacional. Estacionava então no porto do Recife uma esquadra da companhia francesa das Índias Orientais, que aqui refrescava de viagem para Madagascar e fora com grande obséquio e delicadas demonstrações recebida pelo capitão-general; adrede espalharam os descontentes, talvez para justificar a criminosa audácia, que era intuito do governador entregar a terra aos franceses, cabendo-lhe assim a pecha de réu de alta traição.

O povo, acreditando nesta balela, pegou alvoroçado em armas e saiu em perseguição de alguns marinheiros desembarcados, que, na ignorância de tudo, surpreendidos, perseguidos e rechaçados, acharam asilo no convento dos capuchinhos. Aí a multidão, cercando o claustro, cobriu-os de impróprios e baldões, e o morticínio seria certo se o governo provisório, sabendo do motim, não corresse a apaziguá-lo e a dar excessivas escusas ao almirante francês.

Grandemente infeliz foi, porém, o capitão-general, já então preso e que, sendo levado a Lisboa, não foi ouvido; para agravação de infortúnio, seu irmão, Francisco de Mendonça, havia traidoramente passado para as fileiras espanholas, e ele próprio, ainda que inocente, foi condenado a degredo perpétuo para a Índia.

Assim, o motim pernambucano ficou sem corretivo da autoridade real, que, se não o aprovou, pelo menos não quis abertamente condená-lo. Mais tarde abre-se para Pernambuco um período revolucionário de grande intensidade e que dura quase meio século e é o mais saliente sinal do espírito autônômico da colônia. Dos



sucessos que o caracterizam já demos notícia na parte anterior ao tratar da guerra dos *Mascates*.

Há de 1711 em diante um longo repouso, apenas interrompido pelas sucessões da vida administrativa. Mas o germe da rebelião está guardado nos espinhos até que o sol da revolução francesa de novo o chame à vida na revolução de 1817.

A história do *Rio Grande do Norte* está ligada à da guerra holandesa. Em 1654, D. João IV faz doação do Natal a Manoel Jordão que, naufragado no Rio Potengi, nenhum fruto tirou desse presente. Mais tarde análoga doação foi feita em 1689 (D. Pedro II) a Lopo Furtado de Mendonça.

A história anterior apenas se limita à fundação do forte dos Três Reis Magos em 1597, no tempo de D. Francisco de Souza; mas o território só mais tarde foi colonizado; na guerra holandesa, os holandeses com Calabar, em 1632, apoderam-se de toda a região.

A *Paraíba* começa com a colonização simultânea de franceses e portugueses (fundação da aldeia do *Camboa*) nos dois últimos decênios do primeiro século. A conquista realiza-se com uma expedição aparatosa em 1584: a esquadra espanhola de Flores Valdez bloqueia a Paraíba enquanto as forças de terra, ao mando de Filipe de Moura e Frutuoso Barbosa, ocupam o interior; foi então fundado o forte de São Filipe no Cabedelo, que garantiu os primeiros ensaios da difícil colonização que nascera entre a ferocidade dos índios e a pilhagem das naus francesas.

Na grande guerra, a Paraíba também cedeu ao jugo holandês, mas nobilitou-se a pátria de André Vidal no tempo da insurreição.

Alagoas só se desliga de Pernambuco no século atual, 1818, em que constitui capitania independente. Foi essa região, teatro da guerra holandesa, em certo tempo aterrorizada pela formação de *quilombos* ou aglomerações de negros que, fugindo do cativeiro, viviam de pilhagens e roubos, tanto mais frequentes e cruéis quanto eram os escravos perseguidos pelos *Capitães do mato*. *Capitães do mato*, assim se chamavam os caçadores de negros, aos quais a lei



em regulamentos especiais concedia poderes discricionários contra aquelas miseráveis criaturas que fugiam ao jugo da escravidão. O *capitão do mato* cometia nessa bárbara profissão ainda maiores crimes que os negros e matava muito mais do que capturava os fugitivos. Com a guerra holandesa, os escravos, como muitas vezes os senhores, abandonando as lavouras, foram-se internando pelo sertão e formaram grandes aglomerações por toda a região do norte e seguindo o cordão da Serra da Barriga.

Um digno chefe desses capitães do mato, o paulista Domingos Jorge, com escolta numerosa, assolando e batendo o interior, deu cabo dos *quilombos*.

O fato foi depois exagerado e acrescido de lendas acerca de um *quilombo* no cume dos Palmares, onde os negros, arregimentados sob um chefe, o *Zumbi*, defenderam-se heroicamente e de lá preferiram atirar-se ao precipício que voltar à escravidão dos civilizados. A história dos *Palmares* tem muito de inverossímil nos seus pormenores, e mereceria ser estudada com critério.

III – O *Centro* (terceiro grupo: compreendendo Sergipe, *Bahia*, Ilhéus, Porto Seguro). A região do São Francisco ao Rio Mucuri abrangia quatro capitanias, duas da coroa, Bahia e Sergipe, e duas feudatárias, *Ilhéus* e *Porto Seguro*.

As duas últimas foram incorporadas à da Bahia. A dos *Ilhéus*, ao fechar-se o século XVI, pertencia aos herdeiros de Lucas Giraldes, que a venderam à casa do Conde de Castro, e, por um descendente deste, Antônio de Castro, foi vendida à coroa no tempo do Rei Dom José (1761), que lhe concedeu o título de Conde de Rezende e almirante dos mares portugueses e um padrão de 5.000 cruzados. A capitania de *Porto Seguro*, havia dois séculos, dos duques de Aveiro, foi confiscada com os outros bens do último Duque José Mascarenhas, criminoso de alta traição, cúmplice no atentado contra D. José, pelo que perdeu a vida (1759).



Igualmente só pouco antes da independência (1820) foi Sergipe separado da Bahia. Destarte, pela natureza da região e dos sucessos políticos, a história local dessas capitanias não se acentua por divergências especiais e notórias.

A unidade de governo estabelecida com Tomé de Souza foi ilusória e fugaz. A supremacia da Bahia dissipou-se com as sucessivas divisões do governo do sul, da separação do Maranhão e mesmo da capitania geral de Pernambuco (em 1657). O desastre da unidade, favorecendo o separatismo de outras terras, limitou de fato o domínio da Bahia à região que indicamos. Com o 4º vice-rei começa essa dignidade a ser inseparável da do governador (desde Vasco Fernandes Cesar da Menezes, 1720); mas logo em breve a residência do vice-rei é transferida para o Rio de Janeiro (1760), que desde 1763 em diante é, a capital do Brasil.

Conservou, porém, a Bahia a supremacia na hierarquia religiosa. O primeiro bispo do Brasil é o de São Salvador (1551). Num momento em que essa cadeira estava vaga, a Cúria romana e o Rei D. Pedro II (1676) separaram da jurisdição brasileira o Estado do Maranhão e restituíram à da Bahia o vice-reinado de Angola. Em todos os tempos foi a Bahia, com as numerosas igrejas e claustros e pelo esplendor do culto, a cidade do Brasil onde mais intenso é o sentimento religioso e onde também não é menor a superstição e a credence, que é a forma da religiosidade das raças africanas, que aí sempre houve em grande número.

A colonização de *Sergipe*, iniciada em 1590 por Cristóvão de Barros e por sucessivas entradas para domar os índios dos rios Real, Sergipe e Japarutuba, foi estorvada com a guerra holandesa, que aliás tornou conhecidas todas as terras da capitania. No fim do século XVII rebentaram aí graves tumultos, que revelavam já o poder da aristocracia dos *senhores de engenho* que se opunham abertamente às autoridades.

Sempre deles, se há prisão de um agregado, arrombam a cadeia e desrespeitam a paz pública, acompanhados de multidão de sequazes; a ordem restabelece-se, mas os governadores nunca se atrevem a punir os criminosos e por *expição* apenas ordenam que façam uma *entrada contra os índios*, pretexto de novas ferocidades; tal sucedeu em 1696. Por largo tempo Sergipe (como o Pará, Maranhão e Alagoas) gozou da malsinada reputação de terra ingovernável, atulhada de assassinos e criminosos da pior espécie. Com o tempo se desvanece essa fama, que é aliás a de toda a terra brasileira.

A *Bahia*, depois dos sucessos da guerra holandesa, e quando recuperou a tranquilidade, traçou a conquista do sertão durante as atribulações daquela guerra todo de novo conquistado por tribos bárbaras de índios que, aproveitando a ausência dos colonos, devastaram a terra e impossibilitaram o estabelecimento dos portugueses. Com uma turba de paulistas sob a direção de João Amaro, em 1763, começou-se a expurgar o território com as milícias a posto, em grande aparato de guerra; tomaram as tropas diversas direções até o Rio de São Francisco; milhares de índios foram abatidos e suas aldeias arrasadas; outros milhares algemados vieram trazidos ao mercado da escravidão e os que a ela ou à morte escaparam, fugiram para além dos vestígios do homem civilizado. Os resultados da expedição de João Amaro asseguram apenas a possibilidade da colonização do interior, que não se fez a mais do que havia, de modo que, passada uma geração, os índios voltaram de novo às florestas donde a rude chacina de carne humana os havia refugiado. E ainda até hoje, ao menos na região meridional, os Aimorés e Puris tornam difícil o caminho das grandes florestas do interior.

O que não pôde a caçada e a morte ao gentio, melhor o obteve a instituição de missões que conseguiram em parte domar o índio bravo e chamá-lo ao grêmio da civilização.



IV – O interior: grupo compreendendo *São Paulo*, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A jurisdição do Rio, interrompida no litoral de São Paulo (desde 1709), continua de Santa Catarina até o extremo sul, ao passo que nos seus primórdios São Paulo domina todo o sertão do oeste, em região quase equivalente a todo o resto do Brasil.

A Capitania geral de *São Paulo*, que resultou da fusão das antigas capitanias de São Vicente e Santo Amaro e logo se emancipou da administração do Rio de Janeiro, veio a ser a maior capitania do Brasil, pois se estendia para Oeste até os limites espanhóis e para o norte até o Maranhão, com a sucessiva conquista e ocupação do interior pelos ousados paulistas. Desse enorme trecho de terra foram-se desprendendo e formando outras capitanias novas que a importância dos lugares ia criando: a de *Minas Gerais*, em 1720; a de *Goiás*, em 1744; e a de *Mato Grosso*, em 1748, que então nessas datas tiveram governo separado.

Nas suas origens foi a Capitania de São Paulo (São Vicente) a mais antiga do Brasil, e onde se instituiu melhor ordenada a colonização e a agricultura segundo as formas e os processos que depois se generalizaram para as outras partes do país. Toda a população estava condensada em São Paulo e Santos, para onde logo cedo vieram transplantados a escravidão africana, os animais domésticos europeus, o gado e a cana-de-açúcar. Da população branca, derramada por entre a dos índios, originaram-se caribocas e mamelucos, que mais tarde se distinguiram como os mais audazes pioneiros da terra na organização das *bandeiras*, no comércio da escravatura indígena, donde resultaram conflitos memoráveis com os jesuítas e horríveis fratricídios pelo descobrimento das minas.

Foi então a infame preia dos índios posta um pouco à margem, e as correrias em busca de metais preciosos avolumaram-se com o concurso de estrangeiros e de gente de toda a casta.

Em 1709 as capitanias de São Vicente e Itanhaém, pelo preço de 40.000 cruzados, foram anexadas à coroa e logo independentes do Rio de Janeiro e formando com Minas uma capitania à parte.



Quando governava D. Pedro de Almeida, produziram-se grandes levantamentos e desordens, com a cobrança do quinto do ouro; para melhor atender à justiça desses casos, D. João V em 1720, desmembrou Minas de São Paulo. Datam dessa desagregação novas conquistas e que os paulistas empreendem sob o governo de Rodrigo Cesar de Menezes, descobrindo novas minas de ouro em Goiás e em Cuiabá. O governador passou-se para Mato Grosso a fim de dividir as terras auríferas, regularizar a arrecadação e interesse do fisco em tão longínquas paragens. Em breve Mato Grosso e Goiás são feitas capitanias independentes. Três capitanias de imenso território foram assim conquistadas para a coroa pelos paulistas em menos de um século.

O primeiro paulista que penetrou em *Mato Grosso* ainda no século XVI foi Aleixo Garcia com uma escolta de índios batizados. Daí por diante numerosas bandeiras ao norte (a de Manoel Corrêa pelo Araguaia etc.), e ao sul, exploram a região, sem nela fundar estabelecimentos duráveis. Uma delas, a de Pascoal Moreira Cabral, seguindo as pegadas de outra anterior (a de Antônio Pires de Campos, 1768), subiu pelo Rio dos Cuxipós e, encontrando ouro, parou no sítio chamado *Forquilha* a despachou um próprio para dar a auspiciosa notícia ao Conde de Assumar, governador de São Paulo. À divulgação da notícia, atiraram-se inexpertos e numerosos aventureiros à cata do metal, e, por desconhecerem os longos e ínvios sertões, morreram à fome ou nas emboscadas dos ferozes Paiaetés e Gaicurús; outros lograram alcançar o Paraguai, subindo e descendo ziguezagues longuíssimos e, com grande desperdício de tempo, todos os vários rios que só apareciam dever levar à região ambicionada. A insignificância dos achados não compensava tamanhos sacrifícios, que só a esperança de novas surpresas alentava. Assim começaram a existir os arraiais e povoações

de Mato Grosso. As expedições de Mato Grosso levaram à ocupação de *Goiás*; uma delas, a de Manoel Corrêa, voltou pelo Araguaia em 1647, e, penetrando até o pequeno Rio dos Arais, aí apanhou algumas oitavas de ouro. As expedições deste tempo eram, para assim dizer, de *longo curso* e muito frequentemente vinham parar no Amazonas e no Maranhão, descendo a corrente dos grandes rios do norte.

Um dos mais audazes aventureiros da época, Bartolomeu Bueno da Silva, cuja fama e terror entre os índios lhe granjearam a nome de feiticeiro, ou *Anhanguera*, diz-se por ter ameaçado aos selvagens de por em labaredas as matas e os grandes rios do interior (e para demonstrar aos supersticiosos selvagens a possibilidade da façanha, fazia arder a aguardente numa escudela), partiu de São Paulo em 1682, e, penetrando no sertão de Goiás, conseguiu efetivamente colher grandes porções de ouro. Maior colheita, de 8.000 oitavas, colheu depois o filho de Bartolomeu Bueno, e da ciência deste resultado data o povoamento de Goiás. Bueno Filho foi nomeado capitão-mor das novas terras e encarregado da arrecadação do quinto. Começa aqui a era naturalíssima das sedições e dos crimes frequentes entre a gente ambiciosa e adventícia, ao que põe um termo a criação de um governo separado do de São Paulo.

A história de *Minas Gerais*, depois de sua separação, que foi em 1720, e quando quase toda a população se condensava a sudeste (Ouro Preto, Mariana, Sabará etc.), começa com a expansão do povoamento para o norte (Minas novas, então anexada à Bahia), e para noroeste (o rio e as minas de Paracatu, 1744).

Lourenço de Almeida foi o primeiro capitão-geral; com a terminação, embora não completa, das antigas desordens, começaram a florescer ao lado da mineração as outras indústrias úteis da agricultura e da criação, que ali tomaram grande

incremento, e de maneira que, ao dizer dum viajante célebre “Minas poderia viver sem o concurso do resto do mundo”.

Com a nova capitania, cogitou o governo em arrecadar melhor os direitos sobre o ouro e tratar de substituir o quinto pela captação dos escravos ocupados na mineração; meio de evitar o contrabando e outras fraudes. O povo ofereceu pagar 100 arrobas anuais, quando não atingisse essa enorme soma a cobrança do quinto. Não foi aceita a proposta (1734). O Presidente Gomes Freire de Andrade fez adotar o imposto de captação, que durou até 1751.

Por esse tempo ocupavam-se na mineração cerca de 80.000 homens, ou o terço da população. Assim empobreciam ou esgotavam-se as lavras de ouro, sucessivamente abandonadas, umas pelas outras, até mesmo pela insuficiência técnica dos exploradores, ineptos ou sem capitais; dentro em pouco começou a decadência, de modo que nos tempos da independência do Brasil ocupavam-se da mineração apenas 5.000 pessoas. Em 1819 o quinto rendeu apenas 7 arrobas; as fundições reais estiveram todo o tempo pejudicadas e mortas.²⁴

Além da riqueza do ouro, concedeu a natureza à feliz capitania mais o tesouro dos diamantes. Poucas milhas ao norte do Serro, em rude e áspera região cortada de límpidos regatos, acharam os bandeirantes as primeiras pedras preciosas. Sebastião Leme do Prado enviou algumas delas a Lisboa (1725); outro mineiro, Bernardino da Fonseca Lobo, fez igual remessa (1728) de belos exemplares que foram então reconhecidos na plenitude do seu valor: um cônsul holandês ou um português da Índia declarou que eram magníficos diamantes. A coroa deixou a exploração dos diamantes aos particulares, reservando-se, como a respeito

24 Von Eschwege computou a produção do ouro no Brasil até 1820 (incluído o cálculo de contrabando etc.) em 63.467 arrobas e 14 marcos, do valor de 650.000.000 Thaler pr. Crt., que nada deixaram de grandioso e útil na terra donde foram arrancadas.

do ouro, a superintendência e fiscalização do produto, impondo em vez do quinto, um imposto de captação sobre cada pessoa ocupada naquela indústria; o imposto a princípio era de 5\$000 réis e foi aumentando até 40\$000 réis (1731, 20\$000; 1733, 25\$000; 1734, 40\$000), os diamantes só podiam ser embarcados na frota real e pagavam 1% *ad valorem*.

É o tempo em que o distrito dos diamantes recebe de súbito mesclada população de 40.000 imigrantes de todas as condições, que procuravam as pedras preciosas e à visa dos fiscais se refugiavam nas grimpas das serras (*garimpeiros*). Lutuosas tragédias se passam entre esses aventureiros, a que só guiava a ambição; uma das lavras é descoberta entre os malditos gritos de *Mata! Mata!* e o labéu do nome fica perpetuado. A produção foi enorme; em Lisboa e na Europa o diamante desceu três quartos do valor; queda que o governo conseguiu sabiamente corrigir, limitando os excessos dos garimpeiros, as fraudes, elevando a captação do explorador a 240\$000 réis e afinal declarando de 1º de janeiro de 1740 em diante monopólio da coroa. Foi o monopólio arrendado primeiramente a João Fernandes de Oliveira: depois a Felisberto Caldeira Brant, que, não podendo solver o que devia, foi responsabilizado, deportado para Lisboa, onde morreu na prisão. Mais tarde, Pombal, que procurava remediar a tudo com regulamentos e outros aparatos de polícia administrativa, reformou e regulamentou com rigores tão escusados a indústria dos diamantes que, depois de tirada aos livros garimpeiros, de fato frustrou as esperanças que nela se haviam posto.

V – O *Sul* (quarto grupo, compreendendo Espírito Santo, *Rio de Janeiro*, Santa Catarina, Rio G. do Sul).²⁵

25 Neste grupo de estados separamos o de São Paulo, que promove o povoamento do interior e por conseguinte abrange a história de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.



A capitania geral do Rio de Janeiro, em 1658, emancipou-se da subalternidade da Bahia, e compreendia mais a da Paraíba do Sul ou São Tomé (Campos de Goitacazes) incorporada já à coroa, e tinha superior jurisdição sobre outras capitanias privadas, Espírito Santo, São Vicente e Santo Amaro, que foram pouco a pouco passando ao domínio do rei. O *Espírito Santo*, que foi doado a Vasco Fernando Coutinho, foi afinal comprado por D. João V em 1717 pela soma de 40.000 cruzados. O mesmo rei, atendendo aos interesses e desenvolvimento das minas, separou São Paulo e Minas reunidos, da jurisdição do Rio (1706) e depois anexou ao domínio do Rio as capitanias do Sul, *Santa Catarina* e *Rio Grande do Sul* (1738).²⁶

A história do Espírito Santo consiste em encarniçadas lutas entre os colonos, que apenas ocupam o litoral, e os índios bravos botocudos e goitacazes, que descem de vez em quando em correrias até a costa. Para combatê-los serviam-se os colonos dos outros índios mansos da raça tupi, mais valentes e cultos, localizados muitos deles nas missões jesuíticas de Itapemirim, Vila Velha e São Mateus. No tempo da primeira invasão holandesa (na Bahia), o Espírito Santo sofreu um ataque da frota de *Patrid*, que foi heroicamente repellido, sendo as tropas dos invasores obrigadas a embarcar rapidamente, desenganadas da vitória (1625).

Continuaram as missões e aldeamentos a prosperar até que Pombal os entregou às ávidas e incapazes *diretorias* que aqui, como por toda a parte, os arrastaram à completa ruína.

A capitania do *Rio de Janeiro* enriqueceu e teve incremento extraordinário logo nos primeiros tempos; era um dos empórios do grande comércio que então se fazia com o Rio da Prata e mesmo com o Peru, apesar das rigorosas proibições do governo espanhol (1552). Isso explica porque já em 1648 pôde ela, dominando os

²⁶ As antigas capitanias de Santo Amaro e São Vicente, depois de longas questões de limites, foram reunidas sob a denominação de São Paulo e incorporadas à coroa.

mares com seus próprios recursos socorrer e libertar Angola da invasão holandesa. O comércio com o sul avalia-se por essa informação de que, quando, por acordo de Espanha e Portugal, se ordenou a cessação dos escambos, havia no Rio de Janeiro só em mercadorias 600.000 cruzados, exclusive outros valores. Depois da perda do comércio estrangeiro vem compensação ainda maior com o descobrimento das minas e o comércio interno, que por esse motivo se desenvolve. Todas essas vantagens deram primazia à cidade de São Sebastião, que logo se impôs como capital do Brasil. Não menos contribuiu para a sua fortuna a longa paz que desfrutou enquanto o Norte se debatia e se esgotava com a guerra estrangeira.

Poucas são as interrupções da tranquilidade da capitania, mais oriundas de vizinhos imoderados ou do arbítrio vulgar de autoridades pouco conscienciosas. Uma delas é a reação dos colonos contra os jesuítas pela eterna causa dos oprimidos índios (1640).

Sucesso sem dúvida mais importante é a invasão dos franceses de Du Clerc e a Du Gay Trouin, que foram repercussões da guerra da sucessão da Espanha, em que Portugal tomou o partido desta contra a França. Represálias momentâneas não perturbaram a vida natural da cidade, mas evidenciaram a vida natural da cidade, mas evidenciaram a quase inutilidade dos seus meios de defesa e das fortificações que após esse desastre foram restauradas. Esse período de 1710-12 são três anos críticos na história do Brasil, no qual se debatem na guerra civil ou estrangeira, Pernambuco, Bahia e Rio, isto é, os três centros da vida colonial.

A capitania de *Santa Catarina* fazia parte a princípio da capitania de Santo Amaro, doada a Pero Lopes de Souza e em 1711 incorporada à coroa. A colonização começa tardiamente, por parecer talvez a terra afastada das demais habitadas. São mercadores, índios e trãnsfugas, aventureiros isolados, náufragos de temporais frequentes nessa região, os primeiros que ocupam a ilha e a costa fronteira, visitadas

de flibusteiros e contrabandistas de tempos a tempos. Pelos fins do século XVI vieram chegando os jesuítas e em 1624 havia já na ilha uma florescente missão, mas esses pios trabalhadores viam seus esforços inutilizados pela desumana gente que aí aportava ou buscava homizio.

Dois paulistas, Francisco Dias Velho Monteiro e José Tinoco, em 1651, com seus parentes e escravos e camaradas índios vieram estabelecer-se e fundar grandes lavouras na ilha. Parece que, ao que dizem, Monteiro, com uma emboscada, pilhara um navio carregado de tesouros do Peru que aqui arribara, e isso lhe trouxera as contínuas represálias que houve com os flibusteiros, numa das quais foi morto. Os seus companheiros, desgostosos, voltaram para São Paulo e deste modo ficou a ilha de novo abandonada. Outro paulista, Domingos Peixoto de Brito, fundou a povoação de Laguna, e desde então, 1656, começou a colonização regular, ainda que lenta, dessa região. Em 1723, por ordem real, vieram colonos açorianos e da Madeira que abriram a corrente da imigração laboriosa e útil. A povoação de N. S. do Desterro na ilha, substituiu desde 1739 a de Laguna como sede do governo. Para avolumar a população, os deportados, que a princípio vinham para todo o Brasil e depois para o Estado do Maranhão, de 1794 em diante vieram designadamente para Santa Catarina; felizmente, por muito pouco tempo (4 anos), pois as autoridades, reputando o clima salubérrimo, resolveram de preferência colonizar com os desterrados o extremo oeste, Mato Grosso e Amazonas (1797).

O *Rio Grande do Sul*, fora da linha de demarcação, não era considerado parte do Brasil, nem foi doado a senhores no tempo da distribuição das capitanias. No século XVII, o domínio português expande-se até o Rio da Prata pela fundação da colônia do Sacramento, 1680; porém ainda neste tempo as guerras intermediárias entre aquela colônia

e Paranaguá estavam fora do domínio oficial e entregues à iniciativa dos aventureiros e aos empreendimentos dos jesuítas.

De Laguna foram ordenadas no ano de 1715 duas expedições para determinar um caminho por terra até a colônia do Sacramento; uma delas com grande risco escapou do cativo que sofreu em guerra com os índios, e outra logrou chegar até o Rio da Prata, achando o caminho desejado; na volta, porém, veio a encontrar-se com expedição análoga da parte dos espanhóis que com os índios civilizados e dependentes das missões vinham escolher localidades próprias para outros estabelecimentos. Nesse ponto (que é o do Rio Grande) encontravam-se assim as duas expansões: a platina e a brasileira; não houve luta no momento, e os índios levados a Santa Catarina logo daí voltaram para as suas missões, levando o aviso de que não era lícito aos espanhóis invadir a região, já agora considerada portuguesa. O resultado desta reclamação foi que as missões do Paraguai (Paraná, Paraguai e Uruguai), apesar de florescentes, não progrediram territorialmente para leste.

De ano para ano, no curso do século XVIII, foi-se formando no Rio Grande por iniciativa privada a indústria pastoreira, que é a sua melhor riqueza. O terreno aqui é dividido entre as matas virgens do norte e as planícies e campos do sul, levemente ondulados, os mais próprios do país para a criação, porque, cortados de mananciais perenes, neles se desconhecem a aridez e as terríveis secas do norte. O governo apenas naquele tempo interveio para abrir um longo caminho entre o Rio Grande e o distrito de Minas, por onde deviam seguir as rezes do abastecimento do sertão mineiro, ainda sem a criação do gado. Em todo o caso pensou-se em ocupar militarmente a região e em 1737 o Brigadeiro José da Silva Paes fundou um forte na foz do Rio Grande, em

redor do qual se estabeleceram os índios e açorianos, aldeia transferida depois para uma légua mais a nordeste e foi a origem do porto atual. Porto Alegre, também fundada com açorianos em 1743, tornou-se a cidade capital desde 1770; desses dois estabelecimentos nos extremos da Lagoa dos Patos irradiou a colonização da capitania com a fundação de novos núcleos de povoação. É capitania geral e independente da do Rio de Janeiro só em 1807.

Em todo o curso da sua história viu-se envolvida nas lutas originadas das questões de limites entre as possessões espanholas e portuguesas.

No século XIX passaram ao domínio português (1801) as sete missões do Uruguai: São Francisco de Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São Miguel, São João Batista, Santo Anjo. Eram elas governadas teocraticamente com estética disciplina de costumes e de trabalho e eram o exemplo da capacidade máxima dos índios quando bem dirigidos. Ataques e agressões não lhes faltaram por parte sobretudo dos paulistas, que as intentaram destruir movidos pela ambição do tráfico de carne humana: mas a resistência delas era em igual medida admirável e terrível.

Não menos que os índios, os colonos sofriam os embates da guerra e de modo que, diz um escritor, “o Rio Grande nascia da guerra e tinha de embalar-se e crescer, de educar-se ao som e ao alarido dos toques de rebate e dos ímpetos da luta”.

Essa eventualidade assinalou desde o berço o caráter do povo.

VI DEFINIÇÃO TERRITORIAL DA PAZ (1750 E 1777)

Pelos meados do século XVIII havia o Brasil atingido a sua máxima expansão territorial; conquistara o sul até a margem setentrional do Prata e todo o oeste até o Paraguai, o Madeira e o Javari. Ficou assim definida a sua configuração geográfica que a diplomacia ou a guerra consolidou.

No século XVIII tornou-se inevitável definir a configuração exata do Brasil. Quão longe estávamos já do tratado de Tordesilhas! Os brasileiros paulistas e os jesuítas haviam, pela ocupação e conquista, triplicado a área da antiga colônia. Todo o oeste meridional, até os confins do Paraguai e da Bolívia, e o oeste setentrional, por quase todo o curso do Amazonas, formavam o imenso sertão continental, aumentado ao patrimônio do meridiano da demarcação. Além disso o Brasil, do seu extremo em Santa Catarina, levou a ocupação a centenas de milhas até o estuário do Prata.

Com essa extraordinária expansão, veio o país a entrar em conflitos de duas origens: – uns, com a Espanha, que cercava de quase todos os lados terrestres a colônia com o seu domínio sul-americano; outros, com a Guiana, a região do menosprezo, onde repousaram afinal as garras dos europeus, contendores e inimigos do Império colonial ibérico.

Guiana (fr. *Guienne*, lat. *Aquitania*) é apenas a expressão geográfica do ardente território entre o Orinoco e o Amazonas. É curioso que onde Colombo colocara a *Estrada do Paraíso* (Orinoco) e onde mais ou menos colocou a lenda do *El Dorado*, maior aí fosse o abandono dos dois grandes senhores da América meridional. Espanhóis e portugueses



pouco se ocuparam da região: os primeiros nem sequer dela tomaram posse efetiva, e, vindos do Pacífico, lançaram seus últimos padrões no Orinoco. A região abandonada tornou-se a compensação para os franceses, ingleses e holandeses, que não conseguiram fixar-se no Brasil.

Formaram, pois, uma *Guiana francesa* (Caiena), que foi a primeira e deu nome às demais, uma *Guiana holandesa* (Surinan), uma *Guiana inglesa* e, por conchavo com a Companhia de Holanda (1669), uma *Guiana alemã* (a *Neue Teutschaland* ou *Hanauische Indien*; do Príncipe de Hanau), e se a Itália fosse então um país uno, teria também a sua Guiana. *Por imitação* o Brasil também teve a sua Guiana brasileira.

As questões de limites a oeste e sul podiam então resolver-se só com tratar com a Espanha; a faixa menor do território limítrofe com a Guiana tinha aspecto mais complexo pela multiplicidade (e hoje pela importância) dos contendores, malgrado a menor importância das terras.

Também nesse tempo o domínio espanhol limítrofe estava dividido em três vice-reinados: Buenos Aires, Lima e Santa Fé de Bogotá, eram os seus nomes e abrangiam respectivamente os Estados de La Plata, sul e sudoeste, os Estados do Peru e os Estados da Colômbia. Essa divisão todavia não prejudicava a unidade da questão diplomática naquele tempo.

Hoje, com a independência das repúblicas sul-americanas ressurgiu e complicou-se a questão dividida entre reclamações da Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia e mesmo do Equador.

A expansão do poder colonial tinha até 1644 atingido o Cabo Norte, expelindo do Amazonas e do litoral circunvizinho os flibusteiros holandeses e outros que haviam tentado estabelecer-se nessa região; mas, assegurado o domínio daquela costa, tomou nova direção, internando-se pelo sertão amazônico.

Entre o Oiapoque e o Orinoco, pois que a Espanha nem Portugal reclamavam, foram-se fundando estabelecimentos estrangeiros. Os franceses conseguiram fixar-se na vizinhança do domínio português, e na Ilha de Caiena fundaram uma colônia (1664) que, pertencente à companhia francesa de comércio das Índias ocidentais, logo dez anos depois passou ao domínio da coroa de França (1674); os aventureiros franceses de Caiena foram expandindo seu comércio até aquém do Cabo Norte e tentaram por vezes, não sem êxito, navegar pelo Rio Amazonas contra a resistência das autoridades brasileiras; por outra parte, nas terras interiores, eram frequentes os protestos dos missionários contra os aventureiros daquela nacionalidade. Gomes Freire de Andrada (1685-87), capitão-general do Pará, enviou neste sentido uma reclamação ao governador de Caiena, atestando o direito português sobre ambas as margens do rio e a sua exclusiva navegação. Era esse protesto tido em conta de inútil impertinência num tempo em que reinava sobre os franceses o mais poderoso dos seus reis. Não passava talvez despercebido ao orgulho de Luiz XIV o domínio do rio gigantesco do sul, a exemplo do que fundava ao norte com a nova França nas bocas do Mississipi, guardando assim as chaves dos dois mediterrâneos do Novo Mundo. As reclamações de parte a parte degeneraram em franca hostilidade; os franceses apossaram-se do forte de Macapá, que logo depois perderam. Como Luiz XIV queria a boa amizade de Portugal na pretensão do trono espanhol para o neto Filipe d'Anjou, em Tratado provisório (1700), e num tratado de aliança (1701) conveio em renunciar à margem setentrional do Amazonas, sob promessa da candidatura

de Filipe (o quinto). Foram esses tratados logo anulados porque Portugal colocou-se do lado da Inglaterra, Holanda e Áustria, em favor das pretensões do príncipe austríaco, que disputava infrutiferamente a sucessão da coroa espanhola. Depois da guerra da sucessão, assinou-se a paz de Utrecht, 1713; a França, coagida pela Inglaterra, abriu mão de suas sucessivas pretensões, restringindo a sua Guiana ao limite oriental extremo do Oiapoque e renunciando ao comércio e navegação do Amazonas.

Esse compromisso foi violado pela República francesa, que após curta guerra com a península e pela paz de Madrid (1801) exigiu um limite mais ao sul, o do Rio *Parapanatuba*, e depois, pela paz de Amiens (1802), por influxo da Inglaterra, o de outro rio mais ao norte, o *Araguari*.

D. João VI, refugiado no Brasil, conquistou a Guiana francesa, que foi depois restituída com o Congresso de Viena (1815), mas sem determinação dos limites que só mais tarde, pela Convenção de Paris (1817), foram designados como sendo os do tratado de Utrecht, que voltava a ter pleno vigor.

A França todavia reclamava até ulterior fixação ao menos todo o território do sul até o rio Araguari e esse trecho de terras, ora conhecido pelo nome de Contestado, entre o Amapá e o Oiapoque, foi declarado neutro desde 1841.²⁷

As Guianas inglesa e holandesa também não têm limites determinados com o Brasil. Os mais naturais deles seriam a divisória (às vezes incerta) das águas do norte e das do Amazonas pelas elevações ou serras de Tumucumaque, Acaraí, etc. Mas a Inglaterra reclamava uma parte da bacia amazônica (Tukutu e Cutingo) e conveio com o Brasil em declarar neutro (1842) o território de *Pirara* (entre Rupununi e Cotingo, comum às duas vertentes); não

27 A questão foi recentemente resolvida a nosso favor e assim adquirimos o *contestado* por sentença arbitral da Suíça.



obstante, frequentes vezes forças militares inglesas têm avassalado o território.²⁸

A questão de limites com a América espanhola foi nos tempos coloniais regulada principalmente pelos dois tratados de Madrid (1750) e de Santo Ildefonso (1777).

O primeiro acordo entre os dois impérios foi o de Tordesilhas (1494), que se tornou obsoleto desde que a Espanha firmou a posse das Filipinas. Também já não conviria mais aos interesses de Portugal no Brasil desde o século XVII, quando o domínio português ao norte e ao sul e a oeste passara além do meridiano assinalado.

O meridiano da demarcação, com a imperfeição da ciência e dos instrumentos do tempo, seria dificilmente determinado com exatidão. Em qualquer caso, no século XVII os portugueses avançaram para além de Belém, ao norte, e além de Santa Catarina, ao sul, triplicando a área de influência que o tratado de Tordesilhas assinalava.

Os espanhóis da América conservaram-se muito distanciados da colônia portuguesa; ao norte havia um grande hiato deserto entre o Pará e a Costa da Colômbia; ao sul outro semelhante entre Laguna e Buenos Aires; do lado do oeste, porém, os espanhóis limitavam-se apenas à região andina e suas proximidades. Destarte a expansão portuguesa foi-se fazendo sem obstáculos; os jesuítas, os colonos, sobretudo os paulistas, conquistam todo o ocidente – pelo Amazonas até às primeiras missões do Equador, pela região das minas até as povoações bolivianas; e pelo sul desde logo, 1679-80, chegou-se ao Rio da Prata pela fundação, por ordem d’El-Rei, da Colônia do Sacramento. Com essa expansão extrema que se completa no século seguinte é que entram em contato, e por todos os

²⁸ A questão de limites com a Inglaterra foi recentemente resolvida pela sentença arbitral da Itália, que dividiu ao meio a região reclamada pelos ingleses e pelo Brasil.

pontos, portugueses e espanhóis. Nesse século (XVIII), pois, é que se agitam as questões de limites até então, por inúteis, esquecidas.

Nesse ínterim a ocupação portuguesa tinha realizado em certos pontos essenciais: as missões de Entre Rios a leste do Uruguai, 1715 (reclamação das autoridades de Laguna), Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, 1700-1734; o Guaporé, o Madeira (Manoel Felix de Leme) 1742; o forte da Lagoa dos Patos, 1737. Eis o Brasil dos meados do século dezoito.

Portugal e Espanha, vivendo nesse tempo em cordiais relações,²⁹ resolveram amigavelmente assentar os limites dos dois impérios na América. Negociaram o ajuste o Conde de Vila Nova de Cervera e José Carbajal; foi concluído assim o *Tratado de Madrid* de 1750.

A linha de limites acordada era a seguinte: devia começar ao sul no sangradouro da Laguna de *Castillos* (34° 20' Lat. s.), pelos montes de *Castillos grandes* às cabeceiras do Rio Negro, afluente do Uruguai, até às do Ibicuí e por este rio até o Uruguai; dali descia o Uruguai abaixo até o Rio Piperi e deixando o Uruguai pelo Piperi acima até as suas cabeceiras, daí em linha reta até as cabeceiras de outro pequeno rio próximo (Santo Antônio) que se lança no Iguaçu e por este até a sua confluência no Paraná, e pelo Paraná até o Iguareí e pelo Iguareí e suas cabeceiras até encontrar o Paraguai, seguindo mais ou menos a linha reta ou a divisão das águas ou qualquer rio que porventura existisse, formando-se desta arte o limite sul de Mato Grosso. A linha continuava pelo Paraguai acima até a foz do Rio Jauru, daí em linha reta para o ocidente até o Guaporé até a confluência com o Mamoré no Madeira. Descendo o Rio Madeira, do ponto médio entre aquela confluência e a foz no Amazonas a linha seguiria até o Javari e por ele até a embocadura no Amazonas e em seguida pelo Amazonas até o Japurá, subido

²⁹ Fernando VI de Espanha desposara uma princesa portuguesa, filha de D. João V. D. José de Portugal casara-se com a filha de Filipe IV. Eram, pois, os dois, reis duas vezes cunhados.

este para o norte até as cabeceiras; atingido este ponto, procurar-se-ia a linha divisória das águas do Orinoco e Amazonas e por ela traçar-se-ia o último trecho das fronteiras.

O *tratado de 1750* consignava, pois, no seu todo e com pequenas e insignificantes diferenças, a *configuração atual do Brasil*; pôde-se afirmar que a formação territorial do país na sua total expansão data desta era.

A determinação destas fronteiras, ainda que vantajosa para ambas as partes, sempre se tornou difícil. Desde o momento de concluído, o tratado foi mal recebido pela opinião pública de ambos os países, a qual sempre está disposta por natureza a hostilizar as pretensões estrangeiras. Duas comissões mistas foram nomeadas para demarcar a imensa fronteira: uma, ao norte, com o capitão-general do Pará Mendonça Furtado e Iturriaga; e outra, ao sul, com Gomes Freire de Andrada e o Marquês de Val de Lírios. Esta logo encontrou oposição e guerra dos índios das missões dos jesuítas, que se levantaram em rebelião por não quererem ser incorporados, como o deviam ser, pelo tratado, no domínio português; foram, depois de longa luta, subjugados ou antes exterminados; não podiam os espanhóis deixar de simpatizar com a atitude dos índios, e por isso daí por diante a comissão entrou a mal entender-se e a levantar dificuldades por nonadas e bagatelas, sem que o trabalho de demarcação fizesse progressos; nesse ínterim a política europeia modificava-se com a morte do rei espanhol. Uma nova convenção feita em 1761 anulava o tratado de Madri, e repunha o antigo estado de coisas: a Portugal restituía-se a colônia de Sacramento e à Espanha as desventuradas Sete Missões.

Com esse malogro, a que se seguiu a guerra durante quinze anos (1761-1777), com sorte adversa assistimos à ocupação do sul do país pelas forças de Ceballos, que chegou a apossar-se do Rio Grande (1762) e até de Santa Catarina (1777). Com a ascensão de D. Maria I (princesa espanhola e irmã de Carlos III) chegou-se afinal

à paz e a um acordo das fronteiras pelo *Tratado de Santo Ildefonso* (1777).

Pelo tratado de *Santo Ildefonso*, eram restituídas as terras conquistadas do Rio Grande e a Ilha de Santa Catarina, e a Espanha guardava a posse da colônia do Sacramento.

A linha geral das fronteiras deste tratado é a mesma de 1750, exceto ao sul; agora a linha de separação começa no arroio Chui (33° 45' L. s.) e pela Lagoa Mirim ao Rio Negro e pela divisória das águas do Uruguai até a confluência nele do Pepiri.

Daqui por diante a fronteira é a mesma do tratado de Madri; vê-se portanto que as Missões do vale do Uruguai voltavam ao poder da Espanha.

Os demarcadores, divididos em cinco comissões seccionais, pouco fizeram de útil, perdendo o tempo em questiúnculas e desinteligências por espaço de mais de um decênio.

Sobreveio a guerra, a que a Revolução francesa havia arrastado a península em 1801, colocando-se Portugal ao lado da Inglaterra. Os brasileiros tomaram o forte de Jaguarão e dominaram todo o vale oriental do Uruguai onde as missões indianas, ora entregues à administração leiga, renderam-se indiferentemente, aos novos senhores. Os territórios ocupados foram reconhecidos nossos mais tarde em tratado com Montevidéu (1819, 1851, 1852 e 1857).³⁰

³⁰ Neste século a questão da fronteira com a Espanha multiplicou-se com a criação e independência dos países novos: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Argentina. A fronteira com *Venezuela* foi fixada em 1859, a de *Colômbia* está ainda em litígio com o Brasil, Equador, Venezuela e Peru, e a falta de marcos naturais ainda mais a complica; a do *Peru* (tratados de 1851, 58, 77) e a da Bolívia (1867) foram reguladas estritamente pelo tratado de S. Ildefonso; a fronteira do Paraguai, determinada depois da guerra (1872); a da Argentina suscitou questões a respeito da identificação dos rios Piperi e Santo Antônio (para os argentinos estes são o Chopin e Chapecó dos brasileiros). A questão foi resolvida pela arbitragem dos Estados Unidos em nosso favor (1894).

A questão com a Bolívia parece terminada com a aquisição por compra do território do Acre, mas sem grande êxito para nós até agora, com o protesto do Peru que reclama larga parte da região cedida pelos bolivianos.

Para os lados do sul da América, em 1675, o último estabelecimento português era Laguna, e o primeiro espanhol era Buenos Aires; o largo trecho intermédio do litoral estava desocupado. Resolveu então D. Pedro II de Portugal criar um posto militar extremo no Rio de Prata, sentinela avançada que devia guardar a fronteira portuguesa da América. Foi assim fundada em 1680, na margem esquerda do Prata, a Colônia do Sacramento, pelo governador do Rio, D. Manoel Lobo.

Tornou-se esta colônia, em terras cuja posse ainda não estava regulada, o verdadeiro pomo da discórdia entre portugueses e espanhóis.

Sucessivamente é ela tomada, saqueada, destruída e depois restituída e reedificada, conforme as vicissitudes da política europeia.

Tomada em 1680 por D. José de Garro, é no ano seguinte reentregue aos portugueses (1681). Tem igual sorte com Valdez (1705) e é restituída de novo pelo tratado de Utrecht (1715).

Desse lado, os espanhóis tinham em Buenos Aires recursos incomparavelmente maiores que os da pequena colônia tão distanciada do Rio de Janeiro.

Tinha a povoação, todavia, grande vitalidade, que lhe dava o comércio de contrabando sempre fácil na fronteira; os seus habitantes prosperavam e enriqueciam, e se tornavam fortes.

Quando Miguel de Salcedo, governador de Buenos Aires, em perseguição aos contrabandistas, pôs cerco à Colônia do Sacramento, em 1735, devastando os campos e plantações em redor, dentro de muros a povoação resistiu com denodo, os habitantes pegaram em armas e suportaram o bombardeio durante dois anos, quando, numa valorosa sortida, romperam o sítio e puseram em fuga os sitiados (1737).

Poria termo a essas contínuas questões um tratado que firmasse os verdadeiros limites do domínio português e do espanhol. Foi de fato celebrado o tratado de Madrid, pelo qual perdíamos a colônia do Sacramento, mas ganhávamos o território chamado das *Sete Missões*.

Nas terras entre o *Piratini* e o *Ijuí* os missionários de Entre Rios, jesuítas espanhóis haviam fundado algumas *reduções* de índios guaranis convertidos e civilizados, que trabalhavam na agricultura, sob o regime patriarcal dos padres que os dirigiam. Viviam nessas missões, por assim dizer, independentes; eram espanhóis os jesuítas, mas o governo civil e militar de Buenos Aires não intervinha jamais nesses aldeamentos, nem mesmo para cobrar imposto, de que estavam isentos.

Os guaranis conservavam a tradição de ódio e horror aos brasileiros, nomeadamente aos paulistas, por causa do tráfico da escravidão que estes exerciam, e não estava esquecida ainda a traiçoeira ruína, eversão e incêndio das missões, realizada pelos bandeirantes do Paraná.

Quando, pois, eles souberam que seriam incorporados ao domínio brasileiro pelo novo tratado, levantaram-se unânimes. Ainda que o governo lhes proporcionasse o direito de transmigração com seus haveres, para outros pontos, onde novas e excepcionais vantagens lhes eram oferecidas, não lhes sorria entretanto a contingência de abandonar as terras que haviam cultivado e onde nasceram e se criaram.



Intimaram as tropas brasileiras que guarneciam o serviço de demarcação dos limites a evacuar o território, e, começando a resistência, obrigaram-nas a pouca honrosa retirada (novembro de 1754). Só em janeiro de 1756 foi possível reunirem-se o exército espanhol e português para coagir os guaranis à obediência da lei; foram assim submetidos. Muitos passaram-se para a região espanhola e outros procuraram asilo na floresta virgem.

Sem dúvida alguma entrava por muito na resistência aos demarcadores a ação ou o conselho dos missionários jesuítas, ao sul e ao norte do país. Nestas e noutras intrigas que os escravistas, os chamados livres pensadores e especuladores avolumavam, firmou-se o Marquês de Pombal, o ministro poderoso, para obter do fraco Rei D. José a lei de 1759 aboliu na colônia a companhia dos jesuítas.

Mais tarde era anulado o tratado dos limites.

Quando em 1761 rebenta a guerra que resultou do chamado *pacto de família* (dos Bourbons, de França e Espanha, contra Inglaterra e Portugal), no sul da colônia recomeçam as antigas lutas. D. Pedro de Ceballos, governador de Buenos Aires, com seis mil homens, toma a colônia do Sacramento, que não soube resistir, invade e apossa-se do Rio Grande.

Após uma breve paz, com poderosa armada e um exército desnecessariamente monstruoso, pois era de vinte mil homens, D. Pedro de Ceballos toma a Ilha de Santa Catarina e arrasa as fortificações do Sacramento.

Caíra assim todo o sul, aliás pouquíssimo habitado (1777), em poder dos espanhóis de Buenos Aires, mas logo nesse mesmo ano restituído (tratado de Santo Ildefonso), perdendo-se contudo a colônia do Sacramento, as Missões e algumas terras da fronteira meridional concedidas no tratado anterior.

São muito encontradas as opiniões e juízos acerca do Marquês de Pombal, o poderoso e onipotente ministro de D. José I (1750-1777).

Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, era já um ilustre diplomata que havia servido na Inglaterra e na Áustria no momento em que essas duas cortes eram esclarecidas pelo espírito forte de um Walpole e de um Kaunitz. A era de Pombal lá fora, nos países cultos da Europa, coincidia com o movimento intelectual, dos enciclopedistas e das ideias livres a que Portugal quase ficara alheio dentro da sua educação fanática e retrógrada, sob as peias da Inquisição. Pombal aparece, pois, à frente de todos os homens de espírito do velho reino, como o estadista adiantado, enérgico e capaz de salvar o país da sua longa decadência. Em verdade, era um estadista liberal, mas ao mesmo tempo despótico e às vezes tirânico. O segredo da sua popularidade sempre esteve tanto nos atos de energia e de força como nas ideias; mas as ideias novas não achariam meio de penetrar no organismo obtuso do velho reino, sem o remédio heroico da força.

Em todo o reinado de D. José I, Pombal foi o homem da sua absoluta confiança e foi por assim dizer o verdadeiro rei e senhor do país.

A ele acurvaram-se a nobreza e o clero, os dois grandes esteiros do espírito conservador, que o grande ministro abateu em

proveito das reformas que ousou instituir na sua pátria. A pasmosa atividade que Pombal desenvolveu na lutuosa catástrofe do terremoto de Lisboa, que ele logo tornou a reconstruir de modo mais belo e regular, tornou-o homem de maior popularidade (1755).

Não nos compete aqui historiar a parte sem dúvida brilhante da história portuguesa na época de Pombal; basta-nos referir sumariamente os fatos que se relacionam ao Brasil, tão diversamente comentados pelos historiadores.

A questão de limites ao sul do Brasil, agravada por outros antecedentes, e o atentado em Lisboa em 1758 contra a vida do rei, levaram-no a conseguir a expulsão da Companhia de Jesus (1759), que ele considerava um perigo e ameaça ao Estado e ao bem público. O exemplo foi imitado por outras cortes europeias e de tal arte que o Papa Clemente XVI (Ganganelli) se viu obrigado a extinguir aquela companhia.

Uma ilustre escritora assim resume os serviços que devemos a Pombal:

Reformas de Pombal no Brasil – O exímio estadista aboliu no Brasil todos os direitos dos antigos capitães-mores, que se tinham conservado desde 1534. As capitanias de Porto Seguro e Ilhéus foram anexadas à Bahia; mas a cidade de São Salvador perdeu as regalias de residência dos governadores, que passou em 1773 para o Rio de Janeiro. Pernambuco e Bahia tiveram governadores especiais.

Introduziu também importantes reformas na administração da Justiça, abolindo a inquisição e todos os direitos temporais do clero.

Deu a liberdade aos índios e substituiu a falta de braços por uma grande imigração de Ilhéus; consta que mais de 20.000 vieram então dos Açores para o Brasil.

O comércio recebeu grande animação pela diminuição dos monopólios e a instituição de bancos comerciais no Brasil. Os mais importantes foram Grão-Pará e de Pernambuco.

Cuidou especialmente da administração das minas e mandou de Portugal excelentes diretores que deram muito desenvolvimento à província de Minas, então se fundaram colégios que até hoje gozam de muito boa fama.

Os tesouros do Brasil e a sua boa administração foram os principais fatores do brilhante estado em que Pombal deixou as finanças. Organizou um excelente exército, equipou uma boa frota, e mandou reconstruir as fortalezas do Brasil conforme o novo sistema de bastiões de Vanban, e aperfeiçoar como se acham atualmente os portos do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.

Pombal conseguiu estabelecer uma completa união entre brasileiros e portugueses. O ódio que havia germinado pelos erros do governo português preparou a boa recepção de D. João VI em 1808; ao passo que os reis de Espanha, Carlos IV e Fernando VII, não acharam asilo nos seus ricos vice-reinados e foram obrigados a sujeitar-se à política de Napoleão I.

Em 1776, mandou Carlos III uma segunda frota contra o Brasil, comandada por D. Pedro Ceballos, vice-rei de Buenos Aires, que de novo ocupou a região do Prata.

Nesse ínterim morreu D. José I e sucedeu-lhe Dona Maria I, sua filha casada com D. Pedro III, a qual era inimiga implacável do grande ministro, que foi logo demitido, processado e exilado da corte em 1781.

Este eminente estadista morreu no esquecimento em 1782; seu centenário, porém, foi celebrado com grande

entusiasmo em Portugal e no Brasil. A história de Portugal conta três heróis imortais: Vasco da Gama, o descobridor; Luiz de Camões, o poeta; e o Marquês de Pombal, o grande estadista.³¹

De Andrade
Hist. do Brasil, pág. 134-135.

31 De Andrade – *Hist. do Brasil*, pág. 134-135.

VII

O ESPÍRITO DE AUTONOMIA

O espírito do século XVIII na história geral dos povos é quase exclusivamente político. Do livre exame na religião fora-se passando à análise das formas tradicionais do governo da sociedade. “Um princípio único deste século, diz um historiador, domina os demais e é o da *humanidade*, o dos direitos do homem, da justiça social e o amor da felicidade do gênero humano.” Os seus sábios são os economistas ou os filósofos do racionalismo, mais políticos que naturalistas; os seus grandes nomes na literatura são Rousseau, Voltaire, Montesquieu e os enciclopedistas. Os próprios reis submetem-se ao espírito novo; é então a era do *despotismo esclarecido*, dos soberanos que praticam as ideias dos filósofos, Frederico II na Prússia, Catarina II na Rússia, José II na Áustria, prática sobretudo resumida no desprezo da religião e no escárnio das antigas tradições, à custa das quais esses mesmos soberanos se mantinham. Era o perfeito desprezo da história em proveito do racionalismo, e nada escapava à fúria contra tudo que tivesse por si a antiguidade e a tradição. Toda essa agitação intelectual, revolvendo as entranhas da velha sociedade, produziu a revolução de 1789.

Antes desse grande sucesso, porém, já um povo da América, consubstanciando em fórmulas políticas os direitos naturais do homem, havia sacudido o jugo europeu, e realizado a democracia sonhada pelos filósofos. Em 1776, o Congresso de Filadélfia



declarava solenemente que todos os homens eram iguais e entre os seus direitos inalienáveis contavam-se o da vida, liberdade e trabalho pela própria felicidade e bem-estar; e que quando um governo não servia a esses fins, o povo tinha o direito de aboli-lo.

O grande acontecimento achou, em toda a parte, universal aplauso, e sobretudo, secretamente, no coração de todos os americanos que sofriam ainda o jugo do absolutismo colonial, com as suas odiosas restrições.

Repercutiram, pois, no Brasil essas ideias generosas de liberdade.

Pouco importava que não estivessem preparados (e de fato não estavam os nossos opressores e ainda menos nós) para levar a cabo a tarefa da emancipação do homem. A verdade é que a ideia nova despertou o sentimento da liberdade em todos os corações bem formados.

O despotismo que Portugal exercia no Brasil não era mais violento do que algures havia e do que havia na própria metrópole; ao contrário, pouco a pouco se tinha elevado na mãe pátria o conceito da colônia tão instruída como ela e decerto, se fora unida, mais poderosa. As liberdades lá concedidas aqui também nos cabiam com relativa largueza; o grande privilégio da municipalidade do Porto (1490) é igualmente dado à do Rio (1642), às do Maranhão e Pará (1655), e mais tarde às da Bahia e São Paulo (privilégios que garantiam os municípios do arbítrio das autoridades, do recrutamento, das prisões arbitrárias etc.); os senados das câmaras representam aqui importante papel e substituem às vezes nas capitais os governadores; outra magistratura, a dos juízes leigos (*juiz ordinário* e depois *juiz de paz*), é de origem popular como o eram os demagogos dos motins e tumultos, os chamados *Juízes* ou *procuradores do povo*, que sempre se punham à frente das rebeliões contra a autoridade (e foram por isso abolidos). Conquanto essas liberdades e outras não garantissem a colônia contra o despotismo ilimitado ou a rapina dos funcionários, certo é que no resto do



mundo as coisas não eram muito mais risonhas. Os progressos do absolutismo real favoreceram o bem-estar do Brasil em mais ampla medida do que o faria o sistema feudal que nos primeiros tempos retalhou o país entre os absolutismos minúsculos, mas dobradamente ferozes, dos donatários.

Depois da restauração, o Brasil é um principado “e é criado um ministério das colônias”, o *Conselho Ultramarino*, onde são estudados com especial atenção os nossos interesses.

Não obstante, a vida comunal no Brasil, no século XVIII, quase se suprimiu de cadência da vida agrícola e com o descobrimento das minas, e de modo que se perdeu o germe de tradição dessas liberdades. Sucedia então o mesmo com os povos da mais alta civilização: por toda a parte o absolutismo real triunfava. Na colônia como na metrópole, os espíritos estavam já afeitos ao despotismo sem freio de Pombal.

Era óbvio que esse luxo de arbítrio para o bem ou para o mal havia de acordar a reação dos espíritos mais prudentes. Para aproveitá-lo, em todos os seus frutos, as tentativas de emancipação deviam apoiar-se na raça mestiça já formada e que abrangia nesse tempo a metade, senão mais, da população livre. O tentame dos conjurados mineiros não é só uma empresa de literatos e filósofos; é também, eis a sua falha de momento, uma conspiração de quase portugueses contra portugueses, é o espírito novo e cosmopolita contra os prejuízos nacionais; é a mesma revolução que se chama *constitucionalismo* em 1820 com D. João VI e se chama, para nós, *independência política* em 1822 com D. Pedro I, ou, em uma só palavra, é o liberalismo português contra o absolutismo português; a liberdade dos opressores contra o despotismo dos opressores.

É claro que a população mestiça estaria do lado do liberalismo e por interesse próprio; mas esta série de revoluções não é a sua que ela se reservará com todas as forças para o *abolicionismo* e a *república*, no Império.

Quaisquer que fossem, porém, os movimentos da história, já no século XVII se havia formado no Brasil a raça nacional, mameluca em maior ou menor grau de cruzamento, e, com essa criação étnica, desaparece por inexplicável, a lealdade, e começam os perjúrios. As duas raças que quase ao meio então dividem o país começam a odiar-se e aplicar-se nomes desprezíveis. A *cabrada*, os *pés de cabra*, dizem os lusos dos brasileiros; *mascates*, *marotos*, *pés de chumbo* chamam os brasileiros aos seus dominadores.

Como quer que seja, com a raça nova formava-se o que se poderia dizer a base física da revolução.

O que sucedeu aqui sucedeu por toda a América Latina, onde os mestiços acabaram prevalecendo sobre os elementos não puros, mas mais homogêneos, dos brancos. As revoluções americanas vestem as formas liberais e cosmopolitas, mas são no fundo exclusivamente étnicas, patrióticas e nativistas; para o europeu que a descobriu, a América é comum; para o americano, é a terra exclusiva.

As raças inferiores ou oprimidas jamais consentem repartir o solo com os adventícios, qualquer que seja o espírito liberal das suas leis todas de imitação da literatura política estrangeira.

Não podemos pensar que o homem de cor, consequência semi-híbrida do contato heterogêneo de raças tão distanciadas que até por eminentes cientistas como Haeckel são consideradas espécies diversas, seja a peste da cultura americana³² como sentenciam alguns sociólogos. Mas não cremos com Martius, que aliás com grande atenção observou essas raças, serem elas suscetíveis de toda a perfectibilidade; evidentemente e como naturalista Martius pensava no cruzamento crescente pela imigração europeia que viria afinal suplantando o caráter das camadas primitivas;

32 Die Pestbeule der amerikanischen Kultur, ausgestattet mit allen Lastern und keinen der Vorzuege ihrer Eltern. *Hellwald*.



felizmente ainda nas raças mestiças há sempre um escol intelectual e moral que consegue subjugar-las e dirigi-las.

As raças miscigenas no seu todo, porém, quais no-las representa a América latina, não parecem nesse estado possuir a capacidade do *self-government*. Embalde adaptam as ideias da civilização a seu organismo; falta-lhes o sentimento que aquelas ideias pressupõem e as virtudes e qualidades morais que, ao contrário das teorias, só a educação secular da história consegue a custo verter no espírito humano. Pode-se dizer delas que são raças catequizadas mas não cristãs; o cristianismo vive nelas como num pouco d'água as gotas de vinho indispensáveis para colorir-lhe o aspecto ou alterar-lhe o aroma.

Em geral, assimilam e preferem as teorias e os sistemas mais radicais porque esses são possíveis só com a demolição da sociedade; cortejam assim a civilização e ao mesmo tempo satisfazem o instinto fundamental que é, como o das crianças, puramente destrutivo. Sem o apoio moral dos costumes, as mutações de espírito são nelas rápidas e vertiginosas. Da religião passam à impiedade e ao ateísmo; do governo ao anarquismo e, pode dizer-se generalizando, na ordem amam a subversão. Aqueles que descendem diretamente da escravidão ou da floresta viva nada têm com o passado que a prole deles, não tendo nobreza, não a estima. Nada aceitam da história, que naturalmente lhes é suspeita ou indiferente, e buscam remédio impossível nas utopias do futuro que a sua frágil moral não comporta; assim sorriem dos reis que a história consagrou e ainda escarnecem mais dos deuses falsos que eles próprios fabricam e propõem-se inutilmente a venerar. Nem sabem governar nem ser governados; primeiramente porque confundem a autoridade com a força que para eles é o único símbolo dela; e depois confundem a obediência com o servilismo. Tão grande é a alegria no mandar como é ignominiosa a vergonha no obedecer. E como a obediência é para eles a escravidão, cada um

e todos lutam por uma parcela do mando como por um alimento essencial à vida; e por isso pela força ou pela fraude falsificam todos os atos e processos da vida pública que conduzem ao poder. Contam assim os anos da existência pelas revoluções e pelas crises; desprezam o trabalho (que é sempre de Tântalo porque podem as crises e as revoluções dum golpe destruí-lo) pelos azares e empregos. O governo é, pois, para eles afinal de contas um órgão do comunismo, e um agente da redistribuição da fortuna.

O único remédio para esses povos é o mesmo da antiga colonização, o povoamento contínuo e a imigração europeia (ainda que errada, como no tempo de Nóbrega) que trabalha nos ofícios e arroteia os campos, inocula a vida e coordena essas desordens e, como dizia Tomé de Souza, não cobra do tesouro.

Pelas formas políticas, puramente exteriores, como pelas modas de vestuário, não é possível classificar os povos. As ideias e as teorias espalham-se de povo a povo, e cada povo arroga-se o direito de utilizá-las como pode. A independência republicana dos Estados Unidos fez pouco a pouco republicanas todas as nações da América; pouco a pouco o federalismo de que eles eram a expressão espontânea tornou-se a teoria política de todas as novas repúblicas. Sem dúvida nenhuma, nessa imitação, os povos, sem recurso para perscrutar os segredos obscuros da história, e mesmo não tendo história definida foram levados pelo desejo de alcançar através das formas, a substância do bem-estar e da liberdade. É natural que nessas experiências tenham pago caro os seus equívocos ou seus erros; e a dezena de nações que vivem ao longo da cordilheira atestam há quase um século os tormentos desse sacrifício ainda não terminado.

Entretanto, esse resultado deve considerar-se inevitável; não era possível quebrar a lealdade ao rei sem injuriar a realeza. A ausência de tradições na América suprime o obstáculo da inércia e favorece o progresso e todas as ideias do futuro. Toda a América

havia de ser republicana e, embora com as incertezas e erros da inexperiência, era seu destino representar um grande passo no progresso das instituições políticas.

No tempo da restauração da coroa portuguesa (1640) que coincidiu com a luta entre jesuítas e colonos em São Paulo, os paulistas aclamaram um rei em Amador Bueno; provável que a dinastia, se fosse então fundada, tivesse poucos dias de vida e novas aclamações sucederiam à primeira;³³ na revolução nativista pernambucana de 1712 pensou-se em constituir uma república quase monárquica ou aristocrática sob o modelo da de Veneza, exemplo já experimentado em Pernambuco mesmo com o principado de Nassau, e com um esplendor e liberalidade como nunca mais se repetiu na América.

Agora, o modelo acariciado pelos revolucionários mineiros é a nova República Americana, que excitava o entusiasmo de todos os espíritos liberais do mundo e onde os povos latinos enganosamente pareciam ver realizado o sonho de Rousseau.³⁴ Como quer que sejam as origens e as formas, que por deficiência de originalidade tomavam de empréstimo, a verdade é que o trabalho negativo, o da destruição do regime absolutista colonial para assentar as novas instituições, era o único verdadeiramente difícil, mas era o primeiro que se devia executar.

33 Também no México em certo momento foi aclamado um imperador indígena, Agostinho I. Este fato (18 de maio de 1822) talvez pesasse na ideia monárquica do Brasil de 7 a 21 de setembro no mesmo ano.

34 G. Jellinck filia a revolução americana ao luteranismo.

Os elementos com que ia agir a revolução não podiam ser mais dignos quando se pensa nos espíritos de escola que nela tiveram parte.

Ali estava o Brasil no escol da sua gente, no que havia de mais elevado e puro.

Excluídos os antecedentes históricos da colônia, os primeiros germes da revolução seriam trazidos pela cultura universitária europeia, onde os princípios de Montesquieu, Rousseau e Voltaire eram o alimento comum da mocidade. Os brasileiros numerosos que seguiam carreiras científicas e literárias estudavam na França ou em Portugal e não podiam ser insensíveis a esse movimento irresistível das novas teorias. É uma conspiração de letrados. Entre esses estudantes europeus, inflamados de ardor patriótico, estão José Joaquim da Maia, Domingos Vidal Barbosa, José Álvares Maciel e José Mariano Leal.

O primeiro deles, que era também um entusiasta da independência americana, chegou a entabular relações com Tomas Jefferson, então ministro da recente república em Paris. Na sua correspondência com John Gay, o grande político americano refere a conferência que teve com o estudante brasileiro, em termos muito simpáticos; percebera para os Estados Unidos a vantagem de uma grande aliança ao sul do continente. Na entrevista que tiveram próximo às águas de Aix, recebeu informações exatas da



possibilidade de êxito de uma revolução se o Brasil fosse amparado pelos Estados Unidos:

numa palavra, dizia o informante, no que respeita a revolução, não há mais que um pensamento em todo o país: mas não aparece uma pessoa capaz de dirigi-la ou que se arrisque pondo-se-lhe à frente sem auxílio de nação poderosa; todos temem que o povo os desampare. No Brasil não há imprensa; os brasileiros consideram a revolução da América do Norte como precursora da que eles desejam, e dos Estados Unidos esperam todo o socorro.

– Há um ódio (continua o informante, segundo Jefferson), um ódio implacável entre brasileiros e portugueses. A parte ilustrada da nação conhece tanto isso, que tem por infalível a separação.

Jefferson replicava que não tinha autoridade e instruções para dizer-lhe boas palavras a esse respeito, mas ponderava que uma revolução no Brasil excitaria o interesse dos Estados Unidos. Já em 1791 a linguagem da sua correspondência é muito outra e ele escreve de Filadélfia ao Coronel Humphreys: “Mandai-nos todas as informações possíveis quanto à força, riqueza, recursos, ilustração e *disposições* do Brasil. O *ciúme* da corte de Lisboa a esse respeito vos há de forçosamente inspirar as *cautel*as necessárias no colher e comunicar *essas averiguações*”.³⁵

³⁵ O interesse crescente de Jefferson manifesta-se ainda melhor no tempo da revolução de 1817, ou trinta anos depois, quando diz a respeito dos revolucionários das repúblicas do sul: “que eles se tornarão independentes da Espanha, não há questão”, e com grande previsão ajunta “Questão, mas questão séria é saber qual será o futuro deles. A ignorância e a superstição tenho por tão impróprias para se governarem como qualquer gênero de loucura. Cairão debaixo do despotismo militar e ficarão sendo o ensanguentado juguete dos seus bonapartes... Portugal empolgando uma parte dos domínios espanhóis no sul (conquista da Cisplatina) perdeu a sua grande província de

É provável, se prematura morte o não roubasse ainda na Europa, que José Joaquim da Maia, que parecia possuir tino prático, desse melhor curso à malograda conspiração.

Toda a revolução republicana, contrária às vistas monárquicas europeias, não teve nem terá no nosso hemisfério outro caminho de asilo e proteção a não ser o do capitólio de Washington. As repúblicas da América, livres nos atos de vida interna, estão, porém, nos de máxima amplitude, nos da vida internacional, sujeitas à vontade onipotente dos Estados Unidos.

Contava-se no Brasil em geral com o auxílio da massa enorme dos mestiços, e com os senhores e os escravos que acompanhariam aos senhores; mas era justamente o servilismo unânime na extensão enormíssima do país que mais que tudo dificultava e impedia o sentimento do interesse comum; e mesmo hoje, no século XX, se não fora a monarquia, a independência do Brasil seria ainda um problema talvez insolúvel; salvo se por independência do grande Império colonial se entendesse a sua explosão em mil fragmentos.

Quando os conspiradores de Minas resolveram angariar simpatias longe do foco revolucionário e enviaram *Tiradentes* ao Rio, lavraram só com isso a sua sentença; o que de fato a realidade confirmou. Um século antes, Minas confundir-se-ia com São Paulo, donde recebeu o primeiro alento vital, e agora estava tão distanciada dos bandeirantes e principalmente do centro português, administrativo e comercial do Rio, como do país mais exótico do universo. Asilados no cimo das montanhas, de que tanto se inorgulham, os mineiros só encontrariam um eco ao seu grito de liberdade fora do Brasil, ou em parte nenhuma. Desse isolamento das veleidades nativistas já podiam ilustrar-se com os exemplos

Pernambuco e não será para admirar que o Brasil todo se levante e mande a família real para Portugal. O Brasil é mais populoso, mais rico, mais forte e tão instruído como a mãe pátria (Carta a Lafayette, 14 maio 1817).

de São Paulo e Pernambuco na história anterior. O próprio êxito da monarquia mais tarde proveio de ser ela por si mesma uma força externa, alheia ao espírito local. Os grandes impérios históricos nascem pequenos e crescem por anexações.

O número considerável de poetas que figuram entre os chefes da conspiração dá-lhes um certo caráter de elevação intelectual e teórica que em outras revoluções práticas fica apenas subentendida, mas mostra que não podiam aspirar a outro papel que o de precursores. Tão altos exemplos nunca desaparecem sem deixar um grande proselitismo e pode-se dizer que desde a conjuração de Minas nenhum *homem intelectual* do Brasil poderia estar jamais obrigado ao lealismo português. O prestígio dos incondidentes dissipou o último trabalho dos preconceitos e quebrou, ao menos para os espíritos, as cadeias da escravidão colonial. Para um espírito vidente dessa geração, o Brasil estava condenado; a nau que navegara três séculos batera agora nos cachopos. Só um milagre da história poderia salvá-la do naufrágio.

Talvez que aos espíritos cultos dos incondidentes, menos que o medo, ocorresse a imagem da catástrofe que preparavam, quando subjugados e presos voltaram do sonho à dura realidade. De Alves Maciel diz o seu confessor: “Feliz queda contudo! converteu os horrores da prisão em puras satisfações... Era um Paulo persuadindo aos demais...”

“Quem deixara de entrever nos peitos desses homens as abrasadoras chamas da revolução, quando os seus suspiros são tão enérgicos!” Todos se confessam perdidos, mas pela loucura e precipitação de juízo; soldados que a fatalidade tornara generais inábeis. Habitados às suas vitórias no Parnaso, confundiam o aplauso com a solidariedade e os comparsas do júbilo com os cúmplices da perigosa façanha.

São todos ardorosos, inconsequentes ou arrebatados. Só por exceção, Claudio Manoel da Costa, um erudito e suave poeta a

modo de Petrarca, é de gênio sombrio e melancólico, e, sem esperar o desfecho da tragédia, suicida-se na prisão.

Tendo bebido no seio da cultura universal, sabiam que as horas da escravidão da América estavam contadas; mas esta só generalização filosófica não bastava para levantar o exército libertador. Todas as forças militares de que dispunham eram a da cavalaria, cujo comandante, o Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, mais se distinguiu pela “candura e ilimitada condescendência” do que pelo entusiasmo da ideia nova; para o triunfo julga ele indispensável aliciar novos contingentes. Tudo estava preparado, quando muito, para um tumulto que um ato de força ou uma concessão prudente da autoridade poderia anular. Com tal insuficiência, a mais justa das rebeliões é sempre um crime.

Dos meados do século XVIII por diante começou a decair a indústria da mineração; erros econômicos e falsas especulações trouxeram cedo a ruína. Muitos dos mineiros entregaram-se então à agricultura e a maior parte à criação do gado, onde os lucros, pequenos embora, eram seguros e sem sobressaltos.

A antiga *Vila Rica* começou o povo de então, por escárnio, a chamar de *Vila Pobre*. O rendimento do ouro era insignificante e de há muito não se atingia o *minimum* que a coroa exigia, e que eram cem arrobas anuais.

Mandou, pois, o governo lançar a *derrama*, isto é, a cobrança dos atrasados, e que atingia já uma soma avultadíssima. As condições materiais e morais da população não a faziam preparada para suportar esse grande vexame; e antes, na previsão dele, sonhava ela libertar-se da dependência em que vivia.

Essa dependência já não tinha grandes laços: não eram os povos das minas, na maior parte naturais do solo, por direito natural sujeitos à fidelidade que não sentiam e nem tão ineptos que não conhecessem os grandes movimentos de liberdade desse tempo, que prepararam a queda da sociedade antiga e haviam já emancipado a América do Norte da tutela colonial.

Não era também sem exemplo nos fastos da colônia a rebeldia que em tempos passados havia conflagrado vários trechos do país. E a tradição zelava ainda a chama do espírito revolucionário que o absolutismo alimentava com incessante vexame.



Homens doutos e ilustrados, tanto como os da metrópole, viam em Minas, e tais eram os juriconsultos, médicos e poetas, Tomás Antônio Gonzaga, o autor de *Marília de Dirceu*, Claudio Manoel da Costa, Inácio J. Alvarenga, alguns padres e vários militares, mesmo de altos postos, que simpatizavam com as ideias revolucionárias que agitavam o mundo.

Combinaram, pois, em levantar o jugo opressivo e declarar livre a terra onde nasceram (1789).

A conjuração foi encontrando adeptos um pouco por toda a parte, e sobretudo entre aqueles que temiam a *derrama* do ouro, próxima a ser cobrada. A alma da propaganda era o alferes de cavalaria Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha originada da sua profissão, o *Tiradentes*, homem de espírito religioso, de grande coragem e de nobilíssimo caráter, mas (tão engalanado andava de seus planos) o mais indiscreto de todos.

A revolução, é certo, contava elementos preciosos para o bom êxito, mas revelava nas suas traças mais as qualidades filosóficas e literárias do que práticas dos seus autores. Preocupavam-se estes mais de como haviam de agir *post factum* do que dos caminhos por onde se alcançaria a consumação da empresa.

Haviam já discutido a divisa *Libertas quae sera tamen* (liberdade ainda que tardia) e a bandeira onde figurava um triângulo, símbolo da SS. Trindade, da devoção especial de Tiradentes, e planejavam já muitas leis e reformas liberais.

A infâmia ou o egoísmo de um conjurado, pela delação, perdeu a todos. O Visconde de Barbacena, então governador de Minas Gerais, preveniu ao Vice-Rei Luiz de Vasconcellos de que deveria andar pelo Rio de Janeiro em propaganda da revolução o alferes *Tiradentes*, que foi efetivamente preso (na Rua dos Latoeiros) e, com ele, sucessivamente, os outros conspiradores, por onde eram encontrados.

O crime teve grande repercussão e a essa ousadia emprestou-se significado e amplitude que decerto não possuía. Para esse efeito



concorreria o ardor dos funcionários que em tais ocasiões procura assinalar-se armando aos favores e às graças dos potentados.

Aberta a devassa e instalada a alçada, depois de longo e moroso processo, foram julgados os culpados, cujos chefes foram condenados à morte.

A rainha D. Maria I, por um ato de clemência, comutou as penas de quase todos em extermínio para a África, e só um, o *Tiradentes*, subiu ao patíbulo (21 de abril de 1792) com grande serenidade e nobreza de ânimo.

Houve grande excesso neste castigo. O próprio vice-rei, o Conde de Rezende (ao tempo da execução do *Tiradentes*) repreendeu ao governador de Minas pelo número excessivo de prisões dessa inconfidência; e naturalmente o excesso de zelo próprio das autoridades arbitrárias levava a traduzir o descontentamento ou a oposição ao governo como sinal de crime execrável.

Um dos conjurados, Claudio Manoel da Costa, legista e poeta notável, antes de conhecer a sentença, suicidara-se na prisão. Quase todos se arrependeram amargamente do passo que haviam dado; só o *Tiradentes* sorriu ao saber que não arrastava ao cadafalso os companheiros, e, confortado na religião, em que era profunda a sua fé, conformou-se serenamente com o fatal destino.

Foi a sua descendência infamada e o corpo do *mártir* esquartejado; e os pedaços dele colocados em postes pelas estradas da capitania, atestavam aos vassalos o prêmio da capitania. Um dos espíritos leais ao trono, escreveu que “tais castigos ensinavam a aborrecer a culpa que expunha os homens a perder tudo”. A lição, porém, nada teve de proveitosa; e o mártir *Tiradentes* contribuiu para perpetuar na memória do povo mais a esperança do que o horror da liberdade.

Os pormenores da denúncia, relata-os o erudito Padre R. Galanti na sua copiosa *História do Brasil*:

A ideia da *derrama* e do descontentamento do povo com a esperança de um feliz resultado induziu muitos mineiros a alistarem-se no número dos conspiradores, entre os quais temos de mencionar aqui o Padre Carlos de Toledo e Melo, filho de Taubaté e vigário de São José do Rio das Mortes; o Padre José de Oliveira Rolim, irmão do distinto pregador Rodovalho; Luiz Vaz de Toledo Piza, irmão do vigário do Rio das Mortes; os dois José de Rezende, pai e filho; Francisco Antônio de Oliveira Lopes e muitos outros, incluindo três miseráveis que, atraído a seus companheiros, revelaram tudo ao Visconde de Barbacena. O primeiro foi, 15 de março de 89, *Joaquim Silvério dos Reis*, natural de Leiria, coronel de um regimento de auxiliares que se mandara extinguir, homem geralmente tido por orgulhoso, altivo, de mau coração e sobrecarregado de dívidas. Contava muitos inimigos, entre os quais se achava o desembargador Gonzaga que ele acusou caluniosamente. Seguiram-se dentro em breve o Tenente-Coronel *Basilio de Brito Malheiro*, natural de Ponte de Lima; e o mestre de campo *Inácio Corrêa Pamplona*, natural da Terceira. De todos eles exigiu o governador dessem a denúncia por escrito; recomendou-lhes o maior segredo e ordenou-lhes continuassem a acompanhar, como antes, os conspiradores. Fixara o Visconde de Barbacena a sua residência a três léguas da capital, no sítio da Cachoeira, onde existia a casa de campo dos governadores. Tendo ali recebido essas denúncias, voltou a Vila Rica, e, sem dar a entender coisa alguma do que sabia, escreveu a 23 de março uma circular às Câmaras da capitania para sustar o lançamento da derrama. “Conhecendo eu as diversas circunstâncias em que hoje se acha esta capitania... tomei sobre mim suspender o lançamento da derrama.”

No dia 19 de abril entrava na cadeia pública do Rio de Janeiro, rodeado de outros ministros da justiça, o desembargador Francisco Alves da Rocha para ler a sentença aos réus que desde a noite da véspera haviam sido transferidos de vários segredos da cidade para a sala chamada do *Oratório*. Eram onze os criminosos que ali esperavam, algemados e cercados de força embalada, a última palavra de seus destinos.

A leitura da sentença erudita e cheia de citações durou duas longas horas; ao cabo delas eram todos os infames condenados à força e a alguns cabia ainda mais o horror de insepultos e esquartejados servirem os seus membros, espetados em postes, de padrão da execrável perfídia.

Quando o desembargador se retirou, diz uma testemunha do acontecimento, viu-se representar a cena mais trágica que se podia imaginar. Mutuamente pediram perdão e o deram; porém cada um fazia imputar a sua infelicidade ao excessivo depoimento do outro. Como tinham estado três anos incomunicáveis, era neles mais violento o desejo de falar que a paixão que a tal sentença cavaria nos cansados corações. Nesta liberdade de falarem e de se acusarem mutuamente estiveram quatro horas; mas quando se lhes puseram os grilhões e manietados viram-se obrigados a deitar-se, por menos incômoda posição, abateram-se-lhes os espíritos e entraram então a meditar sobre o abismo da sua sorte.



Dentro em pouco, porém, um raio de esperança iluminou-lhes a torva existência. O mesmo ministro que lera a rude sentença, veio horas depois anunciar a clemência da rainha, que aos conjurados, exceto Tiradentes, poupava o suplício da morte. Então foram grandes os extremos da alegria e com aquela inesperada piedade sentiram-se rejuvenescer.

Tiradentes também, conforme o seu coração bem formado e leal, participou desses transportes, e dizia que só ele em verdade devia ser a vítima da lei e que morria jubiloso por não levar após si tantos infelizes que desencaminhara.

Tiradentes era um espírito grandemente forte, e na religião achou mais largo e substancioso conforto do que os outros companheiros de espírito leviano ou inconsiderado.

Na manhã de 21 de abril entrou na sua cela o algoz para vestir-lhe a alva, e ao despir-se dizia o mártir que o seu “Redentor morrera por ele também nu”.

A cidade estava aparelhada como para uma grande festa em honra à divindade do governo supremo. Aos sons marciais das fanfarras saíram de todos os quartéis os regimentos da guarnição, luzidios, com os uniformes maiores: seis regimentos e duas companhias de cavalaria que em tropel corriam a cidade, guardada agora momentaneamente pelos auxiliares. No campo da Lampadosa erguia-se o lúgubre patíbulo, alto, sobre vinte degraus, destinado ao memorável exemplo.

Na frente da cadeia pública organizou-se a procissão em ato declarado fúnebre, com a Irmandade da Misericórdia e a sua colegiada, e o esquadrão de cavaleiros da guarda do vice-rei. Saiu o réu que foi posto entre os religiosos que iam para confortá-lo e o clero e as irmandades, guardados pela cavalaria.

Tiradentes tinha “as faces abrasadas”, caminhava apressado e intrépido e monologava com o crucifixo que trazia à mão e à altura dos olhos. Nunca se vira tanta constância e tamanha consolação!



Ao préstito juntou-se a turba dos curiosos, e, avolumando a multidão, era mister que de vez em quando dois cavaleiros a destroçassem.

Pelas 11 horas do dia, que fora de sol descoberto e ardente, entrou na larga praça, por um dos ângulos que faziam os regimentos postados em triângulo, o réu com todo o acompanhamento. Subiu “ligeiramente”, os degraus, sem desviar os olhos do santo crucifixo que trazia, e serenamente pediu ao carrasco que não demorasse, e abreviasse o suplício. O guardião do convento de Santo Antônio, imprudentemente, por mal entendida caridade ou por não saber conter talvez o seu zelo demasiado, tomou a palavra, admoestando a curiosidade do povo, sem todavia esquecer o elogio da clemência real.

Depois do *credo*, a um frêmito de angústia da multidão, viu-se cair suspenso das traves o cadáver do mártir.

Foi profunda a impressão no povo, que, apertado e numerosíssimo em todo o campo, abalara para ver o abominável espetáculo. As janelas apinhavam-se de gente e nas ruas e praças era impossível o movimento. As pessoas mais delicadas, contudo, haviam desde a véspera abandonado a cidade para não testemunharem a execução.

Após o suplício, um dos religiosos falou, tomando o tema do Eclesiastes: *In cogitatione tua regi ne detrahas... quia aves coeli portabunt vocem tuam*. Não atraíções a teu rei nem por pensamentos: as mesmas aves levar-te-iam o sentido deles.

VIII
O ABSOLUTISMO E A REVOLUÇÃO
REPÚBLICA E CONSTITUIÇÃO
1808-1817-1820



Difícil e sombria era a situação dos negócios políticos em Portugal no princípio do século: erros, imprevidências e hesitações tinham levado o país à extraordinária crise que as desgraças domésticas do rei ainda avolumavam, tornando-o por vezes apático e indiferente ao governo do estado, principalmente depois da conspiração de fidalgos e eclesiásticos que cercavam a leviana esposa de D. João.

Quando Napoleão decretou o bloqueio continental contra a Inglaterra, a esta aliou-se Portugal enfim, depois de vacilações pouco dignas, e incorreu assim no ódio do grande déspota, que fez decretar pelo *Moniteur*, órgão oficial, a deposição da casa de Bragança.

Quando esta notícia chegava ao reino, já as tropas francesas, de marcha forçada através da Espanha, penetravam em Portugal.

Seria loucura pensar em resistir, quando tudo estava desorganizado e sem recursos. Foi visto o rei chorando em segredo, no íntimo dos seus paços, quando se achou coagido a fugir, aceitando o conselho do ministro inglês, Lord Strangford.

E quando já os tambores franceses acordavam os ecos da terra portuguesa, D. João dizia adeus ao povo, que no cais de Belém se apinhava saudando entre lágrimas o soberano que partia.

A rainha, indignada, fez grande escândalo, relutando em altos gritos, e já no cais, a embarcar na galeota.

Muitos portugueses celebraram então com desvanecimento esse lampejo de patriotismo em pessoa tão falha de virtudes.

A frota real, defendida por alguns vasos de guerra ingleses e composta de umas vinte naus e muitas outras mercantes, velejou do Tejo a 29 de novembro. Nela iam grande número de fidalgos, funcionários e famílias que emigravam, e também as riquezas dos palácios reais, que foi possível transportar; e ainda não tinha perdido de vista a terra, quando Junot penetrava em Lisboa e, tomando rapidamente conta da cidade e das fortalezas, aprisionava à bala alguns navios mercantes que iam atrasados nas águas da esquadra.

Batida pela tempestade, a frota dividiu-se em duas, e aquela parte mais numerosa em que vinha o rei tocou primeiramente na Bahia, a 21 de janeiro de 1808.

Era a primeira vez que um rei do antigo mundo pisava o solo da América. O povo da Bahia recebeu com grande júbilo os altíssimos hóspedes, e por um momento pensou que à primitiva capital da colônia caberia agora a primazia da sede do novo reino.

D. João VI, porém, preferiu estabelecer-se no Rio, onde veio a chegar a 7 de março.

Ainda na Bahia, e a conselho de José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu), que aí estava, por uma Carta régia abriu os portos do Brasil ao comércio universal, abolindo assim o odioso monopólio da colônia. Este foi um dos primeiros e mais importantes atos do seu governo na América.

A este respeito escreve erudito investigador:

Os antecedentes deste ato quase totalmente são desconhecidos.

Na convenção secreta, relativa à transmigração da família real, assinada em Londres a 22 de outubro de 1807, pactuava-se que no caso de se fecharem os portos de Portugal

à bandeira inglesa, seria estabelecido um porto na Ilha de Santa Catarina ou em outro lugar da costa do Brasil, por onde as mercadorias portuguesas e britânicas poderiam ser importadas em navios ingleses, pagando os mesmos direitos que pagavam atualmente em Portugal e durando este acordo até novo ajuste.

Tal o primeiro gérmen que se tem podido descobrir, até hoje, do grande pensamento realizado há um século.

Tradições que indiretamente remontam a Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, referem que na noite de 28 de novembro Lord Strangford foi a bordo da nau *Medusa*, onde estava o Ministro Antônio de Araújo, e entrou a propor-lhe condições interesseiras e insuportáveis, debaixo das quais Sydney e Smith, comandante do bloqueio, consentiria na saída da corte portuguesa para o Brasil. Uma destas era a abertura dos portos do Brasil, a concorrência livre e reservada à Inglaterra, marcando-lhe desde logo uma tarifa de direitos insignificantes, e até que um dos portos do Brasil fosse entregue logo à Inglaterra. Antônio de Araújo, em vista de semelhante exigência perdeu a paciência, e lembrou a Lord Strangford a carta de Sua Majestade Britânica, os ofícios do seu ministro sobre esta viagem... se eram aquelas as instruções dos Ministros de Jorge III, ele aborrecia tais Ministros, Lord Strangford, depois de trocar outras palavras igualmente calorosas, concluiu dizendo com serenidade: como a viagem é para o Brasil, estamos todos conforme.

Enfim, por letra de Tomás Antônio, lê-se em um manuscrito guardado na Biblioteca Nacional:

“Neste ano chegou Sua Majestade à Bahia a 22 de janeiro, esteve servindo de Ministro de Estado D. Fernando José de Portugal, porque este e o Marquês de Bellas, José de Vasconcellos e Souza, e o Marquês de Anjeja, D. José de

Noronha, que tinham impugnado a jornada, é que foram com Sua Majestade na nau *Príncipe Real*; e os dois Ministros que havia, Antônio de Araújo e Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá, aquele foi na nau *Medusa* e este na fragata... e os mais Conselheiros de Estado, Marquês de Pombal, D. Rodrigo de Souza Coutinho e o Mordomo-mor o Duque de Cadaval foram nas mais, o como se dispersou a esquadra com a tormenta, na altura da Madeira, foram a diversos portos.

Neste intervalo, até que Sua Majestade chegasse ao Rio de Janeiro, a 7 de março, Dom Fernando foi capacitado por José da Silva Lisboa, a quem o marquês fez nomear lente de economia política, e por Antônio da Silva Lisboa, que aí estava administrando o contrato de João Ferreira, o Solla, para fazer assinar por El-Rei o decreto para abrir todos os portos do Brasil às nações estrangeiras.

Antônio de Araújo tinha falado com o ministro inglês, Lord Strangford, que se havia de abrir algum porto; mas, em consequência disto, não houve ocasião nem de negociar, nem de compensação inglesa e ficou aberta a porta. Parece que o Marquês de Bellas se capacitou também e conveio; porque ele é que tinha sido incumbido de redigir o decreto de instruções que El-Rei deixou em Lisboa para os governadores do Reino.”

O futuro pode esclarecer os incidentes. Mas não precisamos de novas investigações para saudar o dia 28 de janeiro como um dos maiores da nossa história.

No Rio (1º de abril de 1808), levantou a proibição que pesava sobre as indústrias, declarando-as livres.

Acabava assim e instantaneamente o regime colonial no que tinha talvez de mais odioso. Um fato da história europeia, a que



parecíamos alheios, abria-nos a porta da emancipação política tão heroicamente pelejada e desejada, e sem os inconvenientes e a incerta fortuna das revoluções.

A presença da família real com todo o seu numeroso séquito, em parte inútil e parasitário, aumentando de súbito a população, tornou necessárias expropriações de prédios para agasalhar todos os hóspedes, o que não deixou de excitar justas reclamações.

Mas que valor podiam ter diante dos grandes benefícios realizados? A separação política do Brasil, ainda que efêmera no sentido da lei, era-o já definitiva no sentido dos fatos, porque não só a família real deixou de regressar no tempo devido, como não foi mais possível restabelecer o monopólio e as leis do regime antigo. De fato, a separação do Brasil durou enquanto Portugal esteve sob o domínio francês (30 de novembro de 1807, 30 de agosto de 1808); mas a independência de Portugal só foi reconhecida definitivamente na paz geral de Paris (1814); mais ainda, nessa ocasião D. João VI recusou voltar para Portugal e fez-se representar por um governo em Lisboa, e, longe de anular as leis da liberdade comercial e outras já decretadas, ainda mais as ampliou em 1814 e 1815, com grande desgosto dos portugueses do reino. Os únicos monopólios conservados nunca tiveram grande valor, o do *pau-brasil* e o dos *diamantes* (até 1832). Em Carta de Lei de 1815 declarou oficialmente o Brasil “Reino do Brasil”.

Tomou assim o Brasil um impulso extraordinário e excepcional; fábricas e oficinas abriram-se ao labor, e o comércio tornou-se livre, favorecendo o trabalho e a fortuna, e em grande número os estrangeiros começaram desde então a afluir para as nossas cidades marítimas.

Procura-se corrigir, quanto possível, os desmandos, arbitrariedades e corrupções dos governadores e seus subalternos, fiscalizados pela autoridade soberana agora presente. Diminuem os inconvenientes da distância entre o rei e os vassallos, e aquele



sobretudo que confirmado pelo Conselho Ultramarino que dizia que a dilação indispensável para informar no Brasil quaisquer negócios era pelo menos de dois anos. Para sair-se, por exemplo, do Brasil, era preciso gastar todo esse tempo em tirar e legalizar o passaporte; e, como no tempo de Tomé de Souza, não eram raros os despachos para pessoas já mortas e enterradas.

O Rio de Janeiro, sede da monarquia, foi provido de grandes instituições magníficas: os bancos e as escolas de medicina, de marinha, de Belas-Artes, a rica *Biblioteca real*, o esplêndido *Jardim Botânico* e outras numerosas criações. Com a *Impressão régia* começou a imprensa e o jornalismo que daí a anos será a alavanca das agitações revolucionárias da política.

A prodigalidade era grande e a dispensa ou *ucharia* da corte, de que se mantinha a turba inumerável dos criados, consumia, só ela, seis milhões de cruzados.³⁶

O Príncipe D. João, cuja educação fora descurada por não se supor que viesse nele recair a coroa, admirava-se de ver que existiam no Brasil homens de mérito e valor, artistas e sábios, cujos serviços, sem sombra de mesquinhos preconceitos, aproveitou e exaltou; e era natural nele esse sentimento de bondade e amorosa simpatia que, com certo atilamento natural, lhe supriam as deficiências de cultura do espírito.

Expelido de Portugal pelos franceses, logo à chegada “levantando a voz do novo Império que vinha criar” declarou guerra aos invasores da sua pátria, e, em feliz expedição comandada por Manoel Marques, contra Caiena, conquistou e anexou a Guiana francesa, cujo governador, Victor Hugues, capitulou entregando a praça e embarcando com a guarnição (1809).³⁷

36 Reduzido ao valor de hoje, 16 milhares de contos.

37 A Guiana francesa, depois de oito anos, foi restituída a Luiz XVIII em 1817.

As forças de Manoel Marques, reunidas e organizadas no Pará, seguiram pelas terras inóspitas do extremo norte, coleando o litoral, e seguia-as de longe, pelo mar, uma frota de pequenas embarcações improvisamente aparelhadas em guerra.

Eram os nossos novecentos homens contra a guarnição de Caiena, que dispunha de quinhentos soldados, já desmoralizados e faltos de recurso pela fuga dos habitantes da região.

Essa conquista precária, e, ao primeiro exame, insignificante, teve consequências notáveis. O governo português ali estabelecido encontrou já aclimadas, por indústria, muitas plantas que foram então remetidas para o Brasil: a noz moscada, a cana de Caiena, a fruta pão, o cravo e outras especiarias.

Se, vindo para o Brasil, D. João VI nos trouxe o inestimável prêmio da autonomia, embora ainda sob as formas do absolutismo, entretanto, não havia na mesquinhez do seu espírito dotes suficientes para criar como logo disse “um novo Império”. Desmazelado, fútil e colocando vulgares diversões acima dos encargos do governo, ignorante da nova situação que a sua falta de heroísmo lhe criara, tendo preferido servir aos interesses ingleses que coincidiam com a poltroneria própria, a sucumbir com a pátria, aqui chegando, no ambiente da América, ainda mais olvidou a dignidade de sua posição.

Foi ele entre nós o que desmoralizou a instituição monárquica, já de si mesmo impopular e antipática às aspirações americanas, supondo infiltrar-lhe o alento democrático que já na Europa começava a temperar as realezas rudes e guerreiras de outro tempo. Mas, sem capacidade para essa delicada adaptação, comprometeu para sempre o prestígio do antigo instituto. As antigas dignidades a que estavam ligados os méritos, os serviços, a responsabilidade ou a virtude foram logo esbanjadas entre pessoas equívocas e nulhas. Tal foi o excesso dessa liberalidade, diz Armitage, que no período da sua administração concedeu mais insígnias honorárias do que todos os soberanos da sua dinastia conjuntamente.

Honras e dignidades monárquicas, com a perda do sentimento da hierarquia e do mérito, tornaram-se logo ridículas na ridiculez



dos seus indignos possuidores. Os bajuladores e favoritos e a numerosa comitiva do rei, aos milhares, sem trabalho aquinhoaram-se em empregos novamente criados pela prodigalidade insensata da corte, que via nesse improviso das personagens uma necessidade do seu culto externo. De toda parte, à varinha mágica do rei, surgiam barões e viscondes sem conta. Desde logo, com tão perverso oficialismo que se derramou pelas capitânias, renasceu com estranho vigor a antiga corrupção e a venalidade dos magistrados e funcionários, e parecia-se voltar àquele tempo em que Frei Manoel do Salvador dizia serem quatro caixas de açúcar as bastantes para vergar a vara da justiça.

E assim escoavam por um lado as vantagens que por outro tinham vindo da emancipação colonial, e não seria temerário afirmar que apenas os abusos da metrópole haviam mudado agora os seus arraiais para mais perto. Para enegrecer mais esse quadro, punham os desgostos íntimos da família real, propalados em acañalhadas anedotas, o selo de desdouro aliás imerecido, no caráter puro do príncipe.

O trabalho da inépcia por sua vez exagerava em hipérboles gigantescas os recursos e os belezas do país, modo de cortesia própria dos *parvenus*. Tudo no Brasil de então (de 1810 a 1820) no dizer de Eschwege, rios, fábricas, estradas, civilização dos índios, leis e planos, eram obras gigantescas do homem ou da natureza; os documentos oficiais estavam prenhes de mentiras e estrondosos milagres.

O país era o primeiro do mundo e o talento dos seus filhos não tinha igual no planeta: ainda hoje floresce com o mesmo viço essa mentira patriótica, boçal e estúpida.

Entretanto, na época de D. João VI, quase não brilha nenhum talento de imaginação, se excetuarmos um ou dois poetas medíocres; houve, porém, eruditos como Cairu, Conceição Veloso,

Azeredo Coutinho, Morais, o lexicógrafo, Hipólito da Costa, Baltazar Lisboa etc.

Milhares de pessoas alheias e indiferentes à religião ou aos deveres militares eram naquela época feitas subitamente cavaleiros de Santiago ou *comendadores* de Cristo, ofendendo-se assim o decoro da tradição, menoscabando o espírito das instituições e fazendo grande mal aos próprios agaloados, mercieiros ou rústicos que, empavesados com os novos títulos, abandonavam o trabalho útil e por si ou sua descendência encostavam-se ao orçamento.

Essa nobreza nova, muito mais odiosa e principalmente mais corrupta que a antiga, e que recaía sobretudo nos homens do comércio português, contribuía ainda mais para afundar o sulco de antagonismo entre os reinóis e os nacionais, que começavam a ver na monarquia a velha usurpação tradicional, que nenhuma necessidade aconselhava transplantar para o novo solo.

O próprio constitucionalismo parecia-lhes nova insídia e preferiam vencer a converter o antigo gentilismo político.

Assim era, e sob tão sombrios auspícios, que se implantava aqui a instituição monárquica.

Se, pois, os portugueses, tardos e lentos embora, já se preparavam para a democratização da monarquia pelo espírito do *constitucionalismo* que clareava no horizonte, por outra parte os *mamelucos*, antiquários das liberdades apologistas da revolução americana e da convenção francesa, seguiam isoladamente a sua corrente radical. A reforma política dos *brancos*, dos *filhos do reino*, surgirá em 1820 com o constitucionalismo europeu; a reforma radical dos nacionais, com todos os matizes das raças fará explosão em 1817; em verdade não sentiam estes a necessidade de tornar progressiva a monarquia e de melhorar o alheio instrumento da sua opressão; não hesitam, pois, em subverter a ordem para salvar o princípio teórico e igualmente duvidoso, acreditando que a filosofia pode criar mais solidamente que a história.



Assim vê-se o *absolutismo* no Brasil sitiado entre dois exércitos adversários, entre constitucionalistas e republicanos que, embora não se aliem, nem por isso deixam de fazer, separadamente cada um, a sua tarefa.

O dever dos *absolutistas* seria reagir até quando soasse a hora da transação. E conquanto o espírito do príncipe fosse a negação das qualidades guerreiras, a reação absolutista exprimiu-se contra o espírito radical em 1801 e 1817, mas com grande ânimo e clemência, e principalmente na prevenção com que procurou afastar do país o contágio da revolução que já abrasava a América Latina e vinha, insidiosa, como outrora os tambores de Junot, bater às portas de seu novo asilo.

Não podia o governo tolerar que em Buenos Aires, nas fronteiras, se fizesse a república; e preparou-se para intervir, impedi-la ou submetê-la. Não faltaram pretextos; primeiramente, as revoluções eram obras satânicas; depois a rainha D. Carlota pretendia-se herdeira dos domínios de Carlos IV e Fernando VII, aprisionados por Napoleão; e afinal sempre entre os revolucionários haveria, como houve Xavier Elio, um caudilho despeitado para aceitar o flagelo da invasão estrangeira.

Quando se fez a república em Montevidéu, e Fernando VII recolocado no trono espanhol reclamou na península a restituição de Olivença (1814), a política de D. João VI voltou aos braços do caudilho Elio. Dois exércitos, um por terra e outro por mar, penetram na Banda Oriental, e, fazendo junção e protegidos pela esquadra, sítiam Montevidéu. A cidade capitula enfim (1817) e com ela as outras povoações da Banda Oriental.³⁸

A situação da nova conquista tinha um caráter original diante do direito das gentes, porque D. João VI reconhecia o direito

³⁸ Apenas continua a resistência o caudilho Artigas, que, depois de inúmeras guerrilhas ao mesmo tempo contra o Brasil e Buenos Aires, só em 1820 é internado no Paraguai.

espanhol e classificava a guerra como de pacificação; estava nos seus propósitos restituí-la à coroa de Espanha, e nunca à hidra revolucionária. Por outro lado, o Cabido de Montevideu disporá do país e incorporá-lo-á ao Brasil com o nome de PROVÍNCIA CISPLATINA.³⁹ Nessa época, pelos soldados do exército pacificador e outros brasileiros e pelos desertores dos bandos de Artigas, foram distribuídos grandes tratos das terras públicas, e assim e ainda hoje, na campanha do Uruguai são numerosos os proprietários brasileiros.

Essa guerra era antipática ao mundo inteiro civilizado, que acompanhava com entusiasmo e simpatia o movimento libertador da América; a essa perseguição “*dos nossos irmãos do Sul*” refere-se Jefferson numa de suas cartas, quando ao mesmo tempo se alegra com a revolução que rouba ao absolutismo europeu a capitania de Pernambuco (1817).

³⁹ Esse nome de Cisplatina, lembrando o da Cisalpina da história clássica, soa como uma ameaça do Império aos patriotas de Buenos Aires.

A mudança da corte portuguesa para o Brasil não podia impressionar como fato extraordinário ou singular; não se tinha apagado ainda a tradição de que iguais planos houve no tempo de D. João IV, e seriam postos talvez em prática, se falhasse a obra da restauração; e houve-os ainda no tempo de Pombal, que em 1761 renovava o projeto concebido por D. Luiz da Cunha em 1736.

Para espíritos moderados, o acontecimento que trouxe a emancipação econômica da colônia seria, como inegavelmente foi, uma grande conquista; para a corrente dos espíritos radicais e da raça que ainda acalentava as tradições revolucionárias antigas, foi uma cilada e uma perversão dos antigos ideais agora e talvez para sempre sacrificados. Viam estes a sua obra, pior que perdida, deturpada numa transação inglória, disfarce do antigo despotismo nem as qualidades pacíficas, nem a bonomia democrática do príncipe, lhes moderava os ímpetos, que antes e talvez por isso mesmo eram mais desabridos.

A mola principal desse antagonismo era a antipatia natural entre os *filhos do Reino* e os brasileiros, e desde o século XVIII o foco mais ardente dessa desavença é Pernambuco; o manifesto da revolução intitulado *Preciso*, insistirá mais tarde no desvanecimento desse antagonismo.



Esse antagonismo é em toda a parte próprio entre povos que derivam um do outro, e aqui ainda mais acentuado pela diferença das raças.

Agora o velho ressentimento mais se pronuncia porque a imigração portuguesa se avoluma, sobretudo com elementos arrogantes e fúteis, funcionários, favoritos ou militares. São os militares portugueses os que mais justificam e inflamam os ódios nativistas; grosseiros, soberbos e prepotentes, por toda a parte vão semeando o rancor e a cólera. O estado de penúria a que chegou Portugal, quando se lhe tirou o monopólio da colônia, fez varrer do solo a população semiletrada, parasitária ou sem emprego, que veio para o Brasil alegando menos a escassez do que a saudade e a fidelidade ao rei; assim alcançaram, ainda mais que no outro tempo, os empregos públicos e os lugares do comércio e das indústrias nascentes.

Os portugueses do reino, depois da morte da rainha demente, D. Maria I, não podiam tolerar o despotismo de Beresford e trama-
vam, pois, pela volta do príncipe regente; colidiam assim com os pernambucanos, com os quais se entretinham sob o sigilo da *maçonaria*, e pouco lhes parecia importar independência do Brasil, se à custa dela podiam readquirir a perdida autonomia do reino.

Os portugueses que estavam no Brasil não podiam aceitar essa perigosa política e preferiam conservar o domínio na América.

Entretanto, ao mesmo tempo, é verdade que os brasileiros gozavam de muito maior liberdade e bem-estar; nos portos do país, entregues ao comércio universal, agitavam-se com vigor novo as cidades onde outrora a opulência fora impossível ou difícil. As antigas peias do monopólio, relaxadas, no próprio interesse da coroa, favoreciam a fortuna pública.

A revolução rebentou em Pernambuco em março de 1816, porém quase ao acaso, porque, se havia os antigos ódios e pretextos para alimentá-la, no momento ninguém estava preparado para a

empresa, e tanto menos quanto o estado da província era próspero e o governo dela estava confiado a um magistrado íntegro e pacífico, Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

Um negociante, Domingos Martins, natural da Bahia e educado na Inglaterra, era em Pernambuco franco pregador dos princípios liberais mais exagerados e muito partidista dos oficiais pernambucanos, com os quais se banqueteava e tratava de conspirar. Era homem de cultura pouco notável, superficial e irrequieto, mas ativo e de qualquer modo apto para seduzir os incautos.

Um fato, aparentemente sem importância, veio dar grande relevo a essa oculta discórdia. Um português havia sido espancado por um soldado brasileiro do regimento de *Henrique Dias*, em seguida a troca de palavras injuriosas.

De logo o mesquinho acontecimento assumiu as proporções de grave crime político nas rodas militares.

Tornou-se tão grave a situação da milícia nos primeiros meses de 1817, que o capitão-general, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, depois Marquês da Praia Grande, reuniu em conselho a 5 de março os oficiais gerais portugueses que estavam no Recife (com a exclusão de um, o Brigadeiro José Peres Campello, por ser *pernambucano*) e com eles deliberou que no dia seguinte e à mesma hora se efetuasse a prisão de alguns militares e paisanos mais comprometidos.

Dada a situação dos espíritos, era um mal que militassem na mesma fileira oficiais portugueses e brasileiros, misto que originava eterna intriga e suspeição de uns para outros. E não teve outra origem a deliberação dos generais.

Essa resolução ia sendo executada sem dificuldade; alguns oficiais, Domingos Teotônio, Barros Lima e o paisano Domingos José Martins foram presos; mas o Brigadeiro Barbosa de Castro querendo, além de prender, castigar com repreensões os oficiais suspeitos do regimento de artilharia que ele comandava, foi morto

pelo Capitão João de Barros Lima, um dos seus protegidos, a que chamavam o *Leão Coroado*, que o atravessou com a espada sem que algum dos oficiais se movesse para defender o comandante.

Se bem que a revolta começasse pelo indigno e feio crime do assassinio, a que se reunia mais a acre nódoa da ingratição do algoz, é certo que antes disso, por motivos fúteis de jantares entre nativistas, onde não se comiam iguarias europeias, e se fazia o elogio inflamado das ideias revolucionárias, começou a reação pouco justificada, sobretudo a do Brigadeiro Barbosa, português, que não costumava medir as palavras, insultando de *traidores!* a uma turma de oficiais brasileiros, numa ocasião em que o antagonismo de nacionalidade desvairava os ânimos.

O governador tentou sufocar a revolta, mas o seu ajudante de ordens, Tenente-Coronel Alexandre Tomás, que devia prender os revoltados, foi recebido a fogo e mortalmente ferido pelos soldados do Capitão Pedroso.

O certo é que tanto terror produziram os rebeldes chamando e dispondo as tropas para a revolução, como o produziu a fraqueza e covardia do governador, que, ao saber dos sucessos, medrosamente fugiu do palácio, recolhendo-se logo à fortaleza do Brum.

Começou então a anarquia: as cadeias, arrombadas, despejaram na rua a ralé dos criminosos, milícia improvisada do levante; diante do tumulto, que pelas suas origens e composição deveria ser precário, o governador, perdendo o ânimo, capitulou no dia seguinte, e partiu para o Rio de Janeiro. Ao governo da capitania cabe por isso a máxima responsabilidade nos sucessos.

A cidade que desde um século alentava a aspiração de independência, aceitou a revolução.

Os revolucionários então organizaram o governo provisório, onde aliás havia elementos de grande capacidade intelectual, senão política, e eram: o Padre João Ribeiro Pessoa, governador; o Dr. José Luiz de Mendonça e Domingos Martins. Era Ministro do Interior o Padre *Miguelinho* (Miguel Joaquim de Almeida) e

comandante das armas, árbitro da situação o capitão de artilharia Teotônio Domingos Jorge.

Depois de aumento do soldo das tropas e promoções de dois e três postos dos oficiais, como fazem os governos submissos aos militares, a junta revolucionária adotou a bandeira branca da paz, o tratamento de *vós* e aboliu ineptamente alguns impostos num momento em que as despesas iriam decuplicar.

Não faltara entre eles quem considerasse o exagero do motim e a impossibilidade prática de uma república igualitária com escravos e homens de estirpes heterogêneas, mas o comandante das armas logo coibiu os mais tímidos.

A revolução escolheu sem consultá-los, conselheiros entre os cidadãos mais eminentes da época: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Dr. Antônio de Moraes o lexicógrafo, Dr. J. Pereira Caldas e outros.

Luiz de Mendonça, sob ameaça de fuzilamento, teve que covardemente desdizer-se de suas opiniões moderadas e lealistas, redigindo o primeiro impresso pernambucano, o *Preciso*, onde se justificava a revolução que antes havia condenado.

O *Preciso* é entretanto um documento precioso, onde vêm relatados exageradamente os primeiros sucessos da revolução: por isso transcrevemo-lo na íntegra em seguida. Os revolucionários, como o governo, não tinham imprensa e aproveitaram o prelo de uma pequena tipografia mandada vir alguns meses antes por um particular, negociante inglês do Recife, e a qual, por não saberem manejar, jazia abandonada.

Eis o texto do *Preciso*:

“Habitantes de Pernambuco! A Providência Divina que pelos seus inescrutáveis desígnios sabe extrair das trevas a luz mais via e pela sua infinita bondade não permite a

existência do mal senão porque sabe tirar dele maior bem, e a felicidade, consentiu que alguns espíritos indiscretos e inadvertidos de que grandes incêndios se podem originar de uma pequena faísca, principiassem a espalhar algumas sementes de um mal entendido ciúme e rivalidade entre os filhos do Brasil e de Portugal, habitantes desta Capital, desde a época em que os encadeamentos dos sucessos da Europa entraram a dar ao continente do Brasil aquela consideração de que era digno, e para o que não concorreram nem podiam concorrer os brasileiros. Porquanto que culpa tiveram estes que o príncipe de Portugal sacudido de sua capital pelos ventos impetuosos de uma invasão inimiga, saindo faminto dentre os seus lusitanos, viesse achar abrigo no franco e generoso continente do Brasil e matar a fome e a sede na altura de Pernambuco pela quase divina providência e liberalidade dos seus habitantes!

“Que culpa tiveram os brasileiros de que o mesmo príncipe regente, sensível à gratidão, quisesse honrar a terra, que o acolhera, com a sua residência, estabelecimento da sua corte e elevá-la à categoria de Reino?

“Aquelas sementes de discórdia desgraçadamente frutificaram em um país que a natureza amiga dotou de uma fertilidade ilimitada e geral. Longe de serem extirpadas por uma mão hábil que tinha para isso todo o poder de sufocá-las na sua origem, foram nutridas por muitas indiscrições de brasileiros e europeus: mas nunca cresceram a ponto de se não poderem extinguir, se houvesse um espírito conciliador que se abalanchasse a esta empresa que não era árdua. Mas o espírito do despotismo e do mau conselho recorreu às medidas mais violentas e pérfidas que podia excogitar o demônio da perseguição. Recorreu-se ao meio tirano de perder patriotas, honrados e beneméritos da pátria, de fazê-la

ensopar nas lágrimas de míseras famílias que subsistiam do trabalho e socorros dos seus chefes e cuja perda arrasava consigo a sua total ruína. A natureza, o valor, a vista espantadora da desgraça, a defesa natural, reagiu contra a tirania e injustiça. A tropa inteira se opôs envolvida na ruína de alguns dos seus oficiais; o grito da defesa foi geral; e ele ressoou em todos os ângulos da povoação de Santo Antônio, o povo se tornou soldado e protetor dos soldados, porque eram brasileiros como eles. Os déspotas aterrados pelo inesperado espetáculo e ainda mais aterrada pela própria consciência, que ainda no seio dos ímpios levanta o seu tribunal, dita os seus juízos, e crava os seus punhais, desampararam o lugar, donde haviam feito sair as ordens homicidas.

“Habitantes de Pernambuco, crede, até se haviam tomado contra os vossos compatriotas meios de assassinar indignos da honra e da humanidade. Os patriotas no fim de duas horas acharam-se sem chefe, sem governador, era preciso precaver as desordens da anarquia, no meio de uma povoação agitada e de um povo revoltado. Tudo se fez em um instante, tudo foi obra da prudência e do patriotismo.

“Pernambucanos, estai tranquilos, apareci na capital, o povo está contente, já não há distinção entre brasileiros e europeus, todos se conhecem irmãos, descendentes da mesma origem, habitantes do mesmo País, professos da mesma Religião. Um Governo provisório iluminado, escolhido entre todas as ordens do estado, preside a vossa felicidade; confiai no seu zelo e patriotismo. A Providência, que dirigia a obra, a levará ao termo. Vós vereis consolidar-se a vossa fortuna. Vós sereis livres do peso de enormes tributos que gravam sobre vós; o vosso e nosso País subirá ao ponto de grandeza que há muito o espera, e vós colhereis o fruto do trabalho e do zelo dos vossos Concidadãos! Ajudai-vos

com os vossos conselhos, eles serão ouvidos; com os vossos braços, a Pátria espera por eles; a vossa aplicação é a agricultura; uma nação rica é uma nação poderosa. A Pátria é a nossa mãe comum, vós sois descendentes dos valorosos Lusos, sois portugueses, sois brasileiros, sois americanos.”

A revolução propagou-se rapidamente de Alagoas ao Ceará, pela ação dos emissários enviados para diferentes pontos. Na Paraíba e no Rio Grande do Norte chegaram a organizar governos provisórios.

No Ceará, o emissário, o jovem seminarista José Martiniano de Alencar, foi preso no Crato; ainda mais infeliz foi o emissário Padre *Roma* (Dr. José Inácio de Abreu Lima), que, após o triunfo que alcançou nas Alagoas, ao desembarcar, foi denunciado e preso na Bahia, julgado por uma comissão militar e fuzilado no Campo da Pólvora (29 de março de 1817), com monstruoso excesso de autoridade do governador, Conde dos Arcos, que, sem competência para tais atos, almejava com o criminoso zelo recomendar-se ao favor do rei.

O Conde dos Arcos enviou ainda forças disciplinadas por terra, sob o comando do Marechal Leite Cogominho de Lacerda. Foram essas tropas em sua marcha obtendo submissão e avolumando-se prudentemente com voluntários até que, depois de algumas vitórias, chegaram ao Recife. Já estava a cidade bloqueada pela esquadra de Rodrigo Lobo, que exigiu soberbamente dos revolucionários, que desejavam capitular, a entrega sem condições. Ao verem-se sitiados por terra, já quando o governo se havia impopularizado e a ruína se antolhava irremediável, dois mil deles com Teotônio Jorge fugiram. Foi então arvorada pelos habitantes da cidade a bandeira real.

Os chefes rebeldes a pouca distância da cidade discutiram melancolicamente o horror da situação que tinham criado e

procuraram, disfarçados e em fuga, evitar o castigo. O Padre João Ribeiro suicidou-se.

Dos rebelados, Teotônio Jorge e oito dos seus companheiros subiram ao patíbulo; indignado com tantas execuções, ordenadas pela comissão militar, o rei fez suspendê-las, e instituiu uma alçada civil para prosseguir no processo. Mas esta, ainda mais sanguinolenta, excitou a animadversão pública, e o governador de então, Luiz do Rego Barreto e o Senado da Câmara do Recife representaram ao príncipe regente implorando a anistia, que foi concedida no dia da coroação (6 de fevereiro de 1818).

Se as origens da revolução foram criminosas, no termo dela a ação dos realistas foi tão execrável e hedionda que bastaria para justificar a simpatia que ainda despertam as suas gloriosas vítimas.

Por tal modo se havia propagado o espírito das novas ideias, que nem em Portugal nem no Brasil poderia mais manter-se o absolutismo. No Brasil poderia naufragar ao embate dos republicanos; porque entre aqueles que melhor exprimiam o espírito nacional nenhuma transação era desejável entre o antigo regime europeu e as aspirações americanas.

O *constitucionalismo* foi no mundo europeu o triunfo máximo que conseguiu a grande revolução francesa. Era lícito repelir as fórmulas da Convenção; mas era já impossível emperrar-se nos moldes do absolutismo. Ninguém mais acreditava nas teorias antigas do *direito divino* e da *aliança do trono e do altar*; ao contrário, em sua essência o cristianismo logo pareceu estar ao lado da fraternidade e da igualdade e foi decerto a grande alavanca da democracia moderna.

O *constitucionalismo* era uma obra de oportunismo; desviava a ficção da soberania, do príncipe para o povo, do rei para os congressos eletivos e a sua obra na Europa vai completar-se logo em seguida com a política da *unidade* dos povos e raças, dispersos e retalhados pelas combinações e conchavos dos príncipes.

O *absolutismo*, já impossível na Europa, era principalmente *antipático* na América, onde o seu plano visível consistia em sufocar a emancipação recente das repúblicas espanholas para restituí-las ao domínio europeu.

No Brasil tampouco poder-se-ia pensar na monarquia como forma definitiva de governo se um dia o país se emancipasse do jugo tradicional.

A revolução constitucional é, pois, de origem portuguesa. Em Portugal, reduzido desde a vinda do rei ao papel subalterno de colônia, governava o Marechal Beresford, que estava ausente e no Rio, quando a agitação popular do Porto e de Lisboa, em 1820, reclamava o regime da constituição, a exemplo do que se vira suceder na Espanha; com isso não queriam os portugueses mais que reviver o costume antigo das cortes que para mais de um século (1698) não se tinham mais convocado e reunido, com grande prejuízo das liberdades públicas e excessivo proveito do absolutismo. O Marechal Beresford voltando a Lisboa teve que reembarcar, encontrando o governo já nas mãos de uma *Junta Provisória*, que logo convocou as cortes dos três estados, clero, nobreza e representantes das cidades, para formular a Constituição.

Ao chegar a notícia ao Brasil, por toda a parte a impressão foi profunda. D. João VI, em cuja vida não faltavam desgostos e temores de conspirações, não fazia senão lembrar a situação miserável de Luiz XVI que parecia igual à sua.

O movimento era por sua natureza irresistível.

No Brasil, as tropas portuguesas aderiram logo às ideias da revolução pátria, primeiramente no Pará (1º de janeiro de 1821). Bahia, a tropa e o povo coagiram o governador, Conde de Palma, a abdicar, e constituíram uma Junta provisória (10 de fevereiro de 1821). Em Pernambuco a população, por temperamento e tradição, nativista, conservou-se indiferente à revolução portuguesa, deixando o absolutismo entregue aos seus próprios destinos. Entretanto, aí, Luiz do Rego aderiu aos constitucionalistas de Lisboa e ordenou a escolha de deputados à constituinte.

No Rio de Janeiro, os acontecimentos tomaram maior significação. Logo às primeiras notícias, o governo de D. João VI procurou

contemporizar, mas à notícia do que ia pelo resto do Brasil, sem deixar de dar por ilegal a convocação das cortes, resolveu enviar a Portugal o Príncipe D. Pedro “para restabelecer as reformas e melhoramentos e leis que deviam consolidar a constituição portuguesa e tomar as medidas que fossem *aplicáveis ao Brasil*”. A resolução e decreto não agradou às tropas portuguesas simpáticas à revolução do reino, e vários oficiais da guarnição resolveram de acordo com um advogado conhecido, Macambôa, levantar-se em sedição militar e proclamar desde logo a constituição “tal como as cortes a viessem decretar.” As tropas reuniram-se no Largo do Rocio em atitude hostil e seria difícil prever a que resultado chegariam se o conflito fosse inevitável. Antes parece que bem mediam o alcance da atitude que assumiram no momento, para o qual contribuiriam talvez secretas simpatias de alguns políticos. Com elas veio parlamentar D. Pedro, que afinal trouxe da quinta de São Cristóvão um decreto real (com pouca lisura antedatado) em que D. João protestava aceitar e fazer cumprir a constituição da Junta revolucionária de Lisboa.

Logo em seguida, no meio de aplausos entusiásticos, foi pedida a presença do rei, que, morosa e timidamente saiu de São Cristóvão, lastimando-se de tão duros contratempus; atemorizado quando no meio da plebe, julgou chegado o seu último momento de vida; e dizem que desmaiou ao ver alguns pretos, exaltados desatrelarem os animais da sua carruagem para se substituírem à alimaria. Foi a constituição jurada enfim pelo rei, trêmulo ainda assombrado do desplante, pelos príncipes e pelos militares, quase na praça pública ao alarido anárquico de todas as vozes.

Com a submissão do governo real foram logo as novas instituições aclamadas por toda a parte; e, ao aceno das novas concessões à liberdade da opinião, surgiu a imprensa com seus jornais *Aurora*, *Cegarega*, *Conciliador* e *Palmatória*, em Pernambuco os dois primeiros e os dois últimos no Maranhão. Entretanto não começa



ainda aqui a agitação do jornalismo livre; o único jornal brasileiro independente de censura era o *Correio Brasiliense*, que se publicava em Londres, e exercia grande prestígio no mundo dos políticos.

Os liberais portugueses que o Brasil açodadamente auxiliara, não nos tinham simpatia alguma; ao contrário, as cortes portuguesas, reconhecendo o descalabro e penúria do país agravados com a separação do Brasil e a perda do monopólio, alvejavam só fazer a liberdade para si próprios, e restabelecer a odiosa opressão para nós outros. Assim, uma das suas primeiras indicações é que volte para Lisboa a família real. Era um desejo da Inglaterra, e por motivos egoísticos e ainda mais inconfessáveis era-o de uns poucos portugueses que residiam no Brasil, sobretudo os oficiais e militares que ainda havia pouco obtinham a adesão de brasileiros de boa-fé.

O constitucionalismo assim não nos aproveitava ou nos fugia, além de ser um golpe contra a autonomia já conquistada da colônia.

O novo Ministro Silvestre Pinheiro era contra a ida do soberano e pela do Príncipe D. Pedro. O Conde de Palmela, que já estudava as suas atitudes aristocráticas de Lord na futura câmara alta e assim o ministro inglês no Rio, aconselhavam a ida do Rei, conforme o voto das cortes.

No dia 7 de março anunciava El-Rei a intenção de regressar ao reino e igualmente ordenava que se procedesse às eleições de deputados às cortes de Lisboa. Não se conhecia ainda processo regular de eleições e adotou-se o da constituição espanhola, segundo a qual a escolha se fazia por muitos graus diferentes: o povo elegia comissários; estes, os eleitos paroquiais que escolhiam os da província; afinal os eleitores provinciais nomeavam os deputados. Este sistema, em países como o Brasil, provam, como provaram, bons resultados às vezes superiores aos pretendidos liberalismos.

No Rio, feitas as eleições paroquiais, o Ouvidor convidou os eleitores para uma reunião em que devia anunciar-lhes a regência de D. Pedro no lugar do soberano que devia partir. A inútil reunião realizou-se no edifício da Praça do Comércio e foi tumultuosa, pareceu mesmo que agentes secretos tinham nela penetrado para fomentar a anarquia; não havendo ainda a prática e ciência da esfera própria dessas assembleias, começou-se aí a deliberar e a decretar por aclamação medidas extemporâneas e incompetentes a respeito dos interesses nacionais e da pessoa do soberano. Intimou-se o comandante das fortalezas para comparecer e declarar que se oporia à partida do rei, e na previsão de que as cortes portuguesas preparassem qualquer cilada ao Brasil, decretou-se a adoção integral e imediata da constituição espanhola.

O rei, ao qual se dirigiram os procuradores da anárquica assembleia, acedeu medrosamente a tudo quanto dele exigiram.

Ao sabê-lo, as tropas auxiliares portuguesas reuniram-se no Rocio. E movendo-se daí, traiçoeiramente, às três horas da madrugada, depois de súbita descarga de mosqueteria contra o edifício da Bolsa, assaltaram e dispersaram a assembleia a ponta de baioneta. Nessa perfídia estavam decerto conchavados com os áulicos e mesmo com o rei, que não sabia a quem obedecer, como sempre lhe sucedia nas conjunturas difíceis. Mais de vinte dos eleitores foram feridos, e três foram mortos.⁴⁰

Grande depressão do ânimo público produziu este ato de força, e aproveitando-se dela D. João anulou quanto havia prometido na véspera, embarcando com a família e numeroso séquito. Ficava D. Pedro regente do governo do Brasil: a experiência de tantas agitações políticas bem mostrava ao velho rei que a joia do Brasil

40 Atribui-se esta carnificina a manejo de D. Pedro e seu favorito Conde dos Arcos, que queriam o regresso de D. João para subirem ao poder; também por análogo motivo se atribui a presença de agentes secretos na assembleia, a D. João, que não queria voltar para Lisboa, Armitage, I, 33.

com facilidade poderia escapar à coroa dos Braganças e foi com esse pensamento que ao despedir-se do filho lhe disse as palavras que a tradição conservou: – *Pedro, o Brasil brevemente se separará de Portugal; se assim for, põe a coroa sobre a tua cabeça antes que algum aventureiro lance mão dela.*

Assim, pois, consumava-se a revolução constitucional portuguesa, cujos primórdios, como os da republicana de Pernambuco, datam igualmente de 1817; alguns oficiais e civis tinham conspirado em Lisboa para depor Beresford, fazer regressar o rei, e expulsar da guarnição alguns oficiais ingleses; dessa conspiração, Gomes Freire d’Andrade, de prosápia ilustre na história do Brasil, era sabedor sem ser cúmplice; foram todos denunciados, presos e mortos com arbitrárias irregularidades nas sentenças que nem tiveram a sanção régia e não passaram de ignominiosos assassínios.

Não impediu o terror que três anos mais tarde a revolução portuguesa entrasse vitoriosa em Lisboa (1820).

IX
O IMPÉRIO

PROGRESSOS DA DEMOCRACIA
1822-1831-1888-1889

Depois da partida de D. João VI, abriu-se o período das agitações políticas que deviam acabar na separação do Brasil. De fato, as cortes portuguesas, com uma maioria de 130 deputados contra 70, número nunca completo, de brasileiros, prosseguiram no seu plano de *recolonização* do Brasil, e para essa obra de opressão contavam ainda com as tropas auxiliares, que ameaçavam aumentar em número, e com os funcionários e a maioria de portugueses residentes na América. Suspeitando, e não sem fundamento, que o Príncipe D. Pedro favorecia as aspirações liberais dos brasileiros, não deixaram as cortes de hostilizar a sua política, arrancando-lhe todos os recursos e desmoralizando-lhe o prestígio, fazendo depender todas as províncias diretamente de Lisboa, e reduzindo-o assim a simples capitão-mor do Rio de Janeiro.

As discussões nas cortes de Lisboa não se faziam sem grande tumulto; não só não havia a experiência dos governos representativos, como não falhavam, mesmo entre os portugueses vozes autorizadas e judiciosas, como a do deputado Trigoso, que tomavam a nossa defesa em questões essenciais, o que entre eles abria novas e insanáveis dissidências. A um projeto dos deputados brasileiros, de que seria indispensável criar um congresso legislativo americano e independente das assembleias do velho reino, o espanto e a confusão chegaram ao auge, e, dado esse passo, as antigas

dissimulações do oportunismo tornaram-se desnecessárias. O deputado português Borges Carneiro, respondendo à ousadia brasileira, clamava que se devia intimar o príncipe rebelde a deixar a quinta de São Cristóvão, onde “respirava apenas o empestado hálito de vis e adutores conselheiros”.

Por outro lado, o Brasil, não estando de todo preparado para tão súbita regeneração, qual a que aspiravam os seus filhos, dividia-se em partidos, sem ter a consciência exata da revolução que mal ignorada e latente se ia fazendo; uma dessas divisões formando maior sulco, era naturalmente mais profunda e punha em partes contrárias e antagônicas os portugueses e os brasileiros. Assim, a questão política, como outrora, abrasava-se com a de nacionalidade.

Era lamentável esta cisão, porque, a menos pudessem os naturais fazer a república, a solução da independência com um príncipe português envolvia a conciliação das duas raças e a necessidade de esquecer o odioso antagonismo.

O Príncipe D. Pedro foi o órgão mais precípuo e eficaz dessa difícil conciliação; não se lhe pode diminuir o estudado esforço, a boa vontade e até mesmo o por vezes doloroso sacrifício com que afrontou todos os trabalhos dessa ingente empresa; ao realizá-lo, sentia igualmente fortalecer-se no sentimento da dignidade que lhe era próprio; inclinado ao apoio do povo, de preferência ao das tropas auxiliares, cuja indisciplina já o havia magoado, coagindo-o a jurar as bases da constituição (5 de junho), também ele, como o Brasil, era a vítima do mesquinho despotismo das Cortes.

Em Lisboa os deputados brasileiros (entre os quais se distinguem Antônio Carlos Vilela Barbosa, Feijó, Araújo Lima, Vergueiro), fatigados de enfrentar o abuso, desmoralizados pela população, viram-se coagidos a emigrar para a Inglaterra. As Cortes declaravam independentes os governos provinciais,



aboliam os tribunais do Rio, e ordenavam ao príncipe que regressasse à Europa, *para viajar e aprimorar educação*.⁴¹

Na execução dessas leis, foram excluídos os brasileiros dos governos provinciais, do comando das armas e de qualquer direção ou autoridade política e militar. Em seguida, a frota de sete navios do Vice-Almirante Francisco Maximiano de Souza, com 1.200 praças de desembarque sob o comando do Coronel Antonio Joaquim Rosada, zarpou para o Rio Janeiro, destinada a repatriar o Príncipe D. Pedro.

Com essas medidas, o Brasil, sem governo geral nem tribunais importantes, guardado por forças portuguesas, retrogradava quase à época do descobrimento. Por toda a parte, pois, se conspirou; as maçonarias, as sociedades secretas e um periódico, o *Reverbero*, oculta ou abertamente ousaram pugnar ao menos pela emancipação administrativa do país.

Quando me achei no Rio de Janeiro – dizia pouco depois Antônio Carlos, defendendo-se de arguições originadas da sua atitude nas cortes – ninguém ainda pensava em independência ou em legislaturas separadas. Foi mister toda a cegueira, precipitação e despejado anúncio de planos de escravização para acordar do sono de boa-fé o amadornado Brasil e fazê-lo encarar a independência como o único antídoto contra a violência portuguesa.

Não tenho tão curta vista, continuava ele, que me escapassem as vantagens de só pertencermos ao pacífico sistema americano e nos desprendermos dos laços da revolta Europa.

41 Para, segundo dissera pouco antes B. Carneiro nas cortes, “para *aprender a ser constitucional*, ou dentro dos muros da quinta de Queluz, *ouvindo diariamente os ditames* do seu augusto Pai, e diligenciando imitá-lo para ser como ele amado de todos os seus súditos; ou *nesta capital, ouvindo as discussões e deliberações das cortes*”.

Antônio Carlos representava o genuíno sentimento nacional que optava pela emancipação republicana; maior prudência na ocasião, porém, para impedir a súbita explosão das paixões nacionais, aconselhava a aproveitar e aceitar a colaboração do príncipe regente.

Moções dos partidos, das Câmaras e de governos provinciais (e entre esses a junta provisória de São Paulo, de que fazia parte José Bonifácio) chegavam ao príncipe, que, ainda prestando apoio ao rei e à Constituição, por um resto de sentimento cavalheiresco e leal, hesitava dar o grande golpe definitivo.

No Rio, porém, era impossível conter o trabalho já realizado com tão seguros elementos. José Clemente, Januário, Gonçalves Ledo, Frei Sampaio e outros patriotas fomentavam a revolução. Uma representação assinada por oito mil patriotas foi levada ao príncipe pelo Senado da Câmara e com grande acompanhamento de povo, no célebre dia depois chamado do *fico*, 22 de janeiro de 1822.

José Clemente Pereira, português simpático às novas aspirações e presidente daquela corporação, foi encarregado de entregar a mensagem ao príncipe, de quem recolheu a resposta, que transmitiu ao povo que a esperava: “Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, *diga ao povo que fico*”.

A resposta do príncipe, diz um dos nossos historiadores, foi uma desobediência formal às cortes portuguesas, uma aliança firmada com os brasileiros, e portanto a primeira palavra da próxima independência.

Avilez, comandante da *divisão auxiliadora*, fez logo constar a sua demissão; antes, porém, que ela se verificasse, os dois mil homens dessa divisão, saindo de quartéis (11 de janeiro de 1822) ocuparam o morro do Castelo, que domina a cidade.

À ameaça de iminente bombardeio, responderam os brasileiros com os milicianos, patriotas e tropas brasileiras, que, vendo, em perigo a causa da pátria, pegando em armas, se reuniram a



postos no Campo de Sant'Ana. A conflagração ia tornar-se inevitável; mas Jorge de Avilez, compreendendo a responsabilidade da irrefletida ousadia, receando assumir a atitude da resistência, obedeceu enfim à intimação do príncipe e capitulou (13 de janeiro), transportando-se com seus batalhões para o lado fronteiro da baía, até que lhe fosse possível embarcar para a metrópole.

Nesse dia mesmo da vitória chegava ao Rio José Bonifácio, cuja fama nas ciências e nas letras agora se aumentava com a auréola do patriotismo. Foi feito ministro do reino e de estrangeiros; o primeiro cuidado de José Bonifácio foi restituir ao Brasil a unidade política que as cortes fragmentavam declarando as capitânias entre si independentes para melhor dominá-las; e, assim, convocou um conselho de procuradores provinciais que deveriam auxiliar a administração. A esse plano de aliança interprovincial só quatro províncias puderam aderir com eficácia: Rio, São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul. O norte ardia em guerra.

Subjugada no Rio a *divisão auxiliadora*, que era o apoio material dos recolonizadores, pode-se datar de 12 de janeiro o triunfo da revolução emancipadora; e os seus heróis foram José Clemente, os redatores do *Reverbero*, Gonçalves Ledo, Januário Barbosa e o Fr. Sampaio.

Daqui em diante começa a ação construtora de José Bonifácio, que alarga e amplifica o triunfo obtido, mas na verdade não sem moderação e imprudência.

Convoca, como dissemos, os procuradores provinciais para colaborar nas reformas, decreta que nenhuma lei portuguesa será efetiva sem o *cumpra-se* do príncipe regente; aconselha ao príncipe a viagem a Minas, onde a sua presença excita a simpatia e os aplausos dos mineiros, pondo termo às desordens do partido retrógrado.

O Senado da Câmara, indo mais longe, oferece a D. Pedro o título de *Defensor Perpétuo* e pede-lhe a convocação de uma constituinte brasileira.

Essas deliberações, porém, seriam letra morta, sem o terrível preço de sangue que haviam custar ao nosso patriotismo. O governo iniciou a luta contra a reação portuguesa, tinha o seu mais forte quartel na Bahia. Era indispensável, antes de tudo, expelir as forças lusitanas do imenso território, do país onde, aqui e ali, formavam a base da reação retrógrada das Cortes. Em região ínvia como é ainda a nossa e onde a população está apenas semeada pelo debrum do mar, em todo o tempo será impossível igual empresa sem o socorro das esquadras. O governo contratou com Lord Cochrane, paladino da emancipação sul-americana, o comando da esquadra brasileira. Assim se fez o bloqueio da Bahia contra a frota militar portuguesa, ao passo que as milícias sob o comando do General Labatut e (logo depois de J. Joaquim de Lima e Silva) sitiavam por terra a cidade, então entregue às forças militares portuguesas do General Madeira. Várias foram as peripécias da luta, mas afinal teve Madeira que evacuar a cidade com todas as suas tropas.

O almirante brasileiro fez muitas presas da esquadra inimiga, que se compunha de treze vasos de guerra e setenta mercantes, perseguidos por Taylor, capitão da fragata brasileira *Niterói*, até a foz do Tejo.

Algumas das tropas portuguesas, conforme Cochrane verificou numa das suas presas, deviam dirigir-se para o Maranhão. Para ali e sem detença aproou Cochrane, onde pôde obstar a ação das forças inimigas já desembarcadas e onde obteve a adesão da cidade. Destacando Grenffel num brigue português aí capturado, o *D. Miguel*, mandou-o ao Pará, onde o astuto oficial, dizendo-se emissário de grande esquadra próxima, triunfou aí de todas as indecisões.

Por motivos que se prendiam à causa da propaganda, outra viagem fez o príncipe a São Paulo e com idênticos intuitos de pacificação, que conseguiu realizar.

Foi justamente na sua volta para o Rio, quando, recebendo despachos de Lisboa, a sua irritação chegou ao auge, e então, nas margens do Ipiranga, onde estava, alçou o grito resolutivo de “*Independência ou Morte!*” (7 de setembro de 1822).

A falta de outro que tenha exterioridades mais significativas, os brasileiros tomaram a data de 7 de setembro como a da independência política. Foi tão precipitada a marcha da revolução aqui, quanto o foi a série de reações retrógradas das Cortes de Lisboa; mas a distância que medeia entre o Rio e Lisboa punha grande morosidade nesse memorável diálogo, e em nenhum desses pontos se esperava a deusa do outro. Em verdade, o 7 de setembro não se traduz por ato oficial algum e dele quase não há notícia completa e pertence à história anedótica do príncipe; mas esse rasgo de impaciência tem grande propagação; a divisa portuguesa que o príncipe rasgava no Ipiranga é substituída pela das cores nacionais, verde e amarela, com que se apresenta no teatro do Rio de Janeiro. O decreto de 21 de setembro, correspondendo à petição de José Clemente e do Senado da Câmara em favor do “Império constitucional,” impõe a todos o tope de cores nacionais para o dia da Aclamação, sendo essa falta um sinal de dissidência punível pelo banimento da terra. A questão da divisa que se originou no Ipiranga tornou-se característica da nova situação, e certamente por isso a data de 7 de setembro marca a da emancipação política.

Entretanto, a independência já se havia consumado com as proclamações de 1º de agosto de 1822. Numa delas declarava-se guerra bárbara por todos os meios e recursos contra o desembarque



de forças militares portuguesas, declaradas intoleráveis no Brasil; na outra, redigido por Ledo e que começou por uma frase tirada de uma das proclamações da revolução francesa (*Acabou-se já o tempo de enganar os homens...*), o príncipe declarava-se defensor “liberdade e independência” das províncias e pedia que o grito de união dos brasileiros ecoasse do Amazonas ao Prata.⁴²

Igualmente, se não fora o antagonismo de raças, que ainda hoje pesa, um dos elementos da revolução, a história imparcial poderia assinalar como verdadeira data da emancipação colonial aquela em que D. João VI pisou o solo brasileiro, 22 de janeiro de 1808, na qual se quebraram todos os laços da dependência portuguesa; esta data ligaria a nossa emancipação à mesma causa ou oportunidade geral que produziu a da América Latina, à ação de Bonaparte. Pelo refúgio de D. João VI, na América, ainda evitamos o duplo desastre da fragmentação do território e constituição de pequenas repúblicas de governo instável.

Além disso, que significação poderia ter o 7 de setembro no meio de tantas agitações e quando já havia sido decretada a reunião da assembleia Constituinte?

Como quer que seja, daquele momento data a consciência do passo definitivo que se havia dado. D. Pedro é feito Imperador do Brasil, aclamado pelas câmaras (12 de outubro) e depois coroado segundo os estilos e exemplo de Napoleão, herói predileto do príncipe, a 1º de dezembro.

A guerra contra a metrópole tornou-se inevitável. O Brasil preparou as forças que podia, engajou mercenários de terra e mar, entregando a esquadra libertadora a Lord Cochrane, que tanto se distinguiu no movimento de emancipação da América Latina.

⁴² Nesse momento a autoridade do príncipe só era reconhecida nas “províncias coligadas”, isto é, do Rio até Montevidéu no Sul, e, no interior, Minas Gerais. Na Bahia, e em quase todo o norte, dominavam as forças portuguesas.

Apertado em rigoroso sítio por mar e por terra, em país já in-fenso ao domínio lusitano, o General Madeira teve que evacuar a Bahia aos 2 de julho de 1823, embarcando com a tropa e grande número de negociantes portugueses, que por suas ideias reacioná-rias não teriam garantias de vida se se deixassem ficar na cidade. Lord Cochrane libertou ainda o Maranhão e o Pará, e, com a de-fecção das forças em Montevidéu, em todo o Brasil foi arvorado o pendão auriverde da Independência (novembro de 1823).

No mesmo ano em que se consumavam estes acontecimentos, abria-se (na data considerada do descobrimento do Brasil) a 3 de maio a Assembleia Geral Constituinte. Compunha-se ela dos ho-mens notáveis do país, os quais na verdade não eram numerosos nem de mérito excepcional; mas havia entre os deputados alguns de ilustração ou de talento pouco comum, os irmãos Andradas, Silva Lisboa, Carvalho e Melo, Carneiro de Campos; ignorantes quase todos das praxes parlamentares, inda novas por quase todo o mundo, e muito imbuídos de mal entendida filantropia que fa-cilmente degenerou em anarquismo. Da assembleia faziam parte 19 padres, 7 militares e 48 doutores em direito, fora alguns funcio-nários ou negociantes. A ausência de partidos tornava difícil a di-reção da Assembleia, e o deputado Antônio Carlos, irmão de José Bonifácio, era a palavra mais enfática, para não dizer eloquente, que exercia maior prestígio, sendo que estava entre os que mais contribuía-m para a confusão geral. Enquanto José Bonifácio es-teve no poder como ministro, Assembleia e governo viveram na maior harmonia. Quando, porém, os Andradas se passaram para a oposição, a discórdia tornou-se inevitável, porque eles eram no fundo facciosos e prepotentes e só se aquietavam quando a seu sabor dispunham da autoridade.

No poder e na fala de abertura recitada pelo Imperador, pe-diam limitações à demagogia, com uma constituição onde não entrassem os desvarios teoréticos da metafísica política, como o

demonstravam os desastres das constituições da França, Espanha e até Portugal; pediam uma constituição sábia e justa e digna do Brasil e do Imperador. O que fosse uma constituição sábia e justa ninguém de certo o sabia. Mas daí a pouco, na oposição, são esses moderados Andradas os primeiros que se fazem demagogos violentíssimos.

Quando, respondendo à fala de abertura, alguns oponentes timidamente estranharam que os constituintes pudessem ser suspeitos de elaborar uma constituição indigna do país, os Andradas defenderam calorosamente a palavra imperial, e desta vez com razão, porque se tratava de uma constituição democrática monárquica mas não republicana, segundo o recente mas já triste exemplo das repúblicas da América espanhola.

Após um projeto nativista bárbaro de suspeição contra os portugueses residentes, e que teve um defensor em Antônio Carlos (propunha a expulsão de todos os portugueses suspeitos), a situação do ministério enfraqueceu-se; os Andradas caíram do poder, no meio da indiferença da gente séria do país. O novo governo (Carneiro de Campos e Nogueira da Gama) enveredou pelo caminho igualmente errado da reação, em favor dos portugueses, sem considerar a existência e o prestígio dos falsos ou verdadeiros nativistas. Os Andradas, pois, no seu jornal, o *Tamoio* (nome da tribo dos índios do Rio, aliados de Vilegagnon e inimigos dos portugueses), rompendo em resoluta e anárquica oposição, ganharam grande popularidade, e nisso ainda eram ajudados por outra folha, a *Sentinela*, onde se pregavam ideias radicais como as do *Tamoio*, lisonjeando as paixões dos descontentes e as inclinações vulgares do poviléo. Na Assembleia, ligando-se aos patriotas e aos antigos opositores, que combateram por exagerados, criavam todos os tropeços ao governo, e fizeram logo passar a lei de que a constituição não dependeria da sanção imperial, ideia que já havia feito partidários entre os elementos ultrademocráticos das

províncias e fora aprovada numa reunião de patriotas em Porto Alegre. O Imperador respondeu que, sem querer aumentar o poder que já tinha, não toleraria contudo maiores usurpações.

Nesse particular ninguém procurou a conciliação, pois ninguém estava disposto a ceder. Apareceu a 30 de agosto o Projeto da Constituição com todas as liberdades reclamadas pelos opositoristas radicais e patriotas, elaborado sob o influxo e direção dos Andradas. Por outra parte, sentindo acordar o sangue de seu orgulho real contra a audácia de homens novos que a exploração de outros conduzia, começou o Imperador a favorecer os portugueses e sobretudo os soldados e oficiais prisioneiros da Bahia, que de novo foram reintegrados nas fileiras, para opor-se pela força material contra a ação das novas forças da tribuna e da imprensa facciosa de que não dispunha.

Assim iam as coisas quando um periódico, a *Sentinela*, publicou um artigo violento contra os oficiais portugueses da guarnição, sob o pseudônimo de – *O brasileiro resoluto*, que se atribuiu a um boticário açorinho, David Pamplona,⁴³ que foi agredido em seu domínio e maltratado e quase morto por dois oficiais de artilharia. Esta selvageria tornou-se logo uma questão de partido, e, em vez de queixar-se às autoridades de que talvez nada esperava, o ofendido dirigiu-se à Assembleia Constituinte.

Antônio Carlos propôs que os ofensores fossem imediatamente banidos do Império; à agitação da Assembleia juntou-se a da imprensa oposicionista, que redobrou de violência contra a soldadesca lusitana, e, atribuindo o crime ao Imperador, antevia-lhe a sorte miseranda Carlos I e de outros reis que pagaram no patíbulo a traição à pátria. Na *Sentinela*, a folha da oposição, escrevia-se: “Vá Dionísio para Corinto; vão os lusos para a Lusitânia, e o Brasil será feliz!”

⁴³ Desde esse tempo entre os nativistas mais exagerados contam-se alguns portugueses.



Na Assembleia, onde Martim Francisco chamava aos portugueses adotivos, de *infames e monstros*, o povo invadia as galerias, e pensava-se em transformar a Constituinte em Convenção.

O Imperador tomou deliberação pronta e fez escrever à Assembleia exigindo a expulsão dos Andradas; mas o ato não teve o apoio no ministério que, temendo entrar no caminho da reação, se demitiu. As tropas portuguesas vieram a São Cristóvão, por impulso de livre fidelidade e dedicação, rodear e garantir o Imperador ameaçado por qualquer golpe de mão da demagogia.

A Assembleia, dominada pelo povo que a invadira e excitada por Antônio Carlos, tolhida a ação dos moderados que não se animavam a opor coisa alguma, declarou-se em *Sessão permanente* pelo perigo que corria, e pediu ao governo explicações pelo aparato daquela força, na tarde de 11 para 12 de novembro, chamada a *Noite da Agonia*.

Toda essa memorável noite esteve reunida a Assembleia em sessão; alguns davam tudo por perdido e sem remédio; outros, os exaltados, criam no levante do povo para sustentá-los ou vingá-los. Amanheceu o dia 12 e nele veio, por exigência da Assembleia, prestar explicações o Ministro do Império. Afinal à 1 hora do mesmo dia aproxima-se a tropa do edifício onde deliberavam, e, dela destacando-se, entrega um oficial ao presidente da Constituinte um decreto em que o Imperador declarava “ter convocado aquela assembleia a fim de salvar o Brasil dos perigos que lhe estavam iminentes... mas que havendo ela perjurado na defesa da pátria e da sua dinastia havia por bem dissolvê-la”.

Ao saírem os deputados, foram presos Antônio Carlos, Montezuma, Martim Francisco, e igualmente José Bonifácio, então já em seu domicílio. Foram logo embarcados e deportados. Passeou o seu triunfo pelas ruas o Imperador, porventura com os mesmos aplausos daqueles que, horas antes, povoavam as galerias da Assembleia.

Este ato de força do Imperador, conquanto agradasse à população do Rio, não era de natureza a provocar a simpatia e ainda menos o aplauso. Logo a imprensa oposicionista desaparecia e já ninguém se julgava seguro; olhavam todos ansiosos para as províncias, onde o favoritismo nos seus inícios não havia ainda destruído o espírito público.

Não era decerto a intenção do Imperador, pela dissolução da constituinte, retroceder ao absolutismo; ao contrário, apesar da sua educação incompleta e de sua inexperiência, ele, homem de ideias modernas, sempre foi o que um poeta mais tarde chamou o *Rei da liberdade*,⁴⁴ epíteto bem merecido do soberano que deu a constituição a dois países. Pensou, pois, em reunir uma comissão que elaborou imediatamente a Carta Constitucional do Império, que foi brevemente aclamada e jurada pelos povos do Rio e pelo Imperador (25 de março, 1824) e mais tarde pelas câmaras municipais.

Essa Constituição, onde os radicais viam garroteada a liberdade nas malhas do despotismo, era obra de sensatez e de verdadeiro espírito liberal.

Em Pernambuco rebentou a revolução em 24 de julho. A outorga de uma constituição excluía o princípio teórico de que ela devia ser a representação da vontade nacional. A dissolução da Constituinte pareceu, pois, um atentado sem nome; por toda a parte excitou a reprovação, e, mesmo no Rio, os exaltados tentaram assassinar o Imperador e a eles se atribui o incêndio do teatro no dia do juramento da Carta que aí tivera lugar. De qualquer modo o partido federalista, antipático às constituições monárquicas, e que existia, embora indisciplinadamente, por todo o Brasil, em Pernambuco, onde era mais forte e mais robustecido pela

44 José Bonifácio, o moço.

tradição, não perdeu o ensejo de manifestar-se. Um dos patriotas da revolução de 1817, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, pôs-se à frente da reação republicana, e, publicando um manifesto contra o grande “traidor” a quem se atribuía o plano de reintegrar o Brasil no antigo regime colonial, proclamou a Confederação do Equador, nome a cuja senha deviam agora unir-se os Estados do norte que aderissem à federação e à república. As adesões foram mais palavrosas que efetivas desde Alagoas ao Ceará.⁴⁵ O nome de Paes de Andrade, quase ignorado no país, logrou por toda a parte a admiração dos radicais; era a primeira tentativa de república e logo no começo do Império, que organizou a defesa mandando contra os rebeldes navios e tropas com Lord Cochrane e Francisco de Lima e Silva. Em Pernambuco mesmo, um lavrador de grande prestígio (o Marquês do Recife), arvorando a bandeira imperial, formou o núcleo dos voluntários monarquistas que fizeram junção com as forças do General Lima e Silva, e, de combinação com a frota de Lord Cochrane, bloquearam o Recife. Os republicanos foram afinal batidos; o presidente da confederação, Paes de Andrade, conseguiu salvar-se refugiando-se a bordo de um navio de guerra inglês. Foram vítimas da revolução Tristão Araripe, que morreu em combate no Ceará, João Guilherme Ratclif, português de nascimento, executado militarmente no Rio de Janeiro, e Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, fuzilado no Recife. Assim terminou a *Confederação do Equador*.

45 No Ceará os sucessos tomaram diferente curso, e aceitamos a retificação que da nossa narrativa fez o Dr. Araripe Junior, e a qual não reproduzimos aqui porque já se acha no excelente prólogo que exorna esta edição.

Muitos foram os acontecimentos que encheram de vida e agitação o reinado de D. Pedro I. Não só a guerra da Independência preocupara todo o país, onde ainda o prestígio dos portugueses que não haviam adotado a nova ordem de coisas, era grande e apoiado na força, mas ainda havia que combater as rebeliões e a anarquia oriunda da diversidade ou antagonismo de opiniões que sempre caracteriza esses momentos.

Afinal houve inteira submissão por toda a parte onde deveria havê-la. Um trecho, porém, do nosso território, indevidamente conquistado a raça diferente, produto antes elaborado por outra história que não a nossa, a Província Cisplatina, com o auxílio dos governos de Buenos Aires que aí fomentavam as revoltas e com a mediação da Inglaterra, conseguiu libertar-se do domínio imperial, constituindo-se em república independente, com o nome de Banda Oriental do Uruguai. A guerra para submetê-la era impopular e foi a vitória dos separatistas uma feliz solução, apesar de que as últimas vitórias foram nossas.

Também sucessos da política internacional e precipuamente o reconhecimento da emancipação das repúblicas sul-americanas, que tanto haviam trabalhado pela independência própria, facilitaram o reconhecimento da nossa pelo governo português, sob a mediação da Inglaterra. Sir Charles Stuart, embaixador inglês, negociou a nossa emancipação política, que, apesar de conquistada a fogo e a sangue, nos custou ainda dois milhões esterlinos.

Na política interior continuavam as antigas dificuldades.

As câmaras brasileiras criadas pela Constituição (diz Rio Branco) reuniram-se pela primeira vez em 1826; em todo o reinado de D. Pedro I a oposição, composta de liberais monarquistas partidários do sistema parlamentar inglês, de uns poucos federalistas e republicanos, formaram a maioria da Câmara dos Deputados. Faziam-se então no Brasil os primeiros tentames do sistema representativo e, se era o imperador, jovem ainda, impetuoso e inexperiente, por igual careciam os partidos, e a imprensa de educação política. O ministério Paranaguá, no poder desde 1823, e o de seu sucessor, o Visconde de São Leopoldo (16 de janeiro de 1827) compunham-se de senadores ou de pessoas que não faziam parte do parlamento. A 20 de novembro de 1827 o Imperador organizou enfim um ministério parlamentar com o deputado Araújo Lima (Marquês de Olinda); mas com a exoneração dada ao Ministro da Guerra por ocasião da revolta dos batalhões estrangeiros, que foi logo energeticamente reprimida, o ministério todo se demitiu. Dois membros dos mais influentes da câmara, Costa Carvalho e Vasconcellos, recusaram a incumbência de novo gabinete, missão que foi enfim confiada ao deputado Clemente Pereira, logo abandonado dos liberais. Esse ministério como o seguinte de Paranaguá (4 de dezembro de 1829) encontraram viva oposição da câmara e da imprensa.

Multiplicavam-se os jornais federalistas e republicanos, e muitos candidatos desses dois partidos triunfaram nas eleições de 1830. Ministros e senadores que se mostravam dedicados ao Imperador eram taxados desde logo de absolutistas.

A 19 de março de 1831, D. Pedro, cuja maior pecha era a de haver nascido português, e que já não tinha a popularidade

de outro tempo, procurou governar com um ministério liberal (F. Carneiro de Campos); os rancores entre brasileiros e portugueses eram ainda demasiado vivos para restabelecer a concórdia; e, quando estes últimos fizeram manifestações imperialistas, não houve evitar sanguinolentos conflitos nas ruas. Formou então o Imperador um gabinete exclusivamente composto de senadores (ministério Paranaguá).

A Noite das Garrafadas – “Uma das mais fortes acusações contra D. Pedro, diz A. e Lima, era que protegia os interesses e as paixões hostis dos portugueses; esta ideia havia calado no ânimo da mais baixa classe da população livre e foi a principal causa que lhe fez perder a popularidade. Desgraçadamente foram os portugueses os que mais se empenharam nos obséquios públicos com que queriam celebrar a volta do Imperador; este ato de dedicação particular, a que ele era inteiramente estranho, provocou um conflito sanguinolento (de 13 a 14 de março, chamada *Noite das Garrafadas*) entre o partido *exaltado*, no qual se achavam envolvidos muitos oficiais do exército e o que se denominava português. Desde esse momento parecia impossível qualquer reconciliação e os ânimos se irritaram a ponto que reviveu todo o antigo ódio contra os nascidos do outro lado do Atlântico. A ofensa da nacionalidade e por consequência do amor próprio dos nascidos no país, fez reunir então todos os brasileiros, clamando que era mister reprimir a insolência dos estrangeiros. Contudo, D. Pedro não estava diretamente comprometido, pois que havia permanecido em São Cristóvão enquanto se passavam aqueles acontecimentos, e só fez a sua entrada pública na capital no dia 17 de março.

Depois dos sucessos de 13 e 14 reuniram-se 23 deputados e um senador, em casa do Padre José Custódio Dias, e ali redigiram uma representação ao Imperador, enérgica e

ameaçadora, na qual se exigia do governo uma reparação da afronta que se havia sofrido e o castigo tanto das autoridades que coniventes ou indiferentes tinham deixado de dar providências, como dos delinquentes comprometidos na agressão. Este documento, publicado pela imprensa, produziu o efeito que se esperava, exaltando ainda mais o episódio de revolta, tanto no Rio de Janeiro, como nas outras províncias, quando se teve notícia dele.

O estado de agitação popular continuou por alguns dias e era alimentado pela conspiração dos clubes e dos exaltados. Foi por esse tempo e já depois da organização de novo gabinete que, tendo comparecido a um *Te-Deum* na Igreja de São Francisco de Paula, o Imperador foi cercado de povo e saudado com *vivas, enquanto constitucional*. Não passou despercebido o remoque ao Imperador, que respondeu ao pé da letra e serenamente: “*Sou, sempre fui e serei constitucional*”.

Aquele último ministério, todo tirado da facção áulica e composto de homens (Marqueses de Inhambupe, de Baependi, do Aracati, de Paranaguá, Conde de Lage e Visconde de Alcântara), que passavam por servos humilíssimos da vontade imperial, antes que representantes de qualquer opinião, muito desagradou no povo. Grande ajuntamento se formou no Campo de Sant’Ana, do povilêu que alguns demagogos excitavam à revolução.

Não querendo impopularizar-se, o Imperador deixou de aproveitar a indecisão das tropas para dominá-las e à frente delas dissolver a arruaça, e conservou-se inativo.

Uma deputação popular veio falar-lhe em São Cristóvão, pedindo a restituição do antigo ministério. “*Tudo farei*, disse D. Pedro, *tudo farei para o povo; nada, porém, pelo povo.*”

Ao receber a resposta o povo declarou-se em revolução e a ela aderiram pouco lealmente os três irmãos Lima e Silva, generais

de muita popularidade, e que deviam sua carreira e fortuna ao Imperador. A adesão do exército, objeto de desvelos e até causa da impopularidade do monarca, pareceria quase uma traição e seria difícil ao historiador justificá-la, quando nem mesmo duvidosamente se pudera alegar o reclamo de patriotismo.

Foi mandado o major Miguel Frias aos palácios de São Cristóvão, à meia-noite, para buscar a decisão imperial.

Com calma, frieza e indiferença, sentimentos que acaso lhe dava a superioridade moral da sua conduta, recebeu o Imperador a notícia da infidelidade de suas tropas: “Não quero, disse, que ninguém se sacrifique por minha causa”. E mandou com verdadeira grandeza d’alma que o regimento de artilharia aquartelado em São Cristóvão se fosse reunir aos seus camaradas.

Duas horas depois, e sem ouvir o conselho dos seus ministros, escreveu o seu ato de abdicação: “*Usando do direito que a Constituição me confere, declaro que hei muito voluntariamente abdicado no pessoa do meu muito amado e prezado filho, o senhor Dom Pedro de Alcântara. Boavista, 7 de abril de 1831*”.

Escolheu José Bonifácio para tutor do Imperador infante e ao romper do dia embarcou com a família, exceto os príncipes, na nau inglesa *Warspite*, donde pôde saber de longe e com alegria, das festas da aclamação do novo imperador nos paços do Senado.

Deixava o país que havia criado e governado por dez anos, no período de maior responsabilidade e perigo da nossa história.

A intervenção militar na revolução de 7 de abril, diz Joaquim Nabuco, era sumamente injusta, porquanto o melhor amigo do exército era o Imperador. Pedro I, quaisquer que fossem as suas faltas, tinha em relação ao exército uma compreensão muito mais clara da sua necessidade e do seu papel do que a legislatura cuja hostilidade o derribou. Ao liberalismo brasileiro a eficiência militar do exército parece sempre secundária; a sua função primordial consagrada a 7 de abril e em 15 de novembro é a grande função cívica libertadora. No primeiro reinado ninguém levou a mal sinceramente o malogro das armas brasileiras no Prata, a série dos insucessos ligados aos nomes de cada um dos generais para lá mandados. O historiador do reinado (Armitage) atribui mesmo aos nossos desastres militares os mais salutares efeitos na ordem civil. Segundo ele, a constante má fortuna das armas brasileiras produziu o resultado de desanimar as vocações militares e de inclinar as energias da geração nova para as carreiras civis, o que preservou o Brasil de uma completa anarquia.

Não havia sinceridade na aliança da oposição com o exército. A própria defecção deste será severamente julgada mais tarde pelos que se serviram dele para os seus fins. Pouco depois da revolução, o partido que havia aproveitado a ação do exército em 7 de abril só tinha um desejo:

dispersá-lo, dissolvê-lo, deportá-lo para os confins. A grande reputação da Regência será a de um estadista, o Padre Feijó, que revelou a maior firmeza de caráter na repressão da anarquia militar, a qual sobreveio, como se devera esperar, do pronunciamento do campo. Baseia-se sempre em alguma equivocação, e por isso é efêmero o pacto político do exército com partidos extremos e elementos revolucionários. Foi essa a primeira grande decepção do 7 de abril: a do *exército*, condenado, licenciado pelo partido que ele tinha posto no poder.

A segunda decepção foi a dos *Exaltados*, dos homens que haviam concebido, organizado, feito o movimento, e que no dia seguinte também foram lançados fora como inimigos da sociedade pelos *Moderados*, que só se manifestaram depois da vitória. Para aqueles a revolução foi uma verdadeira “*journalée de dupes*”. A fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las, e com eles é impossível governar. Cada revolução subentende uma luta posterior e aliança de um dos aliados, quase sempre os exaltados, com os vencidos. A irritação dos exaltados trará a agitação federalista extrema, o perigo separatista que durante a Regência ameaça o país do norte ao sul, a anarquização das províncias.

Outro desapontamento foi o dos patriotas. A força motora do 7 de abril, a que deu impulso ao elemento militar, foi o ressentimento nacional. Em certo sentido o 7 de abril é uma repetição, uma consolidação do 7 de setembro. O Imperador era um *adotivo* suspeito de querer reunir as duas coroas de (Portugal e Brasil...). O fermento político da revolução foi secundário; a excitação real, calorosa, foi o antagonismo de raça, então facilmente explorável. O tope nacional correu mais para a revolta da tropa do que as excessivas declamações da oposição. O exército não era mais aquele

cuja exacerbação, sete anos antes, levava D. Pedro, *apesar da sua timidez*, na expressão do Padre Feijó, a dissolver a Constituinte e desterrar os Andradas, ato que aquele uma vez qualificou de violenta, mas necessário e como tendo dado paz e tranquilidade ao país por dez a doze anos...

A maior decepção de todas, porém, foi a da nação. A abdicação tinha-a profundamente surpreendido, quando ela esperava do Imperador somente uma mudança de ministério ou antes o abandono de uma camarilha que lhe era suspeita. Os espíritos não se tinham preparado para solução que não anteviam, e como sempre acontece com os movimentos que tomam o país de surpresa e vão além do que se desejava, as esperanças tornaram-se excessivas, os espíritos abalados pelo choque exaltaram-se, e deu-se então este fato que não é nada singular nas revoluções: os mais ardentes revolucionários tiveram que voltar, a toda a pressão e sob a inspiração do momento, a máquina para trás e para impedi-la de precipitar-se com a velocidade adquirida. Foi esse o papel de Evaristo sustentando a todo o transe a monarquia constitucional contra os seus aliados da véspera. Os revolucionários passavam assim de um momento para outro a conservadores, quase a reacionários, mas em condições muito mais ingratas do que a do verdadeiro partido conservador quando defende a ordem pública, porque tinham contra si, pelas suas origens e pela sua obra revolucionária, o ressentimento da sociedade que eles abalaram profundamente. Foi essa a posição do partido moderado que governou de 1831 a 1837, e que salvou a sociedade da ruína, é certo, mas da ruína que ele mesmo lhe preparou.⁴⁶

⁴⁶ Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, tomo I, 26 e seg.

Essas belas palavras provam a quase inutilidade da aventura de 7 de abril que a própria prudência dos revolucionários salvou retrogradando ainda em tempo.

O elemento, o agente exterior, ao menos, da agitação foi a imprensa.

Deve-se fazer datar do Primeiro Império a liberdade da opinião. É certo que já vinha de mais tempo a imprensa; nela só tinham agasalho, contudo, as ideias do governo ou a matéria indiferente ao curso das coisas políticas; tal foi a imprensa e foram assim os raros jornais do tempo de Dom João VI na Bahia ou Rio; apenas uma revista impressa no estrangeiro (*O Correio Brasiliense* de Hipólito da Silva) ousava ainda na era do absolutismo defender os interesses da liberdade na América. Com a independência, porém, e desde o tempo da Constituinte, os jornais de oposição multiplicam-se e é impossível imaginá-los mais agressivos, apaixonados e virulentos.

Não era, porém, a virulência a qualidade exclusiva dos exaltados, era-o por igual dos reacionários e governistas; o governo, sem ser despótico, era mais do que convinha arrogante. Uns e outros ambicionavam a ditadura intelectual de suas parcialidades, qual defendendo as conveniências da América, qual a perfeição dos institutos europeus. Estes viam naqueles teóricos inexpertos que as paixões da mocidade transviavam.

Eram assim, pois, os órgãos da imprensa. De todos, porém, aquele que maior influxo exerceu foi a *Aurora Fluminense* de Evaristo da Veiga, o maior dos nossos antigos escritores da imprensa.

No meio dos homens notáveis do primeiro reinado e da regência, entre os que figuraram distintamente e notavelmente influíram (diz um seu eminente biógrafo, Silvio Romero) teve Evaristo da Veiga certas qualidades que foram só dele: era o mais novo, o que não tinha tradições, o

que não possuía títulos acadêmicos, o que apareceu mais inesperada e rapidamente, o que morreu mais moço, mais a tempo e mais a jeito; foi o que nunca saiu do Brasil.

Bem como na ordem literária era preciso que indivíduos saídos do povo e inspirados no seu sentir levantassem o braço contra o servilismo do pensamento, assim na esfera social era mister que um homem saído das classes populares, em nome da simples justiça e bom senso do mesmo povo, se fizesse adorado deste, desse batalha aos poderosos do dia, e desmantelasse as malhas do velho servilismo político. Este é o significado da ação social e política de Evaristo e tanto basta para dar-lhe importância imensa. Há outra consideração a juntar que vem completar esta nota: a arma de que se serviu e o rumo que deu à sua doutrinação foram os mais acertados e poderosos para o tempo: a arma foi o jornal e o rumo o liberalismo da Constituição.

Esses traços caracterizam com grande vigor a fisionomia do publicista; todavia o seu tardio liberalismo constitucional foi já um traço da maturidade. A sua calma tinha qualquer coisa de posição e era mais um artifício do toucador do que da sua fisionomia própria.

Evaristo da Veiga quis com a *Aurora Fluminense* fundar um jornal escrito com simplicidade, sem a afetação bombástica das folhas oposicionistas e demagógicas, mas também sem a mentira e o servilismo das folhas oficiais. Queria antes ser sincero que brilhante. A sua intenção, compreendendo que vivia numa nacionalidade de inexperientes, era vulgarizar por extratos e traduções as ideias dos economistas e filósofos políticos ingleses e americanos, mal conhecidos e pior interpretados. Essa fórmula de atividade intelectual estava entre nós na moda dessa época; compunham-se antologias do liberalismo europeu e norte-americano, onde

fracções de pensamentos fortes, desprendidos das soluções em que pousavam, agora agiam como venenos violentíssimos.

As hipérboles dos brasileiros que Eschwege notava no reinado de D. João VI são agora quintessências políticas.

Evaristo foi um desses manipuladores. Ao começar o seu jornal não se encostou a facção alguma das que disputavam o poder, e conquanto fosse ele antagonista do despotismo imperial, a sua principal intenção era a de ser independente. A folha, única no seu gênero, ganhou logo enorme circulação e tornou-se a primeira de todo o país; a linguagem de Evaristo, elegante e às vezes irônica, tornou-se desde aí o padrão de estilo dos jornalistas que depois dele vieram.”

A sua eloquência (e era quase o único dote de escritor que possuía) carecia de imaginação, mas tinha agudeza e certa ironia fascinadora.

Era, porém, original em tudo isso, porque ainda coisa original e nova era a imprensa política do país. Pouco a pouco vai sendo a vítima das suas mesmas armadilhas, e o agitador vai-se transformando em órgão da moderação.

Foi de qualquer modo esse homem quem conteve a onda demagógica que se desencadeara com a revolta de 7 de abril, e que teria abismado o Império se o jornalista pusesse a sua pena ao serviço do radicalismo e das ambições federalistas, flagelo da América do Sul, que despovoava então, e ainda hoje, o novo Mundo com a epidemia letal da guerra civil. Evaristo da Veiga opôs-lhe a ação das sociedades e classes que por todo o país sustentavam a unidade nacional.

Tal foi o jornalista e o homem político, que, no dizer do escritor citado “nunca fez parte do governo e morreu pobre”.

Com a abdicação do Imperador, coagido pela indisciplina militar, desencadeou-se a anarquia por quase todos os pontos do país. Até que o exército voltasse à tranquilidade das suas verdadeiras e legítimas funções, não foi possível contar com a ordem. Os partidos exaltados, que o freio da autoridade a custo continha, ameaçavam subverter a nova nacionalidade, quando, no dia imediato ao do triunfo revolucionário, por feliz inspiração, senadores e deputados se reuniram e escolheram uma Regência interina (Marquês de Caravelas, Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e Campos Vergueiro), que tomou a peito a manutenção da ordem.

Exageradamente dizia o novo governo no – Manifesto à Nação – que os inimigos dele eram “tão poucos e tão fracos, que não mereciam consideração; mas que velava sobre eles como se fossem muitos e fortes”.

Com grande trabalho iniciou o governo a pacificação na Bahia, onde, sob pretextos de antigas desforras, os nativistas maltratavam ou assassinavam os portugueses; igualmente agiu em Pernambuco e em Minas.

Quando eleita regularmente pelas duas câmaras a Regência Permanente Trina (Brigadeiro F. Lima e Silva, Costa Carvalho e Bráulio Muniz), continuaram com maior intensidade no Rio os tumultos militares, que o Ministro da Justiça, Diogo Antônio Feijó,

revelando grande capacidade política e energia inquebrantável, conseguiu reprimir, dissolvendo os corpos de linha amotinados, criando a Guarda Nacional e com esta submetendo um corpo de artilharia sublevado.

O grande incitador das revoltas, quando não o apoio delas, era o exército, então corroído desde a revolução de 7 de abril pelo cancro da indisciplina; será ele igualmente a vítima principal da revolução. A discórdia divide as fileiras e cria entre elas abismos irreduzíveis: soldados expelem oficiais e uns e outros depõem os seus comandantes. E é no seio dessas míseras intrigas e à custa delas que, ao menos na capital, se formulam e se definem os partidos extremos.

Nas províncias a situação ainda era mais sombria, e longas e duradouras revoltas as enlutavam; todas sentiam os vexames naturais dos governos e aproveitavam agora o momento para vingar ultrajes e agravos que o tempo não havia ainda dissipado; no Pará, as tropas amotinadas depunham os generais, aprisionavam ou assassinavam os governadores, com o auxílio faccioso de todos os desordeiros, e só ao cabo de quatro anos pôde o Brigadeiro Soares Andréa, com 1.000 homens, apoiado em forças navais, restabelecer a ordem e o prestígio da autoridade; em Pernambuco, a discórdia durou outros tantos anos; soldados ébrios e alucinados puseram a cidade em saque, como em guerra de extermínio, e o povo, saindo fora de muros, teve que pegar em armas para abater a desenfreada soldadesca; no Maranhão, os anarquistas tentaram eliminar o escol da sociedade, expulsando os magistrados, o presidente (Araújo Viana, Marquês de Sapucaí) e o comandante das armas; no Ceará, um restaurador, Pinto Madeira, que considerava nulo o ato da abdicação, perturbava a província com os seus asseclas, que se renderam afinal a Labatut; até no remoto Mato Grosso a anarquia cobrava o tributo de sangue.

O altivo exemplo do povo em Pernambuco, combatendo a soldadesca em vários recontros em que pereceram trezentos dos indisciplinados e foram aprisionados oitocentos, não conseguiu contudo estabelecer duradoura paz. Alguns meses depois repetiram-se os mesmos horrores, quicá mais sanguinolentos. Em *Panelas de Miranda* rebentou a revolta dos *Cabanos* com as atrocidades próprias das guerras sertanejas, com toda a arte da insídia e da emboscada. Quatro anos durou a luta dentro das matas, e só a palavra piedosa do bispo pôde alcançar contra a cólera dos rebeldes o que não pôde o aparato ou a ação de seis mil homens, de guerra.

No Pará, a sedição militar de 7 de agosto de 1831 depôs o novo governador, Visconde de Goiana, apenas chegado, e aprisionou outros cidadãos, entre os quais um famoso Cônego Batista, que, evadindo-se da prisão, saiu a revolucionar o interior, pregando morte contra os portugueses. Muito custou restabelecer a ordem abalada, e essa indisciplina sucessivamente sacrificou as autoridades do governo, o Presidente Malcher (em 1835), barbaramente fuzilado por um grosseiro comandante das armas, o célebre Vinagre. Somente em 1836 o Brigadeiro Andréa consegue com energia, vigor e espírito de justiça pôr um termo à anarquia.

Nunca o Brasil atravessou período tão difícil e calamitoso, e, se o coração do país, São Paulo, Minas e Rio, menos turbulento que o resto, não lhe desse o nutriente alimento da ordem, como na guerra da independência, é certo que naufragaria.

Os políticos do momento refletiam nas correntes dos seus partidos a mesma instabilidade social. Havia os *Exaltados*, que mais próximos estavam dos sediciosos; os *Moderados*, que sustentavam a regência e conseguiram manter a ordem; e os *Restauradores*, que ansiavam cegamente reconstituir o passado, e que era decerto o partido dos homens mais eminentes da época (José Bonifácio,

Cairu, Paranaguá), cujo prestígio entretanto a revolução havia demolido em proveito dos homens novos.

Os processos da revolução, em geral, com seus lances de arbítrio e de força, não comportando a prudência dos homens experimentados, espontaneamente caem nas mãos dos homens novos, sem ligação com o passado. E a um regime novo tanto mal fazem os reacionários como os exaltados.

Na própria corte, o governo teve que bater uma revolta de exaltados e outra dos restauradores.

Não conseguindo contudo tirar a José Bonifácio alma de um dos partidos rebeldes o cargo de Tutor do jovem imperante, a Regência apresentou a sua exoneração (30 de julho de 1832), que não foi aceita pelas Câmaras; mas a política geral tomou um novo rumo desde que se acentuou a supremacia do partido moderado.

A expressão mais cabal dessa política encontra-se no *Ata Adicional*, que satisfez ao espírito local pela criação das assembleias provinciais, aboliu o Conselho de Estado e reforçou a autoridade do Governo central, reduzindo os Regentes a um único; com grande prudência pôde-se obstar a fragmentação do território, que o seria a adoção de presidentes eletivos das províncias e assim outras propostas radicais que não acharam aprovação.

No fundo, o que abrasava essa época era a questão de toda a América entre federalistas e unitários. A Regência resolveu esse grandioso *desideratum* por uma sábia transação com as doutrinas extremas.

O partido restaurador, depois de destruídos os seus órgãos, a *Sociedade Militar* e a imprensa, preso José Bonifácio, desapareceu da cena política com a morte de D. Pedro I (1834).

Em 2 de dezembro de 1833, exaltados e antimonárquicos fizeram uma manifestação contra o partido *restaurador*, em circunstâncias que assumiram alguma gravidade. Grupos em desordem,

tendo à frente alguns juizes de paz, assaltaram a Sociedade Militar inutilizaram móveis, papéis e ainda saíram a quebrar tipografias dos jornais monárquicos.

Não contentes com essa eliminação, lembraram-se de ir à quinta da Boa Vista, prenderam o velho José Bonifácio, que enviaram em custódia para a Ilha de Paquetá, e trouxeram o Imperador menino para o paço da cidade.

A experiência logo demonstrou, apesar do trabalho insano realizado, que não se havia vencido o federalismo extremo das províncias, e a indisciplina das tropas e a rebeldia dos turbulentos.

A eleição de 1835 entregou a segunda Regência ao homem de maior energia do tempo, o senador *Diogo Antônio Feijó*.

A guerra civil e a luta parlamentar absorveram o estadista, cuja popularidade não deixou de sofrer com tamanho golpe.

A revolução federalista do Rio Grande do Sul, rebentou a 10 de setembro de 1835. O caudilho dos revolucionários, Bento Gonçalves, com seus asseclas expulsa do território as autoridades legais e domina a província. A regência envia um novo governador, José de Araújo Ribeiro, que foi bem recebido em Porto Alegre, conseguiu reunir alguns elementos favoráveis à ordem legal e ganhar um dos caudilhos, o indeciso Bento Manoel Ribeiro, e dispôs-se então a combater a revolta. No combate do *Fanfa* (outubro de 1836), os sediciosos são derrotados, e o chefe Bento Gonçalves batido, preso e enviado para o Rio de Janeiro. Os seus camaradas então proclamam em *Piratinin* a república e aclamam presidente o prisioneiro do Governo central; o principal chefe dos legalistas rio-grandenses, Bento Manoel Ribeiro, a cujo prestígio e força o governo devera a vitória, passou-se de novo para os republicanos, tomou *Caçapava* com toda a guarnição e deu grande importância à rebelião.

O presidente prisioneiro, Bento Gonçalves, transferido do Rio para o *Forte do Mar*, na Bahia, evadiu-se e voltou para o Rio Grande.

Por esse tempo as mutações rápidas da política, dando grande versatilidade ao prestígio dos homens, enfraquecia a autoridade dos que governavam e que no dia seguinte podiam ser afastados pelo ostracismo. As evasões de prisioneiros políticos eram então causa fácil, porque a experiência harto ensinava que os decaídos da véspera haviam de ser os senhores de amanhã.

O poderio dos separatistas tomou proporções tais que nem esse nem o governo subsequente conseguiram anular ou sequer restringir, e só no tempo do governo pessoal de Dom Pedro II, pôde o grande pacificador Barão de Caxias, em 1844, submeter os revolucionários, que depuseram as armas e aceitaram a anistia imperial.

A guerra do Rio Grande teve muitas fases depois da fuga de Bento Gonçalves. Os imperiais foram derrotados em Rio Pardo; os revoltosos, necessitados de um porto, tomaram Laguna (1839), sem resistência, e armaram naus de corso que infestaram aquelas paragens. O enérgico Marechal Andréa foi nomeado para governar a província rebelada. Os legalistas lutaram com os rebeldes no passo de *Taquari*, mas sem obter vantagem (maio de 1840), apesar do que assoalharam o feito como grande vitória.

Como quer que seja, foram enfraquecendo pouco a pouco os republicanos. A regência (era Ministro Antonio Carlos) e o Marechal Andréa procuraram empregar todos os meios suasórios, prometendo anistia, favores e perdão aos revoltosos; mas não se entenderam porque era excessiva a arrogância dos republicanos.

Pelos fins de 1842, o Império confia a missão pacificadora ao prudente e experimentado Caxias. Desde logo o pacificador, que já o havia sido de São Paulo e Minas, faz aprisionar o antigo revoltoso Rafael Tobias (de São Paulo, e

que partia para fazer junção com os insurgentes), em Passo Fundo, e aproveita os serviços de Bento Manoel, que obteve vantagens em *Camaquã* e em *Ponche Verde*; outros legalistas ganharam as vitórias de *Pau Ferro* e *Piratinin*. As linhas imperiais desde o Jaguarão até São Borja logo auguraram a derrota final dos republicanos (1844).

Já estavam dispostos a negociar a paz, quando os sediciosos foram surpreendidos por Chico Pedro em *Porongos*, e sofreram grande desastre, perdendo Cana Barro o seu arquivo.

Afinal, a paz foi pactuada, concedendo-se anistia geral e as honras dos postos que tinham na guerra os chefes da insurreição (1845).

Na luta parlamentar e política o fato de maior amplitude foi a criação do partido conservador, formado pela aliança dos restauradores reacionários com os liberais moderados, o que foi obra de Bernardo de Vasconcelos⁴⁷ e Araújo Lima (Marquês de Olinda). O novo partido triunfou nas eleições de 1836, e Feijó, demitindo-se, chamou ao governo o chefe da oposição, Araújo Lima. A renúncia do grande estadista originara-se das agruras da luta parlamentar. A guerra civil do Rio Grande, as leis de limitação da liberdade da imprensa e a oposição do parlamento haviam abalado profundamente a sua popularidade. A nação caminhava para o parlamentarismo e Feijó opunha-se ao que lhe parecia excessiva usurpação do parlamento. Não querendo formar ministério tirado da câmara, nem podendo formá-lo fora dela sem impopularizar-se, preferiu quebrar a ceder, e ir-se embora antes que transigir. Já nesse momento falecera Evaristo da Veiga, o espírito conciliador, e a fuga de Bento Gonçalves, do *Forte do Mar*, excitava as paixões dos monarquistas. Todavia, o ato da renúncia explodiu no meio das

47 Quando ministro, fundou o *Colégio de Pedro II* (1837), hoje *Ginásio Nacional*.

lutas políticas com espantosa surpresa, conhecida como era a energia indomável de Feijó, afinal abatida.

Desde então regularizaram-se as duas correntes políticas, conservadora e liberal, que, após incertezas, vieram dar ao governo parlamentar do segundo reinado a beleza, talvez aparente, da opinião livre, como ela existe nos países mais cultos. A câmara torna-se então preponderante segundo as praxes inglesas, que ficam sendo o modelo de nossa vida constitucional.

Em 1840, o partido liberal pediu a declaração da maioria do imperador. O governo da regência ainda era bastante forte para resistir a essa violação constitucional, ainda que a guerra civil do sul e as agitações próprias dos governos eletivos o impopularizassem. D. Pedro tinha apenas quinze anos de idade, mas demonstrava madureza de ânimo e qualidades excepcionais, e queria de fato assumir as rédeas do governo. Aproveitando essas disposições, os liberais conseguiram fazer passar nas duas Câmaras reunidas a declaração da maioria (23 de julho de 1840).

Estava já esse golpe preparado por manifestações populares que se faziam sentir em arruaças e em tumultos nos dias mais tempestuosos da câmara. Uma comissão de políticos dirigiu-se aos paços imperiais, e, admitida à presença do Imperador, obteve o famoso – *quero já* – do jovem imperante, ansioso pela sua aclamação.

Começava desta arte a mutilar-se a constituição logo em começo do reinado, que a fadiga das revoluções fazia prever tranquilo e auspicioso.

A Regência, com seu governo eletivo e democrático, com a frágil simpatia de um partido sem têmpera despótica e infenso às asperezas da luta, sem apoio e com a animadversão declarada do exército, sitiada entre os restauradores e os exaltados, sem mendigar o favor dessas extremas parcialidades, e antes combatendo-as,

foi decerto a era da maior virilidade na história política da monarquia.

É grandioso o espetáculo de tantas vocações que surgem, o escrúpulo moral, a grandeza heroica e desinteresse de todos os seus vultos que só o amor da pátria inspira e inflama. As primeiras e belas palavras da Regência: “Devemos temer de nós mesmos, do entusiasmo sagrado do nosso patriotismo, do amor da liberdade e pela honra nacional que nos pôs as armas na mão” exprimem os compromissos que de fato ela realizou. Defendeu a honra da Nação e conteve o patriotismo dos exaltados que prevenientemente temia, e a si mesma se corrigiu, fazendo concessões prudentes em vez de encarrear no declive da reação.

Através de todas as temperaturas conservou a mesma solidez e inteireza do seu programa de justo meio entre os que contavam demasiadamente com o passado ou com o futuro.

Vinda da revolução de 7 de abril, não quis a Regência ampliá-la formando a república, nem tampouco diminuí-la proclamando a restauração.

A sua grande obra, pois, foi a Reforma constitucional que salvou o Império e a unidade da grande pátria, em cuja produção dolorosa perdeu a popularidade do momento para ganhar a admiração das gerações vindouras.

Ainda depois de declarada a maioria de D. Pedro II, numerosas guerras civis que vinham das agitações anteriores ensanguentaram o país num período de nove anos, de 1840 a 1849. Pôs-lhes termo com grande sabedoria o Imperador, servido pelo mais glorioso General do Império, o Duque de Caxias, a cuja prudência e valor se deve a submissão de todos os dissidentes.

Nascendo da situação revolucionária e das agitações dos governos regenciais, na qual se punham em dúvida o decoro da autoridade e a sabedoria das resoluções e atos oficiais, o novo Império ganhou grande prestígio restabelecendo o *Conselho de Estado* (23 de novembro de 1841), que emprestará toda a sua força moral às grandes questões de ordem e interesse público, e promulgando o *Código do Processo* (3 de dezembro do mesmo ano), medida que fortalecera a autoridade; nesse tempo enfraquecida pela audácia dos agitadores e das chamadas *influências* locais.

A opinião do soberano quanto às rebeliões e guerras civis era de que essas rebeldias não passavam de equívocos sanáveis com o tempo e com a generosidade do governo, que em todos os casos acabava concedendo ampla amnistia.

Assim terminaram a revolta de São Paulo com o combate de Venda Grande e a de Minas com o de Santa Luzia (1842), e em 1845 a revolução republicana do Rio Grande do Sul.

Em Minas, a revolução começara em Barbacena e propagou-se intensamente pela província. O chefe do movimento era J. Feliciano Pinto Coelho (Barão de Cocais), e dispunham os amotinados de grandes forças, cerca de 3.000 homens, armamento completo e artilharia. Por um hábil estratagema, fazendo-os descer duma eminência onde estavam, o Barão de Caxias, simulando a fuga, retrocedeu e bateu os revoltosos.

Já anteriormente havia abatido a rebeldia dos paulistas, que em Sorocaba se haviam levantado e proclamado presidente o Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar.

Para essas revoltas, filhas do partidarismo extremado, não havia outras causas senão as das fraudes e violências que caracterizaram as eleições gerais de 1840, imoralidade ainda hoje constante na vida política dos partidos. Os liberais criaram o *Club secreto dos patriarcas invisíveis*, que se ramificou pelo país. Em verdade não queriam senão simular um movimento de armas para coagir os adversários à renúncia do poder.

Em 1847 e 1848 lavrou em Pernambuco a revolta chamada *Praieira*, fundada no estreito ânimo dos nativistas, xenófobos irredutíveis que tiveram o apoio e força de um seu correligionário, ineptamente feito presidente da província, o desembargador Antônio Pinto Chichorro da Gama. Os *praieiros* pediam a nacionalização do comércio a varejo, e até a expulsão dos portugueses não ligados pela família às gentes do Brasil. Ao grito de *mata marinheiro!* muitos portugueses eram vilmente assassinados em dias de maior tumulto.

Sob a presidência de Herculano Ferreira Pena, que buscava governar com imparcialidade e tolerância, desencadearam-se os furores da anarquia nativista ramificada por todos os lugares da província. Os sediciosos foram batidos

em *Mussupinho*. É possível que o governo se excedesse na repressão, mas o certo é que nesse momento chegava do Rio o deputado Nunes Machado, o mais popular dos *praieiros*. Sofreram ainda os revoltosos um revés em Cruangi, o que entretanto não decidiu a contenda.

Sob o governo de Vieira Tosta, que sucedeu a Pena, os revolucionários atacaram o Recife, mas foram vencidos e compelidos a debandar; Nunes Machado, ferido por uma bala, foi morto na janela donde velava pelos insurgentes; Pedro Ivo escapou com trezentos companheiros. Depois da derrota em *Pau Amarelo*, apenas ficou Pedro Ivo, que realizou difícil retirada em meio da hostilidade dos contrários e da deserção dos seus próprios companheiros: herói indomável, internou-se pela floresta e tornou-se bandido com um punhado dos seus últimos camaradas. Quando não teve mais nenhuma esperança, entregou-se à autoridade, foi preso e levado para o Rio de Janeiro, onde esteve na fortaleza da Lage. Conseguiu ainda fugir para a Europa, mas faleceu em viagem.

Daí por diante, estabelecida a paz no interior, o Brasil realizou grandes e rápidos progressos, com o florescimento de todas as liberdades públicas e privadas e o esplendor das leis e da justiça.

Os dotes de espírito do soberano, que já se revelavam na época da maioridade, pouco a pouco iam-se expandindo à medida que, com a idade, o seu caráter se fortalecia na experiência dos homens e das coisas.

Democrata, simples e modesto, mas sem perda da distinção pessoal; generoso e desinteressado; sábio, mas sem afetação; exemplo de todas as virtudes domésticas, granjeou, melhor que a popularidade, a simpatia respeitosa da multidão.

A opinião universal a respeito do soberano fá-lo-á o protótipo das virtudes sociais. Era-o sem dúvida na sua vida privada

e pública; mas, no ponto de vista constitucional, a opinião dos políticos que com ele serviram ao país nem sempre lhe foi favorável. Acusavam-no de exercer demasiado o influxo pessoal que decorria naturalmente da sua condição de imperante, cujas ideias próprias a todo o transe fazia prevalecer. A opinião melhor esclarecida verifica que, de fato, frequentes vezes o Imperador dissentia dos seus ministros, porque, não pertencendo aos partidos, compreendia com maior isenção os interesses nacionais.

Estava nos seus altos deveres e mesmo no espírito fundamental da instituição coibir as ambições das parcialidades ou cotejar com a porção mínima da opinião política, a outra maior que a imprensa, o espírito da época e outros sinais imponderáveis e delicados revelavam. Assim, ele não raro desgostava os políticos para, na maioria dos casos, favorecer a opinião. Contudo poderiam, entre as suas falhas, notar-se alguns ressaibos de ressentimentos pessoais; da idade madura em diante muito mais vasto foi o esquecimento de todas as ofensas, e o perdão até de algumas vilanias.

Não lhe faltam todavia grandes culpas. Não era um espírito adiantado; culto sim, porém quase retrógrado. No seu tempo houve mais progresso moral que prático; melhores costumes e virtudes mais sãs, mas também excessivo acanhamento de vistas. Entrou por muito na sua política, o culto de coisas supérfluas, certa vaidade de aparecer bem à opinião europeia dos sábios e filósofos.

A maior falta do segundo reinado (que entretanto não o impopularizou) foi reaver criminosamente a tradição, já esquecida no primeiro, da supremacia militar e política nos pequenos Estados do Prata, então de si mesmos infelicitados pelo flagelo da corrupção e das tiranias. Essa teve um eco universal, e durante toda a guerra do Paraguai, onde julgávamos representar a civilização, entretanto, toda a civilização e o mundo todo só tinham simpatia pelos nossos inimigos.

Numa fase contemporânea, que desejamos breve e precária, voltou essa fátua preocupação mais de vaidade que de interesse nacional.

Outra culpa do imperador foi a de curar pouco do exército, o que era próprio de seu temperamento de democrata e filósofo e foi a sua aversão a glórias sanguinolentas, aversão que a saudade paterna e o amor filial avivavam e que desde os tumultos da soldadesca na Regência passou ao ânimo de todo o povo político. Nisso tinha, embora desfigurada, a verdadeira intuição de americano que, não estando sujeito às duras contingências da política europeia, encara sem prazer e antes com desgosto a triste necessidade de emulações militares.

Para resgatar essas culpas ou imprevidências, bastava-lhe o ter sido no seu tempo aqui, como só nos países saxônios, ilimitada a liberdade da opinião. Nunca foi tão livre, entre nós, a imprensa, cuja crítica, e até mesmo a calúnia, foi desde então consolidada.

O Império fundou principalmente a liberdade.

Por isso justificada foi a memória e a saudade da sua época quando a vária fortuna das revoluções, sempre necessitadas do emprego da força, sucedeu ao período pacífico, esclarecido e civil do seu longo reinado. Estava, porém, no seu ânimo e na sua convicção que a democracia era o único regime compatível com a vida e os costumes americanos; e, quando foi proclamada a república, a coisa em que menos podia cuidar o Imperador seria na restauração.

A própria república, educada no respeito e na excelência destes costumes, foi magnânima e liberal com o velho imperador, coagido a exilar-se da pátria.

Guerra contra Rosas – Durante muito tempo desonrava a civilização platina um tirano, Rosas, que, inimigo dos que ele chamava os *selvagens unitários*, mantinha o povo sob os horrores e atrocidades da guerra civil. Quase não havia

diferença de sorte entre ser dos seus apaniguados ou dos seus inimigos, de modo que todos secretamente desejavam pelo termo do desprezível caudilho. Com esta situação perigava a independência do Uruguai, que aos nossos interesses convinha sustentar; o tirano platino, feliz na guerra, com as degolações e a instituição das sociedades de *mazorca* e seu invencível horror contra os estrangeiros, atraía a todo o momento o raio da intervenção dos povos cultos – o que de fato se deu, mas inutilmente e com grande acréscimo de força moral e autoridade para o caudilho impenitente.

O Brasil, porém, pensou em tomar decidida atitude contra Rosas e achou uma aliança em Urquiza, o governador de Entre Rios, sobre cujos maus costumes políticos e rapacidade os seus próprios conterrâneos se exprimem com grande insistência. Não havia, porém, que fazer escolha nesta matéria. Com Urquiza e conciliando a simpatia de Garzon, oriental, o Brasil apenas declarava limitar a sua ação militar à libertação de Montevideú, que Oribe sitiava, e à deposição de Rosas que em Buenos Aires se mantinha invicto.

Caxias com o exército nosso obrigou Oribe a levantar o sítio de Montevideú, onde entramos a 8 de outubro de 1851. Quatro mil homens destacados para reunir-se a Urquiza e aliados aos faccionários deste após a vitória do Passo de Tonelero, forçado pela nossa esquadra, e ainda de concerto com a esquadra brasileira de Grenfell, iniciaram a campanha que, apesar da desídia e erros militares dos combatentes, terminou com a vitória decisiva de Monte Caseros, nas proximidades da capital. Rosas refugiou-se com a família a bordo de um navio inglês que seguiu para a Inglaterra; a cidade caiu em poder da soldadesca de ambos os partidos, até que os próprios cidadãos e mais tarde os chefes triunfadores estabeleceram a ordem.

Depois de largo período de paz em que é preciso assinalar entre outras conquistas do progresso a *Supressão do tráfico*, efetiva desde 1850, e as primeiras linhas de navegação a vapor transoceânicas e fluviais e o telégrafo, que fortaleceram e consolidaram a unidade do governo e da nacionalidade, o Brasil é arrastado de novo à política (muito pouco justificável, dissemos) de supremacia sobre os estados do Sul.

Os Estados do Prata foram para nós durante muito tempo vizinhos pouco leais e incômodos, e com cuja amizade não se podia contar, atenta a perpétua instabilidade e demoralização dos governos de senhores ou tiranos sob os quais viveram. Essa pouca lealdade tinha a explicação em que eram realmente inferiores e não queriam confessá-lo. Parecia-lhes o Brasil um árbitro e juiz forçado que as circunstâncias daquele tempo lhes impunham.

Entre essas repúblicas do sul ainda a ordem política não estava firmada.

De vez em quando os nossos interesses, que são grandes nessas regiões, se viam envolvidos nas malhas dos partidos que naquele tempo com o costumado escândalo disputavam o poder.

Nessas repúblicas, verdadeiros feudos militares, ainda não consolidados pelo tempo, o partido oposicionista só

alcançava o triunfo pela revolução; a esse recurso violento vinha o Brasil oferecer outro pior, o do apelo à intervenção estrangeira. A civilização e as ideias liberais nunca poderiam servir de pretexto e ainda justificar a imoralidade da nossa conduta. O nosso governo, com justiça, fazia grande questão da liberdade de navegar-se o Rio Paraguai, mas ao mesmo tempo conservava fechado o Amazonas à navegação do mundo; contradição egoística e pouco explicável.

Conquanto conviesse aos nossos interesses como aos deles, que tais repúblicas tivessem governo regular e acatado pela opinião delas próprias, não era todavia pela *mediação armada* que poderíamos chegar e jamais chegamos a semelhante resultado.

Os rebeldes que aí protegíamos eram de tão má catadura como os tiranos que malsinávamos. Tais foram Urquiza, Flores e outros. Afinal, ainda que é pouco lícito civilizar à força países estranhos, em verdade mais perturbavam os que civilizávamos.

Uma das falsas vanglórias do nosso pior patriotismo ainda hoje consiste em dizer que a prosperidade das repúblicas vizinhas é obra nossa.

Com razão desejavam esses povos o advento da república no Brasil, esperando com ela política ao menos diferente da imperial; olhavam-nos então com justificado receio; hoje receio e esperança tornaram-se supérfluos desde que a Argentina igualou e excedeu em força e prosperidade todos os países da América do Sul. Invertem-se agora as atitudes e renasce a emulação mesquinha do outro tempo pela supremacia política.

A guerra do Paraguai começou com uma das muitas revoluções uruguaias; tínhamos na Banda um partido de *amigos* nossos (epíteto que hoje, com evidente ridículo em época de irremediável fraqueza nossa, ainda se repete em



relação a facções políticas do Prata). Éramos então os mais ricos e fortes e todas as nossas simpatias convergiam para os colorados e seu caudilho o *libertador* Flores, gaúcho valente, que pretendia apelar do poder o Presidente Aguirre e os seus partidários, os *blancos*.

Os nossos estancieiros do sul intervinham na luta doméstica dos vizinhos; não podíamos manter a neutralidade e tínhamos até que fazer reclamações contra as represálias do governo uruguaio.

Por não serem satisfeitas as pretensões brasileiras junto ao governo de Montevideu então do partido *blanco*, 29, o Brasil declarou a guerra e invadiu a república, de aliança e concerto com o partido *colorado*, explorando assim em seu próprio proveito as dissidências domésticas do estado vizinho.

A agressão foi intempestiva, injusta e inesperada, quando ainda se ultimavam as negociações diplomáticas. O Brasil transpôs a fronteira e não foi inquietado; o Almirante Tamandaré, entretanto, ataca o vaso de guerra único da república, o *Vila del Salto*.

O exército une-se a um general grosseiro e inábil, embora valoroso, o *libertador* Flores, tipo desses demagogos platinos já obsoletos, que outrora viviam de prear os campos e as fazendas, estimando em mais a guerra do que a paz ou mesmo o triunfo.

O nosso Ministro Saraiva não conseguira ultimar as negociações apesar do espírito de paz que o animava pessoalmente. Os antecedentes da questão inutilizavam essa boa vontade; a política imperial era demasiado arrogante para ser ouvida com agrado na pequena república.

Mena Barreto e o General Flores invadiram *Paissandu* (1865), e em seguida marcharam contra Montevideu, que, sitiada por terra e bloqueada por mar pela esquadra do

humano e glorioso Almirante Tamandaré, teve que capitular (28 de fevereiro de 1865). Dois meses apenas durara a guerra; o General Flores, chefe dos *colorados* e *amigo* do Brasil, foi feito presidente da República.

Com essa pouco digna e humilhadora intervenção do Brasil, houve um Estado do Prata, o *Paraguai*, que, sentindo-se ameaçado, se declarou contra o Brasil. Não se havia descuidado a pequena república de preparar-se para a guerra que antevia certa; o Paraguai desde longos anos vivia sob o regime absoluto, malgrado e exterioridade de algumas fórmulas republicanas, e os seus habitantes, coagidos sob férrea disciplina, obedeciam cegamente aos seus ditadores. Em falta de virtudes, tinham o fanatismo religioso e político segundo os próprios exclusivismos de sua cultura nacional, infensa a todo o comércio com o resto do universo. A lei marcial ou o estado de sítio estava sempre em perene vigor no Paraguai.

As nossas incessantes intervenções no Prata eram já um prenúncio da sorte que cabia ao pequeno Paraguai. Pouco tempo antes, a propósito da navegação do rio, havíamos feito uma manifestação de força lá mandando, após algumas notas diplomáticas, uma esquadra que o presidente da República recusou receber nas suas águas, só consentindo que subisse o rio um único dos dezesseite navios, o qual encalhou antes de chegar a Assunção.

Na questão oriental, Lopez ofereceu ao Brasil a mediação, que foi recusada, e logo declarou à entrada das forças brasileiras no Uruguai, que a paz do Paraguai estava em perigo (30 de agosto de 1864).

Com a guerra ao Brasil, o ditador Francisco Solano Lopez, que não tinha maiores defeitos que os seus congêneres vizinhos, sobre-excitado pelas inevitáveis derrotas e pelas necessidades que impunha o seu orgulho de salvar o país ou sucumbir com ele, tornou-se de fato o tirano execrável que a lenda no Brasil perpetuou. O ditador, suspicaz e cruel, com os morticínios e suplício de

suas vítimas, perdeu a auréola de heroísmo que lhe concederia a história.

Lopez, sem declaração de guerra, aprisionou um vapor brasileiro, o *Marquês de Olinda*, em que iam o Coronel Carneiro de Campos, novo presidente de Mato Grosso, e outros, que, feitos prisioneiros, vieram todos mais tarde a morrer de penúria nas prisões paraguaias.

O *Marquês de Olinda* foi caçado pela *Taquari* e incorporado à esquadra.

Desde logo, Solano Lopez, com dois corpos por terra e por água, sob o comando de Barrios, invadiu o Brasil pela província de Mato Grosso; indefesa, a província rendeu-se a 10.000 paraguaios, não sem gloriosa luta, e os próprios vencedores não se animaram a tomar a capital, Cuiabá, ficando todavia em poder deles toda a região do sul até a embocadura do São Lourenço (dezembro de 1864).

O exército de Lopez era de 80.000 homens, senão bem equipados, ao menos reunidos sob rígida disciplina. Desses, 30.000 invadiram a República Argentina sob o comando do General Robles e ocuparam Corrientes. Essa violação de país neutro atirou a Argentina aos braços do Brasil. A diplomacia brasileira habilmente aproveitou a situação fazendo assinar em Buenos Aires o tratado da *Tríplice Aliança*, entre a Argentina, Uruguai e Brasil, aliados contra o Paraguai.

Em verdade, não a Argentina, mas o governo argentino é que não podia subtrair-se ao influxo do Brasil e é esse governo enfim de Mitre, como o de Flores, o nosso autêntico aliado, quando já era impossível manter a neutralidade que imaginavam conservar.

O Paraguai declarou guerra ao Governo argentino, quando lhe recusaram a licença de atravessar o território para atacar o Rio Grande.

Esse tratado equivale para o Brasil à vitória mais importante desta guerra: se não moderou a antipatia universal contra o Brasil que, combatendo a república, o fazia ao lado de outras que não seriam suspeitas, abriu aos exércitos brasileiros os únicos caminhos práticos essenciais à ofensiva.

O mundo não deixava, entretanto, de perceber quão precária era a sorte das três repúblicas que ao lado do Brasil figuravam de satélites da sua política exterior.

Procuraram logo os paraguaios destruir a esquadra brasileira que estacionava na boca do Riachuelo, e oito vapores e seis *chatas*, descendo o rio a toda a força, rebocando chatas, lançaram-se pelo meio da esquadra; travou-se então a batalha naval em que Barroso (Barão do Amazonas) ganhou imorredoura fama, 11 de junho de 1865.

Pela primeira vez em guerras navais se utilizavam vapores. Um vapor, como o *Amazonas*, foi empregado como ariete contra a esquadra inimiga. Das embarcações inimigas só se salvaram quatro pela fuga. Ainda depois da vitória teve Barroso de forçar o passo de *Cuevas*, sob o fogo de baterias.

Quando as tropas paraguaias, sob o comando de Estigarribia, com o fito de aliar-se aos *blancos* uruguaios, invadiram o Rio Grande, D. Pedro II, correndo ao teatro da guerra, assistiu à rendição do inimigo, quase 6.000, em Uruguaiana.

Nesta fase começam os primeiros desenganos de Solano Lopez, que se vê completamente desamparado e só podendo contar com o patriotismo dos seus naturais; faltavam-lhe o dinheiro e o armamento que buscava obter no estrangeiro. Recolheu à pátria as forças dispersas pelo território argentino e os navios que haviam descido o rio.

Em abril de 1866, ainda não havíamos tomado a ofensiva; os exércitos aliados eram de 33.000 brasileiros do comando de Osório, 2.000 uruguaios do General Flores e 11.000 argentinos de Mitre,



a quem cabia o comando em chefe. Acamparam, em Corrientes, na margem esquerda do Paraná, onde estacionava a esquadra brasileira; em frente (Passo da Pátria) na margem direita, acampava Lopez com forças ainda maiores e protegido pelos alagadiços e trincheiras.

Com mil dificuldades puderam os brasileiros atravessar o rio, protegidos pela esquadra; os couraçados e canhoneiras obrigaram Lopez a recuar o seu acampamento para além das linhas fortificadas entre Humaitá e Curupaiti.

Uma vez passado o rio e com a vitória de Estero Bellaco, os aliados, forçando a marcha, acamparam perto de Tuiuti, em frente às trincheiras de Sauce e Rojas.

Ali em verdade ficaram imobilizados, porque, com a falta de animais, mortos à fome, a cavalaria estava a pé; ainda conseguiram bater as tropas paraguaias que vieram atacá-los, sob as ordens de Resquim, Barrios e Dias.

O terreno encharcado, inóspito e pestilencial aumentou a desordem e moléstia nas fileiras. Os próprios generais entraram a discordar após alguns insucessos, Flores pensava em retroceder; Osório adoeceu e demitiu-se do comando.

Aqui experimentaram os aliados alguns desastres, até que, com a vinda do 2º corpo brasileiro (do Conde de Porto Alegre) e de combinação com a esquadra de Tamandaré, tomaram o forte de *Curuzu*, onde perdemos milhares de homens e um encouraçado, o *Rio de Janeiro*, destruído por um torpedo, e onde a heroica guarnição paraguaia preferiu sucumbir a render-se.

Curuzu era apenas obra avançada de *Curupaiti*.

Depois da tomada de Curuzu, surgiram divergências e discussões; contudo, o General Mitre ordenou o assalto de Curupaiti, que foi uma derrota.⁴⁸

48 Eram 9.000 os argentinos e 10.000 os brasileiros. As perdas foram para os aliados de mais de 4.000 homens fora de combate.



Este desastre produziu grande consternação; entre os oficiais agravou as antigas dissidências. Flores e Tamandaré, incompatibilizados, retiram-se. Mitre volta a Tuiuti com os fragmentos das forças argentinas. Flores desaparece da cena porque, voltando a Montevideú, é assassinado. Houve um momento crítico para os aliados e só o heroísmo da nação levantando novas legiões, dando novo comando à esquadra com Inhaúma e apelando para a glória do antigo pacificador, Caxias, pôde de novo erguer o espírito de disciplina e conduzir as nossas armas à vitória.

Nesse momento, o ministro inglês Russel, em mensagem ao parlamento, publicou o tratado da tríplice aliança, que excitou a antipatia universal contra nós, do que tivemos manifestações positivas por parte do Peru e da Bolívia.

Daqui em diante, o Brasil quase que exclusivamente suporta a responsabilidade da guerra; os contingentes argentinos chamados em parte e a todo o momento para sufocar as rebeliões da república, vão sucessivamente sendo reduzidos.

Depois do desastre de Curupaiti, que produziu estranha e profunda impressão nos povos aliados, o Marechal Caxias, com o comando das forças brasileiras, agora avolumadas de voluntários e patriotas, ao todo em número superior a 40.000 (dos quais 3.000 argentinos e 1.000 orientais) abre uma série de vitórias dificilmente ganhas, e conduz-nos às proximidades da Humaitá. A ocupação de Taí, acima de Humaitá, pelos aliados, cortava a comunicação dos Paraguaiois com o interior e a eles não era menos incômoda a ocupação de Tuiuti, que Caxias tornara a base das operações.

Esse novo plano, de seguir uma curva interior ao rio e que não ocorrera a Mitre, de qualquer modo sitiava Humaitá, pela colocação desta fortaleza entre dois pontos ocupados pelos nossos.

Travou-se então a segunda batalha de Tuiuti, onde, depois de derrotarem o contingente argentino, os paraguaiois (superiores em número) tiveram que debandar ante o assalto das forças brasileiras, deixando em campo o terço do seu efetivo.

Na madrugada de 19 de fevereiro de 1868, a esquadra brasileira, sob o comando do glorioso Almirante Inhaúma, forçou a passagem da inexpugnável Humaitá, sob terrível bombardeio. Esse feito naval, por assim dizer, decidiu os destinos da guerra. Desde esse momento Lopez abandonou a fortaleza que ele julgava invencível, e foi através do Chaco organizar novas linhas de fortificações em Tebicuari; nesse caminho acompanharam-no mais tarde as tropas, que, sitiadas e não podendo mais resistir, evacuaram Humaitá, em debandada, e cujos destroços foram obrigados a render-se (Lagoa Iberá).

Caxias então abriu caminho através do Chaco, protegido pela esquadra que o acompanhava pelo rio acima. São ganhas as vitórias da ponte de Itororó (6 de dezembro de 1868) tomada e retomada várias vezes, e a vitória de Avaí (11 de dezembro) sobre as forças de Caballero, em campo raso; e Lomas Valentinas, onde os paraguaios viram Lopez pela primeira vez no meio deles, procurando talvez, com a morte, poupar-se o espetáculo da ruína da pátria.

Durou 6 dias (de 21 a 27 de dezembro) o ataque às linhas de Lomas Valentinas, que afinal caíram em nosso poder. Custou-nos a vitória o termos metade de nossas forças fora de combate, mas foi aniquilado o exército paraguaio.

Lopez achou a salvação na fuga.

Caxias, prosseguindo, tomou Angustura e logo depois entrou em Assunção que, deserta e abandonada, não ofereceu resistência ao exército triunfador.

Podíamos ter aí parado com todas as vantagens do triunfo.

Caxias declarou que a guerra aí havia terminado e, como estava doente, voltou para o Rio.

Estava terminada com efeito a guerra e a capacidade de luta regular do inimigo. Infelizmente as circunstâncias da guerra exigiam o suplício da heroica nacionalidade.

Efetivamente também nos incitava a essa violência a loucura de Lopez, que preferia sacrificar toda a nação antes que submeter-se.

Retirando-se para a cordilheira de Ascurra, Lopez reuniu antigos elementos esparsos e outros novos, cerca de 16.000 homens com 110 canhões, e formou um novo exército. Então tomara o comando dos aliados o Conde d'Eu, esposo da princesa imperial D. Isabel. Agora renascia a luta, menos brilhante, porém mais difícil, cheia de dificuldades, pois o teatro da guerra era o interior e o sertão virgem do Paraguai. Os aliados tomaram *Pirebebuy*, a nova capital de Lopez, bateram Caballero com o grosso das forças inimigas em *Campo Grande*. Estava arruinada a resistência paraguaia, que apenas se limitara agora a pequenas sortidas com os fragmentos do exército vencido.

Começou uma guerrilha feroz de surpresas e emboscadas à caça do mísero ditador. Bárbaro epílogo que não deixava de empanar o brilho das nossas grandes vitórias.

Expedições parciais foram lançadas à cata do tirano fugitivo. Uma delas, a do General Câmara, surpreendeu Lopez em Cerro Corá, às margens do *Aquidaban*, quase na fronteira de Mato Grosso. Lopez tinha apenas uns poucos soldados fiéis que o acompanhavam; não quis entregar-se e foi morto por um dos nossos soldados (1º de março de 1870).

Já por esse tempo funcionava em Assunção um governo provisório de paraguaios, organizado por Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco) que decretou a emancipação dos escravos da república.

Os brasileiros viram o ocaso da monarquia racionalista efetuar-se no seu país tranquilamente, sem sangue, como bela tarde plácida e luminosa. Que as raízes de uma monarquia se debilitam quando não são continuamente irroradas pelo orvalho da graça divina, nenhuma história o prova melhor que a do Brasil. D. Pedro era um imperador voltairiano: mas na filosofia e no saber ele havia perdido por fim a consciência do monarca. Ele próprio sentia-se homem semelhante a todos os seus concidadãos, e aos seus amigos dizia ser o primeiro republicano do Brasil. E resignou-se à república com uma serenidade que prova como ele mesmo não estava persuadido de ter o direito de exercer uma tão desmedida autoridade.

Guilh. Ferrero

A história contemporânea ainda não pode ser devidamente escrita. Apenas aqui incluímos algumas indicações acerca das revoluções mais recentes, da abolição e da república.

Em todo o seu reinado sempre D. Pedro II procurou inculcar nos seus ministros o sentimento de que era necessário fazer alguma coisa em favor da emancipação.

Fomos dos últimos povos a fazer a emancipação dos escravos; a questão era entre nós mais difícil que naqueles países que, apenas um século para cá e na Europa, fizeram a abolição.

Nas terras coloniais, nas possessões tropicais europeias, a escravidão durou até os meados do século; e até nos Estados Unidos, onde a vida industrial já poderia compensar a ruína da lavoura, e onde a população escrava era proporcionalmente duas vezes menor que a nossa, a abolição custou o sacrifício da mais cruel e monstruosa das guerras civis.

A lei que entre nós desde 1831 aboliu o tráfico, só veio a ser cumprida em 1850 (Eusébio de Queiroz). Mas a supressão do infame comércio não extinguiu a escravidão.

A guerra civil dos Estados Unidos veio de novo relembrar a questão, e mostrar ao mesmo tempo que só com meditada prudência e sucessivas reformas poder-se-iam evitar as atrocidades hediondas da guerra da secessão americana.

A política do Imperador era a da emancipação gradual. Com simpatia aprovou ele um projeto do conselheiro Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente) (1866), que correspondia às suas vistas; mas os governos de então não queriam assumir a responsabilidade da reforma e em todo o caso pediam que fosse adiado para quando terminasse a guerra do Paraguai. Em 1867, o Conselho d'Estado aprovava as diferentes disposições daquele projeto, exceto a que fixava a emancipação total para 31 de dezembro de 1899.

Acabada a guerra, parecia-se protelar a reforma, cujo princípio era completar a supressão do tráfico de 1850, tornando livres os recém-nascidos. Mas triunfaram os desejos do Imperador, que organizou um gabinete com Pimenta Bueno (29 de setembro de 1870), dando-lhe o ensejo de representar a opinião no momento em que ela ia manifestar-se pela reforma; mas Pimenta Bueno, tímido e sem experiência das tempestades políticas, resignou o poder que coube então ao Visconde do *Rio Branco*. A 28 de setembro de 1871 foi votada a grande lei, no mesmo dia sancionada pela princesa.

Era assim entre nós aplicada a forma da abolição já decretada em vários países e mesmo em Portugal no tempo de Pombal.

Com essa lei estava acabada a escravidão; mas alguns espíritos liberais e outros exaltados prosseguiram na campanha da abolição, que queriam o mais breve ou imediatamente. Formou-se então um partido abolicionista, a que se aliaram os homens da imprensa das cidades, literatos e políticos, oradores e escritores. Começaram as concessões dos governos, que se tornariam impossíveis desde que não soubessem transigir. Vem então o projeto Dantas, que não se transformou em lei; a lei Saraiva-Cotegipe de 1885, que não podia satisfazer os abolicionistas. Por iniciativa privada as províncias do Ceará e Amazonas libertam-se da escravidão negra (1884); agricultores do sul e do norte dão o exemplo libertando os seus escravos. E em alguns lugares os escravos abandonam o trabalho.

A princesa imperial, então regente, enquanto o Imperador convalescia de grave moléstia na Europa, encarregou de organizar novo ministério ao senador João Alfredo, e do qual veio fazer parte outro senador, um dos grandes fazendeiros que tinham tomado a iniciativa de emancipar os seus escravos. Na tribuna da câmara, notável abolicionista recebia o ministério, dizendo que desse momento em diante cessava a voz dos partidos. Foi assim proposta a lei da abolição imediata da escravidão (1888, *13 de maio*), recebida com os aplausos, quase unânimes, da nação.

Entretanto, essa lei, mais que todas humana e cristã, ameaçava o trabalho e feria gravemente os interesses dos agricultores; ainda havia no Brasil mais de setecentos mil escravos que representavam o valor aproximativo de quinhentos mil contos. A humanitária reforma produziu, pois, inúmeros descontentamentos entre aqueles que, representando a fortuna pública, eram por isso mesmo os esteios da Monarquia conservadora, instituição a custo tolerada pela população das cidades e mal sofrida pelos exaltados e radicais que estavam quase todos, como era natural, entre os abolicionistas.

Muitos dos agricultores passaram-se ao partido republicano ou ficaram indiferentes ao ataque das instituições; e quando outros descontentamentos surgiram nas fileiras do exército e a imprensa republicana com habilidade os aprofundou, umas e outras forças reunidas levantaram-se em revolta, e, depondo as antigas instituições, proclamaram a REPÚBLICA (15 de novembro de 1889).

A República era já, como vimos, uma aspiração antiga do povo genuinamente nacional. Ao passo que a monarquia era uma transação e o triunfo moral da conciliação entre portugueses e brasileiros, a república, que seria o triunfo exclusivo dos nativistas, já no segundo reinado podia ser uma aspiração política universal, menos partidarista e sem a eiva que caracterizava, em tempos passados, os seus primórdios. A monarquia havia feito baquear o regime colonial e contribuía assim para dissipar o velho e estreito antagonismo. Entretanto, ainda os ecos amortecidos da mesquinha tradição, uma ou outra vez se avigoraram aos primeiros passos do novo regime, mas baldou-os o desprezo da opinião.

Toda a América era republicana e a exceção que era a monarquia não se justificava por nenhuma excelência.

Na sua história mais recente, a aspiração democrática renasce com a fundação do *Clube Republicano* e a criação do órgão a *República* (1871), onde se reúnem vários elementos liberais da política monárquica. A abolição (1888) deu-lhe extraordinário vigor e foi o último golpe. A República é a forma política definitiva.

Limites

No *Congresso Internacional de Geografia* (1908), um nosso historiador e diplomata, o Sr. Oliveira Lima, com toda a competência, assim expôs o estado atual dos limites do Brasil, em consequência dos últimos arbitramentos e tratados, no regime republicano.

Da sua excelente exposição suprimimos apenas alguns trechos que não prejudicam o assunto principal:

“A atividade diplomática do governo do Rio de Janeiro, voltou-se desde a implantação do novo regime, em 1889, para a regulação das diferentes questões de limites, pela maior parte em aberto, o que provocara uma incerteza e mesmo um mal-estar geral, pois que o Brasil tem fronteiras comuns com todos os países da América do Sul, com exceção do Chile e eventualmente do Equador. As duas metrópoles, a saber Espanha e Portugal, tinham perdido suas colônias nesse continente sem que estivesse feita a demarcação dos seus respectivos domínios, por conseguinte sem que se houvesse estancado essa fonte de conflitos. O Império, fundado em 1822, apenas pôde determinar suas fronteiras com o Uruguai e o Paraguai: com o primeiro, quando se organizou esta república em 1828, de acordo com a República Argentina e pela desistência da parte do Brasil dos seus próprios direitos sobre sua Província Cisplatina, e depois por meio de dois tratados de 12 de outubro de 1851 e de 15 de maio de 1852; com o Paraguai, por



ocasião da guerra terminada em 1870, de que resultaram a queda e a morte do Presidente Solano Lopez, mediante um tratado assinado a 9 de janeiro de 1872.

Com a República Argentina havia uma velha controvérsia relativa ao território das Missões, que os dois países se disputavam com grande luxo de argumentos históricos, se bem que a ocupação fosse de fato brasileira. Submetida tal controvérsia ao arbitramento do presidente dos Estados Unidos da América, foi decidida a 5 de fevereiro de 1895, em favor do Brasil, a sentença do Sr. Cleveland, estabelecendo que os rios Pepiriguassu e Santo Antônio, objeto da contestação, eram os da interpretação brasileira e que assim tinham sido reconhecidos em 1759 e 1760 pela primeira comissão mista nomeada em virtude do tratado de 13 de janeiro de 1750, entre Espanha e Portugal.

A demarcação atinente acaba de ser concluída por uma última comissão mista, e o protocolo que lhe diz respeito e que a deve ratificar por parte dos dois governos será assinado qualquer destes dias. A controvérsia versava sobre 31.333 quilômetros quadrados.

Um litígio não menos antigo – ambos datam da época colonial – e não menos rico de tradições diplomáticas, pois que tivera a honra de ser discutido nos Congressos de Utrecht e de Viena, era o existente com a França acerca da fronteira da Guiana. Sujeito ao arbitramento do Conselho Federal Suíço, foi resolvido a 1º de dezembro de 1901, em favor do Brasil, sendo o Oiapoque, que desemboca a 4° 10” de latitude Norte, reconhecido pelo árbitro como o verdadeiro Vicente Pinson da pretensão portuguesa. Tratava-se de um território de 260.000 quilômetros quadrados, segundo a última pretensão francesa; desta superfície obteve a França 5.000 quilômetros quadrados e o Brasil o resto.

O rei da Itália a quem foi atribuída a decisão da controvérsia sobre a fronteira com a Guiana Britânica, repartiu entre as duas nações reclamantes, a 6 de junho de 1904, o território por elas

reivindicado. Os estudos que acaba de fazer a comissão britânica nessa região confirmaram o que a comissão brasileira verificara em 1884, por ocasião da demarcação isolada desta parte da fronteira do Brasil com Venezuela, a saber, que as nascentes do Rio Cotingo se não acham no monte Yakontipo, mas mais ao Oeste, no monte Roraima.

O monte Roraima assim se tornou o ponto de convergência das fronteiras do Brasil, de Venezuela e da Guiana Britânica.

O mais grave dos litígios de fronteiras que o Brasil tem tido a sustentar foi certamente o do Acre, isto é, da sua fronteira com a Bolívia, versando sobre um território que o Peru igualmente reclama e que por isso está sujeito ao arbitramento da República Argentina. O Governo do Rio de Janeiro, o qual não é parte nesse processo, reconheceu contudo os direitos bolivianos, prontificando-se a discuti-los em seguida com o Peru. O Brasil tornou-se então senhor de um território ocupado por 60.000 nacionais seus aproximadamente, dedicados à exploração da borracha e tão hostis a qualquer tutela estrangeira, que, no intuito do anexá-lo ao Brasil, tinham proclamado a República do Acre, a qual as tropas bolivianas não conseguiram avassalar, mantendo os acreanos sua rebeldia.

Pelo tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1905, que modificou radicalmente o de 1867, solveu-se serenamente o conflito. O território contestado, de 142.900 quilômetros quadrados de extensão, tornou-se brasileiro, e a Bolívia cedeu mais ao Brasil um território todo boliviano de 48.100 quilômetros quadrados, em troca da retificação da sua fronteira ao Norte de Vila Bela e em diversos pontos da parte Sul, limítrofe de Mato Grosso; o pagamento de dois milhões de libras esterlinas; a construção de um caminho de ferro de Santo Antônio, sobre o Rio Madeira, a Guajaraçu, sobre o Mamoré, o qual forma com o Beni o Madeira (as cachoeiras sucedem-se num percurso de 424 quilômetros), e facilidades

de navegação e de tráfego. Foi um total de 191.000 quilômetros quadrados de que o Brasil se aumentou desta vez, por meio de uma negociação diplomática direta. A extensão do território cedido pelo Brasil à Bolívia, além dos terrenos pantanosos e em terra firme que lhe dão saída para o Rio Paraguai, com o qual comunicam as lagoas de Matogrosso, é de 2.296 quilômetros quadrados, situados no triângulo que formam na sua junção os rios Madeira e Abunan. O fito era procurar à Bolívia, uma vez realizado o caminho de ferro, uma saída para o Madeira e por conseguinte para o Atlântico, pelo Amazonas.

Com o Peru, exceção feita desse território abaixo do Javari, que constitui presentemente nossa única questão de limites, a fronteira acha-se fixada há mais de 50 anos pelos tratados de 25 de outubro de 1851 e de 22 de outubro de 1858, baseados no “uti possidetis”. Com o Equador assinou-se no Rio de Janeiro, em 1904, um tratado regulando a fronteira comum para o caso daquele país ganhar os processos arbitrais com o Peru e a Colômbia e ficar definitivamente limítrofe do Brasil.

Com a Colômbia, cujo Senado se negara a ratificar o tratado assinado em 1853, celebrou em Bogotá, em 1906, o ministro do Brasil, um novo tratado que apenas deixa suspensa até final regulação, a parte contestada entre o Peru e a Colômbia.

Finalmente, com a Guiana Holandesa, uma vez estabelecidos os limites com as duas outras Guianas, entre as quais se encontra a colônia de Suriname, era tempo de chegar-se a um acordo que se traduziu pelo tratado de 1906.

Eis a linha completa das fronteiras brasileiras do Norte pelo Oeste, entre 5°10” de latitude Norte e 33° 45” de latitude Sul:

Da foz do Chuí no oceano e pelo curso deste rio até o antigo forte São Miguel, donde uma linha reta a prolonga até o riacho de tal nome, que segue até a lagoa Mirim, acompanhando a margem ocidental desta para chegar à foz do Jaguarão; pela margem



direita deste rio até o riacho Mino, que se deita no Jaguarão Chico, o qual remonta até sua nascente ocidental, donde uma linha reta a conduz à confluência do São Luiz e do Rio Negro; pelo curso do São Luiz até o morro de Sant'Ana, que ladeia, bem como o de Haedo, para chegar ao Invernada e, por este, ao Quarahim, que segue até sua foz no Rio Uruguai.

Começa aí a fronteira com a República Argentina por uma linha traçada pelo Uruguai (a Leste o Brasil; a Oeste a Argentina) até seu afluente, o Pepiriguaçu, cujo curso remonta até sua nascente (distância de 210 quilômetros), buscando a nascente do Santo Antônio através o Campo Erê (17 quilômetros) para descê-lo até sua junção com o Iguaçu (135 quilômetros), o qual, 110 quilômetros mais longe, desemboca no Paraná.

O Alto Paraná, desde a foz do Iguaçu até a cachoeira das Sete Quedas, serve de limite entre o Brasil e o Paraguai, passando a linha em seguida pelos cumes da Serra do Maracaju – onde as águas se repartem entre a bacia do Paraná e a do Paraguai – e das serras imediatas, para chegar à cabeceira principal do Rio Apa, cujo curso desce até sua junção com o Paraguai, antes de subir este até a baía Negra.

A linha de fronteira com a Bolívia começa neste ponto (22° 10" de latitude Sul). Deixando agora a este país as baías Negra e de Cáceres, atinge essa linha a lagoa Mandioré, contorna-a de modo a facultar à Bolívia possuir um pedaço de terra firme na sua margem meridional, e vai mais longe cortá-la para passar em seguida a meio das lagoas Gaíba e Uberaba, sempre na margem direita do Paraguai.

Alcançando em seguida, após um percurso antes sinuoso, a extremidade Sul da Corixa Grande, a linha segue até os montes Boa Vista e Quatro Irmãos, e depois até as nascentes do Rio Verde que vai unir até o Guaporé; logo desce o curso destes dois rios



bem como do Mamoré, que a conduz à foz do Beni, onde começa o curso do Madeira (10° 20”).

É daí que partia uma linha geodésica que devia encontrar a nascente do Javari e parar na sua margem direita, linha que foi substituída por outra partindo do ponto da junção do Rio Abunan com o Madeira para subir por este até o paralelo 10° 20”; seguir este paralelo até o Rapirran; remontar o curso deste até sua principal nascente; dirigir-se daí para o Iquiri, remontar este curso até sua nascente para ir procurar em linha reta a nascente do Igarapé Bahia e segui-la até seu encontro com o Rio Acre ou Aquiri abaixo do paralelo 11°.

Deste ponto sobe a linha o Acre até a sua nascente, voltando ao paralelo 11° e seguindo-o até encontrar a fronteira peruana entre os graus 72 e 73 de longitude.

Deste ponto até a nascente principal do Javari – a 7° 11” de latitude Sul, segundo a exploração do capitão brasileiro Cunha Gomes – a fronteira entre o Peru e a Bolívia tornou-se fronteira entre o Peru e o Brasil, sujeita contudo às mencionadas negociações diplomáticas, que um *modus vivendi* facilita. Esta fronteira representada por uma cadeia de montanhas alcança naturalmente o Javari, cujo curso segue até a sua foz no Solimões, onde se encontra a vila de Tabatinga e donde o traçado sobe em linha reta através um território contestado ao Peru pela Colômbia e o Equador, até ao Rio Japurá na sua confluência com o Apaporis.

Começa aí a fronteira colombiana, que sobe em linha quase reta para desviar em seguida a Leste e ir procurar a foz do Uapés no Rio Negro, alcançando mais ao Norte, por um traçado sinuoso, a Pedra do Cucuí, na margem direita do mesmo Rio Negro.

A parte que vai das nascentes do Rio Memachi a Cusuí estende-se pelos cumes do sistema orográfico que divide as águas do Guiana (Alto Rio Negro) das do Cuiari para chegar às nascentes do Macacuni e prolongar-se em linha reta até defronte da Ilha de

São José. Este território, cuja demarcação fora feita pela comissão mista Brasil-Venezuela, é agora colombiano por efeito da decisão arbitral da rainha regente de Espanha em 1892.

Do Cucuí ao serro Cupi estende-se a fronteira com Venezuela, por uma linha reta que vai às quedas de Huá, no Maturacá, e mais longe até à margem esquerda do Baria, alcançando daí o monte Roraima, pelos cumes das serras Parima e Pacaraína, sobre a base da divisão das águas que descem para a bacia do Orenoco e das que descem para a bacia do Amazonas.

Do monte Roraima parte a fronteira com a Guiana Britânica, a linha dirige-se para Leste, seguindo a divisão das águas, até à nascente; do Mahú (Ireng), cujo curso sobe até a sua confluência com o Tacutu; depois o curso deste até a sua nascente, o talweg dos dois rios servindo de divisa, a parte a Leste pertencendo à Grã Bretanha e a parte a Oeste ao Brasil. Este é o traçado do arbitramento de Roma. A partir daí, o traçado é o do tratado de Londres, anterior ao arbitramento, e completa a fronteira pelo “divortium aquarum” sobre os montes Acari e Tumucumaque, desde a nascente do Tacutu até à do Corentine.

A Serra do Tumucumaque serve igualmente de fronteira entre o Brasil e a Guiana Holandesa até à nascente do Maroni: e em seguida entre o Brasil e a Guiana Francesa, sempre de acordo com o princípio da divisão das águas. O curso do Oiapoque até sua foz no Oceano, a 4° 10” de latitude Norte, completa esta última fronteira e remata o imenso percurso dos limites do Brasil. Genebra, 27 de julho de 1908.”







© 2012, Fundação Darcy Ribeiro
 Direitos desta edição pertencentes à Fundação Darcy Ribeiro
 Rua Almirante Alexandrino, 1991
 20241-263 - Rio de Janeiro – RJ
 www.fundar.org.br

1ª Edição. 1ª Impressão. 2014.

BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA – CULTIVE UM LIVRO

Curadoria

Paulo de F. Ribeiro – Coordenação Geral
Godofredo de Oliveira Neto
Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Comitê Editorial

Eric Nepomuceno – Fundação Darcy Ribeiro
Oscar Gonçalves – Fundação Biblioteca Nacional
Norberto Abreu e Silva Neto – Editora Universidade de Brasília
Anibal Bragança – Fundação Biblioteca Nacional
Lucia Pulino – Editora Universidade de Brasília

Produção

Editora Batel

Coordenação editorial

Carlos Barbosa

Projeto gráfico

Solange Trevisan zc

Diagramação

Solange Trevisan zc

Ilustrarte Design e Produção Editorial

Tratamento de textos da coleção

Clara Diamant

Edmilson Carneiro

Cerise Gurgel C. da Silveira

Carina Lessa

Léia Elias Coelho

Maria Edite Freire Rocha

Projeto de capa

Leonardo Viana

Assessoria de Comunicação Fundar

Laura Murta

Texto estabelecido segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

R484h

Ribeiro, João, 1860-1934

História do Brasil / João Ribeiro. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. 428 p.; 21 cm. – (Coleção biblioteca básica brasileira; 36).

ISBN 978-85-635-7449-7

1. Brasil – História. I. Fundação Darcy Ribeiro II. Título. III. Série.

CDD-981

Roberta Maria de O. V. da Costa – Bibliotecária CRB7 5587



Patrocínio:



Realização:

Ministério da
Cultura



Impressão e acabamento :





FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO

Instituidor

Darcy Ribeiro

Conselho Curador

Alberto Venâncio Filho

Antonio Risério

Daniel Corrêa Homem de Carvalho

Elizabeth Versiani Formaggini

Eric Nepomuceno

Fernando Otávio de Freitas Peregrino

Gisele Jacon de Araújo Moreira

Haroldo Costa

Haydée Ribeiro Coelho

Irene Figueira Ferraz

Isa Grinspum Ferraz

Leonel Kaz

Lucia Velloso Maurício

Luzia de Maria Rodrigues Reis

Maria de Nazareth Gama e Silva

Maria Elizabeth Brêa Monteiro

Maria José Latgé Kwamme

Maria Stella Faria de Amorim

Maria Vera Teixeira Brant

Mércio Pereira Gomes

Paulo de F. Ribeiro

Paulo Sergio Duarte

Sergio Pereira da Silva

Wilson Mirza

Yolanda Lima Lobo

Conselho Curador – In Memoriam

Antonio Callado

Carlos de Araujo Moreira Neto

Leonel de Moura Brizola

Moacir Werneck de Castro

Oscar Niemeyer

Tatiana Chagas Memória

Conselho Fiscal

Eduardo Chuahy

Lauro Mário Perdigão Schuch

Trajano Ricardo Monteiro Ribeiro

Alexandre Gomes Nordskog

Diretoria Executiva

Paulo de F. Ribeiro – Presidente

Haroldo Costa – Vice-Presidente

Maria José Latgé Kwamme – Diretora Administrativo-Financeira

Isa Grinspum Ferraz – Diretora Cultural

Maria Stella Faria de Amorim – Diretora Técnica









